IMAGENS DA POLÍCIA

RELAÇÕES ENTRE CIDADANIA E VIOLÊNCIA CARACTERIZADA REPRESENTAÇÕES DA POLÍCIA PAULISTA: JANEIRO/83 - MAR

EDA GÓES

1998

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, UNESP - Assis, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Profª. Drª. Zélia Lopes da Silva.

@WEBMASTER

MELHOR VISUALIZADO NA RESOLUÇÃO 800x600dpi

EM MEMÓRIA DO AMIGO
ANTONIO MERISSE

HOME

IMAGENS DA POLÍCIA
EDA GÓES



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. O tema
2. Caminhos da pesquisa
3. Delimitação espacial
4. Fontes
5. Metodologia

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

1. Secretarias de Justiça e de Segurança Pública do Governo Montoro
2. A grande imprensa frente a segurança pública: nuances discursivos

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA COMO PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

1. A polícia brasileira: historicidade necessária
2. A polícia brasileira pós Ditadura Militar
3. A violência policial nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo
4. Polêmica sobre a Rota
5. Uma suposta crise na polícia
6. A chamada “prisão cautelar”
7. Medidas adotadas pela (e para a) polícia: a partir de outubro de 1983

CAPÍTULO 3

CRIMES POLICIAIS

1. Conflitos entre corpos policiais
2. Informações selecionadas
3. Tortura: tema de campanha da Folha de S. Paulo

CAPÍTULO 4

DEBATENDO AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E SEUS PRESOS

1. Proposta de construção de uma nova Casa de Detenção
2. O novo diretor da Penitenciária do Estado
3. Motins ocorridos em 1983: Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, Cadeia Pública d
Penitenciária do Estado
4. Campanha contra a humanização dos presídios paulistas: nascem as “Serpentes N
5. Motim de 20 de março de 1995, na Casa de Detenção de São Paulo

CAPÍTULO 5

OS POBRES CONTINUAM PERIGOSOS

1. Quebra-quebras de março
2. Saques e quebra-quebras de abril
3. Novos saques e quebra-quebras entre agosto e novembro
4. Imagens do caos

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO DO CD-ROM

OS DOCUMENTOS SE ENCONTRAM NO FORMATO PDF, PARA ACESSÁ-LOS É NECESSÁRIA A INSTALAÇÃO DO SOFTWARE "ADOBE ACROBAT READER©", QUE PODE SER EFETUADO A PARTIR DO LINK ABAIXO:



HOME SUMÁRIO

IMAGENS DA POLÍCIA
EDA GÓES

INTRODUÇÃO

"A sociedade sem delinqüência foi um sonho do século XVIII que depois acabou. A delinqüência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinqüência. Sem delinqüência não há polícia."

Michel Foucault

Nas últimas décadas, tiros, agressões e mortes tem merecido espaço crescente na imprensa escrita, no rádio e na televisão, adquirindo uma visibilidade antes inusitada. Os meios de comunicação e a violência tornaram-se temas recorrentes no cotidiano das pessoas, transformando-se também em objetos de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento. Poucas vezes, no entanto, a reflexão tem buscado a articulação entre elas.

Por um lado, filósofos, teóricos da comunicação, cientistas sociais e historiadores têm produzido ácidas críticas à atuação dos meios de comunicação de massa, alertando sobre os perigos da massificação a eles associada, apesar de não haver dúvidas do alcance das mudanças sociais por eles ocasionadas. Nesse contexto, as relações entre saber e poder nas sociedades contemporâneas têm sido alvo de atenções diversas. Chegou-se ao senso comum de que o que não passa na mídia, não acontece socialmente. Nora [1] contribui para com esse debate, acrescentando que, ao conferirem a cada acontecimento noticiado uma primeira inserção histórica, limitando assim as possibilidades de emissão de opiniões "selvagens", os meios de comunicação de massa priorizam suas virtualidades emocionais em detrimento dessas possibilidades democratizantes.

Por outro lado, especialistas têm sugerido que as transformações nas práticas violentas surgidas a partir das décadas de 60 e 70 chegam a justificar a idéia de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo.[2]

O papel integrante desempenhado pela violência ao longo de toda a História do Brasil tem sido alvo da reflexão acadêmica brasileira. Particularmente nas duas últimas décadas, sociólogos, antropólogos, psicólogos e historiadores vêm discutindo os seus mais diferentes aspectos da questão. Dentre eles, destaca-se o papel central desempenhado pela compreensão das práticas das agências de controle social, quando se trata de estudá-las em períodos recentes. Nesse contexto, a polícia tem sido um dos alvos privilegiados.

Mas como os meios de comunicação de massa elaboram as práticas policiais no espaço urbano ? Como tais elaborações se refletem na denominada "opinião pública"? Como repercutem na elaboração das políticas de segurança pública ? As notícias sobre violência policial e sobre outros crimes cometidos por policiais implicam no descrédito dessa instituição ?

Considerando que os meios de comunicação de massa não se limitam a aumentar o fluxo de informações, mas modelam as suas características, produzindo informações majoritariamente atomizadas, fragmentárias, selecionadas e apresentadas de forma hierarquizada, Baczko[3] observa que as duas primeiras características - fragmentação e atomização - impedem a constituição de um todo, dificultando o seu domínio por parte dos receptores. Em decorrência, os meios criam uma necessidade maior de "representações globais e unificadoras." Em se tratando de uma instituição visível e central na vida cotidiana das grandes cidades, merecedora dessa atenção característica dos meios de comunicação, qual será a representação global da instituição policial ? Ou quais serão elas ? Qual a sua importância ?

Frente às indagações e às possibilidades nelas contidas, decidimos participar desse debate, estudando a) as práticas violentas das instituições policiais, voltadas contra indivíduos ou dirigidas às manifestações populares coletivas, noticiadas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no período compreendido entre janeiro de 1983 e março de 1985; b) o perfil dessa agência de controle social traçado a partir dessas manifestações. Os espaços dedicados por esses jornais ao debate das questões direta e indiretamente relacionadas à violência e ao seu enfrentamento têm merecido nossa especial atenção. Os discursos jornalísticos (escritos e fotográficos) constituem-se, então, simultaneamente como fonte e como objeto desta pesquisa.

Nossa experiência anterior de pesquisa[4], realizada com material produzido por esses mesmos órgãos da imprensa, indicou que cada um deles oferece espaço em suas páginas, ainda que diferenciado, para representantes dos segmentos mais organizados da sociedade, tais como partidos políticos, igrejas, sindicatos e outras organizações não - governamentais.

Com base nas opiniões expressas por esses jornais em editoriais e artigos assinados ou não, buscaremos identificar o posicionamento político de cada um deles frente às práticas policiais e eventuais mudanças ocorridas ao longo do período estudado.

1. O tema

A partir da perspectiva foucaultiana, que caracteriza as sociedades modernas como sociedades disciplinares, teoricamente fundamentadas pelas ciências humanas e sustentadas por seu discurso normatizador, as chamadas instituições de controle social, essencialmente disciplinares, ganharam importância estratégica na compreensão das relações de poder que permeiam essas sociedades.

Concebendo os sistemas de dominação das sociedades atuais de forma múltipla, dispersos pelo tecido social e atuando, cada um deles, de modo particular, Foucault detém-se no funcionamento do modelo "panóptico." Dedicando-se ao estudo das prisões, por ele consideradas como

verdadeiros "tubos de ensaio," procura demonstrar que, objetivando a introjeção pelos reclusos do seu controle permanente, aquele modelo inicialmente aplicado na prisão tinha como objetivo o desenvolvimento de uma "tecnologia de poder" para toda a sociedade.[5]

Mas, como alerta Lebrun, "é preciso situar a tese de Foucault dentro dos seus devidos limites: o homem condicionado, adestrado pelos poderes, é o privilegiado, o europeu. Não é o colonizado, não é o proletário do Terceiro Mundo."[6] A despeito dos perigos contidos nas concepções de progresso facilmente associadas a essas comparações, consideramos que no estudo das instituições de controle social, as diferentes práticas precisam ser matizadas. Como observa Fernandes, as ruas de São Paulo são o palco onde se encena um espetáculo de poder, ultrapassando, portanto, suas teias microscópicas[7]:

"Máquina panóptica, se se preferir, mas sob a condição de não esquecer que, aqui, muitas vezes o olhar precipita-se e passa ao ato."[8]

Concebendo o poder como uma estratégia que se exerce nas sociedades contemporâneas como um poder disciplinar, Foucault pressupõe a existência da liberdade e do potencial de revolta. Nesta concepção, a violência não se admite enquanto princípio básico, embora seja um instrumento possível; talvez mais próprio às sociedades dos séculos XVII e XVIII que, segundo Foucault, já possuíam mecanismos de disciplina, mas de forma fragmentada.

Enfatizando a liberdade e o potencial de resistência como elementos constitutivos de sua concepção de poder, Foucault parece mesmo referir-se ao "europeu privilegiado." Quando pensamos na atuação da polícia brasileira, que não deve guardar grandes particularidades em relação às polícias de outros países do "terceiro mundo", torna-se difícil distinguir se o seu caráter violento constitui ou não a base na qual se sustentam as relações de poder dela emanadas.

Mas Foucault observa também que "o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso."[9]

Se pensarmos sobre o caráter "produtivo" do aparelho policial brasileiro, a pesquisa coordenada em delegacias de polícia de São Paulo, por Ferreira, cujos resultados foram publicados sob o título "O direito da população à segurança", mostra que o aspecto produtivo do poder policial reside não apenas na contraditória sensação de segurança por ele garantida principalmente àqueles que são despossuidos de propriedades, mas também num papel misto de "muro das lamentações" e "autoridade paternal" desempenhado até a sua revelia pelos distritos policiais.[10]

Mas de que liberdade dispõe o homem pobre da periferia, mal vestido e mal calçado, por vezes sem registro na carteira de trabalho, sempre tratado como suspeito pela polícia, muitas vezes previamente condenado mediante confissão sob tortura e sumariamente "eliminado"? A freqüência com que fatos assim são registrados pelos noticiários policiais indica que a violência continua a ser um elemento fundamental no controle da população pobre brasileira, ainda percebida como

perigosa.

Mas também é dessa população pobre que parte prioritariamente a paradoxal reivindicação de mais policiamento nas ruas. Tem-se dessa forma a complexidade das relações que envolvem essa instituição.

Uma possibilidade de compreensão dessas práticas populares encontra-se no debate sobre a questão da cidadania no Brasil, particularmente quando esse debate não desconsidera a extrema heterogeneidade que caracteriza sua sociedade civil. [11]

Como constatou Paoli, muitos estudos recentes sobre a violência urbana[12] no Brasil atual acabaram convergindo para a questão da cidadania , mas como em geral não levaram em conta a heterogeneidade da sociedade civil em questão, limitaram-se a "refletir sobretudo a experiência daqueles que - seja em função de sua classe social, seja em função de interesses sociais, profissionais e políticos - já conhecem o conteúdo substantivo da cidadania como discurso e se sentem em condições de reivindicar sua promessa, isto é, o direito ao poder."[13]

Sabemos, entretanto, que o problema da violência urbana é vivenciado majoritariamente por aqueles que sequer reconhecem esta noção de cidadania. São esses que vão parar na prisão e são esses também que percebem como "regalia" o reconhecimento de direitos básicos dos presos, pobres como eles, porém pertencentes ao "mundo do crime."

Algumas pesquisas brasileiras, produzidas a partir da década de 70, sobre esse "mundo do crime"[14], contribuíram para a compreensão da articulação entre a violência das próprias condições materiais de vida da população pobre, caracterizadas sempre pela carência, e sua experiência junto à ordem legal, materializada em instituições repressivas que significam sempre violência policial, criminalização, arbitrariedade, etc. Configura-se assim, no cotidiano da população pobre, a articulação entre a violência da ordem privada e a violência da ordem pública. Incompreensível e estranha para esse segmento popular majoritário, tal ordem pública passa a ser percebida, contraditoriamente, como desordem.

No meio acadêmico brasileiro, a ampliação dessas discussões sobre a criminalidade e as suas questões correlatas do estrito âmbito do direito para o escopo muito mais amplo das ciências sociais têm sido situada entre as décadas de 70 e 80.[15]

Diferentemente da tradição norte - americana, por exemplo, onde a emergência do crime organizado vem despertando o interesse dos pesquisadores desde a década de 30, no Brasil, a limitação dos trabalhos produzidos até as últimas três décadas acabou por poupar as agências destinadas ao controle da criminalidade da crítica especializada.

Dois momentos importantes no estímulo ao debate suscitado desde então ocorreram nos anos 80: num primeiro momento, o encontro realizado na UNICAMP, em 1982, que contou com a presença de especialistas dos Estados Unidos, Inglaterra e Itália, além do Brasil, resultando posteriormente na publicação da obra coletiva, organizada pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro -- Crime, Violência e Poder[16] - e, num segundo momento, já no final da década, na fundação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), na USP, por iniciativa do mesmo Paulo Sérgio Pinheiro e do sociólogo

Sérgio Adorno de Abreu.

Os textos produzidos inicialmente pelo NEV já dirigiam sua crítica ao caráter fragmentário que caracterizava as análises até então produzidas sobre cada uma das chamadas agências de controle social.

Buscando ampliar o escopo deste debate, pretendemos, neste trabalho, problematizar as relações existentes entre a atuação da instituição policial e o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas, nas quais saber e poder estão intimamente associados. Com esse objetivo, escolhemos como nosso objeto de análise os diferentes discursos sobre a instituição policial veiculados pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, através dos quais buscamos penetrar no universo das representações sobre essa agencia de controle social.

A partir de um primeiro contato com essa fonte, percebemos que uma temática norteia prioritariamente o espaço destinado pelos dois jornais à atuação policial - a questão da violência policial.

Como já salientara Benevides, as notícias referentes a crimes policiais não apenas representam uma parte significativa do espaço dedicado pelos jornais à questão da violência e da criminalidade de modo geral, como contém inúmeros indícios dos "padrões estruturais de comportamento da instituição policial", referentes por exemplo as suas "vítimas" preferenciais.[17] Desse modo, sem perder de vista a necessária problematização dessa evidência, quanto a sua possível relação com a real atuação da instituição policial, decidimos priorizar os editoriais e notícias referentes à violência policial.

Buscando a viabilidade do trabalho com essa instituição que, por um lado, envolve uma vasta gama de atividades e, por outro, está envolvida por um complexo debate teórico - metodológico, escolhemos um período curto e bem delimitado (janeiro/1983 - março/1985) da história da cidade de São Paulo, em função da grande visibilidade adquirida pelas práticas policiais no seu espaço.

O período compreendido entre a eleição e a posse de Franco Montoro, como governador de São Paulo foi caracterizado por um intenso debate, amplamente veiculado pela grande imprensa, sobre o seu plano de governo. Este continha indícios de uma arrojada intenção: alterar velhas práticas das instituições ligadas à área da Segurança Pública, numa conjuntura em que a violência policial historicamente praticada contra os amplos contingentes pobres da população passou a desencadear reações por parte de segmentos organizados da sociedade, particularmente depois que membros das classes médias foram alvo dessa violência, durante a Ditadura Militar. O acompanhamento desse debate nos primeiros meses de 1983 revela amostra significativa de suas bases. Estas coincidem com as preocupações que estão na raiz do presente trabalho. Desse modo, janeiro de 1983 constitui-se como ponto inicial da pesquisa.

Além disso, as concepções de cada jornal acerca da ampla questão genericamente denominada Segurança Pública também ganham maior visibilidade a partir do acompanhamento do noticiário. Alguns momentos considerados críticos, como os quebra - quebras e saques ocorridos no período,

revelaram-se particularmente ricos ao debate, dada a radicalização das diferentes concepções por eles desencadeada.

No ano de 1983, foram publicadas (entre notícias e editoriais) 548 matérias pelo Estadão e 957 pela Folha, referentes à violência policial, em geral, direta, ou indiretamente, relacionadas às propostas do novo governo paulista para tal instituição e ao enfrentamento dos saques e quebra-quebras ocorridos ao longo daquele ano.

Algumas matérias abordaram as relações entre polícia e prisão, sobretudo nos momentos de crise envolvendo as duas instituições.[18] Esses momentos revelaram-se então, os mais adequados para a discussão, subsidiada pelos debates, travados no interior da própria imprensa, acerca das políticas adotadas pelas secretarias de Segurança Pública (responsável pelas polícias Militar e Civil) e de Justiça (responsável pelas instituições prisionais) durante o período estudado.[19]

Dedicamos especial atenção aos dois primeiros motins penitenciários ocorridos durante o governo Montoro, em 28 de dezembro de 1983 e em 20 de março de 1985. Trata-se de momentos críticos, que colocaram em cheque a política penitenciária vigente, tal como demonstramos em nossa pesquisa de mestrado.[20]

Uma intensa campanha contra a nova política penitenciária ganhou evidência no período intermediário entre esses dois motins penitenciários, desencadeada por alguns setores da sociedade (funcionários penitenciários, policiais, juízes, políticos filiados a partidos de oposição ao governo paulista) que encontraram amplo respaldo no jornal O Estado de S. Paulo.[21]

Configura-se então, durante o ano de 1984, com destaque para os meses de junho, julho e agosto, o deslocamento da atenção prioritária dos jornais da questão policial para a questão prisional. Desse modo, foram publicadas 558 matérias pelo Estadão e 751 pela Folha, referentes ao tema, ao longo do mesmo ano, com nítido aumento nos referidos meses.

Assim se justifica a própria baliza final do recorte cronológico adotado nesta pesquisa (março de 1985): pela riqueza dos elementos fornecidos pela grande imprensa a respeito das relações entre a administração prisional diretamente envolvida e as forças policiais e pelos indícios apontados por esta mesma cobertura jornalística acerca do abandono, por parte daquele governo estadual, de seus planos de intervenção direta junto a essas instituições. Ambos evidenciados durante o enfrentamento da rebelião penitenciária de 20 de março de 1985, cuja cobertura implicou a retomada dessa temática pelos dois jornais.

A despeito do papel central desempenhado pela escolha do curto período da história da metrópole paulista em nossa estratégia de abordagem da violência policial, do controle social, da cidadania e do papel da grande imprensa, sua evidente complexidade confere a tais marcos cronológicos e espaciais um caráter necessariamente relativo.

2. Caminhos da Pesquisa

Quando dirigimos o foco de atenção a um período curto da história recente da cidade de São Paulo,

nos inscrevemos no rol dos trabalhos hoje denominados de "história imediata", definidos por Lacouture a partir da proximidade temporal da pesquisa em relação ao tema tratado e da proximidade material do autor em relação à crise estudada.[22]

A partir da discussão dessas características básicas, esse autor chega a dois outros elementos norteadores da operação histórica realizada pelos pesquisadores do imediato, também centrais na pesquisa ora apresentada: 1. tendência à transformação da produção histórica em uma forma de intervenção, possibilitada pela proximidade cultural do pesquisador em relação aos sujeitos da realidade por ele abordada; 2. a identificação dos meios de comunicação de massa como "veículos" e "lugares privilegiados" da história imediata.[23]

O enorme poder alcançado pelos meios de comunicação vem imprimindo à história recente das sociedades capitalistas novas características definidas pela "imediação" da comunicação, dentre as quais Lacouture destaca a exigência de uma "inteligibilidade histórica próxima."[24]

Mas a transformação desses meios de comunicação em empreendimentos capitalistas[25], com grande eficácia publicitária, implicou, como nos mostra Habermas, o redimensionamento entre as esferas pública e privada. Num movimento contraditório, possibilitaram uma expansão da esfera pública e foram paulatinamente excluídos dessa esfera e reinseridos na esfera privada do intercâmbio de mercadorias, em função das pressões dos interesses privados dos quais se tornaram dependentes:

"Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa."[26] (grifo nosso)

A partir dessa "imediação" iniciada pela imprensa na segunda metade do século XIX, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, passa-se do poder de intermediação e reforço à cunhagem de pensamentos inscritos na esfera pública, imprimindo-se assim, maior complexidade à polêmica sobre as relações entre a dimensão social e a dimensão cultural, sobretudo nas sociedades atuais.

As trajetórias dos dois jornais pesquisados rumo a sua transformação em grandes empresas capitalistas adquirem nova significação à luz desse referencial, particularmente na conjuntura política brasileira da década de 1980.

A ilusão de acesso à esfera pública, sugerida aos seus leitores por esses grandes jornais, ganhou contornos mais claros quando os próprios jornais transfiguraram-se em "instrumentos de utilidade pública." Isso ocorreu, por exemplo, quando eles encabeçaram campanhas de "interesse público:" pelo aumento de policiamento em determinados bairros, pela solução de "casos" merecedores de pouca atenção das autoridades responsáveis, como o extermínio de jovens da periferia paulistana, ou ainda, pelo cumprimento de leis e decretos em situações particulares, como num caso de impedimento, por parte da polícia, de que policiais envolvidos com seqüestro fossem fotografados pela imprensa.

Além do reconhecimento da importância dos meios de comunicação de massa, a escolha da representação da violência policial elaborada por dois jornais da grande imprensa paulista como objeto de pesquisa se relaciona também à exiguidade de possibilidades aproximativas disponíveis em relação às práticas policiais de um modo geral.[27] Nesse sentido, as imagens da polícia, veiculadas nas páginas dos jornais, foram estrategicamente concebidas como possibilidades de aproximação, limitadas, como todas as outras, desse objeto de difícil apreensão.

Trata-se, portanto, de uma postura metodológica que busca apreender a real atuação da polícia paulista através das suas representações, fortemente determinada pelas dificuldades inerentes a esse objeto. Muitas dessas dificuldades decorrem dos mecanismos de defesa utilizados pela instituição policial, a partir da sua constituição como sujeito histórico, atuando através das ações corporativo - defensivas de seus membros.

É no âmbito dos conflitos de classe e das relações de poder[28] que temas centrais, como a representação da violência policial, o papel dos grandes jornais e das metrópoles na sociedade brasileira atual, são discutidos neste trabalho. A instituição policial paulista emerge tanto da produção científica recente, quanto dos nossos resultados de pesquisa, como um sujeito histórico capaz inclusive de ações efetivas que garantam a reprodução do atual modelo policial. Frente a insuficiência dos modelos analíticos que concebem a polícia apenas como mais um dos instrumentos de dominação das elites, nos deparamos com a necessidade da sua complementação, em vista da complexidade das relações que envolvem essa instituição e que vem sendo paulatinamente descortinada.

Já nos referimos ao papel da obra do francês Michel Foucault na discussão acerca da instituição policial, concebida dentro da ampla gama de mecanismos de controle social que permeiam as sociedades contemporâneas.[29] Obra polêmica, que tem despertado críticas variadas, principalmente por suas divergências com o referencial marxista, quanto à ausência de qualquer potencial revolucionário e quanto à aparente ausência de sujeitos históricos nos processos por ele analisados.

Destacamos, dentre os múltiplos debates estimulados por sua obra, a interessante leitura produzida por M. Bretas, que comenta o papel desempenhado pela burguesia em sua abordagem:

"Foucault é um excelente crítico dos autores que atribuem à classe dominante o interesse em todos os resultados do processo histórico. ... muito mais que geradora do processo, a burguesia foi capaz de transformar em seu benefício aquilo que dele resultou."[30]

Bretas desmistifica assim os exageros em torno da disciplinarização produzidos a partir de conciliações forçadas entre o arcabouço teórico produzido por Foucault e o materialismo histórico, cujos perigos tornam-se ainda mais prementes para os pesquisadores dedicados a realidades distantes da realidade européia, pesquisada por Foucault, para os quais bem nos alertou G. Lebrun.[31]

Também não podem ser ignoradas as críticas de Foucault ao referencial marxista e à história social, bem como as resistências dos principais representantes da história cultural ao seu trabalho, definido por O'Brien como "estudo da cultura a partir do prisma das tecnologias de poder, estrategicamente situadas nos discursos."[32]

Essa pesquisadora procura comparar os tratamentos dados a homens, mulheres e crianças nas prisões francesas, traçando um quadro em constante transformação ao longo de todo o século XIX. Ao contrário do que sugeria o modelo panóptico estudado por Foucault, esse quadro revelou-se bastante heterogêneo. Muitas das diferenças de tratamento encontradas nessas instituições foram motivadas pelas características dos sujeitos históricos a que se destinavam. A importância atribuída por O'Brien a esses sujeitos e os resultados de sua pesquisa sugerem possibilidades de solução para a questão das limitações históricas da expansão do sistema penitenciário.

Mesmo assim, a tese geral concebida por Foucault, segundo a qual as diversas formas de poder intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, caracterizados por ele como micropoderes[33], descortinou um novo e fecundo campo de pesquisa encarregado de investigar a atuação concreta de cada um desses poderes.

Alguns pesquisadores brasileiros têm produzido reflexões capazes de sustentar a necessária mediação entre as contribuições desse autor e a realidade das relações de poder que permeiam a sociedade brasileira atual, sobretudo no que se refere à atuação das suas instituições de controle social. Muitas dessas contribuições têm sido produzidas no âmbito das ciências sociais, dentre as quais destacamos os trabalhos de H. Fernandes, P. S. Pinheiro, R. M. Fischer Ferreira, A. Zaluar, A. L. Paixão e M. Bretas[34], sobre a polícia, e de S. Adorno de Abreu e R. M. Fischer Ferreira[35], sobre a prisão.

Assim, um dos aspectos centrais desse trabalho reside na articulação entre diferentes temáticas, geralmente abordadas de forma isolada. Mas outro aspecto, igualmente importante, configura-se na escolha do período curto e bem delimitado da história da capital paulista, cuja especificidade constituiu-se em recurso estratégico para a sua viabilização.

No Brasil, difundiu-se amplamente a idéia de que os últimos anos da Ditadura Militar iniciada na década de 1960 caracterizaram-se como uma "transição democrática." A periodização empregada, que situa essa "transição" na década de 1980, é reveladora da estratégia de lideranças políticas de segmentos das elites para encobrir os embates que vinham caracterizando a cena política brasileira desde a década de 1970. Como qualificar o papel desempenhado pelas greves ocorridas na região do ABC em 1978 e 1979? E quanto aos saques e quebra – quebras ocorridos ao longo da 1983, qual o seu significado? A funcionalidade dessa conceituação reside, portanto, na definição de uma única saída possível para a ditadura - a democracia liberal - com o retorno das liberdades democráticas, da legitimidade e do interesse pelas questões sociais, porém, sempre sob o controle das lideranças políticas "tradicionais." A ampla movimentação social iniciada ainda na década anterior é desqualificada pelo discurso político hegemônico e relegada ao esquecimento, restando

mais uma vez, uma história oficial linear e harmônica.

Como resultado desse processo, os enormes contrastes econômico - sociais que sempre caracterizaram a realidade brasileira não foram alterados com o fim da Ditadura. A despeito do seu caráter dinâmico, o capitalismo brasileiro continuou a calcar-se em relações de trabalho extremamente repressivas e exploradoras, sem falar nos índices crescentes das taxas de desemprego estimulados por políticas econômicas desastrosas.

Também parecem ter se caracterizado pelas permanências as práticas de instituições de caráter marcadamente coercitivo com a polícia e as prisões. Embora seja próprio de um Estado Democrático "tanto o controle institucional do uso privado da violência na resolução dos conflitos quanto à contenção do uso da violência pelo estado através de normas explícitas que o regulam"[36], a atuação policial continuou sendo caracterizada pela violência desmedida e por uma enorme autonomia que entra em contradição com os princípios básicos de controle da violência pelo Estado Democrático. A prática da tortura, não inventada pela Ditadura Militar mas sem dúvida por ela aperfeiçoada, continuou a ser recurso cotidiano da polícia. A própria imprensa conferiu razoável visibilidade a essa prática através de recorrentes registros de espancamentos, de choques - elétricos, do pau - de - arara, etc.

Duas outras práticas ainda completaram o quadro de violência policial cotidiana - a detenção arbitrária e a execução sumária. Além da participação clandestina de policiais em bandos de extermínio ("esquadrões da morte"), as polícias militares exterminaram com freqüência cidadãos criminosos, suspeitos e inocentes. A ampla superioridade das cifras de mortos pela polícia em relação às cifras de feridos, bem como a insignificância de baixas e de feridos entre as forças policiais indica que a eliminação física de "marginais" e de suspeitos foi recurso corrente. A impunidade generalizada permeou e sustentou essas práticas por meio de dispositivos criados pela Ditadura Militar que continuavam em vigor e pela própria estrutura conservadora de funcionamento do Poder Judiciário no Brasil.

Depois de uma intensa articulação em torno da prisão, tortura e execução de presos políticos durante a Ditadura Militar, por parte de entidades civis defensoras dos direitos humanos, também as vítimas cotidianas dessas violências, geralmente despossuídas, passaram a merecer atenção e desencadear protestos diversos, particularmente nos grandes centros urbanos.

Em São Paulo, significativamente, a substituição de dirigentes impostos pelos governos militares por lideranças eleitas e historicamente identificadas à oposição tolerada pelo regime militar materializou-se na passagem do governo Maluf – Marin ao governo Montoro.[37]

Os meses que antecederam à posse de Franco Montoro em São Paulo[38], bem como os primeiros meses de seu governo, foram caracterizados por uma excepcional atenção às questões ligadas à criminalidade e às instituições destinadas ao seu controle, geralmente englobadas por políticos e pela imprensa no tópico "Segurança Pública." Tanto a Igreja Católica[39], como grupos ligados ao "movimento negro", entidades classistas direta ou indiretamente ligadas às instituições repressivas, políticos de oposição (ao governo federal do General João Batista de Oliveira

Figueiredo), intelectuais e, principalmente, órgãos da grande imprensa, envolveram-se no debate, pautado nas suas expectativas em relação ao governo recém eleito. Este já anunciava em seus planos uma "nova filosofia" no tratamento dessas questões.

É provável que tenha havido nesse período também o que Oliven[40] denominou "dramatização da violência", quando as classes médias, principalmente, elegeram o "marginal" como novo "bode expiatório" para as ameaças por elas enfrentadas, decorrentes da crise econômica: inflação, desemprego, perda de status e queda do poder aquisitivo, nos anos do milagre.

Foram amplamente debatidos temas como criminalidade, suas causas e possibilidades de enfrentamento; violência policial; atribuições de um Estado Democrático frente à questão da Segurança Pública. Nesse sentido, a ocorrência de manifestações violentas, como saques e quebra - quebras pode ser interpretada como sinal da frustração de muitos frente às expectativas geradas pelo novo governo, sugerindo que tais expectativas não se configuravam como exclusividades de grupos privilegiados que liam e mesmo publicavam nos jornais. Numa perspectiva mais ampla, apontam para o embate político então travado e que o emprego do conceito de transição procurava encobrir. A cidade de São Paulo constituiu-se em cenário privilegiado desses embates.

3. Delimitação espacial

Em seu "Os excluídos da História"[41], Michelle Perrot mostra como uma concepção de cidade, na qual a população pobre efetivamente ocupava as suas ruas e demais espaços públicos, foi sendo substituída por uma "nova ordem urbana", instaurada a partir de inúmeros embates travados ao longo do século XIX em algumas das grandes capitais européias. A idéia moderna de cidade se impõe então a partir de um redimensionamento dos espaços públicos e privados, calcado nas noções de ordem e disciplina social:

"A ordem urbana esvaziou-se a medida que desapareceu a sua grande protagonista: a multidão."[42]

Mesmo assim, como observa Maria Luiza U. Pinheiro[43], a ação diferenciada e cotidiana dos habitantes da cidade impossibilita que se possa falar de uma maneira uniformizadora da cidade enquanto síntese harmonizadora das múltiplas tradições que se mesclam ou se confrontam no seu fazer-se. Portanto, as visões possíveis da cidade materializam-se nas experiências concretas dos segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa.[44]

Discutindo a questão da cidadania no espaço público brasileiro, Paoli[45] mostra como o nosso imaginário sobre as cidades, construído já neste século, é revelador da ojeriza e do temor alimentados pelas elites e classes médias brasileiras frente à presença popular, sempre geradora potencial da desordem.

Deparando-se assim com mais uma das contradições que caracterizam as sociedades capitalistas, as elites brasileiras tiveram que conviver com esses sentimentos negativos diante das

concentrações populares. Premidas por sua ganância econômica, priorizaram a utilização dos grandes centros urbanos como centros privilegiados de concentração de capital e de força de trabalho. Buscando compatibilizar esses interesses antagônicos, desenvolveram estratégias, muitas das quais aprendidas com experiências européias anteriores, como a nítida separação dos espaços da cidade, a disciplina na sua utilização, a reclusão de significativas parcelas do segmento mais indesejável da sua população, o recolhimento das práticas de lazer em espaços fechados e a criação de um policiamento preventivo.

Mas outros atores sociais também intervieram na construção histórica da cidade, defendendo interesses diversos. Como observa Moisés[46], as classes populares buscaram garantir as condições para sua reprodução e o Estado agiu para garantir as condições necessárias à coesão social no contexto desses interesses diferenciados, além de suprir as insuficiências da chamada iniciativa privada em alguns setores estratégicos.

Segundo Paixão[47], as teorias sociológicas convencionais forneceram forte apoio às associações generalizadas entre processos rápidos de crescimento urbano e o incremento nas taxas de criminalidade e violência, associando positivamente marginalidade social e criminalidade.

Além disso, com base numa concepção utilitarista, identificam no espaço urbano o que chamam de "oportunidades ambientais," responsáveis por incitar a prática de crimes contra o patrimônio, pelo favorecimento de constantes contatos entre os "despossuídos" e as inúmeras formas de concentração de bens, tais como estabelecimentos bancários e comerciais e bairros habitados pela elite.[48]

O estabelecimento dessas relações também está na base do conceito de violência urbana, amplamente utilizado tanto pelo senso comum quanto por especialistas. Tal difusão ocorre a despeito das críticas a sua suposta imprecisão: pelo falso deslocamento das verdadeiras causas da violência, apontado por alguns, em função do suposto engendramento da violência pelo espaço urbano sugerido pela própria expressão "violência urbana", e ainda pela sua ampliação excessiva sugerida pela interpretação de que se refere concretamente a uma série de prejuízos causados às pessoas[49], ou pela insatisfação de outros frente à desvalorização do ambiente construído como elemento constitutivo, ainda que não suficiente, na produção da violência.[50] Mesmo assim, esse conceito vem sendo cotidianamente associado ao sentimento de medo cada vez mais característico dos habitantes das grandes metrópoles.

A esse quadro Storch acrescenta a noção de movimento, ao mostrar que "as definições de ordem pública mudam com o tempo, devendo-se colocar certa ênfase no fator da percepção e visualizar o processo pelo qual as elites definem ordenado/desordenado ou estável/instável como algo, em parte, construído socialmente."[51] Foi nesse contexto que a retórica acerca da criminalidade foi se alterando ao longo do século XIX, na Inglaterra, quando o crime passou a ser relacionado a um "residuum" circunscrito e não mais aos pobres de um modo geral.

Storch observa em seguida que tais definições se relacionam, ainda que de forma complexa, às mudanças nas condições econômicas, às tensões políticas e ao comportamento social, uma vez que

"as ideologias das elites e dos grupos dominantes não pairam acima da sociedade num universo de discurso completamente auto - suficiente."[52]

Depois de citar vários exemplos que caracterizam o quadro de instabilidade da sociedade inglesa entre as décadas de 1780 e 1840, Storch apresenta conclusões que conservam sua atualidade:

"O medo palpável e a incerteza que encontramos em setores da burguesia urbana são compreensíveis numa sociedade que manifestava, de fato, instabilidades fundamentais."[53]

No Brasil, o "urbanismo modernista segregador"[54] se afirma com o início da República. A reforma urbana do Rio de Janeiro, então capital federal, implementada pelo engenheiro Pereira Passos, em 1904, seria apenas a primeira das reformas que atingiriam São Paulo, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre. Elas buscavam a adequação das cidades, que ganhavam uma importância nunca vista, à imagem progressista e modernizante que a República procurava construir. Simultaneamente, transformavam-se em lugares da crescente produção industrial e em mercadorias, elas próprias, por meio de um mercado imobiliário crescentemente importante.[55]

Esse processo ganharia impulso a partir de 1930[56], especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, baseado na superconcentração das atividades produtivas, bem como daquelas necessárias a sua reprodução. Concentrou, dessa forma, em grandes aglomerados populacionais a força de trabalho necessária ao desenvolvimento capitalista, gerando um volume considerável de novos empregos na indústria de transformação, nos transportes, na produção de energia e em outras atividades correlatas, na construção civil, nas telecomunicações e no comércio moderno, nos serviços de intermediação financeira e de apoio às atividades produtivas, na administração pública direta e indireta, e nos serviços sociais, desenvolvendo as ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana.[57]

No caso de São Paulo, talvez pelo caráter recente e acelerado da sua história como metrópole, esses processos revelam-se menos planejados, chegando o arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos a caracterizá-la como "uma cidade ao acaso."[58]

De acordo com essa perspectiva, a figura do especulador imobiliário foi uma das grandes responsáveis pela atual fisionomia da cidade, sendo esse um dos fatores do seu forte adensamento populacional.

Esse processo de adensamento e verticalização acelerou-se nas décadas de 60 e 70, em função das mudanças econômicas que afetaram todo o país. Segundo dados da EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento S.A.), a população da grande São Paulo passou de 8,1 milhões em 1970 para 12,6 milhões em 1980, com um saldo migratório superior a dois milhões de pessoas.

Mas, até a década de 70, adquirir um lote num loteamento irregular era a principal alternativa para o morador pobre da metrópole paulista, não representando a favela uma alternativa importante.[59]

Segundo Maricato[60], a chamada Lei Lehman (lei federal 6.766/79), que procurava atender uma

reivindicação popular, apoiada na luta de moradores de loteamentos irregulares, acabou por contribuir perversamente para a inversão deste quadro:

"Apesar da concepção embasada em análise correta, é o tipo de ação reguladora que acarretou significativa retração da oferta de moradias para a população trabalhadora... contribuindo, em última instância, para o fortalecimento do mercado capitalista formal e para a segregação ambiental, ao evitar que a terra urbana, bem cada vez mais escasso nas metrópoles, fosse parcelada irregularmente (mercado informal) por causa de exigências urbanísticas e burocráticas."[61]

Maricato observa, entretanto, que não houve grande rigor por parte dos poderes públicos na aplicação desta legislação, sendo portanto necessário acrescentar um outro elemento importante neste processo - o esgotamento da terra pouco valorizada no município de São Paulo.
Como resultado, não se constata o fim da abertura de loteamentos ilegais, mas sim o aumento do papel representado pela favela[62] como opção de moradia para a população pobre, reforçando-se a exclusão social, inerente ao avanço das relações capitalistas.[63]
Uma outra conseqüência desse processo foi o adensamento populacional e o crescimento ininterrupto das periferias da metrópole paulistana. Como observa Caldeira:

"A palavra (periferia) é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como "subúrbio." Mas sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana."[64]

Da associação entre distância geográfica e carência de serviços públicos, resulta, obviamente, a dependência dos seus moradores em relação aos transportes urbanos. Não é casual, portanto, que as carências desses transportes tenham sido um dos principais focos das manifestações de descontentamento popular nas últimas décadas.
Numa perspectiva complementar, Munhoz[65] destaca o papel dos bairros periféricos dos grandes centros urbanos, e de São Paulo em particular, como berço dos movimentos sociais, seja de cunho assistencialista, cultural ou mesmo sindical, que começaram a renascer em meados da década de 70 ainda, na fase dura do regime militar.
Conquistando espaço no interior de entidades dominadas por lideranças "pelegas", controladas pelo governo militar, os novos movimentos sociais caracterizaram esses bairros como espaços privilegiados do conflito de classes.
Na década seguinte, anos 80, a economia brasileira enfrentou a mais grave crise econômica e social da sua história, provocada pelo agravamento da crise financeira internacional, pelo endividamento externo do país, pela restrição da primeira capacidade de investimento do setor

público e pelo conseqüente processo inflacionário. Como resultado, o ritmo da atividade econômica foi reduzido, aumentando o desemprego e interferindo fortemente na economia industrial e terciária da metrópole paulistana.[66]

Grandes contingentes de população para os quais o mundo urbano havia acenado com possibilidades infindáveis de consumo viram-se mais uma vez expropriados.[67] Mesmo as classes médias, cujas possibilidades de consumo foram potencializadas durante o chamado "milagre econômico" artificialmente produzido pelos governos militares, sentiram-se frustradas pela privação desse "direito" recém adquirido.[68]

Tanto os índices que refletiram essa crise, como as suas inúmeras conseqüências, mereceram espaço considerável nos jornais, dentre as quais destacamos um dos aspectos da violência urbana - a violência policial.

4. Fontes

4.1. Grande imprensa

Coordenando pesquisa do Cedec sobre violência na imprensa no período compreendido entre julho de 1979 a julho de 1981, Benevides[69] observou que foi a partir dos últimos meses de 1979 que a grande imprensa paulista transformou o aumento da criminalidade violenta em problema nacional.

Tanto a nova dimensão da criminalidade violenta detectada por Benevides, quanto a freqüente responsabilização da imprensa pelo descrédito da polícia, atribuído à veiculação de notícias sobre crimes cometidos por policias[70], são conclusões dessa autora que adotamos como pressupostos em nossa pesquisa. Tais pressupostos foram decisivos na escolha da grande imprensa como fonte para o estudo da instituição policial, em função da concretude por eles conferida à nossa proposta de exploração das relações entre meios de comunicação e violência.

Sem perder de vista as especificidades do público leitor desses jornais, bem como suas limitações em relação a outros meios de comunicação de massa[71], procuramos esgotar as potencialidades dos acontecimentos nela cristalizados através de duas estratégias estritamente articuladas.

A primeira privilegia a análise das fotos veiculadas pela grande imprensa paulista sobre o tema violência policial no período compreendido entre janeiro de 1983 e março de 1985.

Embora a sociedade contemporânea seja "a civilização da imagem", onde todos são bombardeados voluntária ou involuntariamente por informações visuais, continua a haver certo preconceito quanto a sua utilização como instrumento de pesquisa ou como fonte histórica. Isso se deve, segundo Francastel a um aprisionamento multissecular à tradição escrita como forma de transmissão do saber: nossa herança livresca predomina como meio de conhecimento científico.

No contato com a imprensa, salta aos olhos o que os teóricos da comunicação denominaram "discurso gráfico", definido como conjunto de elementos visuais de um jornal, livro, revista, cartaz,

ou tudo o que seja impresso.[72] Caracterizando-se assim jornais e revistas como algo que se vê, torna-se evidente o valor das fotografias e ilustrações, sempre merecedores da atenção inicial dos leitores e, inclusive, da atenção prioritária ou exclusiva de alguns.[73]

Mas as fotografias não têm significação própria; é na intertextualidade entre imagem e texto que se produz a mensagem veiculada pela imprensa escrita. Desse modo, nossa segunda estratégia de análise dessa fonte prioriza o texto escrito, sem perder de vista sua articulação com as fotografias, quando elas estiverem presentes.

Ainda dentro da concepção de discurso gráfico, considerado também como ordenador da percepção do leitor através de sua diagramação, atentaremos para o papel dos títulos, primeiro objeto específico dessa percepção, passando às ilustrações, sempre acompanhadas das legendas[74] e, em seguida, ao texto. Quanto à análise desse discurso jornalístico, seguiremos a proposição de Michel Foucault de não considerá-lo simplesmente em seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e reação e, portanto, de luta.[75]

Começamos a vislumbrar assim as inúmeras mediações que caracterizam as relações dentro do "triângulo clássico": signo (notícia, matéria), observador (leitor) e realidade. O texto que o leitor vê impresso não é produto direto da coleta de dados e informações puras, mas uma leitura e uma interpretação desse conjunto. Como observa Bucci, "realidade, reportagem e edição estabelecem-se enquanto planos distintos, que guardam tensões entre si: espelham-se e dissimulam-se."[76]

Consideramos que o estudo desses códigos, suas manipulações e percepções remetem necessariamente à questão do poder nas sociedades contemporâneas, e é desse modo que os textos e as fotos jornalísticas são analisados ao longo desta pesquisa.

4.2. Fotos publicadas

Segundo Dubois[77], a foto não é apenas uma imagem mas uma imagem - ato, ou uma imagem em trabalho, o produto de uma técnica e de uma ação que não se limita à produção da imagem, mas inclui também o ato de sua recepção e de sua contemplação.

Tal concepção construiu-se historicamente a partir do debate suscitado pelo próprio surgimento da prática fotográfica, no início do século XIX, cujo eixo central girou sempre em torno da relação entre o real e o fotografado.

Ainda com Dubois[78], podemos identificar três grandes linhas de confluência ao longo do percurso histórico desse debate.

A primeira concebe a fotografia como espelho do real e surge juntamente com a própria fotografia; embora bastante circunscrito ao século XIX no que se refere ao discurso dos especialistas, continua muito presente na concepção leiga sobre fotografia.

O século XX caracteriza-se pela idéia da transformação do real pela foto, impulsionada pelo estruturalismo. Reagindo radicalmente à concepção anterior, as análises desenvolvidas a partir da desconstrução, mas sustentadas em argumentações diversificadas, passaram a enfatizar a não -

neutralidade da câmara escura e suas inúmeras possibilidades de manipulação do real (H. Damish, P. Bourdieu etc.).

O ponto de vista do receptor passa a ser então problematizado, enfatizando-se a necessidade de padrões culturais comuns entre o produtor e o receptor da foto para que sua significação seja partilhada. Em decorrência, a utilização da fotografia em pesquisas de cunho científico, principalmente na área da antropologia, enquanto documento exato, de semelhança infalível, foi recolocada em questão.[79]

A terceira linha concebe a foto como traço de um real, como uma imagem indiciária que remete necessariamente, a despeito dos códigos e artifícios, ao seu modelo ou objeto referencial.

Esse tipo de percepção já pode ser encontrado em autores do começo do século (A. Bazin, W. Benjamin) mas foi absolutizado por Roland Barthes que, segundo Dubois[80] foi pego na "armadilha do referencialismo", ao declarar a foto "mensagem sem código". Hoje é praticamente indiscutível que a fotografia se pauta sobre códigos convencionalizados socialmente.

Partindo dessa concepção que considera a foto como procedente da ordem do índice, estabelecendo relações de contiguidade física entre o signo e seu referente, Charles S. Pierce (1839 - 1914) desmembrou essas relações em quatro princípios fundamentais: conexão física, singularidade, designação e atestação. Seu trabalho baseia-se na presença de três sujeitos: o signo, o objeto e seu interpretante, cooperando na produção de mensagens de qualquer natureza.

Assim, Dubois explica os quatro princípios fundamentais de Pierce sobre as relações entre fotografia e realidade:

"Já se evocou suficientemente o princípio de base da conexão física entre a imagem e o referente que ela denota: é tudo o que faz dela uma impressão. A conseqüência de tal estado de fato é que a imagem indicial remete sempre apenas a um único referente determinado: o mesmo que a causou, do qual ela resulta física e quimicamente. Daí a singularidade extrema dessa relação. Ao mesmo tempo, pelo fato de ser uma foto dinamicamente vinculada a um objeto único e apenas a ele, essa foto adquire um poder de designação, muito caracterizado. Finalmente, em virtude desse mesmo princípio, a foto também é levada a funcionar como testemunho: atesta a existência (mas não o sentido) de uma realidade."[81]

Ainda que não mencionado explicitamente, o terceiro sujeito, o interpretante, está sempre presente, notadamente no princípio da atestação: a quem a foto atesta a existência de determinada realidade ? É justamente este princípio concebido por Pierce que mais tem auxiliado nosso próprio trabalho de pesquisa envolvendo fotografias como fontes documentais.

Não trabalhamos com o processo de produção, mas apenas com as fotos produzidas ao longo do período delimitado pela pesquisa (janeiro/1983 - março/1985), consideradas como "fotografias históricas."[82] Analisamos essas fotos enquanto realidades empíricas das mensagens visuais designadas por esse nome e obtidas pelo processo óptico - químico. Partimos do pressuposto de que essas fotos atestam a ocorrência de determinados fatos relacionados à temática estudada,

fornecendo, no entanto, apenas indícios sobre eles, sem chegar a explicá-los ou atribuir-lhes sentido.

Como observa Leite[83], não é extensa a bibliografia sobre a interpretação de imagens fotográficas e a exígua produção existente muitas vezes revela-se pouco útil pelo seu caráter excessivamente abstrato. Uma rara exceção é o trabalho de Martine Joly, cuja proposta de abordagem semiótica, entendida como "modo de produção de sentido"[84], constituiu a base da estratégia de análise das fotografias empregada neste trabalho.[85]

Também as vinculações entre fotografia e sociedade capitalista, destacadas por Carvalho[86], se constituem em importante referencial analítico por desvendarem o papel ideológico por ela desempenhado:

"Por sua origem e curto tempo de vida, a fotografia não possui vínculos tão rígidos com tradições às quais a pintura se vê circunscrita. Por outro lado, a ênfase no processo físico – químico não permite a percepção da fotografia como interpretação do real, mas sim como imagem neutra, cujo acesso direto à realidade lhe confere um poder documental que a pintura não possui. ... Pelas afinidades que guarda com o processo industrial, a fotografia passa a ser ela mesma um meio de produção e divulgação da nova mentalidade emergente na sociedade capitalista, seu instrumento ideológico por excelência."[87]

Já a ausência de significação própria das fotos parece estar presente em todas as concepções contemporâneas sobre esse assunto. Sontag avança no sentido de observar que a compreensão é um atributo inerente da narrativa:

"Estritamente falando, jamais é possível compreender o que quer que seja a partir de uma fotografia... Somente o que narra é capaz de nos fazer compreender."[88]

Como nesta pesquisa trabalhamos com fotos publicadas pela grande imprensa, transitamos pela via da intertextualidade, ou seja, buscamos relacionar sempre a foto, sua legenda e o texto escrito ao qual ela se vincula. Reconhecemos, desse modo, o caráter indissolúvel do texto jornalístico no qual cada parte está relacionada com as demais, a despeito dos inúmeros intervalos nela contidos que caracterizam sua descontinuidade e enfatizam o caráter fragmentário das informações veiculadas.[89]

Embora possam sugerir abordagens contraditórias, as duas perspectivas acima discutidas – aquela que enfatiza o caráter ideológico das fotografias e aquela que destaca a ausência de significação das imagens – remetem às impossibilidades inerentes a qualquer análise isolada desse objeto. Frente à vasta gama de leituras efetuadas diante de uma imagem fotográfica, qual seria a "verdadeira", ou a mais fiel ? São tantas as significações que elas acabam por neutralizar-se, caso não existam aspectos externos a serem considerados.

Embora sem enfatizá-los em sua análise, Carvalho[90] não negligencia aspectos como a contextualização histórica, a localização do veículo no qual a fotografia foi divulgada (exposição, album, revista, etc), a agência que a encomendou, etc. Por outro lado, como as análises de Vilches [91] referem-se particularmente às fotos jornalísticas, tal ausência de significação torna-se central, porém superada necessária intertextualidade.

Além desses aspectos, como alerta Joly[92], não se pode negligenciar a própria noção de expectativa na sua recepção, diretamente ligada ao próprio contexto da foto, ou seja, neste caso, ao jornal. Como estamos tratando com representantes da grande imprensa, a expectativa é que as imagens publicadas sejam verdadeiras.

5. Metodologia

O foto - jornalismo surgiu nos anos 40, como uma nova "linguagem imbuída de um caráter eminentemente didático e de um controle rígido na correlação texto/imagem por parte da equipe editorial"[93], mas adquiriu um forte sentido contestatório, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, sob a influência de fotógrafos como Henri Cartier - Bresson[94], que pareciam acreditar que numa foto se diziam coisas que não se podia dizer em um texto escrito - como se a foto pudesse ultrapassar os próprios limites ideológicos da imprensa liberal.[95]

Atentando para as implicações desse percurso histórico do foto - jornalismo, procuramos interpretar as mensagens veiculadas nesta forma específica de expressão social que é a imprensa escrita, buscando penetrar no universo das representações sobre uma das instituições de controle social mais visíveis na sociedade brasileira: a polícia, bem como dos segmentos sociais escolhidos como alvos prioritários da sua ação.

Inicialmente, classificamos as matérias referentes ao tema violência policial publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período janeiro de 1983 - março de 1985, quanto à tipologia do tratamento jornalístico, a partir de três critérios:

1. notícias[96], editoriais[97] e artigos;
2 . de acordo com o conteúdo principal;
3. de acordo com a presença ou não de fotografia(s).

A ênfase na presença, ou não, das fotos, explica-se pelo valor comprovador que elas encerram, de modo irrefutável[98], embora nunca cheguem a explicar ou a atribuir sentido. Trata-se portanto, de uma relação indiciária entre a foto e o fato retratado. Partimos então do pressuposto de que as matérias nas quais essas imagens estão presentes tem um impacto maior e atingem segmentos mais amplos da população.

Valorizando-se o discurso gráfico, enquanto ordenador da percepção do leitor, atentamos também para a “imagem das palavras”, cuja hierarquia dentro da página de jornal costuma ser assinalada pela localização, pela altura e pela espessura dos caracteres empregados.

Atestando o papel - chave que as fotografias costumam desempenhar dentro deste discurso

gráfico, identificamos diversas coberturas destacadas pelos dois jornais pesquisados em que inúmeras fotos foram estrategicamente espalhadas por páginas inteiras, sem estabelecer conexão direta com os títulos e os conteúdos das matérias próximas, desempenhando um claro papel de "chamariz."

Atentos a esses recursos freqüentes, procuramos nos deter nas possíveis relações existentes entre as fotos de uma mesma página e entre estas e os textos escritos, sejam eles legendas, títulos ou matérias, ou seja, o conjunto no qual essas imagens se inserem. De acordo com a diagramação empregada, títulos (em letras garrafais e em negrito) podem desempenhar o papel de elo entre duas fotos, ou dois conjuntos de fotos, de uma mesma página; ou ainda a publicação de fotos sobrepostas e inclinadas podem reforçar significados nelas contidos, como as idéias de tumulto ou mesmo de violência.[99]

Mas a diagramação também pode reproduzir relações hierárquicas e de poder, como nas duas grandes fotos publicadas na primeira página da Folha de S. Paulo, em 24 de março de 1983, quando o governador Montoro, o secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, e o comandante da Polícia Militar, Coronel Nilton Viana, apareceram na foto superior, enquanto o secretário de Justiça, José Carlos Dias, apareceu na foto inferior, num contexto em que as atenções da imprensa estavam voltadas para a instituição policial, então subordinada à pasta da Segurança Pública.

A freqüência com que essas fotos apareceram durante o período estudado e a sua oscilação de acordo com o destaque dado pelos jornais pesquisados a determinadas notícias também são indicativos da importância desse recurso gráfico: foram 177 fotos publicadas pelo Estadão, só em 1983, e 250 fotos publicadas pela Folha no mesmo período.[100]

Frente à amplitude do universo pesquisado, optamos por selecionar as fotos a serem analisadas levando-se em consideração tanto o critério das fotos mais significativas quanto das mais típicas, sempre em relação à temática abordada – a violência policial. Assim, as fotos mais significativas são reveladores de aspectos que caracterizam a polícia, incluindo suas contradições, enquanto as fotos mais típicas retratam os atributos à ela relacionados com freqüência, como a força e a militarização, por exemplo. Foram selecionadas e analisadas 35 fotos publicadas pelo O Estado de S. Paulo, distribuídas em nove páginas deste jornal, e 59 fotos publicadas pela Folha de S. Paulo, distribuídas em 33 páginas, durante o ano de 1983.

Foram excluídas da seleção as fotos "de autoridades", "protocolares" e muito freqüentes, por remeter sempre a primazia do modelo retratado, reforçando as relações de poder nas quais o tema em questão está envolvido.

Quando se trata de fotos relacionadas à violência policial, evidencia-se o contraste no tratamento dispensado pelos dois jornais pesquisados às "autoridades", cujo destaque já comentamos, e os supostos "marginais", vítimas da polícia, raramente retratados. Deste modo, diferenciando-se radicalmente da primazia dos sujeitos, concedida às "autoridades", a maioria das fotos referentes à violência policial são fotos sem sujeitos, nas quais se retratou as armas supostamente apreendidas,

o local e, por vezes, as vítimas dos "marginais."[101]

O mesmo ocorre no caso dos motins penitenciários, onde as únicas personagens retratadas foram guardas e autoridades, sugerindo que a atenção do leitor foi desviada do motim para a sua repressão.

Pela ênfase conferida tanto pela Folha de S. Paulo quanto pelo O Estado de S. Paulo aos saques e quebra - quebras ocorridos em 1983, materializada num aumento significativo do número e do tamanho das fotos publicadas principalmente no mês de abril (ver quadros 4 e 5), esse foi o tema da maioria das fotos analisadas referentes a este ano.

Na leitura dessas fotos, ainda que sem perder de vista suas relações com os textos escritos que as acompanham, atentamos para a noção de espaço nelas codificada. Percebemos que esse foi um dos pontos de confluência da bibliografia consultada, presente tanto nos trabalhos de caráter teórico (U. Eco, P. Dubois), como naqueles produzidos a partir de pesquisas empíricas com fotografias (M. M. Leite, A. M. M. S. Andrade e M. Joly).

Adotando essa estratégia metodológica que valoriza a noção de espaço presente nas fotos, como elo que organiza a interação visual entre os objetos retratados[102], portanto como chave da sua leitura, nos deparamos com um cenário quase constante - a rua - nas fotos estudadas sobre saques e quebra - quebras.[103] A presença desse elemento unificador confirma, agora visualmente, nossa hipótese de que essas manifestações populares representavam, em sua dimensão mais ampla, uma disputa por esse espaço dito "público", além do seu inconformismo frente a essa ordem urbana que procura limitá-los, inaugurada no Brasil no começo deste século.

Outra particularidade dessa cobertura foto - jornalística decorre da presença dos fotógrafos de cada jornal à própria cena dos acontecimentos, ou da maioria deles. Tal característica, ausente da maioria das outras temáticas estudadas, implica, em primeiro lugar, que apenas essas imagens desempenhem papel atestador da ocorrência da realidade a que se referem, para o qual nos alerta Dubois.[104]

Quanto ao conjunto das fotos analisadas, de acordo com a proposta semiótica de abordagem, distinguimos, dentro da mensagem visual, dois tipos de signos, os signos icônicos e os signos plásticos:

"Os signos icônicos , de modo codificado, dão a impressão de semelhança com a realidade jogando com a analogia perceptiva e com os códigos de representação herdados da tradição da representação ocidental, enquanto os signos plásticos, designam os componentes propriamente plásticos da imagem, como a cor, as formas, composição e textura."[105]

Procurando superar as inúmeras dificuldades impostas pela falta de familiaridade com os recursos técnicos relativos à definição dos signos plásticos, optamos por valorizar aqueles mais importantes nas fotos analisadas, já que trabalhamos com fotos temáticas, sempre relacionadas à violência policial ou, mais esporadicamente, relacionadas a discussões sobre o papel da polícia e da prisão.

Desse modo, priorizamos os seguintes signos plásticos: 1. localização (no corpo do jornal), 2. enquadramento, 3. composição, 4. dimensões e 5. profundidade de campo. A despeito da sua importância na definição da nitidez das imagens, deixamos de analisar o tipo de lente utilizado em cada foto em função das referidas limitações técnicas. Considerando apenas que as lentes de 50 milímetros de espessura são freqüentemente utilizadas no foto - jornalismo, pelos baixos índices de distorção por ela assegurados.

Como as fotos publicadas pela imprensa costumam apresentar medidas irregulares, envolvendo sempre frações decimais, cujas diferenças não são significativas para esta pesquisa, optamos por adotar apenas quatro critérios básicos, a partir dos padrões dos jornais pesquisados: 1. fotos pequenas, com até 36 cm^2, 2. fotos médias, acima de 36 cm^2 e abaixo de 100 cm^2 e 3. fotos grandes, acima de 100 cm^2 e abaixo de 324 cm^2. As fotos com medidas acima de 324 cm^2, publicadas apenas excepcionalmente, foram classificadas como 4. muito grandes.

Quanto ao suporte e à cor, eles são elementos fixos: sempre impressas em papel jornal e sempre em branco e preto.[106]

Na análise desses signos plásticos, identificamos alguns recursos freqüentemente utilizados no tratamento das temáticas analisadas. O primeiro deles refere-se a um mecanismo de compensação entre os signos plásticos localização e dimensões, utilizado particularmente nas coberturas de fatos de grande destaque, como os saques e quebra - quebras. Nesses casos, foi comum a publicação de fotos de grandes dimensões na parte inferior da página, espaço considerado menos privilegiado do ponto de vista da diagramação. Compensava-se a localização menos privilegiada com as grandes dimensões, garantindo-se o destaque pretendido.

Outras vezes, a opção por enquadramentos amplos e por grandes profundidades de campo atingem o objetivo de amenizar o impacto causado por signos icônicos como corpos estendidos no meio da mata, por exemplo. A despeito da eficiência desses recursos, não se pode perder de vista o seu caráter ilusório, de simulação perfeita da distância real em relação à cena retratada.[107]

De modo semelhante, a opção pela pequena profundidade de campo, além de destacar o signos icônicos retratados, não permite a identificação do local retratado, sugerindo assim que aquela cena poderia ter ocorrido em qualquer lugar ou mesmo em todo lugar. Por vezes cria-se mesmo um clima de suspense, como no exemplo que se segue, no qual apenas a leitura da matéria permite a identificação do local retratado: Foto 1

Dois outros recursos envolvendo signos plásticos foram utilizados: signos plásticos desempenham papel de signos icônicos, quando a regulagem da objetiva produz imagens fora de foco, conferindo à foto o significado de irrealidade, de confusão, ou quando fundos escuros sugerem a continuidade da cena retratada, ampliando-a. Existem ainda casos em que a pouca luminosidade das fotos (super - expostas), acentuada pela pequena presença da cor branca, conferem à cena retratada um ar de sobriedade, por vezes mesmo de desolação.

Foto 1

Folha de S. Paulo , 3 de setembro de 1983, primeira página[108]

Contrariamente, a presença de certos signos icônicos acabaram por determinar certos signos plásticos, é o caso da presença do signo fogo, por exemplo, determinando certo distanciamento e até mesmo o enquadramento da foto.

Ainda, com relação aos signos icônicos, percebemos que ao procurar realizar a análise não realizada pelo leitor "comum" acabamos por impor um ponto de vista específico, de pesquisador já familiarizado com a temática abordada nas fotos, portanto, algo distanciado da maioria das interpretações individuais ou coletivas. Desse modo, o ponto de vista do pesquisador acaba por ampliar e por limitar, simultaneamente, as possibilidades da análise dessa fonte, caracterizada como um meio de comunicação de massa. O exemplo que seguinte é emblemático das diferentes leituras possíveis, de acordo com a familiaridade do leitor com determinado universo cultural:

Foto 2

Folha de S. Paulo , 13 de março de 1983, p. 22

Os significantes icônicos: canos, panos, cordas, madeira, ainda que dispostos em um conjunto organizado e determinado, não têm significado para a maioria dos leitores, embora o tenha para pesquisadores de temáticas relacionadas à polícia e para aqueles que já foram submetidos a seções de tortura. Isto porque essas mensagens são decifradas a partir do conjunto de experiências e significados de cada um, decodificados em termos de sinais comuns.

Mas a foto vem acompanhada de legenda, de um título e de um texto escrito que lhe conferem significação, acessível a qualquer receptor, reafirmando-se assim a importância da intertextualidade no trabalho com a grande imprensa (Foto 10).

Ainda quanto ao ponto de vista semiótico, adotado na análise das fotos, atentamos para a distinção proposta por Joly[109] em relação a três possíveis relações estabelecidas entre a foto e seu(s) receptor(es): a leitura transbordante, na qual o leitor constrói imaginariamente o que não se vê; a leitura centrípeta, na qual o leitor "mergulha" naquela imagem; e a leitura distante, na qual o leitor observa de fora aquela imagem, sem se envolver.

A leitura distante foi identificada com freqüência nas fotos "sem sujeito", acima referidas, e nas fotos retratando cerimônias oficiais, envolvendo condecoração de policiais ou reuniões entre o governador Montoro e os secretários ligados à área da Segurança Pública.

A leitura transbordante foi identificada principalmente nas fotos referentes a saques e quebra - quebras, nas quais, a despeito do aumento nas dimensões e na freqüência das fotos publicadas, as

cenas retratadas eram dificilmente enquadráveis em sua totalidade, o que não chegou a dificultar a sua compreensão. Mas essas fotos também propunham ao leitor uma leitura distante, a medida em que não provocavam o desejo de participação na cena retratada, pelo contrário, são notáveis os esforços deliberados dos dois jornais no sentido de opor seus leitores aos personagens retratados saqueando ou depredando, além de reforçar sempre o temor despertado pelas mesmos fatos. Há, portanto, uma complementaridade entre as diferentes possibilidades de leitura.[110]

Já a leitura centrípeta foi identificada em raras ocasiões, particularmente nas matérias publicadas pela Folha de S. Paulo sobre a questão carcerária, quando os leitores eram convidados, através de textos escritos e de imagens, a penetrar na prisão, ultrapassando suas grades e pesadas portas, além das muralhas.[111]

Além disso, trabalhamos sempre comparativamente com os dois jornais priorizados nesta pesquisa (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo)[112], buscando perceber em que medida as opiniões de cada um deles (expressas em editoriais e artigos assinados, principalmente) apresentava um nível de coerência que permitisse identificá-los com uma determinada "linha", posição política ou concepção.

Quanto ao assunto específico de cada matéria publicada, os critérios de classificação para notícias e artigos foram os seguintes:

1. crimes cometidos por policiais;
2. rebeliões penitenciárias;
3. Secretaria de Segurança Pública e alto comando da polícia;
4. Secretaria de Justiça e administração penitenciária;
5. Ministério da Justiça atuando sobre as polícias e as prisões do Estado de S. Paulo;
6. saques e quebra - quebras.

A partir da análise minuciosa das matérias publicadas pelos dois jornais pesquisados sobre violência policial , procuramos visualizar as imagens da instituição policial por eles elaborada, aproximando-nos assim dos diversos dilemas que envolvem a questão da cidadania no Brasil, centro das preocupações deste trabalho.

Iniciando as discussões resultantes do esquadrinhamento das matérias relacionadas à questão da Segurança Pública e, particularmente, à violência policial publicadas pela Folha de S. Paulo e pelo O Estado de S. Paulo entre janeiro de 1983 e março de 1985, procederemos, no capítulo 1: Democracia e violência em São Paulo, à discussão das propostas do Governo Montoro para a polícia (Secretaria de Segurança Pública) e para os presídios (Secretaria de Justiça), além das duas questões polêmicas que envolveram diretamente o governo federal: a desativação do Dops paulista e o decreto - lei que submeteu a ação da Polícia Militar ao Exército, veiculadas em 1983.

As polêmicas veiculadas no mesmo ano, diretamente relacionadas à instituição policial, serão alvo prioritário de nossa atenção no capítulo 2: A violência como paradigma da segurança pública, que abordará também o papel da polícia na sociedade brasileira. O noticiário sobre violência policial de todo o período estudado será abordado no capítulo 3: Crimes policiais.

As polêmicas veiculadas em 1983, referentes à questão penitenciária, as coberturas dos quatro motins de presos ocorridos ao longo de todo o período estudado, bem como a campanha contra a Política de Humanização implementada em 1984, serão discutidas no capítulo 4: Debatendo as relações entre o Estado e seus presos.

No capítulo 5: Os pobres continuam perigosos, abordaremos o enfrentamento desencadeado pelo governo estadual frente aos saques e quebra - quebras ocorridos em 1983, a partir do tratamento a ele dispensado pelos dois jornais pesquisados.

HOME | SUMÁRIO | INÍCIO DA PÁGINA

---

[1] NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J., NORA, P. História: novos problemas. RJ: Francisco Alves, 1988, p.179/93.

[2] Essa idéia foi proposta por Wieviorka, a partir das colocações de Tilly sobre a especificidade dos "repertórios" de violência de cada período histórico. WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. Tempo Social, Rev. Sociologia. SP: USP, v. 9, n.1, p. 5, maio 1997.

[3] BACZCO, B. Imaginação Social. Enciclopédia Einaldi, v. 5. Anthropos - Homem. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 313/4.

[4] Durante nossa pesquisa de mestrado, estudamos as rebeliões carcerárias ocorridas em São Paulo, no período 1982/86, utilizando, entre outras, a grande imprensa paulista como fonte histórica. GÓES, E.M. A recusa das grades. Rebeliões nos presídios paulistas: 1982/86. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)

[5] POSTER, M. Carceles y vigilância. In: Foucault, Marxismo e História. Modo de producion versus modo de información. Buenos Aires: Paidós, 1987, p.144.

[6] LEBRUN, M. O que é poder. SP: Brasiliense, 1984, p. 21.

[7] FERNANDES, H. R. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. Tempo Social; Rev. Sociol. SP: USP, v.1, n.2, p.133, 2º. sem. 1989.

[8] Idem, p.123.

[9] FOUCAULT, M. A vontade de saber. 2. ed., RJ: Graal 1979, p. 8.

[10] Embora alguns funcionários dessas delegacias reconheçam nas carências da população pobre a motivação para a sua presença freqüente nos distritos policiais e não desmereçam o reforço ao respeito às autoridades policiais presente neste gesto, no cotidiano desses distritos, recorrem à estratégias variadas para desestimular sua presença e frustrar suas expectativas. FERREIRA, R. M. F. O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1985, p. 34/40.

[11] Diferentes propostas de abordagem da temática da cidadania podem ser encontradas em: PAOLI, M. C. Desenvolvimento e Marginalidade. SP: Pioneira, 1974; RESTREPO, L. A. A relação entre a sociedade civil e o Estado. Elementos para uma fundação do papel dos movimentos sociais na América Latina. Tempo Sociol., Ver. Sociol., SP: USP, v. 2, n. 2, p. 61/100, 2. Semestre 1990; DA MATTA, R. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. RJ: Zahar, 1983.

[12] Para uma rápida discussão sobre o conceito de violência urbana, ver o tópico: Delimitação Espacial, dessa introdução.

[13] Paoli, M.C., op. cit., p. 50.

[14] RAMALHO, J. R. O mundo do crime: A ordem pelo avesso. RJ: Graal, 1979. VIOLANTE, M. L. O Dilema do decente malandro. SP: Cortez Ed. Associados, 1981. ZALUAR, A. A máquina da revolta: Organizações populares e o significado da pobreza. SP: Brasiliense, 1985.

[15] PINHEIRO, P.S.(org.) Crime, Violência e Poder. SP, Brasiliense, 1983. ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. Tempo Social; Rev. Sociol. SP: USP, v. 3, n. 1-2, p. 9, 1991. _____ A criminalidade urbana violenta no Brasil: Um recorte temático. BIB, RJ, n. 35, p. 3/24, 1993.

[16] PINHEIRO, P.S., op. cit. Para um balanço desse debate inserido no campo da História Social, ver SILVA, Z. L. da A História Social em debate. Revista Pós - História, Assis - SP, n. 19, p. 27/52, 1994.

[17] BENEVIDES, M.V. Violência, Povo e Polícia. SP: Brasiliense, 1983.

[18] Durante nossa pesquisa de mestrado, percebemos que as relações entre a polícia e a prisão variam bastante, quando enfrentam situações extremas, como os motins carcerários. Há momentos em que se percebem alianças tácitas ou declaradas entre os representantes da polícia, da justiça e da instituição prisional diretamente envolvida. Noutros momentos as relações são abertas ou veladamente conflituosas. GÓES, E.M., op. cit.

[19] Concebemos tanto a instituição policial, quanto a instituição prisional, como partes de um amplo projeto de disciplinarização social que se desenvolve no Brasil, sobretudo a partir do século XIX.

[20] GÓES, E.M., op. cit.

[21] O jornal que mais se empenhou foi o Jornal da Tarde, não analisado nesta pesquisa. Durante o mesmo período a Folha de S. Paulo adotou uma postura de defesa moderada da nova política penitenciária.

[22] LACOUTURE, J. A História Imediata. In: Le GOFF, J. A História Nova. SP: Martins Fontes, 1990, p. 216.

[23] Idem, p. 216 e 223.

[24] Idem, p. 238.

[25] Habermas situa o início desse processo de transformação dos grandes jornais em empreendimentos capitalistas na segunda metade do século XIX. HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. RJ: Tempo Brasileiro, 1984, p. 217.

[26] Idem, p. 221.

[27] Os pesquisadores tem recorrido às estatísticas policiais, cujas limitações e perigos de distorsão têm sido amplamente debatidos, e aos inquéritos policiais e processos judiciais, que exigem um minicioso esquadrinhamento para que a "versão" da polícia e do judiciário sejam superadas. Esses dois casos também caracterizam-se como representações sobre a polícia.

[28] A historiografia inglesa e particularmente os trabalhos de E. P. Thompson são referenciais necessários a essa abordagem que reconhece a importância das mediações culturais sem, no entanto, perder de vista a centralidade da experiência social, bem como dos conflitos que a caracterizam nas sociedades capitalistas. THOMPSON, E. P. A formação da classe trabalhadora inglesa. RJ: Paz e Terra, 1987; _____ Tradición, revuelta e consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 1. ed., Barcelona: Editorial Crítica, 1979; _____ Senhores e Caçadores: A origem da lei negra. RJ: Paz e Terra, 1987. _____ A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Altusser. RJ: Zahar, 1981.

[29] Dentre a vasta produção deste autor, destacamos: FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 11. ed., RJ: Graal, 1993; _____ Vigiar e Punir. Nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

[30] BRETAS, M. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. RJ: Arquivo Nacional, 1997, p. 28/9.

[31] LEBRUN, G. O que é poder. SP: Brasiliense, 1984.

[32] O'BRIEN, P. A História da cultura de Michel Foucault. HUNT, L. A Nova História Cultural. SP: Martins Fontes, 1992, p. 11.

[33] FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 11. ed., RJ: 1993, p. XII.

[34]BRETAS, M., op. cit.; PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: O'DONNEL, G. e outros A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas. SP: Vértice, 1988. _____ Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932 - 1978. In: PINHEIRO, P. S. (org.), op. cit., p. 13/44; ZALUAR, A. Condomínio do Diabo: as classes urbanas e a lógica do "ferro" e do fumo. In: PINHEIRO, P.S. (org.), op. cit., p. 251/77; FERREIRA, R. M. F. O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1985; dentre a vasta produção de Pinheiro, destacamos PINHEIRO, P.S. Estado e terror. In: NOVAES, A. (org.) Ética. SP: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 191/204. _____ Polícia e crise política: O caso das Polícias Militares. In: Da Matta, R. e outros Violência brasileira. SP: Brasiliense, 1982, p. 57/91; FERNANDES, H. R. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. Tempo Social; Rev. Sociol., SP: USP, v. 1, n. 2, p. 121/34, 2. semestre 1989.

[35] FERREIRA, R. M. F. Poder e cultura em organizações penitenciárias. SP: USP, 1989. (Tese de Livre - docência); dentre a vasta produção de Adorno de Abreu, destacamos: ADORNO, S. A prisão sobre a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. Tempo Social; Rev. Sociol.,SP: USP, v. 3, n. 1-2), p. 7/40, 1991._____, FERREIRA, R. M. F. Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social. SP: CEDEC, fev. 1987. (Relatório de Pesquisa).

[36] PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: O`DONNEL, G. e outros A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. SP: Vértice, 1988, p.168.

[37] No Rio de Janeiro ocorreu processo semelhante, ainda que a figura polêmica de Leonel Brizola à frente da nova administração estadual conferisse especificidade à transição naquele Estado.

[38] Franco Montoro tomou posse no governo do Estado de São Paulo em 15 de março de 1983.

[39] O tema da Campanha da Fraternidade de 1983 foi "Fraternidade sim, violência não".

[40] OLIVEN, R.G. Chame o ladrão: As vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R. Violência e Cidade. Série Debates Urbanos, n. 2, RJ: Zahar Editores, 1982, p. 25.

[41] PERROT, M. Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros. RJ: Paz e Terra, 1984.

[42] FERRARA, L. D. As máscaras da cidade. Rev. USP, SP: março/ abril e maio/ 1990, p.10.

[43] PINHEIRO, M. L. U. A cidade sobre os ombros. SP: PUC, 1996. (Dissertação de Mestrado)

[44] Idem, p.48/9.

[45] PAOLI, M. C. Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do séc. XX. Rev. da OAB, SP: Brasiliense, 1989, p. 85.

[46] MOISÉS, J.A., ALIER, V. A revolta dos suburbanos. Patrão o trem atrasou... Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. RJ: CEDEC/Paz e Terra, 1977, p.46.

[47] PAIXÃO, A. L. Crime e criminosos em Belo Horizonte, 1932 - 1978. PINHEIRO, P. S.(org.) Crime, Violência e Poder. SP:

Brasiliense, p.15.

[48] De acordo com esta leitura, as áreas rurais ou pouco urbanizadas apresentariam taxas mais altas de violência interpessoal. PAIXÃO, A. L., op. cit.

[49] Nessa linha ver KOWARICK, L., ANT, C. Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BORSCHI, R. R., op. cit., p.32/3.

[50] MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo. SP: Hucitec, 1996, p. 84/5.

[51] STORCH, R. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. Rev. Bras. Hist., SP: v.5, n. 8/9, p.10/11, set. 1984/ abr. 1985.

[52] Idem.

[53] Idem, p.11.

[54] MARICATO, E., op. cit., p. 38.

[55] Idem.

[56] Como informa Maricato, de 1940 a 1980 a população urbana nacional passa de 26,35% do total para 68,86%. MARICATO, E., op. cit., p.40.

[57] FARIA, V. E. Cinqüenta anos de urbanização no Brasil - Tendências e Perspectivas. Novos Estudos Cebrap. SP: n. 29, p.104, março/91.

[58] FSP, 25.1.85, p. 3.

[59] Em 1973, as estatísticas apontavam 1% de favelados na população de São Paulo; em 1993, já chegavam a 20%. Dados fornecidos por Maura Pardini B. Veras, em comunicação de pesquisa apresentada no XIX Encontro Nacional da ANPUH/ Belo Horizonte - MG, em julho de 1997.

[60] MARICATO, E., op. cit., p. 47.

[61] Idem., p. 47/8.

[62] Raquel e Nabil Bonduqui já alertavam, no final da década de 70, para a estigmatização das favelas estimulada por seu "desafio" à propriedade privada. BONDUQUI, R., BONDUQUI, N. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. A reprodução capitalista da casa (e da cidade). SP: Alfa - Omega. 1979, p.151.

[63] Os resultados desse processo ainda seriam perceptíveis no senso de 1991, que apontou um aprofundamento da "periferização" das grandes metrópoles, ou seja, maior aumento populacional nos municípios da franja metropolitana, reproduzindo e expandindo formas de favelas e cortiços também na periferia. MARICATO, E., op. cit., p. 51.

[64] CALDEIRA, T. P. do R. A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. SP: Brasiliense, 1984, p. 7.

[65] MUNHOZ, S. J. A ordem do "caos" versus o ocaso da ordem: Saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 21/2. (Dissertação de Mestrado)

[66] EMPLASA, Plano Metropolitano da Grande S. Paulo 1993/ 2010. SP: 1994, p. 35.

[67] Esse pesquisador desenvolve essa idéia, como um dos elementos a serem considerados na análise dos saques e quebra-quebras ocorridos em São Paulo, em 1983. MUNHOZ, S. J., op. cit., p. 62/3.

[68] Idem., p. 63/4.

[69] BENEVIDES, M.V., op. cit.

[70] Idem, p. 24.

[71] Segundo estimativa de Otávio Frias Filho, a televisão atinge 120 milhões de pessoas, enquanto os jornais seriam lidos por 16,5 milhões. FSP, 1.12.93, p. 3/4.

[72] SILVA, R. S. Diagramação: recurso funcional e estético no jornal moderno. SP: USP/ECA, 1983, p. 7. (Dissertação de Mestrado)

[73] Idem, p.19.

[74] Tanto o Manual de Redação da Folha de S. Paulo, de 1987, como o Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo, de 1992, reconhecem a importância das fotografias e ilustrações, chegando este último a admitir que "muitas vezes, são as únicas coisas que o leitor vê na página".(Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo, 1992, p. 144)

[75] FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. RJ: Cadernos da PUC - Série Letras e Artes, junho de 1974, p.1.

[76] BUCCI, E. O peixe morre pela boca. SP: Página Aberta, 1993, p. 25.

[77] DUBOIS, P. O ato fotográfico, SP: Papirus, 1994, p.15.

[78] DUBOIS, P., op. cit., p. 26 e seguintes.

[79] "O antropólogo Melville Herkovits mostrou um dia a uma aborígene uma foto de seu filho. Ela foi incapaz de reconhecer a imagem até o antropólogo atrair sua atenção para os detalhes da foto... A fotografia não comunica qualquer mensagem para aquela mulher até que o antropólogo a descreva para ela". SEKULLA, A. "On the invention of photographic meaning".DUBOIS, P., op. cit., p. 42.

[80] DUBOIS, P., op. cit., p. 49.

[81] DUBOIS, P., op. cit., p. 51/2.
[82] LEITE, M. M. Retratos de família. SP: EDUSP, 1993, p.15.
[83] LEITE, M. M., op. cit., p. 25.
[84] JOLY, M. Introdução à análise da imagem. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 29.
[85] Também o trabalho de Vilches constitui exceção à referida abstração da maioria dos trabalhos sobre fotografia encontrados. VILCHES, L. Teoría da la imagem periodística. Barcelona, Paidós, 1993.
[86] CARVALHO, V. C. de A representação da natureza na pintura e na fotografia do século XIX. FABRIS, A. (org.) Fotografia. Usos e funções no século XIX. SP: EDUSP, 1991, p. 199/231.
[87]LEITE, M. M., op. cit., p. 200.
[88] SONTAG, S. Ensaios sobre fotografia. RJ: Arbor, 1980, p. 22/3.
[89] VILCHES, L., op. cit., p. 55.
[90] CARVALHO, V. C., op. cit.
[91] VILCHES, L., op. cit.
[92] JOLY, M., id. ibidem, p. 61.
[93] ESSUS, A. M. A. e GRINBERG, L. O século faz cinqüenta anos: fotografia e cultura política. Rev. Bras. de Hist. v.14, n. 27, SP: ANPUH - Marco Zero, p.139.
[94] Fotógrafo francês nascido em 1908, celebrizou-se com sua cobertura jornalística da Guerra Civil Espanhola. Em 1947, fundou a Agência Magnum que pretendia proteger a autonomia dos fotógrafos. Para ele: "a fotografia é um impulso espontâneo vindo de um olho sempre atento, que captura o momento e o eterniza."
[95] VILCHES, L., op. cit., p. 244.
[96] Segundo Lage, uma notícia consiste no relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e de cada fato a partir de seu aspecto mais importante e interessante. COIMBRA, O. O texto da reportagem impressa. SP: Ática, 1993. p. 9/10.
[97] A partir dos editoriais e matérias assinadas, buscaremos identificar as posturas políticas e ideológicas adotadas pelos dois jornais frente à temática aqui estudada, bem como eventuais mudanças ao longo do período estudado.
[98] Trata-se do princípio da atestação de Pierce. Dubois, P., op. cit., p. 52.
[99] Esse recurso pouco comum foi empregado pela Folha de S. Paulo, na cobertura dos saques e quebra - quebras.
[100] As oscilações ao longo dos meses podem ser visualizadas nos quadros 4 e 5.
[101] Essa prática foi caracterizada com mais freqüência nas páginas do Estadão, em função do envolvimento direto da Folha em companhas contra a violência policial, particularmente pela extinção da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar).
[102] VILCHES, L., op. cit., p. 22.
[103] As únicas exceções são as fotos de interiores de estabelecimentos comerciais saqueados, no caso dos saques de abril, e de reuniões entre a equipe do governo paulista.
[104] Sobre o papel atestador, mas não explicativo das fotos, ver Dubois, P., op. cit., p. 51/2 .
[105] JOLY, M., id. ibidem, p. 75.
[106]Durante o período estudado (jan/83-mar/85) as fotografias coloridas só eram usadas excepcionalmente, no carnaval, por exemplo e, em geral, em cadernos especiais, como o Caderno de Turismo.
[107] VILCHES, L., op. cit., p. 50.
[108] Cada uma das fotos presentes no texto da tese vem acompanhadas de 2 anexos: o primeiro contém a reprodução integral, porém reduzida, da página na qual a foto foi publicada, e o segundo contém o quadro analítico elaborado sobre ela.
[109] JOLY, M., op. cit., p. 94.
[110] Observamos que essa complementaridade não se restringe às fotos sobre saques e quebra - quebras.
[111] Esses recursos nunca eram utilizados na cobertura de motins penitenciários, quando os presos eram raramente fotografados e toda a atenção se voltava para a repressão policial.
[112] Buscando uma melhor instrumentalização deste trabalho, procedemos à análise dos manuais de redação desses dois jornais.

HOME | SUMÁRIO | PRÓXIMO CAPÍTULO

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

Eleito com cerca de cinco milhões de votos, Franco Montoro assumiu o governo de São Paulo em 15 de março de 1983, no auge de uma longa carreira política iniciada na década de 40, com a fundação da Juventude Universitária Católica (JUC), junto com Clóvis Garcia e Marcos Nogueira Garcez, entre outros. Esse grupo teve sua origem numa iniciativa da própria Igreja Católica, articulada pelo então arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, de organizar a participação laica na sua igreja. Foi criada então, em 1935, a Ação Católica Brasileira (ACB), que evoluiria, na década seguinte, para uma atuação social.

Mantendo-se fiel à influência católica, Montoro filiou-se, ainda no final da década de 40, ao recém fundado Partido Democrata Cristão (PDC), junto com Antônio de Queirós Filho, João e Plínio de Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima, entre outros. Num cenário de polarização política resultante do fim da Segunda Guerra Mundial (1939/45), os diversos PDC's fundados em países de tradição católica se propunham a definir uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo, a chamada terceira via.

Depois de inúmeros mandatos entre as esferas municipal, estadual e federal, sempre na legenda do PDC, Montoro foi nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves, no governo João Goulart. Quando ocorreu o golpe militar de 1964, no entanto, ele já voltara à Câmara Federal, eleito mais uma vez deputado pelo PDC.

Com o fim dos partidos políticos, imposto pelo Ato Institucional número 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, passou para a oposição ao regime, integrando o único partido de oposição tolerado: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Continuou, no entanto, sua trajetória política, reelegendo-se para a Câmara e para o Senado, até a candidatura ao governo paulista, quando enfrentaria a difícil convivência com um governo federal que permanecia estritamente vinculado aos mesmos princípios que dominaram a cena política brasileira nos últimos 20 anos. O governo estava então representado pelo General João Batista Figueiredo.

Um dos pontos centrais dessa difícil herança residia na política econômica conduzida pelo governo federal. Baseada num programa de ajustamento externo e interno, decorrente de acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tal política elevou a inflação média anual de 100,2%, em 1980, para 154,5%, em 1983, e 220,5%, em 1984. Pela necessidade de pagamento da dívida externa, justificava-se a aplicação de medidas de caráter nitidamente recessivo.[1]

Dentre as inúmeras conseqüências ocasionadas por essa política na economia paulista, destacamos a queda do nível de emprego no Estado em 18,6% em relação a 1980.

Durante o biênio 1985/6 houve um período de recuperação econômica no Brasil e em São Paulo,

particularmente. Enquanto a produção industrial brasileira cresceu 22% neste período, situando-se 9% acima do nível de 1980, a produção paulista cresceu 21,5% no mesmo período, situando-se 4,4% acima do nível de 1980. Quanto ao nível de emprego, ele cresceu 19,3% em São Paulo, ficando ainda 2,8% inferior ao nível de 1980.

Além desses agravantes provocados pela crise econômica nacional, os primeiros meses da administração Montoro foram marcados por denúncias em relação a irregularidades e à precária situação das finanças estaduais herdadas da gestão Maluf - Marin. Obras faraônicas inacabadas, endividamento sufocante, atrasos nos pagamentos das empreiteiras e fornecedores, déficit e degradação dos serviços públicos essenciais e deterioração dos salários do funcionalismo público caracterizavam esta pesada herança.

As medidas adotadas para reverter tal quadro, agravado pela queda na arrecadação de ICMS, visavam à ampliação da captação de recursos de financiamento, tanto externos como internos, como forma de alavancar os investimentos públicos. A implementação dessas medidas coube à Secretaria de Economia e Planejamento, que centralizou as decisões de ordem política relativas à negociação e renegociação de empréstimos.

Contornando essas dificuldades iniciais, a nova administração estadual procurou corresponder às expectativas criadas durante o período da campanha eleitoral quanto à priorização da área social. Segundo fontes ligadas ao próprio Governo Montoro[2], as secretarias priorizadas foram Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública.

Dentre as principais limitações porque passou a referida administração, Barjas Negri[3] destaca a incapacidade de reformar a máquina administrativa herdada, caracterizada pelo burocratismo, autoritarismo e pela corrupção. A ausência de uma reforma administrativa, aliada à falta de percepção de que os setores sociais do governo, acostumados a não receber recursos para investimentos, não possuíam estrutura técnica capaz de lhes dar agilidade para efetuar gastos públicos, provocaram significativos atrasos em inúmeras obras e programas sociais.

Além disso, teriam havido muitas dificuldades na área da comunicação social, criando uma imagem equivocada de imobilismo administrativo quando programas de elevado alcance social estavam de fato sendo implantados.

A sua atuação na área genericamente denominada Segurança Pública, envolvendo diretamente a atuação das secretarias de Segurança e de Justiça, foi alvo de intenso debate estimulado pela grande imprensa paulista. Ainda que politicamente fracionadas, três importantes tendências exerceriam pressão naquela conjuntura política: **1.** as demandas pelo fim da violência e das arbitrariedades policiais, encampadas por entidades civis de defesa dos direitos humanos, muitas delas ligadas à Igreja Católica; **2.** as demandas pela ampliação da presença e da eficiência policial no enfrentamento da violência urbana, percebida como ameaçadora sobretudo pelas classes médias, e **3.** aqueles que defendiam a manutenção dos métodos tradicionalmente empregados pelas agências de controle social como única possibilidade de sucesso na manutenção da "segurança pública."

De início empenhado em "colocar a casa em ordem", alterando o quadro herdado dos governos ditatoriais, Montoro assumiu suas afinidades com as duas primeiras tendências mencionadas, como evidenciam seus planos de governo. A partir de 1984, no entanto, o governador cedeu ante às dificuldades enfrentadas e às pressões exercidas pelo seu partido para que se dedicasse mais à política nacional, então envolvida em disputas acerca do novo presidente da República.[4] A responsabilidade sobre a administração estadual ficou cada vez mais delegada à equipe de governo.

As trajetórias das secretarias envolvidas com a questão da Segurança Pública são reveladoras dos embates que caracterizaram àquela cena política.

1. Secretarias de Justiça e de Segurança Pública do Governo Montoro

Tanto a expectativa da posse (desde o início de janeiro até 15 de março), quanto a atuação da nova equipe (a partir de 15 de março) de um governo de oposição eleito depois de um longo período de Ditadura parecem ter sido os principais estímulos ao debate acerca das causas e possibilidades de enfrentamento da criminalidade, da violência policial e das atribuições de um estado democrático frente à questão da segurança pública.

Assim, encontramos 548 matérias, incluindo editoriais, dedicadas à discussão dessas questões no jornal *O Estado de S. Paulo* e 957 matérias, também incluídos os editoriais, dedicadas às mesmas questões na *Folha de S. Paulo,* em 1983.

Tanto a *Folha de S. Paulo*, como *O Estado de S. Paulo* dedicaram mais espaço ao debate em torno das propostas e medidas iniciais adotadas pela Secretaria de Segurança Pública, que respondiam pelas polícias (civil e militar), bem como pelas pessoas detidas nos DP's[5], neste primeiro ano do governo Montoro.

QUADRO 1: Matérias Publicadas pelos Jornais *Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*, em 1983

MESES	***O ESTADO DE S. PAULO***	***FOLHA DE S. PAULO***
JANEIRO	48	112
FEVEREIRO	29	40
MARÇO	43	100
ABRIL	117	177
MAIO	27	68
JUNHO	49	77
JULHO	21	57
AGOSTO	32	62
SETEMBRO	32	72
OUTUBRO	63	59
NOVEMBRO	56	83
DEZEMBRO	31	50
TOTAL	**548**	**957**

Desse modo, embora um motim tenha ocorrido no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, no mês de janeiro de 1983[6], talvez por faltar ainda mais de um mês para a posse do novo governo (já eleito), isso não foi suficiente para garantir à questão penitenciária a mesma atenção dedicada à questão policial.[7]

O espaço dedicado às novas propostas e às medidas adotadas pelas duas referidas secretarias, à critica das mesmas e às sugestões, bem como aos problemas por elas encontrados foram uma constante em 1983, ainda que algumas vezes de forma fragmentária. Outras vezes, séries de reportagens eram publicadas, a partir do estimulo de certos acontecimentos a elas relacionados.[8] Os problemas foram, em geral, atribuídos aos governos anteriores, notadamente à gestão Maluf - Marin.

Procederemos, nos próximos tópicos, ao acompanhamento de cada uma dessas discussões, iniciando por uma tentativa de traçar um quadro das propostas, de cada secretaria, assim como das críticas e das sugestões a elas dirigidas, veiculadas pelos dois jornais.

1.1. A Secretaria de Justiça e as prisões de São Paulo

Discutindo o perfil do novo governador e de sua equipe prestes a tomar posse, a *Folha de S. Paulo* [9] apontou sua clara vinculação com o ideário democrata - cristão, originado durante o Concílio Vaticano 2º., mas que acabou ganhando feições mais progressistas entre alguns de seus representantes brasileiros. Tais vinculações são amplamente comprovadas por sua longa trajetória política no PDC (1950/65), do qual só se afastou com a sua extinção imposta pela Ditadura Militar.

Dentre os seus principais representantes estariam não apenas o próprio Franco Montoro, como seu Secretário da Justiça, o advogado José Carlos Dias, ex - presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, ex - professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e na época vice - presidente da Associação Internacional dos Juristas Democratas.

Membro da equipe que preparou a proposta Montoro para a área da Segurança Pública, conhecido por sua atuação à frente da Comissão de Justiça e Paz, sobretudo na defesa de presos políticos, esse advogado despertou resistências por parte do governo federal mesmo antes da posse da nova equipe.[10] Foi indicado para uma secretaria politicamente menos importante, cuja principal responsabilidade era administrar o sistema penitenciário paulista. Um nome considerado de "consenso" foi escolhido para ocupar a estratégica Secretaria da Segurança Pública.

Em contrapartida, obteve aumento significativo de investimentos[11] numa área tradicionalmente carente de recursos como o sistema penitenciário. Sua gestão à frente da Secretaria da Justiça preconizou, desde a posse, a implementação de mudanças que pretendiam ultrapassar a mera ampliação física do sistema penitenciário paulista, conhecidas como Política de Humanização, numa clara referência ao Humanismo Cristão que influenciou tanto sua trajetória política[12] quanto a do governador.

Durante nossa pesquisa de mestrado, quando estudamos as rebeliões carcerárias ocorridas no

período 1982 - 1986, percebemos que eram as seguintes as principais medidas propostas pela Política de Humanização dos Presídios que marcaram a atuação da Secretaria da Justiça de São Paulo, enquanto esteve à testa José Carlos Dias (1983 - 1986):

1. aumento do número de vagas do sistema penitenciário paulista: a previsão era de abrir 2.170 novas vagas, além de 2.800 vagas "artificiais" (celas ocupadas por um só detento que passaram a ser ocupadas por dois), até o final do Governo Montoro;

2. criação de canais diretos de comunicação entre os presos e os juízes corregedores, e entre aqueles e a Secretaria da Justiça através das Comissões Solidariedade e de urnas distribuídas pelos corredores dos presídios. Essas comissões seriam constituídas por representantes dos detentos eleitos por voto direto, sendo elegíveis todos aqueles que não tivessem cometido atos de violência contra companheiros e guardas, dentro do presídio;

3. criação de comissões de guardas penitenciários;

4. fim da censura à correspondência dos detentos;

5. implementação da assistência jurídica aos presos;

6. permissão para as "visitas conjugais", encontros nas celas entre os detentos e suas esposas, noivas e namoradas, nos dias de visita.[13]

Nesse quadro, destaca-se a ausência de medidas concernentes à questão do trabalho carcerário. Tal omissão parece confirmar-se nas inúmeras referências a oficinas desativadas ou obsoletas, à exploração irregular de trabalho carcerário e à ociosidade, freqüentes nesse período de vigência da humanização.

Através do contato com outros pesquisadores tomamos conhecimento de uma pesquisa intitulada "O trabalhador preso no Estado de São Paulo (passado, presente e expectativas)", encomendada pela Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), órgão da Secretaria de Justiça, ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Com apoio financeiro de um órgão internacional, a pesquisa começou em agosto de 1985, portanto, quando a humanização dos presídios paulistas já tinha esbarrado em muitos obstáculos.

Ciente dos preconceitos acerca da aversão ao trabalho inerente à população carcerária, e das trajetórias criminosas iniciadas desde a infância, nas quais experiências de trabalho regular não compareceriam, a equipe encarregada propôs dois objetivos básicos:

1. traçar um perfil da população envolvida nos programas da FUNAP, fundamentalmente os presos no sistema penitenciário sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça;

2. examinar as possibilidades de re - inserção dos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho do Estado de São Paulo.

Frente ao evidente fracasso das escassas tentativas anteriores de se promover o trabalho carcerário, materializadas no abandono das poucas oficinas existentes no sistema penitenciário, a equipe do Secretário da Justiça buscou respaldar-se primeiro em informações confiáveis sobre a clientela envolvida, antes de traçar diretrizes para o tratamento da questão.

O segundo objetivo apontado sugere que o trabalho carcerário estava sendo entendido como meio

de profissionalização do homem preso, portanto como fator de re - socialização.

Traçando um sólido perfil da população prisional desse Estado no tocante à idade, cor, sexo, local de nascimento, instrução, estado civil, filhos, religião e, principalmente, perfil ocupacional, o relatório dessa pesquisa apontou conclusões que fundamentaram nosso pressuposto de que é um segmento da classe trabalhadora que se encontra encarcerado.

Concluída em julho de 1986, quando a equipe que a havia encomendado e propiciado as condições necessárias a sua plena execução já não ocupava a Secretaria da Justiça, os resultados dessa pesquisa não chegaram a embasar nenhum plano voltado para o trabalho carcerário.

Dentre as medidas propostas pela humanização, sabe-se que as tentativas de estabelecer mecanismos que possibilitassem ao detento a veiculação de suas reivindicações e denúncias enfrentaram muitos obstáculos. A utilização das urnas, significativamente uma das únicas medidas que não despertou a resistência dos guardas penitenciários, logo foi suspensa a pedido da "Comissão Solidariedade", sob alegação de que os guardas vinham controlando aquele mecanismo. A própria comissão ficou encarregada de entregar a correspondência ao juiz corregedor ou ao Secretário da Justiça.

O caráter necessário, mas modesto das medidas propostas pela humanização dos presídios indica que nunca se chegou a questionar as funções punitivas do sistema penitenciário, mas apenas procurou-se executá-las através de métodos mais especializados e, portanto, menos violentos.

Entendemos que esse caráter moderado era decorrente da ausência de coesão política do governo estadual em torno da questão penitenciária e acabou por dificultar o envolvimento efetivo das entidades civis de defesa dos direitos humanos em favor da implantação dessa política carcerária.

Com a proximidade de um novo período eleitoral, ganharam espaço dentro do próprio partido do governo (PMDB) aqueles que defendiam posições mais duras no tratamento da questão da segurança como um todo. O chamado "pacote da segurança", lançado pelo então vice - governador e candidato (depois eleito) à sucessão estadual, Orestes Quércia, constituiu-se como marco da vitória desses setores mais reacionários do PMDB, ao provocar a demissão do secretário Dias, em junho de 1986, com conseqüências graves para os que viviam nas prisões, embora o abandono das propostas iniciais já se evidenciasse ao longo do ano de 1984.

Durante o primeiro ano de governo (1983), no entanto, o embate político travado em torno da atuação desta secretaria mal se delineava, inclusive porque, como já observamos, as atenções dos dois jornais pesquisados estavam muito mais voltadas para a Secretaria de Segurança Pública.

Ainda que esse fosse um traço comum à *Folha de S. Paulo* e ao *O Estado de S. Paulo*, percebemos que a atenção dedicada pelo primeiro à Secretaria de Justiça foi maior. Consideramos que o fato de o titular desta pasta, José Carlos Dias, ter sido colaborador deste jornal até assumi-la ajude a explicar tal atenção, mais do que a qualquer interesse maior pela questão penitenciária, sobretudo em relação à questão policial, de muito maior visibilidade.

Dentro de uma série de reportagens realizadas pela *Folha,* durante os meses de janeiro e fevereiro de 1983, sob os títulos "A proposta Montoro em debate - Segurança" e "A proposta Montoro em

debate - Justiça", assinadas pelos jornalistas Dácio Nitrine e Paulo Valle, surgiu a primeira exposição das linhas básicas que nortearam o trabalho da Secretaria de Justiça, extraídas de um discurso do secretário Dias:[14]

1. implementação da assistência judiciária às pessoas de baixo poder aquisitivo, através de uma rede de Centros de Assistência à Comunidade;

2. reformulação da Procuradoria de Assistência Judiciária;

3. ampliação do número de vagas do sistema penitenciário e adoção de uma filosofia humanista no tratamento dos presos;

4. criação de Casas do Albergado (possibilitando a aplicação da pena de prisão albergue, como alternativa à prisão fechada)

Na ocasião, com base nas opiniões manifestas durante os debates promovidos pela *Folha*, a única avaliação emitida pelos jornalistas responsáveis referia-se à "sintonia" entre as propostas anunciadas e as expectativas dos meios jurídicos, dos quais aliás, provinha o então futuro titular da pasta.

Durante a cobertura da cerimônia de posse de José Carlos Dias na Secretaria de Justiça, essas propostas foram novamente divulgadas, seguidas desta vez por referências aos comentários irônicos que mereceram do antigo Secretário, Manoel G. Ferreira Filho, responsáveis pelo clima "embaraçoso" da cerimônia.[15]

Com relação à vida no interior das prisões paulistas, as primeiras medidas previstas, de caráter emergencial, foram anunciadas depois da posse do novo Coordenador dos Presídios, o procurador João Benedito de Azevedo Marques:[16]

1. implementação da assistência judiciária aos presos;

2. fim da censura à correspondência dos presos com o juiz corregedor;

3. livre acesso dos meios de comunicação escrita aos presídios;

4. implantação do Instituto de Classificação e Triagem (já construído mas ainda inoperante);

5. criação de um programa mínimo de defesa do sentenciado que é colocado em liberdade, para que ele receba documentos e auxílio financeiro.

Intitulada "O coordenador faz promessas", essa matéria (não assinada) não teceu nenhum comentário sobre as medidas anunciadas. No dia seguinte, entretanto, publicou-se um editorial, cujo título, ainda que genérico, é pleno de significado para quem vinha acompanhando o noticiário deste jornal sobre os planos da equipe ligada à Secretaria da Justiça e sobre as enormes dificuldades que caracterizam a sua área de atuação: "Franquia necessária."[17] Configurava-se, neste caso, diferentemente de inúmeros posicionamentos adotados frente à questão policial, o sutil distanciamento da *Folha* em relação à questão carcerária.

Quanto às medidas anunciadas, percebemos que elas refletiam, além da situação de penúria herdada do governo anterior, uma tentativa de desafogar os presídios superlotados, sem contar com a abertura de novas vagas, inviáveis num período curto. Por isso mesmo, o primeiro presídio atendido pelo "mutirão judiciário" foi a Casa de Detenção de São Paulo, no qual este problema

apresentava-se de forma mais aguda.

Mas percebemos também o intuito, depois claramente explicitado, de amenizar o isolamento garantido pelos altos muros das prisões que significava, na prática, o reconhecimento de direitos humanos básicos dos presos e que tanta resistência despertaram.[18]

Em duas ocasiões, o coordenador dos presídios voltou ao jornal, encarregando-se pessoalmente de estimular o debate em torno da questão penitenciária, acusando inclusive a "omissão" de certos setores da sociedade, como as universidades, em relação à "crise do sistema penitenciário."[19]

Do mesmo modo que o debate sobre a questão penitenciária ocupou pouco espaço em relação à questão policial, também o número de sugestões veiculadas sobre essa questão foi muito menor.

Merece destaque, pela radicalidade de suas propostas, a matéria intitulada "O direito dos presos"[20], publicada por Severo Gomes, colaborador regular da *Folha*. Ele recuperou a trajetória histórica das punições e da prisão para concluir que só o reconhecimento dos direitos dos presos é que poderia garantir a "entrada da Justiça nas prisões." Dentre esses direitos, o senador apontava o direito à liberdade de organização (lembrando uma organização de presos ingleses) dos presos e de participação na gestão "de seu cotidiano e de suas atividades." A partir desta premissa, Severo Gomes propunha o abandono da idéia de que o sistema penitenciário deve ser obrigatoriamente totalitário.

Causa espanto a tranqüilidade com que este "homem público" expôs idéias tão polêmicas sobre esse tema considerado "espinhoso" pelos políticos em geral. Tais idéias confrontavam-se com a concepção de que o sistema penitenciário é necessariamente totalitário, aceita e defendida explicitamente por alguns "especialistas", como Manoel Pedro Pimentel (ver próximo tópico) e implícita até mesmo nos planos da nova equipe encarregada de administrar os presídios paulistas. Também surpreende a ausência de qualquer resposta a tais colocações, até mesmo nas "cartas do leitor."

Já observamos que o espaço dedicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* à questão penitenciária foi ainda menor que o da *Folha de S. Paulo*. Por ocasião da posse do novo coordenador dos presídios, o *Estadão* também divulgou as medidas emergenciais por ele anunciadas[21], acrescentando àquelas noticiadas pela *Folha* apenas uma informação sobre a criação de um Fundo Penitenciário destinado a conseguir recursos para os presídios.

Frente à proposta geral de humanização do tratamento dos presos, o *Estadão* revelou sempre um certo descrédito, extensivo à pessoa do próprio secretário. Manifestou-se contrário ao novo projeto para a área da Casa de Detenção de São Paulo[22], apresentado pelo secretário Dias, observando que "grandes projetos não resolvem o problema penitenciário" e propondo, em duas ocasiões, a vinculação do problema penitenciário ao problema da distribuição da justiça penal.[23] Descentralizar e multiplicar as varas de execução penal e as prisões cuja lotação não excedesse 50 detentos, favorecendo assim a individualização do tratamento penal, foi a proposta dirigida diretamente ao Governador Montoro, meses antes da sua posse.[24]

Comparando-se os conteúdos dos debates acerca da questão penitenciária travados nesses dois

jornais, percebemos que se a *Folha de S. Paulo* não chegou a formular propostas próprias sobre a questão, ela garantiu espaço à manifestação de opiniões polêmicas que tocavam na essência da pena de prisão, através de seus colaboradores.

Enquanto isso, *O Estado de S. Paulo* propôs soluções de caráter técnico, alinhando-se àqueles que se recusavam a reconhecer o caráter eminentemente político de questão penitenciária.[25] Já se esboçavam, no entanto, os primeiros sinais de uma oposição ferrenha à "Política de Humanização" dos presídios paulistas, evidenciada durante o ano de 1984. Esse jornal desempenhou papel de destaque nessa campanha, que se configurou como uma ferrenha disputa de poder sobre os presídios.

Por um lado, houve uma articulação entre diferentes segmentos sociais, como funcionários penitenciários, deputados comprometidos com esses funcionários, um juiz corregedor dos presídios, além de outros jornais paulistas, empenhados em evitar que qualquer alteração fosse introduzida no interior das prisões, seja em função de suas convicções político - ideológicas, seja pela defesa de interesses imediatos relacionados ao controle das relações estabelecidas nesse espaço.

Por outro lado, a falta de coesão política do PMDB em torno das questões relacionadas com a Segurança Pública, aliada ao descontentamento das entidades civis ligadas à defesa de direitos humanos, frente ao caráter moderado da proposta da Secretaria da Justiça, acabaram por isolar a equipe encarregada da sua implementação, condenando a Humanização, logo no segundo ano de governo.

Como resultado desse embate, percebemos que antes que o governo Montoro tivesse obtido a legitimação das mudanças que procurava implementar no tratamento dos presos, centradas na diminuição do seu isolamento, pela restituição de alguns direitos mínimos, o *Estadão* empenhou-se na construção de uma contra - legitimidade, ancorada em certos segmentos diretamente envolvidos com a realidade carcerária e no argumento imbatível da ameaça à segurança pública.

A ocorrência do motim de 20 de março de 1985, na Casa de Detenção de São Paulo, garantiu grande atenção por parte da imprensa, sobretudo pela iminente ameaça à Segurança Pública configurada na possibilidade do fim do isolamento a que os presos estão submetidos nessas instituições. Enfatizou-se então a atuação policial na sua repressão, em detrimento das motivações que levaram os presos a se amotinar.

Mas esse caso, ocorrido alguns meses depois da fase mais intensa da campanha contra a nova política penitenciária, forneceu um argumento estratégico à campanha de oposição que teve o *Estadão*[26] como um dos seus principais protagonistas. Diferentemente do *Estadão*, a *Folha* desempenhou um papel moderador neste embate político, embora não tenha chegado a comprometer-se com uma oposição explícita ao discurso ostensivo do *Estadão*, oferecendo-lhe um contra - ponto efetivo.

1.2. A Secretaria de Segurança Pública e a polícia de São Paulo

Diferentemente da escolha do titular da pasta da Justiça, a opção pelo também advogado Manoel Pedro Pimentel para a pasta da Segurança Pública parece ter sido motivada por sua experiência na área.[27] Mas também seu "tranqüilo trânsito na área federal"[28] e seu aparente apartidarismo foram importantes, num momento em que se inaugurava a difícil convivência de um governo estadual de oposição, eleito com um discurso democrático, e um governo federal herdeiro da Ditadura Militar, ainda que se declarando empenhado num lento processo de abertura política. A pasta da Segurança Pública representava ponto estratégico nessas relações por ser responsável pela Polícia Militar, instituição ainda diretamente vinculada às Forças Armadas.

Ainda que Pimentel também se declarasse tributário do ideário humanista cristão, o acompanhamento do noticiário da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* durante os primeiros seis meses do Governo Montoro sugere um claro descompasso entre o discurso desse secretário e os do secretário Dias e do próprio governador, a despeito das inúmeras tentativas deste último para abafar eventuais contradições.

Após ter ameaçado já em outras oportunidades, em 12 de setembro de 1983 Pimentel deixou a Segurança Pública, depois de apresentar pedido de demissão em que alegava motivos particulares, num momento em que a imprensa noticiava o agravamento de seus problemas de saúde. O jurista Miguel Reale Júnior foi o substituto indicado pelo próprio Pimentel e endossado pelo governador, com a missão, segundo a imprensa[29], de dar continuidade ao trabalho já iniciado. O novo secretário contava com amplo apoio partidário do PMDB.[30]

Localizamos um documento no qual Pimentel manifesta opiniões que colidem frontalmente com os princípios que nortearam a Política de Humanização dos Presídios, sem, no entanto, citá-la. Esse documento foi dirigido à Comissão de Direitos Humanos da OAB - SP (sem data), quando Pimentel já havia deixado a secretaria. Nele estavam expressos seus posicionamentos frente à proposta de criação de uma "Organização Comunitária pelos Direitos do Preso" e de uma "cartilha" contendo os direitos fundamentais dos presos, discutidas pelo Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo e pela Comissão Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo,.

Conforme discutimos no tópico anterior deste trabalho, parte importante das medidas adotadas pela Humanização buscava o fim do isolamento absoluto, garantido pelos altos muros das prisões e responsável por inúmeros desmandos cometidos por guardas penitenciários (principalmente), pautados em práticas punitivas violentas, reprodutoras da violência do chamado "mundo do crime." Os argumentos utilizados por Pimentel no referido documento partiam justamente da premissa de que não era possível introduzir mudanças desse tipo, consideradas por ele como democratizantes, numa instituição de caráter totalitário como a prisão[31], sob o perigo de desestabilizá-la, gerando-se assim ameaça à Segurança Pública. De acordo com seus argumentos, a estabilidade possível baseia-se numa concentração total de poderes na figura do diretor do presídio, claramente reconhecida pelos presos.

Acreditamos que esse confronto de idéias entre figuras centrais na primeira etapa da administração Montoro reforce nosso ponto de vista sobre a heterogeneidade que caracterizava sua equipe, sobretudo no que se refere à questão da Segurança Pública.

Mesmo assim, de acordo com as prioridades já apontadas, investimentos significativos da Secretaria de Segurança Pública, durante os quatro anos do governo Montoro, teriam concretizado, em termos reais, a recuperação de toda a frota de veículos das polícias, e sua ampliação; a contratação de mais de 10 mil policiais, além da equiparação dos salários da Polícia Militar com os do Exército Brasileiro.

Logo que o nome de Pimentel foi confirmado para esta pasta pelo futuro governador, o que ocorreu depois do anúncio oficial (pelo Ministério da Justiça) do rompimento do convênio com o governo paulista sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional neste Estado, o *Estadão* divulgou as medidas por ele anunciadas.

A *Folha* já havia noticiado os planos dessa secretaria elaborados pela equipe encarregada por Montoro, da qual Pimentel não fazia parte. Embora se referissem à mesma secretaria, os conjuntos de medidas publicadas resultaram diferentes.

Segundo *O Estado de S. Paulo* eram as seguintes as medidas anunciadas pelo novo Secretário Pimentel: [32]

1. combate à corrupção e à violência policial;

2. extinção do Dops (com a denúncia do convênio com a Polícia Federal, já anunciado);

3. transformação da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) em força de apoio, permanecendo nos quartéis para atender casos especiais;

4. mudanças nas polícias, mas sem retaliações ou perseguições.

Ao longo do mês de março, depois da posse da nova equipe de governo, o *Estadão* anunciou novas medidas a serem adotadas e detalhou outras já anunciadas pela secretaria:

5. transformação da Academia de Polícia em departamento, para melhorar o ensino policial através de novos métodos e professores;

6. criação de uma Divisão de Informações Policiais (em substituição ao antigo Dops)[33];

7. em relação às instituições policiais: mudança da farda policial, visando melhor integração com a população; deslocamento de militares dos serviços burocráticos para o policiamento; nova orientação aos comandantes para que a violência só fosse utilizada em casos de extrema necessidade e, por último, liberação do contato entre os policiais e a imprensa.

Segundo a *Folha de S. Paulo*, eram as seguintes as medidas propostas para a área da segurança, anunciadas pelo futuro Secretário de Justiça e um dos principais responsáveis por essa proposta: [34]

1. recuperar a Polícia Civil, devolvendo-lhe seu papel de polícia judiciária;

2. dar poderes à Corregedoria da Polícia para coibir os dois maiores males da polícia: a corrupção e a violência;

3. mudar o método de apuração dos crimes: partir da apuração do crime para se chegar ao

criminoso;

4. conseguir recursos tecnológicos para a polícia;

5. reformular a cúpula da polícia, com a adoção de alguns mecanismos democráticos de escolha;

6. mudar a filosofia da polícia: redimensionando a Academia de Polícia, a ser transformada em departamento de ensino, não apenas para acesso à carreira como também para uma constante reciclagem dos servidores, aperfeiçoando-os tecnicamente e dando um sentido ético à função social da polícia;

7. criar um centro de desaparecidos, interligando distritos policiais, hospitais e Instituto Médico Legal;

8. transferir o Detran, da Secretaria de Segurança para a Secretaria dos Transportes, liberando policiais do trabalho burocrático;

9. submeter a ROTA a transformações, que passaria a atuar apenas em casos especiais;

10. desarmar os policiais do trânsito;

11. distribuir armas para o policiamento ostensivo, após o PM Ter passado por um estágio comprobatório do seu equilíbrio psíquico para as funções;

12. criar o Decon (Departamento do Consumidor), em lugar do Dops.[35]

Depois da posse de Pimentel, acrescentou-se a essas medidas apenas a liberação dos policiais para prestarem informações à imprensa.[36]

Embora houvesse diferenças pontuais, essas propostas tinham origem nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo indicado por Franco Montoro, sob a coordenação do advogado José Carlos Dias, que elaborou a proposta do PMDB para as Secretarias da Justiça e da Segurança Pública, apresentada, numa versão simplificada, à convenção do partido, em junho de 1982. A origem de muitas das propostas então apresentadas residia num diagnóstico sobre os problemas da polícia, elaborado em 1980, por três delegados: Maurício Henrique Guimarães Pereira, Roberto Maurício Genofre e Guilherme Santana.[37]

Segundo Mingardi[38], a versão integral do "projeto Montoro" para a polícia resultou de discussões que envolveram diversos delegados, com destaque para o papel desempenhado por Roberto Maurício Genofre, um dos autores do diagnóstico anterior. A participação de membros dos altos escalões da Polícia Militar foi, no entanto, muito limitada. Tanto o menor controle da Polícia Civil sobre seus membros, como o empenho do próprio Exército, a quem a PM estava vinculada, em impedir o envolvimento de seus membros com partidos de oposição, explicam essa participação desequilibrada, particularmente significativa naquela conjuntura política.[39]

Ainda segundo esse autor, eram as seguintes as propostas contidas no "projeto Montoro" para a polícia:

"**A.** *Mudanças estruturais na Polícia Civil*

1. Transformação da Academia de Polícia em departamento e mudança nos concursos para admissão de pessoal, incluindo membros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nas comissões

de concurso.

2. Retorno da Polícia Civil às atividades de polícia judiciária, deixando as de polícia administrativa. Outras medidas importantes seriam: extinção do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), criação do Decon (Departamento de Polícia do Consumidor) e transferência do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) para outra secretaria.

3. Reclassificação qüinqüenal das delegacias de polícia, de acordo com a criminalidade e a carga de trabalho.

4. Escolha de um terço do Conselho da Polícia Civil através da eleição, na qual teriam direito a voto todos os delegados. O delegado - geral seria escolhido pelo governador numa lista tríplice, com os nomes mais votados pelos delegados.

B. *Controle e saneamento*

1. Redistribuição da Corregedoria da Polícia Civil, elevando-a a nível de departamento, ficando o corregedor subordinado apenas ao delegado - geral. O corregedor também seria indicado pelo governador mediante lista tríplice.

2. Reformulação do sistema de prestação de contas das despesas secretas e reservadas, implicando em maior controle pelo Tribunal de Contas.

3. Utilização de computação nas investigações policiais, visando controlar os boletins de ocorrência e inquéritos policiais. Também seriam criados outros arquivos, como o de *modus operandi* e *pessoas procuradas*. Todos os arquivos teriam acesso controlado, para evitar mau uso das informações.

C. *Melhoria das condições de trabalho*

1. Concessão de aposentadoria facultativa com 25 anos de carreira policial, e compulsória aos 35 anos de serviço público e aos servidores com 65 anos de idade.

2. Diminuição do número de carreiras policiais e fixação de critérios objetivos para as promoções.

3. Dar estabilidade aos delegados, visando evitar transferências por motivos políticos.

4. Aparelhar a Polícia Civil, tanto em veículos como em instalações.

D. *Combate à criminalidade*

1. Melhorar os órgãos técnicos de apuração criminal, visando acabar com o processo de prender e torturar para obter confissões.

2. Racionalizar o policiamento preventivo mediante o uso de estatísticas para a distribuição geográfica de efetivos.

3. Reestruturar os plantões no Degran, transferindo elementos das chefias dos distritos para as equipes básicas.

E. *Soluções a nível federal*

1. Simplificar o Código de Processo Penal, principalmente devendo ser instaurado inquérito policial somente quando se tratar de delito punível com reclusão.
2. Criar uma lei que permitisse a prisão temporária, a critério da autoridade policial, evitando-se as costumeiras *prisões para averiguação,* que além de ilegais só alcançam pessoas de baixa renda. [40]

F. *Novos rumos para a Polícia Militar*
1. Mudança na mentalidade da PM, visando combater o crime e não o criminoso, e ao mesmo tempo aumentando o policiamento ostensivo. As viaturas deveriam ser distribuídas de maneira que em cada local passasse uma de 15 em 15 minutos. Com a fixação de diretores de polícia, instalados em pontos estratégicos e de fácil acesso, haveria maior integração entre a polícia e o povo, evitando que o único contato do cidadão com o policial fosse quando da ocorrência de um crime."[41]

Por sua própria natureza, que limitava seu interesse público, as mudanças de caráter administrativo e aquelas relacionadas às condições de trabalho não apareceram entre as propostas divulgadas pelos jornais. Embora o projeto geral tenha sido divulgado, houve algumas alterações e omissões notáveis:
1. Referência à Corregedoria da Polícia substituída por referência à Academia de Polícia, na proposta divulgada pelo *Estadão*: considerando-se que a Corregedoria era um órgão fiscalizador interno à instituição policial, enquanto a Academia tinha uma função preparatória, direcionada eminentemente aos novos policiais, a transferência de enfoque de uma para outra implicava mudanças estruturais ao projeto. A prioridade deixava de ser o controle e a fiscalização do atual contingente policial, que visaria a sua moralização, deslocando-se para investimentos no futuro, materializados na melhor preparação dos novos contingentes, embora a reciclagem também fosse mencionada.
Parece haver uma contradição nessa valorização do papel da Academia de Polícia, como canal para a introdução de mudanças, à medida que eram policiais que ensinavam nessa escola, ou seja, diferentemente das outras profissões, era a instituição policial que formava os novos policiais. Os policiais veteranos repassam aos novos policiais seu conhecimento prático e as normas vigentes. [42] As instruções sobre tortura, registradas por Mingardi, durante a aula de um delegado são emblemáticas:

"Só pendurar vagabundo, não primário. Nesse caso dar uns choquinhos no tornozelo. Aconteceu alguma coisa com primário, *tá no veneno*."[43]

Frente a esse quadro, bem conhecido da equipe que assumiu a Secretaria da Segurança Pública, o que significou essa aposta na Academia de Polícia? Seriam as reformulações propostas para essa

Academia suficientes para interromper o ciclo reprodutor de práticas perniciosas no qual ela estava inserida? Ou essas mudanças frente ao projeto original já significariam o inicio do seu abandono, sobretudo depois da posse de Manoel Pedro Pimentel ?

A ênfase na "ausência de perseguições e retaliações" nesse processo de mudanças, veiculada pelo *Estadão*, associada à mudança de enfoque apontada, sugere que reformulações também foram introduzidas no projeto original, com o intuito de tranqüilizar os policiais frente às inovações iminentes. Segundo nossa hipótese, tais reformulações também estariam associadas à indicação de Manoel Pedro Pimentel para a Secretaria da Segurança.[44]

2. Referência à necessidade de mudança da "mentalidade policial", apenas da PM, omitida na proposta divulgada pela imprensa: a referência exclusiva à PM sugere que, no caso da Polícia Civil, "melhorar os órgãos técnicos de apuração criminal" seria suficiente para "acabar com o processo de prender e torturar para obter confissões." Tal otimismo, no caso da Polícia Civil, contraposto ao caráter amplo e pouco prático das propostas em relação à PM, explicava-se pela mencionada participação de delegados na sua elaboração, o que não ocorreu com os oficiais da PM. Quanto a sua ausência entre as propostas divulgadas, ela parece revelar a cautela com que o Secretário Pimentel enfrentaria a PM e, indiretamente, o próprio Exército.[45]

Quanto às reações desencadeadas pela divulgação dessas propostas, num primeiro momento, no mês de fevereiro, o *Estadão* veiculou apenas as críticas de membros das corporações policiais direcionadas menos às medidas adotadas pela Secretaria de Segurança e mais às promessas de campanha não cumpridas, dirigindo seu descontentamento, neste caso, ao próprio governador e às atribuições de cargos de comando:

"O que estamos vendo é que, num governo que se diz de oposição, o comandante da Polícia Militar continuará sendo do PDS."[46]

Procurando enfatizar as enormes dificuldades encontradas por Pimentel e mesmo a ausência de apoio dentro do governo estadual, principalmente em relação à liberação de recursos, para justificar insucessos, o *Estadão* assumiu uma postura inicial de apoio a esse secretário. Tal postura começa a mudar ao longo do mês de abril, quando muitas críticas começam a surgir, principalmente à chamada "nova polícia." Curiosamente, mesmo nessas matérias críticas, nas quais destacou-se o papel do jornalista Renato Lombardi[47], a figura do Secretário da Segurança acabou sendo poupada, ao contrário do que aconteceu com o Secretário da Justiça.[48]

Nesse sentido, a mudança de atitude do jornal pareceu acompanhar uma mudança que vinha ocorrendo no discurso de Pimentel, que abandonava seus esforços iniciais de adequação ao discurso da equipe na qual se inseria, para assumir um discurso claramente policial, ou seja, emitido de dentro da própria instituição com a qual se identificava.[49] As críticas do *Estadão* dirigiram-se então às premissas estabelecidas pelo grupo encarregado da "Segurança Pública" durante a elaboração da proposta Montoro de governo, da qual Pimentel não participou.

A matéria que assinalou a inauguração das duras críticas do *Estadão* à "nova polícia" foi assinada por Renato Lombardi e intitulava-se "Polícia de Montoro ainda sem caminho."[50] Fazendo um balanço das mudanças até então realizadas e daquelas já anunciadas, majoritariamente direcionadas à eliminação da corrupção policial e à amenização dos seus métodos violentos, a matéria sugeria que a polícia não era capaz de agir sem violência e corrupção, estando por isso imobilizada. Embora não chegasse a assumir tal conclusão, induzia o leitor a concluir que era melhor aceitá-la com seus vícios do que conviver com a sua inoperância.

Essa matéria funcionou como um "preâmbulo" da série que abordou a polêmica crise na polícia paulista (sobre essa questão, ver capítulo 2: "A violência como paradigma da segurança"), sobre a qual não encontramos nenhuma referência na *Folha.*

Mas essa não foi a única matéria em que o jornalista Renato Lombardi desempenhou o papel de porta - voz de segmentos das corporações policiais. Em 18 de setembro de 1983[51], as críticas foram quase todas baseadas na opinião de delegados de polícia descontentes que arrolavam, inclusive, nomes de colegas considerados exemplares e admirados dentro dessas corporações, agora aproveitados em funções menores. Evidenciava-se o claro distanciamento dos valores dominantes entre os policiais, em relação aqueles agora valorizados pela chamada "elite policial" ou, ao menos, pelos nomes mais importantes na nova hierarquia, escolhidos diretamente pelo Governador e pelo Secretário da Segurança.[52]

A *Folha de S. Paulo* dedicou-se menos à discussão das medidas anunciadas pela Secretaria de Segurança Pública e mais à veiculação de propostas elaboradas a partir de debates estimulados pelo próprio jornal, tal como ocorreu no caso da Secretaria da Justiça. Desse modo, foram publicadas propostas de grupos como a Frenapo (Frente negra para a ação política) que reivindicava o fim da violência policial, particularmente "a violência de se considerar cada negro suspeito"[53]; do Centro de Estudos e Desenvolvimento Psicanalítico, que sugeria modificações no cursos de formação de policiais para afastar a obsessão pela morte, mais grave no caso da ROTA, e adotar o amor à vida como tônica[54]; dos delegados que reivindicavam equiparação salarial com os promotores e uma maior participação do Conselho de Polícia na tomada de decisões[55] e dos praças da Polícia Militar que vinculavam a mudança de comportamento da PM, almejada pelo novo governo estadual, a um abrandamento dos regulamentos internos, considerados excessivamente rígidos.[56]

Também foram chamadas a opinar figuras atuantes na área da Segurança Pública. Tanto o padre Agostinho Duarte dos Santos, com importante atuação junto aos presos dos Distritos Policiais, como Márcio Tomás Bastos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - seção São Paulo e o advogado Hélio Bicudo, reconhecido principalmente por sua luta contra o Esquadrão da Morte, insistiram na necessidade de acabar com a violência policial, tanto no tratamento dos presos nos Distritos Policiais, quanto nas ruas. Os dois últimos apontaram ainda o desarmamento da polícia como condição necessária a tal mudança de atitude.[57]

O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, colaborador regular da *Folha* durante o período estudado,

engrossou o coro dos defensores do fim da violência policial como principal responsabilidade do novo governo democrático de São Paulo. Seus artigos versaram sempre sobre as questões policial e penitenciária, com destaque para a primeira, variando entre ácidas críticas e propostas práticas.

Para Pinheiro, o controle da violência armada por parte dos aparelhos do estado, tanto entre civis como entre militares, constitui uma "exigência democrática." Para alcançá-la, ele apontou a necessidade de uma mudança de concepção: "deixar de considerar a luta contra o crime como uma guerra", já que isso significa lutar contra as classes populares.[58] Entre as medidas práticas, destacamos: a identificação das armas atribuídas a cada PM, a revisão de todos os tiroteios com mortes por grupos independentes, o levantamento e divulgação do número de tiros dados pelas polícias e, por fim, acabar com a estrutura de recompensa que reconhecia como heróis aqueles que mais matam.[59]

A voz dissonante neste "coro" organizado pela *Folha* ficou a cargo do deputado do PTB e coronel PM, Sidney Palácios que, partindo da premissa de que "cada povo tem a polícia que merece", defendeu a manutenção da ROTA com as suas características já conhecidas.[60]

Comparando as discussões desencadeadas pelos dois jornais estudados acerca das propostas e práticas iniciais da Secretaria da Segurança Pública do Governo Montoro, deparamo-nos com a reprodução do mesmo embate político que envolveria tanto as áreas policiais como prisionais no referido governo e que, ao nível da administração estadual, apenas começava a se delinear.

Já comentamos que o nome de Manoel Pedro Pimentel foi anunciado imediatamente após a divulgação, pelo Ministério da Justiça, do rompimento do convênio sobre o Dops, unanimemente apontado pela grande imprensa como a primeira crise entre o governo federal, herdeiro da Ditadura, e o novo governo estadual, já eleito, mas ainda não empossado. Também mencionamos que Pimentel não fazia parte da equipe que preparava a proposta Montoro para a área da Segurança.

Associados à rápida emergência de contradições entre o discurso de Pimentel e o discurso da equipe montorista, esses elementos sugerem que a sua escolha representou uma estratégia política adotada no enfrentamento da primeira crise aberta com o governo federal. A partir da vinculação entre os atributos reconhecidos na figura pública de Pimentel à uma área estratégica como a Secretária da Segurança, Montoro buscava a neutralização do conflito. Inicialmente essa estratégia atingiu seu objetivo.

2. A grande imprensa frente a Segurança Pública: nuances discursivas

A polêmica sobre a desativação do Dops paulista foi a primeira de uma série que ocupou espaços significativos nas páginas dos dois jornais pesquisados. Excluindo-se as discussões desencadeadas pelos saques e quebra - quebras ocorridos em 1983[61], delimitamos seis polêmicas alimentadas pela *Folha de S. Paulo* no mesmo ano (na ordem em que apareceram, embora por vezes simultâneas):

1. a desativação do Dops em São Paulo, com 10 matérias analíticas;

2. o projeto de uma nova Casa de Detenção apresentado no final do governo Marin, com cinco matérias analíticas;

3. a situação do sistema penitenciário paulista, após o motim no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, com três matérias analíticas;

4. a atuação da ROTA, com 15 matérias analíticas;

5. a "prisão cautelar", com 13 matérias analíticas e cinco editoriais;

6. a mudança nas relações entre a Polícia Militar e as Forças Armadas, com quatro matérias analíticas;

7. as medidas adotadas pela (e para a) polícia: demissão de policiais, compra de equipamentos, operações especiais de policiamento e substituição de comandantes, com 25 matérias analíticas.

No mesmo período, foram oito as polêmicas alimentadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo algumas delas coincidentes com as temáticas já apontadas:

1. a desativação do Dops, com 11 matérias analíticas;

2. o projeto de uma nova Casa de Detenção apresentado no final do governo Marin, com duas matérias analíticas;

3. o sistema penitenciário paulista, após o motim no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, com quatro matérias analíticas;

4. o novo diretor da Penitenciária, escolhido por José Carlos Dias e acusado de tortura e morte durante a Ditadura, com sete matérias analíticas;

5. a suposta crise na polícia, com oito matérias analíticas;

6. a atuação da ROTA, com oito matérias analíticas;

7. a "prisão cautelar", com oito matérias analíticas e dois editoriais;

8. a mudança nas relações entre a Polícia Militar e as Forças Armadas, com três matérias analíticas;

9. as medidas adotadas pela (e para a) polícia: demissão de policiais, compra de equipamentos, operações especiais de policiamento e substituição de comandantes; com nove matérias analíticas.

Em 1984, talvez pelo distanciamento em relação à posse do governo estadual, o tratamento dado pelos dois jornais às questões relacionadas com a Segurança Pública restringiu-se à publicação de notícias referentes à violência policial, por vezes intercaladas com matérias sobre investimentos na polícia (armamentos novos, viaturas novas, um helicóptero alugado, aumento do efetivo policial) e sobre outros crimes, não necessariamente violentos, praticados por policiais (extorsão, receptação de objetos roubados, roubo de carros, venda de proteção, etc.).

QUADRO 2: Matérias Publicadas pelos Jornais *Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*, em 1984

MESES	*O ESTADO DE S. PAULO*	*FOLHA DE S. PAULO*

JANEIRO	31	39
FEVEREIRO	21	31
MARÇO	33	36
ABRIL	26	32
MAIO	33	47
JUNHO	86	128
JULHO	123	215
AGOSTO	73	63
SETEMBRO	40	53
OUTUBRO	39	22
NOVEMBRO	15	32
DEZEMBRO	38	53
TOTAL	**558**	**751**

A grande exceção foi a intensa campanha desencadeada pelo *Estadão* contra a Política da Humanização dos Presídios, implementada pela Secretaria da Justiça no governo Montoro, que mereceu grande espaço também nas páginas da *Folha*, apesar de sua abordagem ter sido diferente.

Embora a mudança fosse lenta, ao longo do primeiro semestre de 1984, entre os meses de junho e setembro, radicalizou-se a transferência das atenções da imprensa paulista, da polícia para as prisões, constituindo-se um momento privilegiado para a análise dos discursos, tanto dos jornais pesquisados, quanto dos segmentos organizados que se manifestam através das suas páginas frente a essa instituição de controle social, em geral pouco visível.

GRÁFICO 01

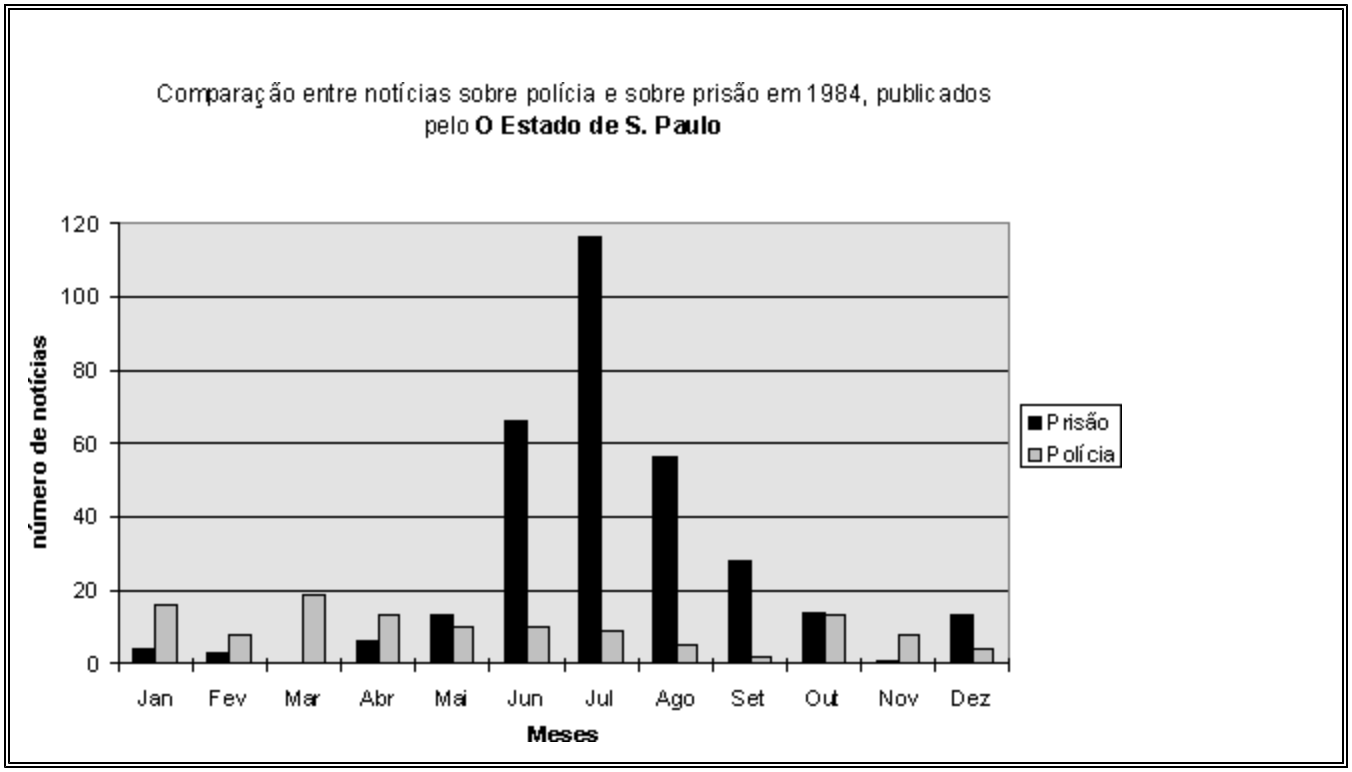
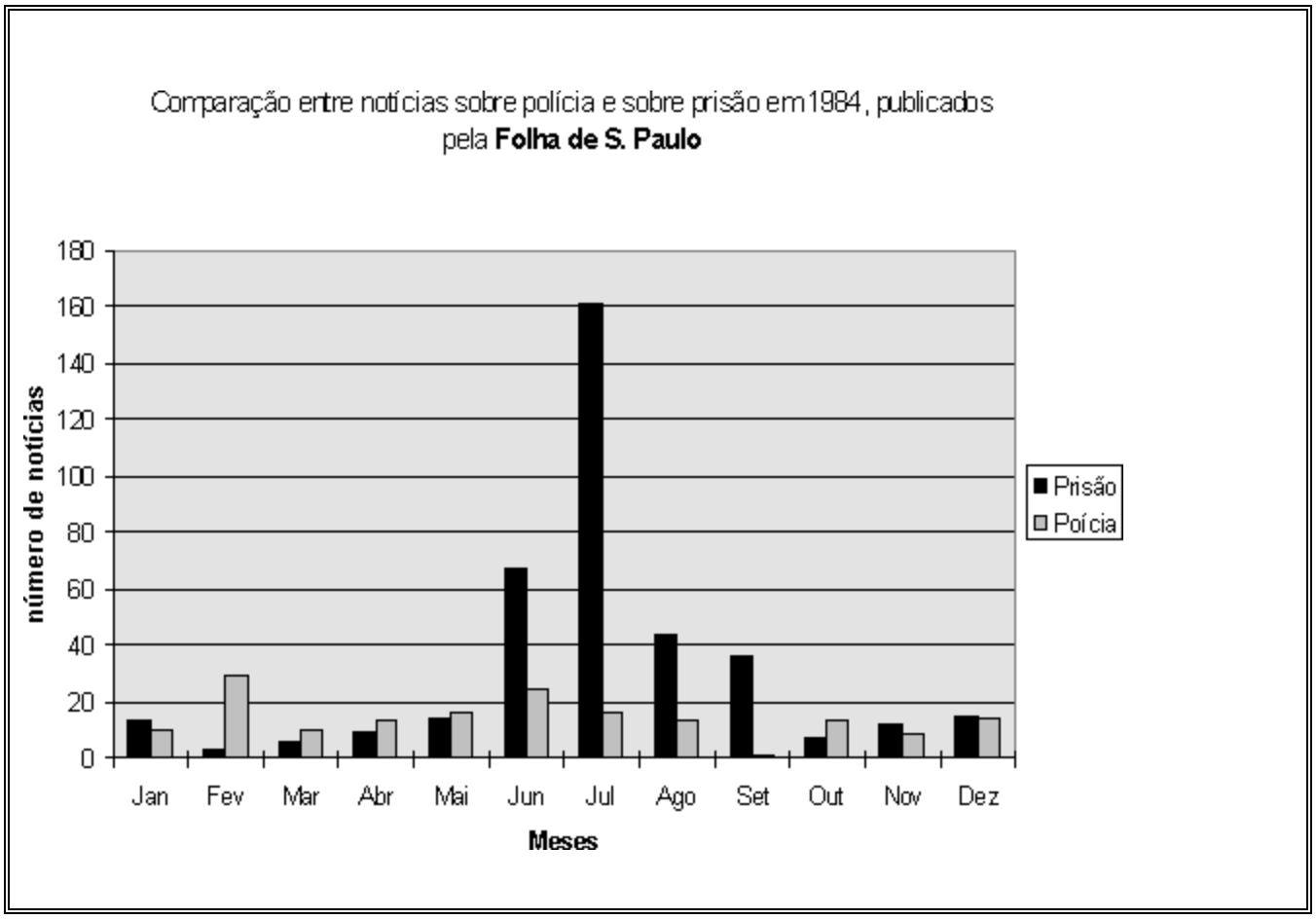


GRÁFICO 02



Durante os três primeiros meses de 1985, o destaque dado pela imprensa ao motim carcerário ocorrido em 20 de março de 1985, na Casa de Detenção de São Paulo, e ao tratamento a ele dispensado pelas agências repressivas do governo, interrompeu a rotina das notícias pequenas sobre violências policiais, retomada a partir dos últimos meses de 1984. Não casualmente, esse motim foi escolhido como marco cronológico final de nossa pesquisa, por evidenciar com radicalidade os resultados do embate político travado em torno da questão penitenciária durante o ano de 1984.

QUADRO 3: Matérias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, de janeiro a Março de 1985

MESES	*O ESTADO DE S. PAULO*	*FOLHA DE S. PAULO*
JANEIRO	43	31
FEVEREIRO	25	45
MARÇO	72	91

TOTAL	140	167

Iniciando as discussões resultantes do esquadrinhamento das matérias relacionadas à questão da Segurança Pública e, particularmente, à violência policial publicadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *O Estado de S. Paulo* entre janeiro de 1983 e março de 1985, procederemos, nos próximos tópicos, ao acompanhamento das discussões veiculadas em 1983, envolvendo diretamente os governos estadual e federal: (**2.1.**) a desativação do Dops paulista e (**2.2.**) a reação do governo paulista ao decreto - lei que submeteu a ação da Polícia Militar ao Exército.

2.1. A desativação do Dops paulista

A ameaça e posterior efetivação do rompimento do convênio entre a Polícia Federal e os Dops de São Paulo e do Rio de Janeiro[62], que garantia aos governos estaduais a vigilância sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional nos Estados, colocou em discussão não apenas a pertinência dessa famigerada lei herdada da Ditadura, frente ao iminente fim do regime militar, como também as possíveis relações entre um governo democrático, como era o governo Montoro, e a necessidade de uma "polícia política." Questionava-se, portanto, o próprio conceito de "segurança nacional" e, indiretamente, também a concepção de cidadania adotada por esse governo.

Recusando-se, mais uma vez, a reconhecer o caráter político desta discussão, o *Estadão* dirigiu insistentes críticas à atitude do governo estadual sobre a questão, baseando-se em argumentos técnicos. As primeiras críticas dirigiram-se ao anúncio de uma suposta intenção de romper o convênio e desativar o Dops, por parte de um dos membros da futura equipe montorista (José Carlos Dias)[63], considerado como o "pretexto ideal" para que o Ministério da Justiça agisse contra a autonomia paulista.[64]

Já as matérias publicadas pela *Folha*, embora concordassem com as críticas iniciais do *Estadão*, conferiram maior densidade às discussões, à medida que enfocaram não apenas seu conteúdo político, mas também as diferentes concepções que sustentavam o embate.

Em matéria intitulada "Desativação do Dops vai depender dos governadores", a *Folha* informou sobre as atribuições do Dops até o rompimento do convênio:

"A constituição federal, reforçada pela LSN, atribui à Polícia Federal a competência de instruir os inquéritos sobre crimes de transgressão à segurança nacional.

A necessidade de expandir sua ação pelos diversos Estados levou o governo federal, através do Ministério da Justiça, a firmar convênios com os governos estaduais, atribuindo-lhes competência para através das Secretarias de Segurança Pública - Dops - investigar e instruir os inquéritos relativos aos crimes contra a segurança nacional."[65]

Logo no dia seguinte, o jornal introduziu na discussão, ainda que de forma simplificada, os diferentes conceitos de segurança nacional que se confrontavam neste primeiro impasse entre governo Montoro e governo federal. De acordo com a matéria, a concepção "superabrangente" de segurança nacional, tal como concebida pela Escola Superior de Guerra, não era aceita pelo PMDB. Durante a campanha eleitoral, o partido comprometeu-se inclusive a responder às reivindicações dos movimentos sociais emergentes através do diálogo, exceto nos casos em que a "ordem pública" e o direito à propriedade fossem perturbados.[66]

Nesta mesma matéria, no entanto, o jornal informa sobre o decreto - lei baixado pelo governo federal limitando a autonomia dos governos estaduais sobre as Polícias Militares. Partindo para o enfrentamento aberto, iniciado com tal demonstração de força, a atitude do governo Figueiredo diferenciou-se da estratégia posteriormente adotada pelo governo Montoro de neutralização do conflito.[67]

A partir desse decreto - lei, ampliaram-se os casos em que o governo federal, através da Forças Armadas, poderia intervir nas Polícias Militares, caracterizando assim, sua forte tendência centralizadora. A contrapartida, classificada pela *Folha* como "modesta mas real", residia na entrega do comando das Polícias Militares a coronéis da própria corporação[68], indicados pelos governadores e aprovados pelo Ministro do Exército.

Depois de longas discussões que envolveram não apenas a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S.* Paulo, mas também o então diretor do Dops, Romeu Tuma, os novos secretários da Justiça, José Carlos Dias, e da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, o então deputado Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT)[69], além do próprio governador eleito, Franco Montoro, e do Ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, o acordo foi rompido.

Encerrando a questão com duas demonstrações finais de sua força, o ministro Abi Ackel nomeou Romeu Tuma[70] superintendente da Polícia Federal em São Paulo. Garantiu assim a continuidade na aplicação da LSN no Estado, numa manobra política que pretendia fortalecer o poder do governo federal sobre os estados, onde governadores de oposição venceram as eleições.

Mas, de acordo com Mingardi[71], a extinção do Dops já estava prevista no "projeto Montoro" para a área da Segurança Pública, apresentado à convenção do PMDB, em junho de 1982.

A partir de entrevistas com membros da comissão encarregada da elaboração do projeto, esse autor aponta duas ordens de motivações para a opção pela extinção: **1.** a motivação ideológica, que associava esse departamento à forma mais violenta de repressão política, associada com a qual o novo governo estadual não queria ver sua imagem e **2.** a motivação funcional, que justificava a liberação de delegados, escrivães e investigadores deslocados da polícia para esse departamento, em decorrência do convênio existente.

A primeira ordem de motivações trazia embutidas implicações diversas, entre as quais destacamos a nova concepção de polícia que sustentava o projeto do governo: não mais um instrumento a serviço do governo ou do regime, mas a serviço da população, sobretudo da população pobre.

A introdução de uma proposta não prevista no projeto original do governo, sugere, entretanto, que

reformulações foram feitas desde a posse da nova equipe de governo. Tratava-se da criação de uma Divisão de Informações Policiais, divulgada apenas pelo *Estadão*, que ainda insistiu no seu caráter de "substituição ao antigo Dops."[72]

A despeito dos esforços do Secretário Pimentel em diferenciar a nova divisão do Dops[73], reforça-se a impressão de distanciamento em relação ao projeto original, aparentemente iniciado no momento em que ele assumiu a pasta da Segurança Pública.

Com relação à liberação dos policiais emprestados, encontramos na imprensa informações sobre um acordo informal firmado entre o então Secretário de Segurança (Pimentel) e o diretor do Dops (Romeu Tuma), garantindo a volta dos mesmos policiais antes emprestados e depois devolvidos, mediante novo empréstimo.[74] Desse modo, a racionalidade que parecia embasar o projeto original foi sendo suplantada pelas injunções políticas e pelas soluções imediatistas.

2.2. A reação do governo paulista ao decreto - lei que submeteu a ação das Polícias Militares ao Exército

Quando São Paulo enfrentava a terceira onda de distúrbios populares, ocorrida entre os meses de setembro e novembro de 1983[75], o governo federal voltou a baixar um decreto - lei limitando a autonomia das Polícias Militares, através da ampliação dos casos previstos em que o seu comando passaria diretamente ao comando militar da área. Empregando o termo "em caso de perturbação da ordem", de caráter amplo e subjetivo, e introduzindo uma observação que tornava automática tal intervenção, sem a necessidade de comunicação prévia ao governo do estado atingido, o decreto-lei 88.777 continha uma ameaça direta ao governo paulista.

A *Folha de S. Paulo* veiculou os discursos de autoridades e políticos paulistas protestando contra o caráter centralizador desse decreto que feria a autonomia estadual[76] e garantiu espaço também ao General Sérgio de Ari Pires, Comandante do 2º. Exército, que fez a defesa do decreto, atacando aqueles que o criticaram "por desinformação ou má fé."[77]

Recorrendo mais uma vez a uma fonte anônima, identificada apenas como "uma autoridade militar", *O Estado de S. Paulo*[78] mencionou a possibilidade de intervenção representada pela persistência dos saques em São Paulo, justificada, segundo essa fonte, porque "a democracia não é o império dos tíbios." Pressão no sentido de ações "menos tíbias", portanto, "mais enérgicas" na repressão aos saques?

Do ponto de vista político, delineava-se neste momento mais um confronto entre um governo estadual ancorado em um discurso democrático, cuja legitimidade repousa nos cinco milhões de votos recebidos, enfrentando porém as dificuldades de seu primeiro ano de governo (muitas das quais engendradas pelos governos anteriores), e um governo federal autoritário, que tem como principal trunfo o tímido impulso dado ao processo que implicaria sua lenta e progressiva superação.

Em sua fase derradeira, conduzida com a mesma cuidadosa lentidão que caracterizou todo esse

processo de "abertura política", qual seria o custo de uma intervenção deste tipo, no estado mais importante da federação? Frente ao acirramento do confronto, até então mantido na surdina, seria possível garantir um resultado favorável à manutenção das concepções autoritárias? A inexistência de qualquer nova menção à questão, depois de 4 de novembro de 1983, sugere uma resposta negativa.

HOME SUMÁRIO INÍCIO DA PÁGINA
PRÓXIMO CAPÍTULO

---

[1] Esses dados e os seguintes foram retirados do relatório sobre a "Análise do Governo Paulista: Gestão Montoro (1983-1987)" elaborado por Barjas Negri, economista, diretor de Políticas Públicas e Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia de São Paulo durante o Governo Montoro (s/d).

[2] Idem.

[3] Idem.

[4] Depoimento prestado por E. M., membro da sua equipe de governo, em 7.11.1997.

[5] Posteriormente, durante o Governo Fleury, as atribuições das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública foram alteradas.

[6] Durante nossa pesquisa de mestrado, já mencionada, percebemos que a ocorrência de motins violentos estimula, por parte da grande imprensa, o debate em torno da questão penitenciária. GÓES, E.M., op. cit.

[7] Apenas como exemplo, durante os primeiros oito meses de 1983, encontramos na *Folha de S. Paulo* 89 matérias (incluindo os editoriais) dedicadas à discussão da questão policial e 41 dedicadas à discussão da questão penitenciária. Durante o mesmo período, encontramos no *O Estado de S. Paulo* 63 matérias (incluindo editoriais) dedicadas à discussão da questão policial e 30 dedicadas à discussão da questão penitenciária. Ainda que esses números comprovem a ênfase dada à questão policial, eles apontam também para o grande estímulo dado pela eleição e posse de Franco Montoro em São Paulo, ao debate dessas questões, já que outros pesquisadores foram unânimes em constatar o exíguo espaço tradicionalmente reservado a elas.

[8] Notícias seguidas de mortes ocasionadas por policiais, por exemplo, desencadeiam a retomada das discussões sobre a atuação da polícia numa sociedade democrática e sobre a atuação do Secretário da Segurança.

[9] *FSP*, 13.3.83, p. 5.

[10] Sobre a primeira dessas polêmicas, ver tópico 2.1: Desativação do Dops paulista, desse capítulo.

[11] Dados retirados do relatório sobre a "Análise do Governo Paulista: Gestão Montoro (1983-1987)" elaborado por Barjas Negri, economista, diretor de Políticas Públicas e Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Economia de São Paulo durante o Governo Montoro (s/d).

[12] O Humanismo Cristão foi definido por pessoas ligadas a essa equipe de governo como uma alternativa ao materialismo.

[13] GÓES, E.M., op. cit., p. 27.

[14] NITRINE, D., VALLE, P. A proposta Montoro em debate - Justiça. *FSP*, 3.2.83, p.11.

[15] *FSP*, 17.3.83, p. 5.

[16] *FSP*, 22.3.83, p. 13.

[17] *FSP*, 23.3.83, p. 2.

[18] Ainda que mudando radicalmente o caráter da crítica, sob o título "Secretário da Justiça descansa na segunda-feira", este jornal deixa entrever o seu descompromisso com a atuação da própria Secretaria. *FSP*, 26.7.83, p.13.

[19] Marques, J. B. A. A questão penitenciária. *FSP*, 22.4.83, p. 3. Marques, J. B. A. O direito dos presos. *FSP*, 4.6.83, p. 3.

[20] GOMES, S. O direito dos presos. *FSP,* 23.1.83, p. 2

[21] *OESP*, 22.3.83, p.15.

[22] O projeto do Secretário José Carlos Dias previa a substituição do complexo penitenciário por um grande conjunto habitacional, cujos lotes financiariam a construção de vários presídios menores. Esse projeto nunca chegou a sair do papel.

[23] *OESP,* 26.6.83, p. 32.

[24] *OESP, 13.*1.83, p. 3.

[25] Nessa linha ver Coelho, E.C. *A oficina do diabo* : Crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. RJ: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

[26] Isso ocorreu, a despeito do papel da ineficiência do Poder Judiciário ter sido identificado como uma das principais motivações para a manifestação violenta dos presos. Também o provável papel dos guardas penitenciários na insuflação desse motim foi

noticiado.

[27] Pimentel foi Secretário de Justiça durante o Governo Paulo Egydio Martins (1975/9), em São Paulo.

[28] *FSP*, 13.3.83, p. 5.

[29] *FSP*, 4.9.83, primeira página e p. 4; 6.9.83, primeira página, p. 2 e p. 4; 13.9.83, primeira página e p.4. *OESP*, 3.9.83, p.13; 4.9.83, p. 26; 6.9.83, p.16.

[30] A falta de apoio partidário foi uma das principais reclamações de Pimentel durante a sua gestão, inclusive lembrada no discurso pronunciado durante a cerimônia de transmissão do cargo, quando muitos políticos do PMDB estavam presentes, manifestando seu apoio ao novo secretário, Reale Júnior.

[31] Sobre o caráter necessariamente totalitário da prisão, uma opinião totalmente diversa pode ser encontrada em GOMES, S., op. cit.

[32] *OESP*, 28.1.83, p.13.

[33] Falando sobre a criação desta Divisão de Informações Policiais, Pimentel procura diferenciá-la do antigo Dops, observando que "o Estado não tem hoje, qualquer preocupação com os delitos políticos e de idéias. O serviço que montamos é para informação da segurança pública". *OESP*, 17.5.83, p.12.

[34] *FSP,* 23.1.83, p.14.

[35] A criação desse Departamento do Consumidor não tinha o intuito de substituir as funções antes desempenhadas pelo Dops; pelo contrário, ela apontava para uma mudança pretendida pelo novo governo em relação à Segurança Pública, que deixaria de ser vista como mera defensora dos privilegiados. Havia porém uma correlação funcional, à medida que a extinção do Dops liberaria um contingente significativo de delegados, investigadores e escrivães. A partir de um remanejamento foi possível, num primeiro momento, criar o novo departamento sem a contratação de novos policiais. As posições da nova equipe de governo frente ao Dops serão discutidas no tópico: A desativação do Dops paulista, desse capítulo (1).

[36] *FSP,* 23.3.83, p.14.

[37] MINGARDI, G., op. cit., p. 73 e seguintes.

[38] Idem.

[39] É bastante conhecido o papel chave desempenhado pela Polícia Militar na repressão política desencadeada pela Ditadura Militar, central na manutenção do regime.

[40] Embora não aparecesse entre as propostas divulgadas pelos dois jornais pesquisados, essa proposta viria a público posteriormente, gerando grande polêmica. Os desdobramentos dessa polêmica encontram-se no próximo capítulo (2), no tópico: A chamada "prisão cautelar.

[41] MINGARDI, G., op. cit., p. 77/9.

[42] MINGARDI, G., op. cit., p. 171.

[43] Idem, p. 56.

[44] Lembramos que Pimentel não fazia parte do grupo que elaborou a proposta, sendo posteriormente escolhido para esse cargo por seu livre trânsito no governo federal, ou seja, como uma estratégia política, como procuramos mostrar no próximo tópico desse capítulo (1).

[45] Nesse período a Polícia Militar encontrava-se diretamente subordinada ao Exército. A escolha de seu comandante era feita pelo governador do estado que teria que submetê-la à aprovação do Exército.

[46] *OESP*, 8.2.83, p.15.

[47] O papel deste jornalista já se destacara na veiculação do descontentamento de segmentos policiais com o novo governo.

[48] Estratégia semelhante seria adotada pelo *Estadão* durante os saques e quebra - quebras, quando a atitude da polícia seria duramente criticada, mas a figura do Secretário Pimentel, sempre poupada. Desse modo, as críticas eram sempre dirigidas ao próprio governador. Sobre essa questão, ver capítulo 5: Os pobres continuam perigosos.

[49] A polêmica sobre a ROTA, discutida no próximo capítulo, exemplifica as mudanças detectadas no discurso do Secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel.

[50] LOMBARDI, R. Polícia de Montoro ainda sem caminho. *OESP*, 17.4.83, p. 36.

[51] LOMBARDI, R. Delegados revoltam-se contra promotor público. *OESP*, 18.9.83, p. 22.

[52] Alguns dos delegados que ocuparam postos chave nesta nova hierarquia policial já haviam participado do grupo encarregado da proposta Montoro para a área da segurança.

[53] *FSP*, 8.1.83, p.14.

[54] *FSP*, 15.1.83, p.16.

[55] *FSP*, 26.4.83, p.10.

[56] *FSP*, 17.4.83, p. 26.

[57] Nitrine, D. Padre quer polícia mais humana. *FSP,* 25.1.83, p.10. Nitrine, D., Valle, P. Bicudo afirma estar provado que "polícia sem povo não existe". *FSP,* 26.1.83, p.10.

[58] PINHEIRO, P.S. São Paulo 394, Londres 0. *FSP*, 22.1.83, p. 2.

[59] PINHEIRO, P.S. Professor diz ser impossível mudar logo. *FSP*, 25.1.83, p.10.

[60] *FSP*, 8.2.83, p.11.

[61] Os saques e quebra - quebras, bem como as discussões por eles desencadeadas serão abordados no capítulo 5: Os pobres continuam perigosos.

[62] Em Minas Gerais, embora também tenha sido eleito um governador (Tancredo Neves) de oposição ao governo do General Figueiredo, o convênio não foi revogado.

[63] Segundo matéria publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, inicialmente a equipe encarregada por Montoro de discutir a questão, considerou que, sem o Dops, o governo estadual ficaria livre de pesados encargos como a repressão a greves, acúmulo de fichários de informações a partir dos quais teria que fornecer informes aos órgãos federais, etc. Posteriormente, essa equipe passou a considerar que poderiam evitar exageros da repressão, permitir manifestações democráticas, etc, mantendo o controle sobre o Dops. *OESP*, 12.1.83, p.12.

[64] *OESP*, 4.1.83, p. 3; 14.1.83, p. 3 e 23.1.83, p. 30.

[65] *FSP*, 15.1.83, p. 4.

[66] *FSP*, 16.1.83, p. 2.

[67] Sobre a atitude do governo Montoro frente a este primeiro impasse com o governo federal ver tópico anterior: A Secretaria de Segurança Pública e a polícia de São Paulo.

[68] Até então os comandantes das Polícias Militares saiam das fileiras do Exército.

[69] Em artigo publicado pela *Folha*, Suplicy critica a intenção anunciada por José Carlos Dias de romper com o acordo sobre o Dops, por considerar que o novo governo estadual tinha a obrigação de utilizá-lo para "devassar as áreas de investigação e pressão social e política nas últimas décadas", além de enfatizar a questão da perda da autonomia estadual. *FSP*, 1.1.83, p. 4.

[70] Pouco afinado com os nomes indicados pelo Governo Montoro para a área da Segurança Pública, Romeu Tuma, tido em alto conceito pelo governo federal do General Figueiredo, estava destinado a um cargo menos importante na cúpula policial que tomaria posse em março. Junto com a sua indicação veio o "recado" do Ministério da Justiça, dado por um de seus assessores (não identificado), de que não seriam toleradas "retaliações ou discriminações" aos policiais que colaboraram na repressão política na década passada. *FSP*, 23.1.83, p. 4. Nesse sentido, as insistentes afirmações de Pimentel sobre sua gestão, dizendo não ter havido "perseguições ou retaliações" surgem como respostas apaziguadoras ao governo federal, reforçando seu papel de neutralizado de conflitos entre as esferas estadual e federal. *FSP*, 28.1.83, p. 4.

[71] MINGARDI, G., op. cit, p. 82.

[72] *OESP*, 17.5.83, p.12.

[73] Idem.

[74] Esse novo acordo envolvia o auxílio da Polícia Federal no enfrentamento dos saques e quebra - quebras de abril, particularmente através do repasse de informações. Tratava-se, portanto, do enfrentamento de uma crise.

[75] Sobre esses saques e quebra-quebras, ver capítulo 5: Os pobres continuam perigosos.

[76] *FSP*, 11.10.83, primeira página e p.15; 12.10.83, p. 20 e 14.10.83, p.16.

[77] *FSP*, 14.10.83, primeira página e p.16.

[78] *OESP*, 4.11.83, p.12.

HOME | SUMÁRIO | CAPÍTULO ANTERIOR | PRÓXIMO CAPÍTULO

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA COMO PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

1. A POLÍCIA BRASILEIRA: HISTORICIDADE NECESSÁRIA

A Inglaterra, "berço" da Revolução Industrial, tem sido o local privilegiado para o estudo da gênese da organização policial moderna, estabelecendo relações definitivas entre tal organização e a sociedade capitalista.

Linebaugh[1] destacou a importância do papel desempenhado pela burguesia ascendente do final do século XVIII nesse processo. A instituição da sociedade burguesa, pautada nos princípios do trabalho, do liberalismo e da proteção à propriedade privada, exigiu o controle e a criminalização de um grande número de pequenas práticas cotidianas, largamente difundidas entre a população pobre, práticas estas que se tornaram intoleráveis por esbarrarem frontalmente naqueles princípios. Apropriação de restos de matéria – prima, como lascas de madeira da construção naval, restos de fumo, trapos, etc., passaram a ser gestos duramente perseguidos, mais em função do novo código moral que estava sendo imposto, do que por danos objetivos causados em razão de tais práticas. Constituiu-se assim a organização policial moderna, a princípio um instrumento de controle social de caráter classista, com o objetivo fundamental de proteger a propriedade privada. [2]

Mas, como nos mostrou Thompson[3], as relações entre as classes sociais e as leis são complexas e contraditórias, não permitindo simplificações como a redução da legislação a um instrumento da classe dominante. Aplicando as mesmas conclusões também à polícia inglesa, Emsley[4] propôs que, a partir da configuração do poder na sociedade inglesa, se conceba tanto a lei quanto a polícia como instituições multifacetadas usadas por pessoas de todas as classes para resistir, cooperar e obter concessões.

Mas não é possível encontrar nesta gênese da polícia moderna a matriz para o caráter violento de muitas polícias, dentre as quais a polícia paulista, uma vez que tal matriz se encontra justamente na história brasileira.

Garantindo poderosos estímulos à violência policial, temos elementos presentes desde os primórdios da História do Brasil: o extermínio das populações indígenas, o passado colonial e escravista, a trajetória política e social caracterizada pela forte exclusão de segmentos significativos da população. Tudo isso permeado pelo uso recorrente da violência, tanto pelas elites, na opressão dos despossuídos, como também nas relações interpessoais, notadamente entre essa população despossuída, que não dispõe de outros canais para a solução de conflitos.

Como demonstra Da Matta[5], no Brasil esse quadro tem ainda um outro elemento complicador, representado pela manutenção da oposição indivíduo/pessoa, sendo o indivíduo a noção moderna, "superimposta", enquanto a noção de pessoa é dominante e está referida a um poderoso sistema de relações pessoais.[6]

"São inúmeras as expressões que denotam o desprezo pelo "indivíduo", usado como sinônimo de gente sem princípios, um elemento desgarrado do mundo humano e, próximo da natureza, como os animais. Daí a expressão "indivíduo" poder ser usada na linguagem da crônica policial como um terrível sinônimo para o pleno anonimato."[7]

Nas duas últimas décadas muitos trabalhos dedicados ao estudo da instituição policial brasileira tem sido produzidos por sociólogos, antropólogos, psicólogos e historiadores. Essa periodização, longe de ser casual, vincula-se diretamente à história política do Brasil, uma vez que o longo processo de superação da Ditadura Militar, iniciado na passagem dos anos 70 para os anos 80, caracterizou-se não apenas pelo fim da censura, como também pela extensão do interesse de entidades civis, inicialmente dedicadas à defesa dos direitos humanos de presos políticos, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, para os presos comuns, sobretudo pobres. Nesse contexto de "ebulição política" é que se constituiu um novo objeto de interesse das ciências humanas: a polícia brasileira

Um dos trabalhos precursores foi publicado por Fernandes[8] ainda na década de 70, consistindo numa história da polícia paulista em seus primórdios, escrita de um ponto de vista organizacional. No final da década de 1970, Pinheiro publicou seu artigo "Violência do Estado e classes populares"[9], que teria em comum com o trabalho de Fernandes, além do seu caráter precursor, o entendimento de que a polícia é, em sua essência, um agente de dominação. Como indica o próprio título desse trabalho, a polícia foi estudada no âmbito da história das classes populares e do movimento operário.

Posteriormente, sobretudo a partir de pesquisas coletivas desenvolvidas junto ao NEV (Núcleo de Estudos da Violência, da USP), que ajudou a fundar, Pinheiro dedicou-se a uma abordagem mais específica desse objeto, particularmente à sua atuação a partir da Ditadura Militar. Neste período, teria havido uma aperfeiçoamento dos métodos violentos da polícia, bem como uma ampliação e militarização do seu aparato repressivo.

Recentemente, outros pesquisadores como M. Bretas, E. Cancelli e T. H. Holloway[10] começaram a esmiuçar as relações entre policiais e cidadãos envolvidos nas ocorrências policiais, em períodos históricos específicos.

Bretas tem sugerido que o ponto de vista dominante, responsável pela vinculação da história da polícia à história das classes populares, não conseguiu apreender a complexidade das relações que se constroem cotidianamente, a partir de necessidades objetivas, tanto dos policiais, no desempenho das suas funções, quanto dos grupos sociais que são vítimas da sua repressão mas

que, contraditoriamente, reivindicam cada vez mais a sua presença.[11]

Estudando a polícia na cidade do Rio de Janeiro, entre 1889 e 1930, esse autor inovou ao reconhecer a importância da autonomia adquirida pela polícia, tanto em sua intervenção cotidiana no tecido social, quanto na atuação política dos seus policiais em defesa de privilégios e atribuições da instituição policial. Trata-se da emergência de um novo ator social.

Mas ao priorizar a atuação cotidiana dos policiais na sociedade, ou seja, a sua experiência cotidiana, Bretas negligenciou o papel que a polícia continua a desempenhar na defesa dos interesses das elites e, portanto, do embate político que permeia a sua atuação.

Ao encobrir o aspecto da dominação, acabou por escamotear as continuidades e permanências que caracterizam as práticas policiais ao longo da história do Brasil, cujas evidências estão presentes, ainda que sem destaque, nos seus próprios trabalhos: uma polícia violenta e arbitrária, que assustava o cidadão comum e não despertava confiança nas classes médias, que começavam a conquistar espaço na cidade. Atentando para as muitas transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizaram esse período, Bretas procurou enfatizar as difíceis adaptações por que os policiais tiveram que passar, o que não chega a desqualificar a sua caracterização, acima apontada, tão semelhante aos outros períodos já investigados sobre esse tema.[12]

Holloway também estudou a polícia do Rio de Janeiro, mas num período anterior, entre o fim da primeira e o início da última década do século XIX, portanto num contexto marcado pela presença dos escravos no espaço urbano da então capital federal, para os quais os diferentes corpos policiais recentemente criados dirigiam sua atenção prioritária. Sua análise pautou-se na relação dialética entre repressão e resistência, referenciada na concepção do controle social.

A despeito das inúmeras mudanças ocorridas durante o período estudado, tanto no âmbito sócio - político, quanto no nível da instituição policial, a violência cotidiana, a hostilidade da população, as arbitrariedades, a corrupção e os conflitos entre diferentes corpos policiais estão fartamente documentados no seu trabalho.

No mesmo sentido, quando Cancelli estudou a polícia na "era Vargas"[13], não foram apontados indícios que descaracterizassem os traços gerais, de violência e arbitrariedade, a despeito da maior ênfase na repressão política, semelhante, em certos aspectos, com a Ditadura Militar inaugurada em 1964.

2. A POLÍCIA BRASILEIRA PÓS - DITADURA MILITAR

Durante a Ditadura Militar implantada no Brasil na década de 60, as antigas forças públicas estaduais foram aparelhadas para defender o governo e as elites contra manifestações populares de descontentamento. Implementou-se então o processo de militarização dessas forças públicas, iniciado em 1906, com a vinda da Missão Francesa, que culminou no final da década de 60 com a entrada dessas forças já transformadas em polícias militares na guerrilha urbana contra o então "inimigo interno" - os grupos ligados a posições políticas de esquerda.

Em 1969, o decreto lei nº. 667 centralizou no governo federal o controle dessas polícias militares, sob a coordenação direta do Exército. Tal manobra permitiu uma agilização na ofensiva contra os grupos de esquerda, notadamente contra a guerrilha urbana, embora, como nos lembra Pinheiro, essas "técnicas de confronto militar do dissenso precederam à luta armada."[14]

Essa centralização também permitiu que as forças armadas pudessem ser poupadas de uma exposição pública mais violenta através de intervenções diretas nos centros urbanos, além de confundir o que, até então, o regime republicano vinha mantendo separados: a repressão política e a repressão comum (de combate ao crime).[15]

Foi nesse contexto que a ROTA foi criada em 15 de outubro de 1970, como esquadrão especial do 1º. Batalhão de Choque da Polícia Militar, embora já existisse na prática desde o início de 1969, atuando contra os assaltos praticados com objetivos políticos, sendo então denominada "Ronda dos Bancos." Nessa época, seus integrantes colaboraram em diversas operações com órgãos de repressão política, como o Doi - Codi e o Dops.[16]

A emenda constitucional de 3 de abril de 1977 conferiu uma aparente legitimidade à essa escalada de violência, atribuindo *status* militar aos policiais, submetidos a partir de então ao Código Penal Militar. Isso significou que os policiais só seriam julgados por seus pares de corporação, ou seja, sua impunidade estava garantida, como o noticiário da imprensa demonstra.

No Brasil, a superação da Ditadura deu-se através de um lento processo que não logrou proceder ao restabelecimento dessas barreiras entre a repressão à criminalidade comum e criminalidade política, como seria apropriado a um sistema democrático.

Como o regime autoritário exprime uma visão estável da história, atribuída ao domínio irresistível do Estado sobre a sociedade, nele a atuação da polícia não pode conviver com qualquer ameaça a essa estabilidade forçada. Em conseqüência, o uso arbitrário e violento da autoridade discricionária torna-se a regra.[17] Essa matriz do padrão de comportamento da polícia paulista na década de 1980 é um dos elementos a serem considerados na discussão acerca da manutenção desses padrões num estado que se pretendia democrático.

3. A VIOLÊNCIA POLICIAL NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *O ESTADO DE S. PAULO*

No Estado de São Paulo, o trabalho policial é executado por duas organizações distintas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. A primeira deve evitar a ocorrência de crimes, executando o chamado "policiamento preventivo" ou "ostensivo", para o qual deve utilizar fardamento próprio, enquanto a segunda deve encarregar-se da repressão ao criminoso, depois da prática do crime e antes do seu julgamento pela Justiça.[18]

A despeito dessas diferenças operacionais, neste trabalho utilizamos o conceito de **instituição policial** , em seu caráter global, como principal elemento de controle e repressão ao crime, sendo, portanto, guardiã por excelência da segurança pública, de acordo com a legislação em vigor.

Nas atribuições de cada uma dessas organizações se sobressai o pressuposto da

complementaridade, concretizado no encontro de seus representantes, previsto para o Distrito Policial, quando se encerraria o trabalho dos policiais militares, com a entrega do "caso", e se iniciaria o trabalho dos policiais civis, com o registro do Boletim de Ocorrência (BO), a abertura do inquérito ou a simples liberação do(s) detido(s).

Tanto a garantia da Segurança Pública quanto a complementaridade prevista e necessária entre as duas organizações policiais estão muito distantes de serem realidades concretas no cotidiano da instituição policial, permanecendo apenas como realidades ideais. No primeiro caso, em função da difusão da violência pela qual a polícia é freqüentemente responsável e das práticas criminosas atribuídas aos seus membros e, no segundo caso, pelos inúmeros confrontos entre as duas organizações, ambos fartamente registrados pela fonte utilizada nesta pesquisa.

Mas o senso comum pouco conhece dessas distinções entre Polícia Militar e Polícia Civil e atribui sempre às duas a responsabilidade por supostos aumentos na criminalidade[19], do mesmo modo que os meios de comunicação de massa em nada contribuem para essa compreensão.

Utilizando como fonte a grande imprensa paulista, só trabalhamos com as diferenças entre as duas organizações policiais quando elas foram fundamentais para a compreensão da problemática em discussão, como foi o caso da polêmica em torno da prisão cautelar e do enfrentamento dos saques e quebra - quebras pelo governo Montoro.

A despeito da limitação quanto ao fenômeno global da violência policial, o conjunto de crimes policiais noticiados por nós analisado é revelador da sua heterogeneidade, incluindo desde extorsão e abuso de autoridade, violências domésticas, passando por roubos e envolvimento com quadrilhas, até casos de tortura, espancamentos e mortes "em serviço" (ou não), em alegado confronto (ou não).

Consideramos ainda que os crimes policias noticiados, em seu conjunto, representam mais uma das várias possibilidades de aproximação, e nada além disso, em termos estatísticos, do número de crimes praticados por policiais. Nesse sentido, as estatísticas oficiais, fornecidas pela instituição policial, representariam uma outra possibilidade aproximativa.

Paixão já mostrou que as estatísticas oficiais sobre crimes, de modo geral, "revelam mais dos padrões estruturais de comportamento da própria instituição que da real incidência de crimes."[20]

Os crimes noticiados, em seu conjunto, representariam então uma amostragem acessível à população, ou a parcelas dela, dos crimes efetivamente cometidos por policiais e, em decorrência, uma aproximação em relação à atuação da instituição policial. Desse modo, procuramos evitar as estratégias utilizadas pela polícia, e seguidas pela imprensa, detectadas por Fernandes, de culpabilizar os indivíduos, preservando-se a instituição policial.[21]

Ao abordar a questão da violência policial, procuramos não perder de vista sua relação com outras temáticas a ela relacionadas, enquanto aspectos típicos da vida dos habitantes das grandes cidades brasileiras hoje. É o caso do "medo", tomado como padrão psicossocial de comportamento. Sobre isso, lembra Adorno:[22]

"O aumento da criminalidade urbana provocou e vem provocando impacto nas agências de contenção da criminalidade, que se viram pressionadas a expandir a oferta dos serviços policiais e judiciários, alterando arranjos e expedientes tradicionalmente consolidados."[23]

Também consideramos que mortes causadas por policiais são sempre crimes de homicídio, previstos pelo Código Penal no capítulo de "Crimes contra a vida", ainda que atenuantes possam ser considerados. Desse modo, sempre questionamos as opiniões, emitidas pelos jornais pesquisados, de que essas mortes sejam apenas "acidentes de trabalho", inerentes à própria rotina policial.

Do mesmo modo, todas as opiniões publicadas que demonstraram complacência diante da morte de "marginais" (supostos ou comprovados), reservando a indignação e o clamor por punição apenas para os casos em que os mortos eram comprovadamente trabalhadores, também foram questionadas.

Assim, todos os casos em que a imprensa forneceu fortes indícios da participação de policiais em "execuções" foram considerados como crimes policiais. Isso se deve tanto à impossibilidade de acompanharmos o desenrolar de cada processo na Justiça, através das fontes consultadas, como a outros fatores como a morosidade da Justiça, disputas entre a Justiça "comum" e a Justiça Militar no julgamento de cada caso. Essas dificuldades são ainda maiores quando atua a Justiça Militar, pelo reconhecido corporativismo que impede apurações de efetivas responsabilidades e punições. Em todos os casos, a identidade dos envolvidos foi preservada.

Dentre os muitos casos de mortes causados por policiais, destacaram-se, no noticiário, aquelas praticadas pela ROTA, cuja atuação foi discutida durante o período por nós estudado, sobretudo em 1983.

4. POLÊMICA SOBRE A ROTA

4.1. *FOLHA DE S. PAULO*

Em janeiro de 1983, a *Folha* promoveu debates sobre as propostas do Governo Montoro para as áreas da Segurança e da Justiça. Nesses debates, a atuação da ROTA já aparecia no centro das preocupações dos participantes, chegando a ser alvo de propostas radicais que propunham a sua extinção. Falando pelo novo governo, José Carlos Dias anunciava então que a ROTA passaria por transformações, cuidando apenas dos casos especiais.[24]

No ano de 1983, a questão começou a ser discutida em matéria intitulada "Prisão de três da ROTA por assalto abala corporação", assinada por Dácio Nitrine e Walmir Sallaro[25], na qual foram comentados os vários percalços enfrentados pela ROTA nos meses anteriores.

Em primeiro lugar, foi apontada a decisão ("acatada, apesar de mal recebida") do comandante da

Polícia Militar de manter a unidade aquartelada, liberando-a apenas em casos especiais, em função da repercussão negativa causada pela divulgação do número de mortos em suas ações. Em seguida, atribuiu-se à prisão de três de seus policiais, por assalto, o desencadeamento de uma crise que ameaçava, segundo os jornalistas, "desestruturar a filosofia de trabalho de 13 anos." Sem, no entanto, explicar qual seria esta filosofia, a matéria apenas lembrava o seu slogan: "A ROTA é reservada aos heróis." Por último, recordava-se o "boato" atribuído a assessores do Governo Montoro, de que a ROTA seria desativada.

Percebemos que essa matéria caracterizava-se por uma clara identificação entre o discurso jornalístico e o discurso policial, da própria ROTA, neste caso, veiculado por seus "oficiais." O descontentamento permeava todo o seu conteúdo.

Com o anúncio do nome de Manoel Pedro Pimentel para a Secretaria de Segurança Pública, não encontramos nos primeiros pronunciamentos do novo secretário e do novo comandante da PM (anunciado logo em seguida), publicados pela *Folha*, referências diretas à ROTA. Indiretamente, no entanto, percebemos que em meio a declarações caracterizadas pela preocupação com a defesa dos Direitos Humanos, tônica do discurso do Governo Montoro, mesclavam-se passagens nas quais Pimentel se esforçava por valorizar a instituição policial:

"Temos certeza de que nas diversas carreiras da Polícia Civil e nas fileiras hierárquicas da Polícia Militar existe um forte idealismo e enormes reservas de civismo, prontos para se tornarem esplêndida realidade."[26]

Sobre as supostas mudanças, anunciadas por José Carlos Dias, nos primeiros discursos publicados encontramos apenas esta afirmação paradoxal do novo comandante da PM, coronel Newton Viana:

"Não haverá mudanças estruturais na Polícia Militar, mas só alteração de filosofia e método de trabalho."[27]

Em função das limitações impostas por nossa fonte, não podemos concluir sobre a efetiva ausência de referências diretas à ROTA e as suas possíveis mudanças nos primeiros discursos do secretário Pimentel e do novo comandante da PM, uma vez que não há qualquer compromisso no sentido da publicação integral desses discursos por parte dos jornais, pelo contrário, a seleção, sempre arbitrária, de trechos desses discursos é um pressuposto constante. Inclusive a presença de declarações paradoxais como a citada logo acima, pode ser atribuída aos recortes sofridos, responsáveis, por perdas parciais de sentido ou mesmo por perigosas distorções.

De qualquer modo, esse aparente descompromisso do novo Secretário de Segurança Pública com mudanças efetivas na ROTA[28] parece ter influenciado a decisão tomada pela *Folha* de desencadear uma campanha pela sua desativação imediata.[29] Tomando o cuidado de apoiar previamente as "diretrizes" gerais propostas por Pimentel, sobretudo quanto ao reforço do

policiamento ostensivo em toda a capital, seu editorial sentenciava:

"Para este jornal, os métodos de operação da ROTA são incapazes de conter a criminalidade; ao contrário, alimentam-na na prática habitual da violência, comportamento afinal seguido por outras unidades."[30]

A resposta do Secretário Pimentel foi publicada pela *Folha* dois dias depois, sob o título: "Futuro Secretário diz que a ROTA será tropa de apoio"[31], na qual ele descartava qualquer possibilidade de desativação, mas confirmava sua permanência nos quartéis para atuar apenas em casos especiais.[32]

Na mesma matéria, o jornal incluiu opiniões favoráveis e contrárias à desativação da ROTA. Enquanto o então deputado federal pelo PT, Eduardo Suplicy, declarava-se favorável, o deputado estadual pelo PTB e coronel da PM, Sidney Palácios, defendia a permanência da ROTA "como está hoje", justificando: "cada povo tem a polícia que merece", e ainda: "desativar a ROTA é um sonho dourado." Evidenciava-se assim que, mesmo para seus defensores, tratava-se de um "mal necessário."

A fase seguinte desta polêmica foi demarcada pela ênfase dada pela *Folha* à uma suposta mudança de atitude de Pimentel em relação à violência policial, detectada em seus pronunciamentos posteriores, veiculados pelo jornal.

Notícia intitulada "Imprensa torce imagem da ROTA, acusa Pimentel", que mereceu espaço na primeira página do jornal[33], foi sucedida, logo no dia seguinte, por um editorial intitulado "Mudança de atitude"[34], no qual se lamentava o fato de o Secretário da Segurança estar se mostrando menos preocupado com mudanças e mais preocupado em apresentar como "normais" os altos índices de violência policial que continuavam sendo registrados. O editorial lembrava ainda as inúmeras dificuldades inerentes ao cargo ocupado por Pimentel, como atenuantes à lamentada "mudança de atitude." Quanto às acusações diretas feitas por ele em relação à imprensa, não havia qualquer menção, o que pode ser interpretado como uma tentativa de descaracterizar uma atitude meramente defensiva por parte da *Folha.*

A resposta do secretário foi publicada no dia seguinte, na forma modesta de "carta do leitor", na qual ele procurava desmentir tal "mudança", caracterizando-a como uma construção do próprio jornal.[35]

Durante os meses de abril e maio, notamos que o debate arrefeceu, e apenas uma referência foi registrada num fragmento do discurso do comandante da PM, Coronel Viana. Em matéria intitulada "ROTA continuará nas ruas, diz o novo comandante"[36], ele parecia contestar qualquer necessidade de mudança na ROTA: "marginal é marginal em qualquer governo... Excessos e irregularidades serão devidamente apurados." Defendendo a manutenção de métodos e práticas policiais a despeito das mudanças políticas, o comandante revelava preocupante simpatia em relação à essas heranças da Ditadura, amenizada apenas pelo reconhecimento da necessidade de

apuração de "irregularidades", a despeito da imprecisão deste termo. Seu discurso revelava-se assim, dissonante em relação ao discurso da equipe de governo na qual estava inserido.
No início de junho, a polêmica foi retomada, impulsionada pela publicação de declarações polêmicas atribuídas a Pimentel, em matéria mais uma vez assinada por Dácio Nitrine e Walmir Sallaro. A matéria tinha como título: "Pressionado, Pimentel ameaça 'tirar a focinheira da polícia'", publicado em primeira página:

"O policial da ROTA pode ser comparado a um cão feroz, ... preparado para matar.... Quando a gente permite que a PM mate, há reação violenta dos que acham que os Direitos Humanos foram desrespeitados e chegam a rezar missa pela alma dos marginais. Por outro lado, a população reclama segurança e quer a ROTA na rua para matar marginal."[37]

Dando prosseguimento à mesma reportagem, na página nove, a publicação da entrevista do secretário e dos comentários dos jornalistas foi acompanhada de uma foto grande, cujos significantes reforçavam os atributos de violência e ameaça inerentes a esse batalhão especial criado durante a Ditadura Militar, fortemente militarizado. Foto e título, publicadas na parte superior da página, sempre merecedoras da atenção especial do leitor, ou mesmo da atenção exclusiva de alguns, reforçavam-se, desempenhando papel central na campanha do jornal contra a "mudança de atitude" de Pimentel e a favor da extinção da ROTA (**Foto 3**).
Todos os elementos icônicos presentes na foto (exceto aqueles ligados ao seu espaço) estão associados à idéia de treinamento policial, remetendo à violência e mesmo à morte, uma vez que todos os policiais retratados em posição de tiro apontavam em direção aos órgãos vitais dos seres humanos.[38] O jornal consegue assim evidenciar, através das contradições presentes nessa reportagem, composta por foto e texto escrito, a contradição inerente à posição do governo estadual frente ao debate sobre a ROTA, caracterizada pela insistência em pretensas mudanças na "filosofia" de trabalho de um batalhão cujo treinamento pauta-se pela violência.
Opiniões ditas de "senso comum", por vezes preconceituosas e, outras vezes reveladoras, a partir de uma leitura mais complexa, das contradições que permeiam o cotidiano da população pobre nos bairros da periferia, pareciam ser amplamente partilhadas pelo Secretário da Segurança, nesse momento. Sua identificação com a concepção distorcida de que os "direitos humanos" defendidos por setores da Igreja Católica e por algumas entidades civis seriam apenas os dos "bandidos", é um bom exemplo disso.

As repercussões destas afirmações foram publicadas pela *Folha*, nos dias seguintes, e partiram tanto do próprio jornal (em editorial), como da Igreja Católica, através do Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, incluindo explicações do próprio Pimentel dirigidas ao comando da Polícia Militar, em tom de desculpas.[39]

Foto 3

***Folha de S. Paulo*, 2 de junho de 1983, p. 9**

No final de julho, esse debate retornaria à primeira página da *Folha*, com o título: "Revoltados, taxistas pedem a volta da ROTA."[40] E no dia 3 de agosto, novo título, com jeito de resposta: "ROTA voltará à periferia"[41], seguida de matéria em que o Secretário Pimentel informava sobre processo de reciclagem concluído por este batalhão. Publicada em primeira página, essa matéria vinha acompanhada de uma foto de grandes dimensões que continha inúmeros significantes icônicos reveladores do caráter contraditório das relações entre povo e polícia, mesmo quando se tratava de um segmento simpático à instituição policial e aos seus métodos, como era o caso dos taxistas[42] (**Foto 4**).

Tanto as grades de ferro, quanto a arma de cano longo nas mãos do suposto policial, e mesmo a distância que separa o grupo (identificado como de taxistas) dos dois policiais retratados (um civil e um militar), apontam para características contraditórias como: proteção e controle; proteção e violência; aproximação e repressão.

Mas a aparente oposição entre as duas categorias profissionais - policiais, de um lado, e taxistas, de outro - contradizia o conteúdo da mensagem escrita, na qual taxistas reivindicavam a volta de um dos batalhões mais violentos da polícia e eram atendidos. Se a foto sugeria separação e mesmo oposição, a linguagem escrita atestava união e valorização recíproca.

Embora recusando uma hierarquização entre os dois tipos de linguagem, partimos do pressuposto de que a imagem fotográfica atesta a ocorrência de determinado episódio, sem chegar, no entanto, a explicá-lo.[43] Desse modo, o caráter complementar e contraditório das duas mensagens reforça a complexidade que caracteriza as relações entre povo e polícia.

Foto 4

***Folha de S. Paulo*, 3 de agosto de 1983, primeira página**

4.2. *O ESTADO DE S. PAULO*

Diferentemente da *Folha*, o *Estadão* iniciou o debate sobre a ROTA a partir do anúncio do nome de Pimentel para a Secretaria de Segurança e do Coronel Nilton Viana para o comando da Polícia Militar.

Em artigo sobre os planos do Coronel Viana para a PM, encontramos uma referência explícita às mudanças que ocorreriam na ROTA, usada pelo coronel para exemplificar os resultados já obtidos com a mudança de governo:

"Um reflexo dessa orientação já se faz presente na ROTA, que desde a mudança de governo deixou

de matar em todos os 'tiroteios' e está levando ladrões às delegacias."[44]

Difícil explicar esse aparente excesso de otimismo do Coronel Viana, que atribui enormes poderes à simples mudança da equipe de governo, ao mesmo tempo que ignora as informações da própria imprensa sobre as mortes causadas por policiais. De qualquer modo, tais questões não foram mencionadas na matéria em questão, limitada às opiniões do coronel, que, seguindo sua linha otimista, fala da permanência da ROTA:

"500 e poucos homens que tem uma missão muito difícil, que é a missão extrema, a missão de enfrentar o perigo, ocorrendo muitas vezes a possibilidade de morrer. Na nossa filosofia de trabalho a ROTA será uma força de apoio... A ROTA não voltará ao quartel. Estará sediada em locais estratégicos para alcançar em poucos minutos o local onde haja ocorrência que demande a sua intervenção. Desativar a ROTA seria desarmar a polícia..."[45]

Nos meses seguintes, as referências sobre a atuação da ROTA apareceram de forma bastante esparsa e sempre caracterizadas pela sua defesa ou por denúncias de dificuldades por ela enfrentadas[46], apontando para o posicionamento favorável à sua atuação, com os métodos que sempre a caracterizaram, assumido pelo *Estadão* durante o mês de agosto.[47] Nesta campanha em defesa da ROTA, os protagonistas pareciam ser os motoristas de taxi, cujas demandas foram encampadas e divulgadas por este jornal.

Quanto ao seu discurso gráfico, detectamos um momento específico desta campanha em que uma fotografia foi utilizada a seu serviço, com o fim explícito de enaltecer a figura da ROTA e de seus soldados.

Situada na parte superior da página, uma foto de grandes dimensões retratava com exclusividade e, portanto com grande destaque, signos icônicos carregados de significados positivos: a luz forte remetendo ao sol e ao seu brilho, associado à idéia de sucesso; o carro grande com identificação da ROTA atestando o bom nível do seu equipamento, sugerindo atributos de avanço e modernidade; os quatro homens fardados e com olhar de superioridade representando a superioridade do batalhão e da própria Polícia Militar.

Alguns signos plásticos como a pequena profundidade que, além de destacar os signos icônicos, não permitiram a identificação do local retratado, sugerindo que a cena poderia ocorrer em qualquer lugar, ou em todo lugar, permitindo imaginar que "a ROTA está em todo parte." Dispondo seus elementos de trás para a frente, a foto sugere ainda uma "revelação", feita pelo jornal ao seu leitor.

A foto publicada ao seu lado desempenhava papel complementar, externo em relação a ROTA, por isso representado em foto separada, mas acrescentando um elemento a mais à campanha em seu favor, o apoio da população. A mesma função , de reforço à idéia do apoio popular à sua volta às ruas, foi desempenhada pela legenda comum, pelas manchetes e pelas matérias escritas,

compondo-se assim um grande e harmonioso conjunto, claramente direcionado (Foto 5).

Foto 5

***O Estado de S. Paulo*, 3 de agosto de 1983, p. 38**

Quanto ao conteúdo dessa campanha pela volta da ROTA, destacava-se, em primeiro lugar, o tom agressivo e desafiador frente à Igreja Católica. Embora isso não fosse explicitado, o discurso do *Estadão* parecia dirigido ao seu setor mais progressista, representado em São Paulo pela figura do Arcebispo Arns, com quem tanto o Governador Montoro, como o Secretário de Justiça, José Carlos Dias, nunca esconderam suas afinidades.

Em segundo lugar, destacamos o apoio sempre dado ao Secretário da Segurança, Manoel Pedro Pimentel, reforçado no momento em que, por decisão sua, a ROTA voltou às ruas.

Embora a atitude do *Estadão* em relação ao Governo Montoro variasse apenas entre o descrédito e a oposição declarada, o Secretário Pimentel recebeu o seu apoio, ainda que esse não fosse concedido de modo irrestrito. Tal apoio a um importante membro daquela equipe, como era o Secretário da Segurança, veio reforçar nossa hipótese sobre o desajuste deste secretário neste governo. Lembramos que a sua indicação para esse cargo foi caracterizada como um esforço de conciliação em relação ao governo federal, num momento em que o conflito parecia iminente.[48]

4.3. COMPARANDO OS DOIS JORNAIS

Se compararmos os percursos desses dois jornais em relação às temáticas relacionadas à ROTA, ao longo do ano de 1983, perceberemos que, se algumas diferenças significativas saltam aos olhos, pontos comuns também podem ser detectados.

Em primeiro lugar, destacamos a diferença quantitativa: foram 33 matérias publicadas pela *Folha* e 18 publicadas pelo *Estadão*.[49] Essa diferença não se deve a qualquer especificidade da questão ora discutida, mas sim à postura mais ampla adotada pelo jornal frente às temáticas abordadas nesta pesquisa.

Embora de modo geral o discurso do *Estadão* fosse muito mais identificado com o discurso policial, sendo inclusive utilizado como veículo das manifestações de descontentamento de policiais, houve momentos em que também a *Folha* utilizou esse mesmo discurso, particularmente quando as suas matérias foram assinadas por jornalistas especializados na área policial, como era o caso de Dácio Nitrine e Walmir Salaro, citados inúmeras vezes.

Segundo Darnton[50], isso se deve ao caráter das relações que se estabelecem entre jornalistas e informantes de uma determinada área. Frente à atual tendência de especialização que incentiva os jornalistas a trabalharem sempre numa mesma seção do jornal, crescem as possibilidades de uma "simbiose", sobretudo em áreas como a policial, em que até mesmo a linguagem utilizada é específica e carregada de simbolismos e estereótipos. Desse modo, um exame atento pode revelar

que muitas vezes há mais afinidades entre as matérias produzidas por jornalistas especializados de diferentes jornais sobre um mesmo assunto, que dentro do noticiário de um dos jornais em questão.

Em segundo lugar, a atitude do *Estadão* de ignorar fatos que mereceram destaque e amplos espaços na *Folha*[51], como foi o "caso da focinheira", desencadeado por declarações polêmicas de Pimentel, sugerem questionamentos acerca do papel dos meios de comunicação de massa na sociedade brasileira: como fica o seu compromisso com a notícia? Nesses casos, afirmações radicais no sentido de que aquilo que não é noticiado pelos meios e comunicação não acontece socialmente, perdem seu caráter premonitório para revelarem-se perigosamente reais.

Numa outra perspectiva, centrada nas tênues relações entre jornalistas e leitores, devemos considerar o papel de certos leitores que desempenham papel - chave em determinada área, como era o caso do Secretário Pimentel em relação às questões relativas à Segurança Pública. Com base em sua experiência como jornalista do "The Times", Darnton ressalta o papel desse "diálogo imaginário" sobre o conteúdo da matéria publicada.[52]

Medidas anunciadas pouco depois da sua posse, favorecendo o trabalho da imprensa, a partir da liberação dos policiais para dar entrevistas ou fornecer informações à imprensa[53], bem como o caráter estratégico do seu cargo para os jornalistas encarregados das "seções policiais" desses grandes jornais, delineavam-se como contrapartidas nessa relação respeitosa, e mesmo protetora, em muitos momentos, dos dois jornais em relação ao Secretário Pimentel.

O esquadrinhamento das matérias publicadas durante a sua gestão sugere assim, que, também sob esse aspecto, haviam confluências e distanciamentos entre os dois jornais, que permaneceram depois da posse dos dois secretários que o sucederam nesta pasta. Tanto no caso de Miguel Reale Júnior[54] quanto de Michel Temer[55], as relações perderam as características de forte respeito e de proteção, sugerindo tratar-se menos de privilégios inerentes ao próprio cargo junto a imprensa, e mais de características proporcionais ao poder exercido pela autoridade em questão.

Entre o final de julho e o mês de agosto, houve momentos em que os dois jornais publicaram manchetes em perfeito uníssono e sincronia, sobretudo quando se tratava de veicular as reivindicações dos motoristas de taxi. Quanto aos conteúdos, por vezes caracterizados por análises críticas, eles continuaram revelando diferenças e mesmo pontos de vista conflituosos:

"Motoristas querem ação da ROTA."[56]

"Revoltados, taxistas pedem a ROTA."[57]

"Após protesto, a ROTA volta a policiar as ruas."[58]

"ROTA voltará à periferia."[59]

5. UMA SUPOSTA CRISE NA POLÍCIA

Embora a palavra crise, para referir-se à situação da polícia paulista, depois da posse de Franco Montoro, só tenha sido empregada em 8 de junho, consideramos que os objetivos de mais essa "polêmica", sustentada apenas por *O Estado de S. Paulo*, foram delineados em matéria já mencionada, intitulada "Polícia de Montoro ainda sem caminho," assinada por Renato Lombardi. [60]

Inaugurando as duras críticas desse jornal à chamada "nova polícia", Lombardi fez um balanço das mudanças até então realizadas e daquelas já anunciadas, direcionadas à eliminação da corrupção policial e à amenização de seus métodos violentos. Sugeriu, em seguida, que a polícia não era capaz de agir sem violência e corrupção, estando por isso imobilizada. Embora não chegasse a assumir tal conclusão, essa matéria induzia o leitor a concluir que era melhor aceitá-la com seus vícios do que conviver com a sua inoperância. Tal concepção embasaria, a partir de então, todas as críticas do *Estadão* às tentativas de alteração na instituição policial implementadas pelo governo Montoro.

Nossa hipótese é que toda a discussão em torno da suposta e mal delineada crise da polícia, que se iniciou como crise de autoridade (ou de comando), tomando depois a forma de crise financeira, foi desenvolvida com o objetivo de comprovar a tese, defendida na matéria acima citada, de que as modificações que se procurava implementar na polícia punham em risco a Segurança Pública. Reafirmava-se, portanto, a matriz a que nos referimos no início deste capítulo, que associa, desde a Ditadura Militar, a violência e a arbitrariedade policial à noção de ordem e tranqüilidade social.

Uma das estratégias utilizadas nessa companha foi a veiculação de ameaças feitas por deputados de oposição ao PMDB, em São Paulo, sobre a possibilidade de intervenção federal no Estado, para evitar ameaças à ordem pública, causadas pela crise financeira, supostamente atravessada pela polícia paulista.[61]

Outra estratégia consistiu na distorção do discurso do governo, através de títulos enganosos, com o intuito de comprovar a tese defendida pelo jornal, além de alimentar a polêmica. Assim, artigo no qual se informava que o governo considerava superado o episódio envolvendo o pedido de demissão de Pimentel (não aceito), reconhecendo apenas a resistência de grupos envolvidos com a corrupção policial, recebeu o seguinte título:

"Confirmada crise na polícia."[62]

Logo depois do encerramento desta polêmica, com o anúncio da liberação de verbas para a polícia [63], o *Estadão* se empenhou em defender a volta da ROTA às ruas da capital. Delineava-se assim um quadro em que o posicionamento político desse jornal em favor da manutenção das agências de controle social, tal como elas vinham funcionando desde a Ditadura, ganhava contornos cada vez mais nítidos.

6. A CHAMADA "PRISÃO CAUTELAR"

Definida como uma possibilidade legal para que a polícia mantivesse "suspeitos" presos, por um período estipulado (por um juiz), enquanto investigasse e procurasse provas que os incriminassem, essa alteração na legislação reivindicada sobretudo por segmentos policiais encontrou ferrenhos defensores e opositores e já ocupou as páginas da grande imprensa em outros momentos.

Também conhecida como "prisão provisória", ou "prisão temporária", essa modalidade de detenção sempre foi praticada pelos policiais, ao arrepio da lei. Esse dado, bem conhecido, foi uma referência fundamental tanto nos argumentos dos seus defensores como dos seus opositores.

Os policiais recorreram a ele para demonstrar a inviabilidade do desempenho das suas atividades sem esse recurso. Os seus defensores externos à instituição policial partiram desse dado real para alertar sobre o perigo dessa prática policial e para a necessidade de regulamentá-la e colocá-la sob o controle da autoridade judiciária. De acordo com esse ponto de vista, constatada a sua existência, não caberia julgá-la, mas regulamentá-la, evitando assim os "excessos."[64]

Contrariamente, os seus opositores alertaram para o perigo de se atribuir ainda mais poder à uma instituição como a polícia, cujas dificuldades de adaptação às novas regras democráticas vinham sendo muito discutidas pela própria imprensa e vivenciadas pelo governo Montoro. Essas opiniões contrárias à prisão cautelar remeteram assim ao contexto no qual essa discussão foi retomada, bastante revelador dos problemas que envolvem a polícia paulista.

A origem desse debate se inscreveu num contexto de confronto entre delegados de polícia, apoiados por outros segmentos da corporação, e um promotor público, por sua vez apoiado por representantes do Poder Judiciário, a partir do caso de tortura e morte de um preso dentro do 50º. Distrito Policial (Itaim Paulista, Zona Leste, São Paulo). Nomeado pelo Ministério Público para acompanhar o caso[65], esse promotor pediu o indiciamento de todos os delegados ligados àquele Distrito (quatro delegados plantonistas e um delegado geral), por abuso de autoridade, além de quatro investigadores, dois carcereiros e um inspetor de quarteirão, envolvidos com as sessões de tortura do preso.

Através da sua associação de classe, os delegados iniciaram um movimento de protesto que envolveu um abaixo assinado em que acusaram o promotor de "vedetismo sensacionalista", uma "greve branca", em que se comprometeram a cumprir estritamente a lei, ou seja, prender apenas em caso de "flagrante delito." Declararam pretender com isso transferir parte da responsabilidade sobre a criminalidade crescente para o próprio Judiciário. Por fim, ameaçaram processar o promotor.

Reforçando essa atitude corporativa defensiva, os delegados sentiram-se apoiados pelo então delegado - corregedor, Cleto Marinho de Carvalho, encarregado do indiciamento dos envolvidos, que optou pelo indiciamento de dois delegados apenas, aquele que havia autorizado a prisão e o delegado - titular, responsável pelo 50º. Distrito.

Segundo Mingardi[66], esse episódio teria contribuído para minar o apoio do Ministério Público ao grupo que então comandava a Polícia Civil e se empenhava em transformá-la, construindo o que esse autor chama de "nova polícia."[67]

Foi em meio a esse conflito, veiculado pelos jornais pesquisados, que o debate sobre a "prisão cautelar" foi retomado, garantindo espaço inclusive para amplas defesas dos pontos de vista divergentes através de editoriais.[68]

Inúmeras características assumidas por essa polêmica ao longo das páginas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* conferiram-lhe um caráter emblemático às práticas e discursos policiais.

Em primeiro lugar, destacamos a emergência dos discursos dos delegados:

"Estamos cumprindo o que sempre teríamos que fazer,... Mas nos colocamos na situação da população e retiramos das ruas *os estupradores, os assaltantes*, e por incorrer num erro que beneficia a todos, somos os culpados. A partir de agora chega." (grifo nosso)
delegado entrevistado[69]

"Dá a impressão de que a polícia é culpada de libertar um criminoso, mas infelizmente nós prendemos e a Justiça solta."
outro delegado[70]

"Queremos encontrar um meio para que possamos trabalhar em paz, sem violência, e continuar ajudando a população, que é o interesse tanto da polícia quanto da Justiça."
outro delegado[71]

"A sociedade será a maior prejudicada com o movimento, por que quando a polícia faz uma prisão para averiguação o faz com a intenção de *defender a sociedade*. Por exemplo: *um estuprador*, não foi preso em flagrante, mas nós o levamos até a delegacia onde ficará alguns dias para ser acareado com a vítima e o crime está elucidado." (grifo nosso)
delegado tesoureiro da Associação dos Delegados[72]

"A violência é um problema pessoal."
mesmo delegado, falando sobre a violência policial[73]

Evidencia-se nessas falas a imagem idílica que os delegados procuravam passar da instituição que representavam, reforçando hipótese acerca da importância da sua atuação autônoma, em defesa de interesses próprios. Pela defesa heróica da sociedade, têm se sacrificado, afrontando inclusive a lei, e expondo-se às conseqüências, por que "enquanto a polícia prende, a Justiça solta", ou seja, a

Justiça nem sempre compartilha com a polícia do seu "nobre" propósito. Nesse contexto, onde a maioria dos policiais são heróis, a violência de alguns é reduzida a um "problema pessoal", isentando-se, mais uma vez a instituição policial. Fernandes chama a atenção para o perigo desse discurso, que preserva a instituição, localizando a violência apenas no "elemento desviante", propondo como solução a separação entre "o joio e o trigo", e inviabilizando qualquer possibilidade de auto-crítica.[74]

Além disso, em duas das falas, o inimigo contra quem a "boa" sociedade precisa ser defendida era caracterizado - eram "estupradores e assaltantes." Explorava-se assim o imaginário que a imprensa ajudou a construir[75], de que, graças à polícia, as nossas prisões estavam abarrotadas com esses "terríveis delinqüentes." Todas as pesquisas sobre a população carcerária são unânimes em desmentir esse dado[76], descrevendo sempre a propensão dos presos à prática de crimes contra o patrimônio.[77] Justificava-se assim, implicitamente, a violência e o arbítrio policial, através da exacerbação do perigo dos supostos delinqüentes.

Outra matéria, sobre a mesma polêmica, publicada pelo *Estadão*, comprovou essa contradição entre os delinqüentes imaginados e os delinqüentes reais, ao mostrar que durante a "greve branca" as celas do Deic, onde as Divisões de Captura costumavam recolher de 120 a 150 pessoas, "autores (supostos!) em sua maioria de furtos e roubos," o número de detidos caiu para 20.[78]

Além de comprovar os dados dos pesquisadores sobre o perfil das pessoas presas em São Paulo, essa notícia apontava também para o que Paixão denominou de "lógica em uso" do policial, que vinha permeando essa polêmica desde o início:

"Ele trabalha armado de tipificações sobre indivíduos e atos que reduzem a complexidade do mundo criminoso, de informações geradas por informantes competentes deste mundo...; e o produto final desta atividade é tanto a categorização de criminosos em artigos do Código Penal (o inquérito) quanto a atualização e ampliação do seu "arquivo' - o conhecimento acumulado e transmitido organizacionalmente sobre a natureza e a composição da clientela marginal, constantemente observada e onde possíveis autores de crimes serão identificados."[79]

Esse debate sobre a prisão cautelar apontou vários indícios que enriqueceram essa discussão sobre a "lógica em uso" do policial, à medida que trouxeram ao conhecimento público a sua estratégia cotidiana: partir do suposto criminoso, e não do crime, no processo de investigação. Desse modo, a "clientela marginal" ficava sob constante observação e sujeita a essas detenções ilegais e arbitrárias.

Quando deflagrou-se a "greve branca" dos delegados, além da lei ser efetivamente cumprida, os seus subordinados imobilizaram as atividades policiais, buscando assim demonstrar como a lei é um entrave efetivo ao "bom" desempenho das suas atividades. Através dos depoimentos divulgados pela imprensa, explicaram à população que, por culpa da legislação e do Judiciário, a "boa sociedade" estava a mercê dos 'terríveis delinqüentes."

Outra evidência dessa "lógica em uso" pelos policiais acabou passando de objeto central da imprensa para um terceiro ou quarto plano, aparentemente graças às estratégias empregadas pelos policiais, cuja eficiência transformou um caso que desnudava mais uma vez a violência e o arbítrio cotidianamente praticados no interior dos distritos policiais num libelo em defesa da própria instituição policial, heróica porém injustiçada. De vilões passaram à vítimas, a partir da estratégia discursiva: passaram da defesa ao ataque, quando procuraram opor a população ao Poder Judiciário, apontado como novo vilão. Aproveitaram a atenção conquistada para fazer reivindicações e retomaram o debate sobre a "prisão cautelar."

Nessa campanha contaram com uma ajuda mais efetiva do *Estadão*, tanto no que se refere à antagonização entre a população e o poder judiciário[80], quanto na divulgação dos estereótipos policiais e na valorização desse seu "arquivo." Sempre que o noticiário desse jornal se referiu ao homem morto em decorrência das torturas sofridas no 50º. DP, estopim dessa polêmica, o seu nome apareceu precedido da designação "ladrão", embora pairasse sobre ele apenas uma suspeita. Mais uma vez o discurso do *Estadão* e o discurso policial foram coincidentes.[81]

Desse modo, numa demonstração de ousadia, quando os fatos divulgados apontavam para a necessidade de mais instrumentos de controle sobre a polícia, seus membros reivindicaram mais autonomia e liberdade de ação. Tudo isso com amplos espaços garantidos nas páginas dos jornais que acabaram por intercalar, da forma fragmentária que lhe é característica, indícios e pontos de vista tão variados. Qual a impressão causada sobre os leitores ? Na certa impressões diversas entre os leitores eventuais e aqueles que se debruçam cotidianamente sobre as suas páginas. Mas teria sido a identificação entre o discurso do *Estadão* e o discurso policial percebida pelos leitores, a despeito do editorial que apontava em sentido oposto ? Buscariam essas atitudes divergentes, inscritas nas páginas do mesmo jornal, atender aos interesses de segmentos também diversificados de leitores ?

À medida que as questões decorrentes do "estopim" representado pelo caso de tortura e morte dentro do distrito policial ganharam espaço, o próprio "estopim" perdeu seu papel central. Mesmo assim, nenhum dos dois jornais deixou de descrever as sessões de tortura, no mesmo dia 17 de setembro, reconstituídas a partir de laudo médico e das conclusões do promotor público:

"H. foi colocado em um pau - de - arara, recebendo socos, tapas, pontapés e golpes de um instrumento contundente. Recebeu também choques elétricos no ânus, no pênis e na região do escroto." (essas sessões se repetiram, segundo seus companheiros de cela, por vários dias)[82]

Também foram publicados outros casos de mortes praticadas por policiais, ao longo de todo debate, além de um caso semelhante de tortura e morte de preso num outro distrito da Zona Leste, fato que sugeria que só as atividades mais visíveis da polícia é que estavam paralisadas[83], além de destacar um elemento central na "lógica em uso" pelos policiais, esquecida em certa altura da polêmica. Tratava-se da prática da tortura como método constituinte do processo de

desvendamento dos crimes, portanto, como recurso cotidiano supostamente necessário ao policial que precisa "mostrar serviço." Mas, como sugere Mingardi[84], a utilização da tortura como implemento da corrupção é fundamental à compreensão da sua prática recorrente, ainda que, em geral, sua importância seja menosprezada pelos pesquisadores[85] que limitam sua abordagem ao caráter de controle social a ela atribuído, através da intimidação dos segmentos despossuídos, reconhecidos como alvos prioritários dessa violência.

Ainda que esse aspecto não deva ser negligenciado, a proposta do autor envolve a ampliação da compreensão do sentido da própria tortura policial, uma vez que ele não influencia diretamente a autodeterminação dos policiais torturadores, mas sim a percepção de que é uma prática necessária tanto ao bom desempenho profissional quanto à desejada complementação salarial, compensatória tanto dos seus baixos salários quanto dos constantes perigos pelos quais eles se sentem ameaçados. Tudo isso ao arrepio de qualquer legislação. Aponta-se assim para mais uma evidência da "lógica em uso" dos policiais - a percepção da legislação como empecilho ao seu bom desempenho profissional -, sutilmente presente na expressão corrente "a polícia prende, a justiça solta", já mencionada.

Esse autor mostra ainda que, como parte integrante do processo, "que se inicia com a seleção do suspeito e termina na entrega do preso à Justiça, ou então com o acerto que o liberta"[86], a prática da tortura dentro do distrito policial acabou por se especializar, obedecendo à regras quanto à escolha das suas vítimas e quanto aos seus próprios métodos de aplicação, que chegam a ser ensinados na Academia de Polícia, como revela essa fala registrada por Mingardi durante uma aula, já anteriormente citada:

"Só pendurar vagabundo, não primário. Nesse caso dar uns choquinhos no tornozelo. Aconteceu alguma coisa com primário, *tá no veneno*."[87]

Como indica a fala do delegado - professor, essas regras visam apenas a proteção do policial - torturador e de seus superiores, coniventes, envolvendo o desenvolvimento de estratégias de tortura sem marcas ou seqüelas. A utilização do famoso "pau - de - arara", em geral complementada com choques elétricos em diferentes partes do corpo, parece ser o recurso mais freqüente, por sua perversa eficiência, tanto na extração da confissão da vítima, quanto no acobertamento do torturador, pelas poucas marcas físicas deixadas, ainda que por vezes, cheguem a causar a morte.

Em matéria de 13 de março de 1983, a *Folha de S. Paulo* publicou uma foto mostrando um "pau - de - arara" **(Foto 10)** , porém sem fazer menção a qualquer vítima ou torturador, ou mesmo a qualquer identificação do local onde ele teria sido encontrado e fotografado, caracterizando assim uma atitude híbrida por parte do jornal, misto de denúncia, ameaça e até, conivência. Mesmo assim, foi possível identificar na foto signos icônicos atestando cuidados especiais para se evitar hematomas, como os panos utilizados para enrolar pulsos e tornozelos, antes de atá-los com as

cordas também retratadas. A legenda trazia informações variadas sobre o "aparelho", como seu nome, sua função e sobre a posição do torturado ("de cabeça para baixo"), acrescentando que sua presença era comum nas delegacias. [88]

Ainda segundo Mingardi[89], também existem policiais que espancam indiscriminadamente os detidos nos distritos, sendo porém as principais vítimas de sindicâncias internas, embora isso em geral não implique a aplicação de punições. Enfatizando as distinções entre as práticas típicas da Polícia Civil e da Militar, a partir da adoção de uma ótica interna à própria Polícia Civil, esse autor comenta que os espancamentos ocorridos na rua, com testemunhas, são típicos dos militares, cujas motivações particulares seriam diferenciadas. Além do recorrente controle social inerente ao próprio caráter exemplar da violência praticada, esses policiais agiriam em função de impulsos "emocionais", como necessidade de auto-afirmação, de demonstração de poder e de intimidação [90], implicando em que muitos "detidos" cheguem machucados ao distrito policial. [91]

7. MEDIDAS ADOTADAS PELA (E PARA A) POLÍCIA: A PARTIR DE OUTUBRO DE 1983

Excetuando-se o tema da expulsão de policiais acusados de corrupção, abordado apenas pela *Folha de S. Paulo [92],* os outros temas envolvidos nessa polêmica relacionavam-se ao retrocesso do governo paulista frente a sua proposta para a área da Segurança Pública.

Anúncios de investimentos materializados na compra de armas pesadas e viaturas[93], operações policiais que colocaram grandes contingentes policiais em determinadas regiões da cidade de São Paulo[94], concentradas entre o final de outubro e o início de novembro de 1983, apontavam para as "mudanças de rumo" no tratamento da questão policial pelo governo Montoro, que se efetivaria com o anúncio da substituição da cúpula da Polícia Civil. [95] Saíram o delegado geral, Maurício Henrique Guimarães Pereira e o chefe de gabinete da Secretaria da Segurança Pública, Geraldo Roberto Genofre, dois dos principais articuladores da "proposta Montoro" para a Segurança, logo seguidos por outros delegados ligados ao mesmo grupo.

Em substituição, foram anunciados nomes politicamente vinculados ao superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, a começar pelo novo delegado geral, José Vidal Pilar Fernandes, cujas ligações com a Polícia Militar e o Exército foram enfatizadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo.*

Frente à grande visibilidade dada pela imprensa , sobretudo por esse jornal, ao aumento da criminalidade violenta, o governo reagiu com medidas visíveis e com mudanças em cargos - chaves na polícia, recuperando lideranças que se identificavam com essas preocupações.

Tratava-se da volta da priorização dos ganhos políticos imediatos, em detrimento das mudanças estruturais. Numa área sensível como a da segurança pública, o descompasso entre a temporalidade lenta das mudanças estruturais implicou na opção pela satisfação de necessidades imediatistas. Isso se devia à uma suposta perda inicial de eficiência, decorrente da alteração de práticas nefastas longamente reproduzidas.

Os investimentos em equipamentos pesados para a polícia foram exemplos emblemáticos dessa

"mudança de rumo" e continuariam a ser noticiados ao longo dos anos seguintes. Recusando as conclusões unânimes dos especialistas sobre a ineficiência da violência no combate à violência, optou-se pelo atendimento aos clamores da "opinião pública" e a satisfação, ainda que ilusória, da sua necessidade de segurança.[96] Esses clamores encontraram eco e foram estimulados por toda a imprensa paulista, cujo papel nesse embate político travado em torno da instituição policial, ainda que heterogêneo [97], não pode ser menosprezado.

Mas dois meses depois de trocar a cúpula da polícia e quatro meses depois de assumir o cargo, o Secretário de Segurança Pública, Miguel Reale Júnior, demitiu-se, sendo substituído pelo então procurador - geral do Estado de São Paulo, Michel Temer. [98]

Segundo Mingardi [99], Reale Júnior teria saído em função das pressões que sofria no cargo, a despeito dos alegados motivos pessoais. As medidas por ele adotadas, no sentido de "apaziguar as polícias", não surtiram os efeitos esperados na diminuição da criminalidade. O nome de Michel Temer teria surgido, então, de entendimentos entre o secretário demissionário e o secretário da Justiça, José Carlos Dias.[100]

Em 20 de setembro de 1984, nova substituição foi anunciada para o cargo de Delegado Geral. Dessa vez a imprensa sugeriu que pressões políticas do partido do governo, o PMDB, foram responsáveis pela substituição. No entanto, não se aprofunda a discussão. O *Estadão* limitou-se a concluir:

"A política realmente está mandando na polícia e os tempos do governador Maluf estão voltando à Secretaria da Segurança."[101]

Enquanto isso, a *Folha* procurou mapear as reações de diversos segmentos envolvidos com a instituição policial, como o presidente da associação dos delegados, ex - membros da cúpula policial e o próprio delegado demitido. Um ponto comum aos dois jornais, frente a esse episódio, foi o destaque dado ao papel desempenhado pelo deputado estadual Jair Andreoni (PMDB).

Eleito por diversos grupos ligados à polícia e tendo um irmão como investigador de polícia, esse deputado foi diversas vezes citado pela imprensa, ao longo de todo o período estudado, por seu envolvimento direto com a questão policial, particularmente na defesa de interesses corporativos dos policiais.

HOME | SUMÁRIO | INÍCIO DA PÁGINA
CAPÍTULO ANTERIOR | PRÓXIMO CAPÍTULO

---

[1] LINEBAUGH, P. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. PINHEIRO, P.S.(org.) *Crime, Violência e Poder*. SP: Brasiliense, p.101/37

[2] Em pesquisa desenvolvida pelo CEBRAP(Centro Brasileiro de Pesquisa) nas instituições prisionais paulistas, Vinicius Caldeira Brant concluiu que mais de 2/3 dos detentos foram condenados por crimes contra o patrimônio. *O Trabalhador preso no Estado de São Paulo (Passado, presente, expectativas)*. FUNAP (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), SP: 1986, cap. VI. (Relatório de

Pesquisa)

[3] THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores.* RJ: Paz e Terra, 1987.

[4] EMSLEY, C. *The English Police*: A Political and Social History. New York: Longman, 1996.

[5] DA MATTA, R., op. cit., p.178/81.

[6] "Como é possível operar uma sociedade semi - hierarquizada com uma forte dose de individualismo e igualitarismo ?", pergunta Da Matta, para em seguida responder: "individualizar significa, antes de tudo, desvincular-se dos segmentos tradicionais como a casa, a família, o eixo das relações pessoais como meios de ligação com a totalidade. Trata-se de buscar uma ligação direta com o Estado, por meio de associações voluntárias como o sindicato, o partido político e os órgãos de representação de classe. Mas para tanto é preciso abrir mão dos direitos substantivamente dados pelo sangue, pela filiação, pelo casamento e pelo compadrio. DA MATTA, R., op. cit., p.180.

[7] DA MATTA, R., op. cit., p.178.

[8] FERNANDES, H. R. Política e segurança. SP: Alfa-Ômega, 1974.

[9] PINHEIRO, P. S. Violência do Estado e classes populares. *Dados*, n. 22, 1979.

[10] Como exemplos lembramos: BRETAS, M. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*; Rev. Sociologia. SP: USP, v. 9, n.1, maio 1997 ; *A guerra das ruas: Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 1997 e *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 - 1930. RJ: Rocco, 1997; CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1993; HOLLOWAY, T. H. *Polícia no Rio de Janeiro*: repressão e resistência numa cidade do século XIX. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

[11] BRETAS, M. *A guerra das ruas: Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 1997, p. 32/3.

[12] Estudando período semelhante para a cidade de São Paulo, Munhoz encontrou farta documentação caracterizando a polícia do mesmo modo. MUNHOZ, S. Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX. SP: USP, 1997. (Tese de Doutorado)

[13] CANCELLI, E., op. cit.

[14] PINHEIRO, P.S. Polícia e crise política: O caso das Polícias Militares. In: DA MATTA, R. e outros *A violência brasileira*. SP: Brasiliense, 1982, p. 65.

[15] Idem.

[16] *FSP*, 3.8.83, p.13.

[17] PINHEIRO, P.S., op. cit., p. 66.

[18] MINGARDI, G., op. cit., p.13.

[19] MINGARDI, G., op. cit., p.139.

[20] PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P.S.(org.) *Crime, Violência e Poder,* SP: Brasiliense, 1983, p.17.

[21] De acordo com Fernandes, ao criticar as práticas policiais no espaço urbano, a imprensa tende a ressaltar o excesso, o desvio, prescrevendo como "terapia", a separação entre "o joio e o trigo". FERNANDES, H. F., op. cit., p.125.

[22] ADORNO, S. Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. *Rev. Travessia*, SP: ano V; n. 13, p. 21, maio/agosto/92.

[23] Idem, p. 26.

[24] *FSP*, 23.1.83, p.14.

[25] NITRINE, D., SALLARO, W. Prisão de três da Rota por assalto abala corporação. *FSP*, 22.1.83, p.10.

[26] *FSP*, 28.1.83, p. 4.

[27] *FSP*, 5.2.83, p. 4.

[28] Em matéria publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, em 23 de março, o novo comandante da PM, Coronel Nilton Viana, aponta mudanças já ocorridas na Rota e fala de sua permanência nas ruas, "em lugares estratégicos." *OESP*, 23.3.83, p.12.

[29] A atuação da *Folha de S. Paulo* em campanhas consideradas de "interesse público" será discutida posteriormente.

[30] *FSP*, 6.2.83, primeira página.

[31] *FSP*, 8.2.83, p.11.

[32] Lembramos que essas medidas já haviam sido adotadas pelo comandante da PM durante o governo Maluf - Marin, sob pressão do alto número de mortes causadas por suas ações.

[33] *FSP*, 29.3.83, primeira página e p.12.

[34] *FSP*, 30.3.83, p. 2.

[35] *FSP*, 31.3.83, p. 3.

[36] *FSP*, 8.4.83, primeira página e p.12.

[37] NITRINE, D., SALLARO, W. Pressionado, Pimentel ameaça 'tirar a focinheira da polícia'. *FSP*, 2.6.83, primeira página.

[38] Quando policiais são treinados para preservar a vida, eles miram preferencialmente para os pés e pernas das pessoas, prevendo casos de fugas, onde os envolvidos devem ser parados e não eliminados.

[39] ARNS, Dom Paulo E. "Não se responde à fome com balas". *FSP*, 3.6.83, primeira página. Dilema da Segurança. *FSP*, 3.6.83, p.

2. Pimentel explica a "focinheira". *FS*P, 4.6.83, primeira página. KOTSHO, R. e AULER, M. "A 'guerra urbana' mata 600 por mês em São Paulo. *FSP*, 5.6.83, primeira página e p. 22.

[40] *FSP*, 31.7.83, primeira página e p.10.

[41] *FSP*, 3.8.83, primeira página e p.13.

[42] Os taxistas, de um modo geral, costumam posicionar-se, durante as campanhas políticas, ao lado dos partidos mais conservadores, além de serem identificados por Benevides e Fischer, como os participantes mais freqüentes dos casos de linchamento por elas estudados. BENEVIDES, M.V., FISCHER, R. M. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, P.S., op. cit., p. 227/43.

[43] Sobre o papel atestador, mas não explicativo das fotos, ver Dubois, P., op. cit., p. 51/2.

[44] *OESP*, 23.3.83, p.15.

[45] Idem.

[46] Pimentel afirma que a ROTA é "incompreendida". *OESP*, 24.3.83, p. 23. Sem estepe, a ROTA é obrigada a parar. *OESP*, 24.5.83, p.15. Motoristas querem a ação da ROTA. *OESP*, 30.7.83, p.12. Observamos que essa última matéria já introduz a campanha encampada pelo jornal em agosto.

[47] Lombardi, R. "Após protesto, a ROTA volta a policiar as ruas". *OESP*, 3.8.83, primeira página e p. 8. A Igreja e a Rota nas ruas. Alguma reação? e Pimentel defende a ROTA das restrições da Igreja. *OESP*, 4.8.83, primeira página e p.17. Volta da ROTA deixa Zona Lesta tranqüila. O*ESP*, 6.8.83, primeira página e p. 38. A volta da ROTA ainda insuficiente. *OESP*, 7.8.83, p. 28. A ROTA voltará sexta-feira. *OESP, 10*.8.83, p.14.

[48] Sobre essa questão, ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[49] Não computamos e não analisamos, neste item, notícias sobre crimes cometidos pela ROTA, que serão analisados no capítulo 3: Crimes policiais.

[50] DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. SP: Companhia das Letras, 1990, p. 81/3.

[51] Outros exemplos desse tipo, inclusive de casos em que a relação entre os dois jornais se inverte, serão analisados posteriormente.

[52] DARNTON, R., op. cit., p. 81/2.

[53] Tradicionalmente, a rígida hierarquia policial condicionava os contatos de policiais com a imprensa à autorização de superiores ou mesmo do secretário da Segurança.

[54] Reale Júnior assumiu a Secretaria da Segurança Pública em setembro de 1983.

[55] Temer assumiu a Secretaria da Segurança Pública em janeiro de 1984.

[56] *OESP*, 30.7.83, p.12.

[57] *FSP*, 30.7.83, primeira página e p.10.

[58] *OESP*, 3.8.83, primeira página e p. 8.

[59] *FSP*, 3.8.83, primeira página e p.13.

[60] LOMBARDI, R. Polícia de Montoro ainda sem caminho. *OESP*, 17.3.83, p. 36.

[61] *OESP*, 28.3.83, primeira página e p.13.

[62] É interessante ressaltar que a palavra crise nem sequer é mencionada ao longo do artigo. *OESP*, 10.6.83, p. 21.

[63] LOMBARDI, R. "Cem dias, e Pimentel recebe ajuda afinal". *OESP*, 17.7.83, p. 23. "Polícia recebe Cr$ 12,5 bilhões e acha pouco". *OESP*, 19.7.83, primeira página. "Pimentel: verba para a polícia só "aliviará a situação". *OESP*, 19.7.83, p.15.

[64] Dentre os defensores desse ponto de vista, identificados pelos dois jornais e, em alguns casos recorrendo às suas páginas para defender a "prisão cautelar", destacamos os nomes de José Carlos Dias, Manoel Pedro Pimentel, Miguel Reale Júnior e Franco Montoro.

[65] A iniciativa do ministério público neste sentido, atendeu a um pedido do Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. Quando os delegados começam a protestar contra as atitudes adotadas pelo promotor indicado para o caso, esse Centro lança uma nota em seu apoio. *FSP*, 27.8.83, p.16 e 11.9.83, p. 22.

[66] MINGARDI, G., op. cit., p.107.

[67] Idem.

[68] *OESP*, 7.9.83, p.13; 8.9.83, p.11; 9.9.83, p.3 e p.12; 10.9.83, p.11; 17.9.83, primeira página e p.12; 18.9.83, primeira página e p. 22; 20.9.83, p.13; 21.9.83, p.3 e p.12; 29.9.83, p.19; 6.11.83, p. 24. *FSP*, 26.8.83, p.14; 27.8.83, p.16; 30.8.83, p.18; 1.9.83, p.22; 2.9.83, p.17; 6.9.83, p.18; 7.9.83, primeira página e p.18; 10.9.83, p.16; 11.9.83, p.22 e p.24; 15.9.83, p.20; 17.9.83, primeira página e p.19; 20.9.83, p. 3; 21.9.83, p.18; 23.9.83, p.17; 29.9.83, p. 21; 30.9.83, p.19; 4.10.83, p.16; 8.10.83, p.2; 11.10.83, p.15; 18.10.83, p. 3; 19.10.83, p. 2; 8.11.83, p.18; 10.11.83, primeira página e p. 21; 23.12.83, p.17.

[69] *OESP*, 7.9.83, p.13.

[70] Idem.

[71] Idem.

[72] *FSP*, 7.9.83, p.18.

[73] Depoimento dado durante debate promovido pela *Folha*, sobre a "greve branca" e a "prisão cautelar". *FSP*, 30.9.83, p.19.

[74] FERNANDES, H. F., op. cit., p.125.
[75] ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: Um recorte temático. *BIB*, RJ: n.35, 1o. semestre 1993, p. 5.
[76] ADORNO, S., BORDINI, E. Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais. *Temas IMESC*, SP: Soc. Direito Saúde, v. 2, n.1, p.11/29, 1983. O Trabalhador preso no Estado de S. Paulo, op. cit.
[77] Esse dado tem sido percebido pelos pesquisadores como um forte indício da própria importância que o aparelho policial atribui a esse tipo de crime. ADORNO, S., op. cit., p. 5.
[78] *OESP*, 21.9.83, p.12.
[79] PAIXÃO, A. L., op. cit., p.43.
[80] O título publicada em 6 de novembro é exemplar desse empenho do *Estadão*: "A justiça mandou soltar este perigoso marginal" (publicada acima da foto de um homem negro). *OESP*, 6.11.83, p. 24.
[81] Uma exceção a essa regra é o editorial publicado em 9 de setembro, sob o título "Iniciativa odiosa". *OESP*, 9.9.83, p. 3.
[82] *OESP*, 17.9.83, p.12. *FSP*, 17.9.83, p.19.
[83] *OESP*, 17.9.83, primeira página e p.12.
[84] MINGARDI, G., op. cit., p. 52 e seguintes.
[85] Um bom exemplo pode ser encontrado no trabalho de Tavares dos Santos, que caracteriza a organização policial na sociedade brasileira a partir de um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. TAVARES DO SANTOS, J.V. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*; Rev. Sociologia. SP: USP, v. 9, n. 1, p.164, maio de 1997.
[86] MINGARDI, op. cit., p. 52.
[87] MINGARDI, op. cit., p. 56.
[88] *FSP*, 13.3.83, p. 22.
[89] MINGARDI, G., op. cit., p. 55.
[90] Na mesma página, o autor comenta sobre os freqüentes conflitos entre PMs e delegados (da Polícia Civil) em função do detidos que são trazidos ao Distritos Policiais, para serem entregues ao delegado de plantão, e já chegam muito machucados. Recusando-se a recebê-los sem antes passar por um hospital que ateste suas condições naquele momento, o delegado força os PMs envolvidos a responsabilizarem-se pela violência. MINGARDI, G., op. cit, p. 55.
[91] Essas e outras formas de violência policial serão analisadas no capítulo 3: Crimes policiais.
[92] *FSP*, 25.10.83, primeira página e p. 16.
[93] *FSP*, 25.10.83, p. 16; *FSP*, 29.10.83, p.16; *FSP*, 1.11.83, p.15. *OESP*, 1.11.83, p. 12; *OESP*, 23.11.83, p. 14.
[94] *FSP*, 26.10.83, p. 18; *FSP*, 27.10.83, p. 2 e p. 19; *FSP*, 28.10. 83, p.17. *OESP*, p. 12.
[95] Significativamente, a cúpula da Polícia Militar, que mostrara resistência à proposta do governo Montoro, evidenciada no enfrentamento dos saques e quebra - quebras, foi mantida.
[96] Transmitido em cadeia de televisão, o pronunciamento do governador, anunciando as alterações na polícia, foi noticiado pelos dois jornais pesquisados, como uma "declaração de guerra ao crime". A *FSP* informou ainda sobre sua promessa de "resultados concretos para pouco tempo." *FSP*, 1.11.83, primeira página e p. 15; *OESP*, 1.11.83, primeira página e p. 12.
[97] Exemplificando essas diferenças, temos os posicionamentos diferenciados adotados pela *FSP* e pelo *OESP* frente às mudanças anunciadas: enquanto o primeiro lamentava o abandono das propostas iniciais, o segundo comemorava as alterações, procurando, inclusive, estabelecer relações diretas entre o aumento da criminalidade violenta e a "nova polícia", então sepultada, e a diminuição da criminalidade obtida poucos dias após a volta da "velha e tradicional polícia". *OESP*, 11.12.83, p. 30. *FSP*, 2.11.83, primeira página e p. 14.
[98] Michel Temer tomou posse em 31 de janeiro de 1984.
[99] MINGARDI, G., op. cit., p.119/20.
[100] No segundo semestre de 1985, Michel Temer se desincompatibilizaria do cargo para candidatar-se a deputado federal, sendo substituído por Eduardo Muylaert Antunes. Dias depois da sua posse, a cúpula da polícia civil seria substituída mais uma vez. Essas substituições refletem o embate político que envolveu a instituição policial ao longo de todo governo Montoro e que já estava delineado durante o período aqui pesquisado.
[101] LOMBARDI, R. Cai Vidal, entra amigo de Montoro. *OESP*, 20.9.84, p. 12.

HOME | SUMÁRIO | CAPÍTULO ANTERIOR | PRÓXIMO CAPÍTULO

CAPÍTULO 3

CRIMES POLICIAIS

Em 20 de agosto e em 15 de setembro de 1997, respectivamente, a Folha de S. Paulo publicou, na seção "Tendências e Debates", dois artigos assinados que versavam sobre o caráter centenário das Polícias Militares brasileiras.[1]

O primeiro, assinado por José Murilo de Carvalho, foi suscitado pelo argumento utilizado pelo ministro da Justiça, Íris Resende, na defesa das Polícias Militares contra qualquer proposta de transformação, a partir da premissa de que se trata de um "instituição centenária." Recorrendo a citações de Rui Barbosa, datadas do final do século XIX, esse historiador mostrou como a violência, a perseguição aos pobres, a corrupção e outras práticas ilegais já caracterizavam essas instituições há cem anos atrás. A partir das observações indignadas de Rui Barbosa, concluiu Carvalho:

"..., se em cem anos elas não mudaram, a conclusão deveria ser exatamente o oposto da que aparece no raciocínio ministerial."[2]

O segundo artigo, assinado pelo tenente - coronel da Polícia Militar, Paulo Regis Salgado, utilizou-se do mesmo mote do primeiro, mas dirigiu-se ao artigo de Carvalho, procurando neutralizar sua argumentação. Recorreu ao artifício típico da corporação policial de reduzir as práticas violentas, discriminatórias e ilícitas à exceção, ou seja, ao elemento desviante, cuja extirpação garantiria a preservação da instituição policial. A partir dessa argumentação, farta de exemplos de "bons policiais" famosos, defendeu o caráter intocável da Polícia Militar, ao admitir apenas a possibilidade do seu aperfeiçoamento, "jamais o (seu) desmantelamento."[3]

Quando esses artigos foram publicados, a sociedade brasileira participava de mais um vigoroso debate sobre a polícia, impulsionado por uma série de denúncias graves a respeito do comportamento de seus membros. Coincidentemente, nesses meses nós nos encontrávamos na fase final desta pesquisa sobre o período compreendido entre janeiro de 1983 e março de 1985, que tinha em comum com a conjuntura atual, o debate sobre a polícia, embora com motivações diversas.

Ao comparar nossos resultados com aqueles produzidos por pesquisas sobre a polícia em outros períodos da História do Brasil[4], nossas conclusões apontaram no mesmo sentido daquelas sugeridas pelo artigo escrito por Carvalho.

A reflexão histórica acerca da instituição policial, numa conjuntura caracterizada pelo seu questionamento, ressalta o necessário compromisso político dos pesquisadores envolvidos com

essa questão: ao produzir conhecimentos, nesse caso, conclusões sobre as práticas policiais, firmemente ancoradas no conhecimento histórico, dotados, portanto, de certa credibilidade, fornecem elementos ou "munição" a uma disputa política cujos resultados podem ser decisivos para a vida social e política do Brasil atual. Reforçam-se, assim, duas das características inerentes aos pesquisadores envolvidos com a história imediata: a proximidade em relação aos valores, ou traços culturais, partilhados pelos sujeitos da trama estudada, e o caráter de intervenção contido nos resultados do seu trabalho.

Os dois artigos citados são exemplares tanto no que se refere à disputa de poder que estava em curso, quanto ao forte e inegável conteúdo político dessa discussão, mesmo quando produzida dentro dos marcos da história acadêmica. Também é significativo que o papel da história nesse debate tenha sido recuperado por um especialista, que demonstra consciência das implicações dos conhecimentos nela alicerçados.

Retornando ainda uma vez aos artigos mencionados, também consideramos significativo o fato de que o único a articular uma contraposição ao artigo do historiador tenha sido um membro da corporação policial militar, cujo forte sentido corporativo - defensivo também é largamente conhecido. Além disso, esse fato reafirma a importância da constituição da polícia como sujeito histórico, com atuação decisiva na defesa dos seus interesses.

Assim, a despeito do seu caráter exemplar, o discurso do tenente - coronel forneceu apenas uma pequena amostra do papel desempenhado pelos policiais na impermeabilidade das polícias às críticas e na preservação do seu caráter intocável. Confirmam-se, desse modo, as análises mais recentes que tem apontado para a complexidade que envolve as práticas policiais, para além das interpretações que limitavam a sua compreensão a um instrumento das elites.

Ao estudar a disputa política que permeava o debate travado sobre a questão policial no início da década de 80, no Estado de São Paulo, atentamos para o importante papel desempenhado pela grande imprensa, através da análise dos discursos da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo, cujo foco principal de interesse foi sempre a violência policial.

Trabalhando com crimes policiais noticiados, nos deparamos com práticas que envolvem tanto extorsão e abuso de autoridade, violências domésticas, passando por roubos e envolvimento com quadrilhas, quanto casos de tortura, espancamentos e mortes "em serviço" (ou não), em alegado confronto (ou não). Inicialmente, levantamos e analisamos 42 notícias[5] publicadas pelo O Estado de S. Paulo e 106 publicadas pela Folha de S. Paulo durante o ano de 1983, sobre crimes praticados por policiais, envolvendo mortes ou não.[6]

Os gráficos 3 e 4 favorecem a comparação entre as notícias envolvendo mortes e os outros crimes cometidos por policiais:

GRÁFICO 3

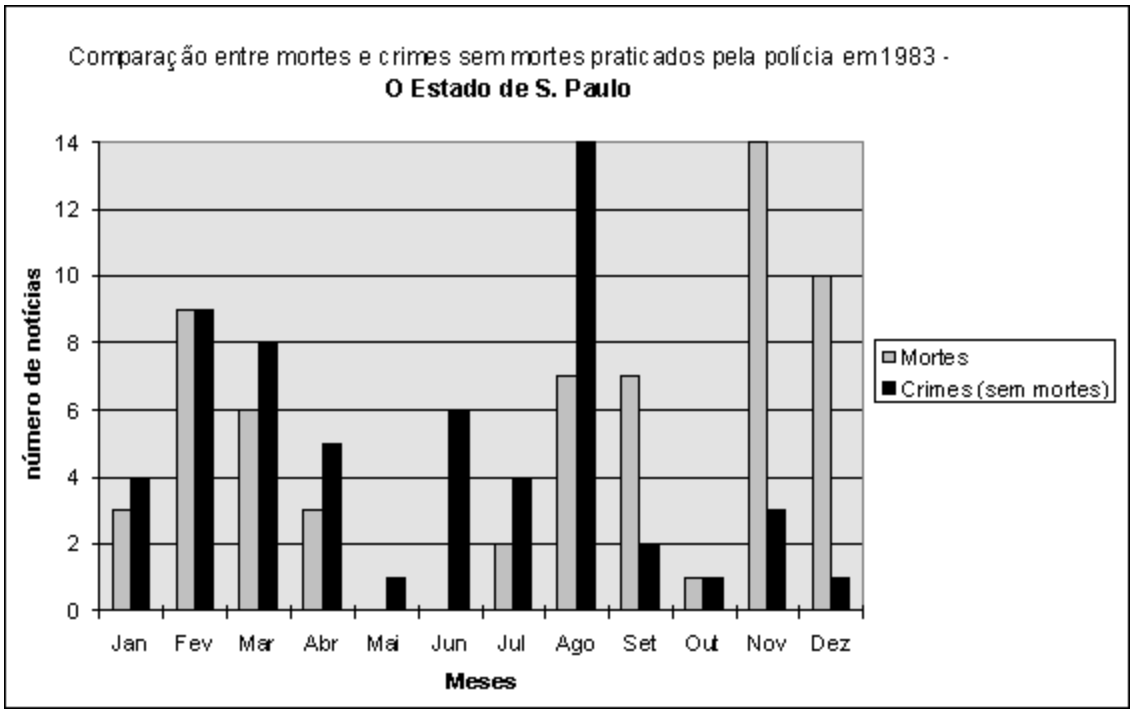
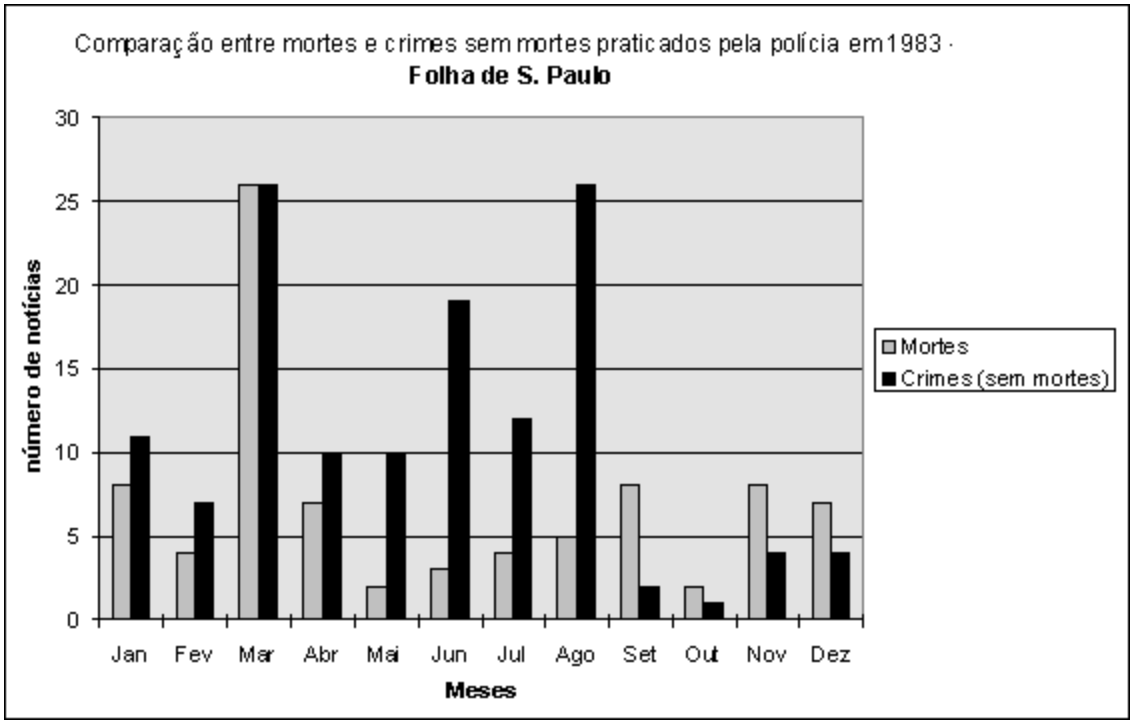


GRÁFICO 4



Em primeiro lugar cabe comentar o alto número de crimes (sem mortes) registrados pelos dois jornais, que incluíam desde acusações de roubo, extorsão, abuso de autoridade, tortura, violências em ambiente doméstico e até seqüestro, não se restringindo a ações praticadas em supostos confrontos.

De acordo com nossa proposta de abordagem, a freqüência dessas práticas deve ser relacionada à

garantia de impunidade, como foi exposto no capítulo anterior, dada por decretos baixados durante o Regime Militar.

Assim, pela mesma "brecha" por onde passaram execuções sumárias, sempre acobertadas pela própria instituição policial, quando não premiadas com promoções, também procuravam passagem esses "crimes menores."

Além disso, a freqüência com que a imprensa registrou violências praticadas por policiais em ambientes domésticos, contra familiares, ou durante as folgas, em bares, por exemplo, apontam para a possibilidade de que essa experiência institucional estimule o desenvolvimento de personalidades violentas. Ou serão apenas reafirmações da própria origem popular desses policiais que, durante as folgas, recorrem às mesmas práticas de seus vizinhos na solução dos conflitos pessoais? Mesmo neste caso, o peso de sua "função" seria determinante pela presença de armas de fogo por ela facilitada.

Os gráficos 5 e 6 comparam o número de notícias, de cada um desses dois tipos, publicadas pela Folha e pelo Estadão, em 1983:

GRÁFICO 5

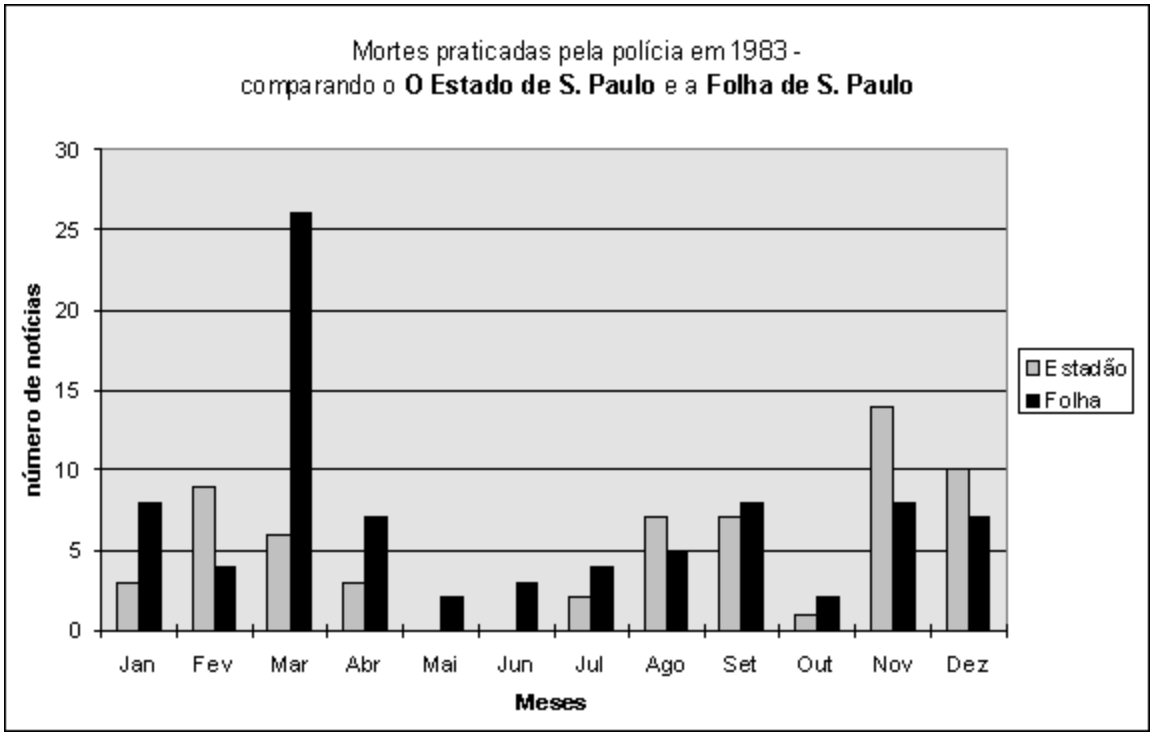
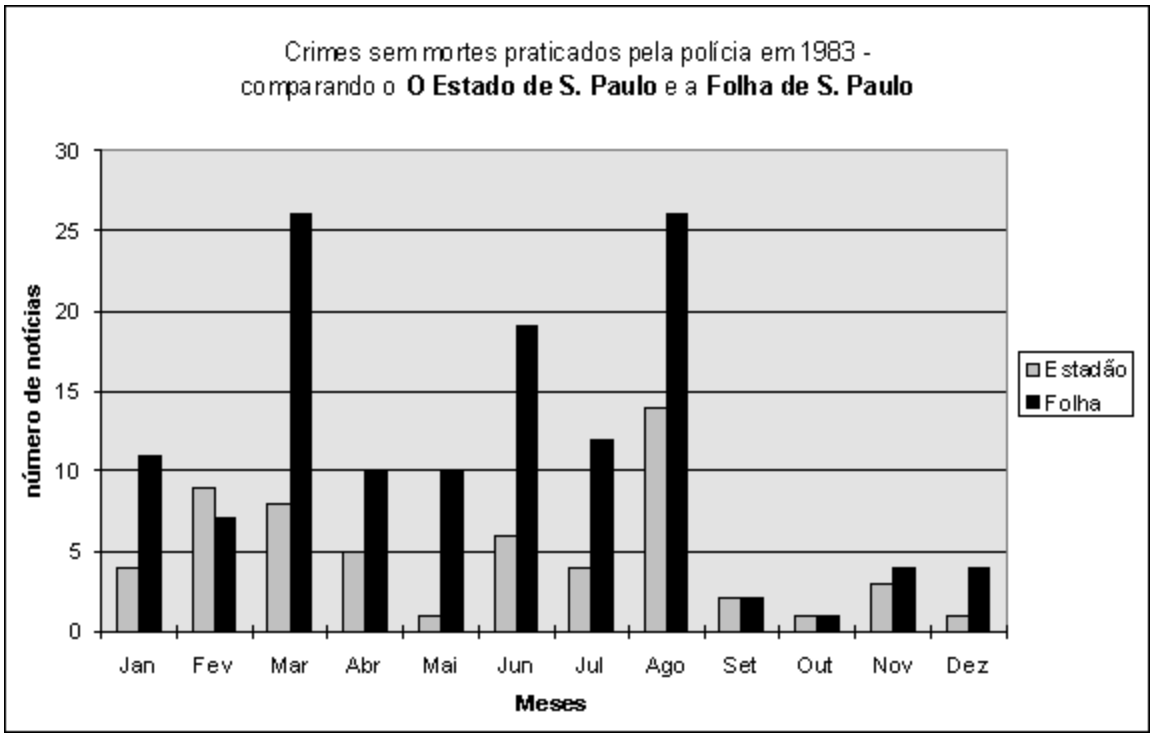


GRÁFICO 6



Em função da especificidade da fonte aqui utilizada, seria enganoso vincular a variação do número de crimes noticiados praticados por policiais a um dado real, quer dos crimes efetivamente praticados, quer daqueles registrados nos distritos policiais. O acompanhamento desse noticiário indica que o número de notícias varia de acordo com o seu circunstancial envolvimento com a temática em questão.

Essas vinculações ajudam a compreender a publicação de um número maior de notícias sobre violência policial pela Folha de S. Paulo, durante todo o período estudado. O volume maior de notícias envolvendo violência policial (com e sem mortes), publicados pela Folha, no mês de março, por exemplo, deve vincular-se ao grande envolvimento deste jornal no debate sobre as mudanças na polícia, cuja expectativa devia-se à iminente posse do novo governo. Do mesmo modo, o grande número de notícias publicadas pelo jornal sobretudo no mês de agosto, relacionava-se ao acompanhamento de uma série de denúncias de casos de tortura e mortes praticados por policiais. Através da publicação sistemática de notícias cotidianas sobre cada um desses casos, a Folha procurava comprovar sua tese, defendida em editoriais, de que os esforços para uma reforma efetiva da polícia haviam sido abandonados pelo então Secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel, e precisavam ser retomados.

Evidenciava-se assim uma das práticas adotadas com freqüência pelos dois jornais, que consistia na atuação como “instrumento de utilidade pública”, cuja eficiência eles próprios encarregavam-se de comprovar, convertendo suas páginas, por essa estratégia, em instrumento de autopromoção.

Durante o mês de junho de 1983, por exemplo, o aumento do número de notícias sobre crimes (sem mortes) cometidos por policiais noticiadas pelo Estadão deveu-se às notícias cotidianas, a

partir do dia 5, sobre o envolvimento de um delegado de polícia e de vários policiais no seqüestro de um empresário. Além de fornecer os convencionais detalhes sobre o seqüestro e o seqüestrado, o jornal dedicou especial atenção à prisão dos policiais envolvidos e às denúncias sobre eventuais regalias desfrutadas graças ao seu vínculo institucional, procurando desempenhar aqui o papel de "guardião da justiça" e cobrando respostas imediatas as suas denúncias.[7] Embora tratando-se de um caso de inversão total do papel da polícia, seu discurso mais indignado acabou sendo empregado quando, por interferência de outros policiais, os fotógrafos do Estadão tiveram dificuldades de fotografar os policiais acusados, sobretudo o delegado:

"Retrato do seqüestrador. Foto do bandido ainda proibida."[8]

Fornecendo interessante exemplo dos diferentes critérios empregados na seleção das notícias, bem como do espaço dedicado a cada uma delas, a Folha deu ao referido seqüestro com envolvimento de policiais um espaço menor e esporádico. Diferenciando-se do Estadão, o discurso utilizado nessas notícias caracterizou-se pela "neutralidade."[9]

Em contrapartida, durante o período de maio a agosto de 1983, a Folha empenhou-se no acompanhamento de diversos casos de denúncias de crimes praticados pela polícia, com ou sem mortes, e de envolvimento de policiais em grupos de extermínio. As fotos foram amplamente utilizadas nessas coberturas que também mereceram destaques em primeira página, sobretudo quando as denúncias envolveram violência contra crianças, mulheres e "menores" (como a grande imprensa costuma chamar os jovens pobres que ainda não completaram 18 anos). A oscilação no número de fotos publicadas também é representativa das variações circunstanciais no nível de envolvimento dos jornais com os temas pesquisados, como demonstram os quadros 4 e 5:

QUADRO 4: Fotos Publicadas pelo O Estado de S. Paulo, em 1983

MESES	FOTOS 1ª PÁGINA	FOTOS - OUTRAS PÁGINAS	TOTAL
JANEIRO	0	05	05
FEVEREIRO	0	03	03
MARÇO	02	20	22
ABRIL	18	45	63
MAIO	02	11	13
JUNHO	08	20	28
JULHO	01	03	04
AGOSTO	01	09	10
SETEMBRO	0	14	14
OUTUBRO	03	18	21

NOVEMBRO	01	17	18
DEZEMBRO	01	06	07
TOTAL	37	140	177

QUADRO 5: Fotos Publicadas pela Folha de S. Paulo, em 1983

MESES	FOTOS 1ª PÁGINA	FOTOS - OUTRAS PÁGINAS	TOTAL
JANEIRO	11	21	32
FEVEREIRO	0	06	06
MARÇO	07	26	33
ABRIL	06	42	48
MAIO	07	24	31
JUNHO	08	23	31
JULHO	06	23	29
AGOSTO	02	11	13
SETEMBRO	03	25	28
OUTUBRO	03	26	29
NOVEMBRO	04	17	21
DEZEMBRO	03	06	09
TOTAL	60	190	250

Entre o final de abril e o mês de maio de 1983 foram publicadas três longas matérias sobre o envolvimento de policiais em grupos de extermínio de "menores" atuantes na zona sul de São Paulo. Nesses casos, a Folha compensou a publicação de títulos e textos escritos, exploradores do caráter sensacionalista dos fatos noticiados, com a utilização de recursos que amenizassem o impacto de algumas das fotos publicadas, principalmente em primeira página.

A despeito das grandes dimensões da foto publicada em 20 de maio de 1983, sua localização na parte central da página, a opção por enquadramentos amplos e por grandes profundidades de campo pareciam conferir naturalidade à foto, reforçada por signos icônicos como mato, árvores e estrada de terra. Essa foto continha porém uma característica só excepcionalmente encontrada em fotos jornalísticas - o emprego da perspectiva descentralizada.

Através desse recurso, o fotógrafo também parece ter produzido um forte contraste entre as inúmeras linhas verticais, representadas pelas árvores, pessoas que observam e pelo poste, e as únicas linhas horizontais ou inclinadas, representadas pelos corpos caídos no chão, em torno dos quais a cena fotografada se organizaria. Nessa mesma linha de interpretação, a presença marcante do preto e do cinza escuro poderiam sugerir o luto pelos mortos, adotado pelo fotógrafo.

Voltando porém à diagramação desta primeira página, a descontinuidade existente entre os elementos - foto, legenda, título e texto escrito - também parecem objetivar a referida amenização do seu impacto.

Além da multiplicidade de leituras possíveis, mais uma vez constatada, pode-se sugerir neste caso uma contradição entre o conteúdo da foto, considerando a possibilidade que se baseia na perspectiva empregada, e o esforço neutralizador identificado nos recursos de diagramação. Também reafirma-se, assim, a crença de muitos foto - jornalistas de que "numa foto se dizem coisas que não se pode dizer em um texto escrito", principalmente quando se toma como referência as fronteiras impostas pela imprensa liberal:[10] Foto 6.

Foto 6

Folha de S. Paulo, 20 de maio de 1983, primeira página

Em 5 de julho de 1983, foi o assassinato de um criança de dez anos, por um policial militar, que apareceu na primeira página da Folha. Desta vez, os recursos plásticos e icônicos utilizados na grande foto publicada na parte inferior da página objetivavam a criação de um clima lúgubre e opressivo, atestador da própria disposição do jornal frente ao fato noticiado.

A essa foto caracterizada pelos tons escuros de cinza e pelo preto foi sobreposta uma foto pequena, tipo "3 por 4", na sua parte superior direita, retratando um menino com expressão séria, porém atrevida, tipicamente infantil, editada em tons claros, próximos do branco. Alcançou-se assim um forte contraste e um maior impacto, a partir do conjunto, realçado pela manchete: "Tiro pelas costas"[11] (Foto 7).

Mas notícias circunstanciais ou esporádicas também encontraram espaço nesse noticiário, como foi o caso daquelas que envolveram confrontos entre polícias civis e militares.[12] Dois casos foram noticiados durante o mês de março de 1983, pelos dois jornais.

Foto 7

Folha de S. Paulo, 5 de julho de 1983, primeira página

1. Conflitos entre corpos Policiais

O primeiro deles dizia respeito ao que o secretário Pimentel chamou de uma "briga de rua." A briga ocorreu por causas obscuras e acabou envolvendo oito viaturas da Polícia Civil e mais de 20 da Polícia Militar, numa movimentada avenida da cidade de São Paulo. O pivô da discussão foi, segundo a reportagem da Folha, um policial civil que se encontrava afastado de suas funções, aguardando julgamento por sua participação na morte de um motorista, sob tortura, ocorrida há dois anos, em Perus (Zona Norte de São Paulo). Embora não seja esse o motivo da reportagem, a sua menção amplia a discussão para além das relações entre as duas polícias, apontando para as

conseqüências tanto da impunidade garantida aos policiais criminosos quanto da propalada morosidade da Justiça.

Duas fotos, uma grande e outra média, retratando cenas posteriores ao confronto descrito na matéria foram publicadas pela Folha, nas quais signos icônicos foram utilizados com o intuito de reforçar a idéia de confronto, acrescentando-se ainda uma imagem de fragilidade inerente à Polícia Civil, contraposta à imagem de força associada à Polícia Militar (Foto 8).

O segundo confronto, mais trágico, se não fosse real e perversamente revelador de diversas características da polícia, como o despreparo de seus quadros e o uso excessivo e descontrolado das armas de fogo, beiraria a comédia. Tratava-se da narrativa da morte a tiros de dois policiais militares que pareciam disputar a prisão de um "menor", acusado de furto, em pleno centro da cidade:

"Dois policiais duelam por um preso e morrem."[13]

"Briga por preso leva PMs a se matarem a tiros."[14]

"PMs se matam e vítima é que corre para pegar o ladrão."[15]

Foto 8

Folha de S. Paulo, 18 de março de 1983, p. 12

2. Informações Selecionadas

Tanto dessa notícia, como de cada uma das outras 3.120 analisadas (1.246 de O Estado de S. Paulo e 1.874 da Folha de São Paulo), procuramos extrair as seguintes informações:

1. descrição da(s) vítima(s);
2. motivação alegada pela polícia;
3. bairro da ocorrência;
4. forma da morte ou tipo de violência.

A partir dessas informações elaboramos o Quadro 6:

QUADRO 6: Mortos pela Polícia - janeiro de 1983 a março de 1985

Descrição das vítimas	Folha de S. Paulo			O Estado de S. Paulo		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Genéricos (indivíduos ou marginais)	1	0	0	13	11	3
Trabalhadores (estudantes inclusive)	19	8	6	13	1	0
Grupos marginalizados especificados						

(favelados, menores, deficientes físicos e mentais)	8	10	2	1	3	1
Criminosos (traficantes, ladrões, assaltantes e chefes de quadrilha)	8	16	1	28	47	8
Criminosos institucionalizados (com passagens pela polícia ou com penas já cumpridas)	10	6	0	9	1	2
Desconhecidos (não identificados)	8	31	4	5	13	5
Mulheres	1	1	0	0	1	0
Outros (nome e idade, apenas)	18	27	5	7	6	3
Total de notícias analisadas	142	99	18	80	83	22

No quadro, em primeiro lugar, chama a atenção o alto índice de "trabalhadores" presente entre os mortos, sobretudo em 1983, o que parece reforçar a extrema fragilidade da barreira até hoje existente entre as chamadas "classes trabalhadoras" e as "classes perigosas"[16], na cidade de São Paulo.[17]

Além disso, interpretamos a valorização de informações acerca da eventual profissão dessas vítimas por parte dos dois jornais, como um esforço de valorização das barreiras que separam o "mundo do trabalho" do "mundo do crime." Isso implicava em que os membros do "mundo do trabalho" tivessem a sua morte lamentada, em contraposição à banalização da morte dos outros. A lógica policial, porém parecia ignorar tais distinções.

As conclusões de Pinheiro[18] sobre o comportamento da polícia apontam, entretanto, em outro sentido. Para ele, frente ao enorme grau de banalização das mortes praticadas pela polícia, a diferenciação só é demarcada a partir dos processos de investigação. Quando há fortes indícios de que as vítimas são inocentes, despertando a atenção e a indignação da própria imprensa, esses processos são efetivamente desencadeados. Quando paira sobre a vítima qualquer sombra de envolvimento em um delito, parece haver um consentimento incentivado pela polícia e pela imprensa na sua morte. Nestes últimos casos, majoritários, o tratamento dado às mortes não ultrapassa os formalismos legais. Essa matriz explicativa complementa a assertiva proposta por Tavares dos Santos, que identifica a violência como fundadora de uma sociedade dividida, atingindo mais determinados grupos sociais do que outros.[19]

Nesse mesmo sentido, da "lógica policial", é que assinalamos nossa segunda conclusão: a partir do alto número de mortos "não identificados" ou "desconhecidos", ainda que divulgado apenas pela Folha, concluímos que a prática de "atirar primeiro e perguntar depois" continuava sendo parte constitutiva desta lógica nefasta aplicada sobretudo nos bairros populares e favelas.

Desse modo, os espaços comuns de convivência entre trabalhadores e marginais, claramente demarcados pela polícia, ajudam-nos a entender a aparente indiferenciação entre os dois grupos,

vítimas preferenciais da violência policial. Reforçava-se assim, de forma radical, o caráter excludente da nossa estrutura social, através das mortes praticadas pela polícia, à medida que as vítimas apontadas não eram apenas supostos criminosos, mas também favelados, "menores"[20], e mesmo deficientes físicos e mentais.

Buscando problematizar a ausência de notícias sobre pessoas não - identificadas mortas pela polícia, nas páginas do Estadão, confrontamos esse dado com o primeiro tópico do Quadro 6, segundo o qual as denominações de "indivíduos" (mais raras) e de "marginais" (mais usuais) para as vítimas da polícia foram mais encontradas nas notícias publicadas por esse jornal.

Associados entre si e tendo como pano de fundo a informação geral de que o Estadão dedicou menos espaço tanto às notícias quanto aos debates relativos à questão da violência, esses dados parecem indicar tanto um descaso em relação a essas vítimas sumariamente caracterizadas como marginais, ao menos se comparado à atitude da Folha, neste período, como um desinteresse particular em relação aos mortos não - identificados, cuja morte não mereceria portanto, sequer um registro nas suas páginas.

As outras informações encontradas nessas notícias, acima mencionadas, vieram confirmar as estatísticas gerais já existentes sobre as principais vítimas da violência na cidade de São Paulo: são homens jovens, de até 30 anos, residentes em bairros periféricos e em favelas, sobretudo nas zonas Sul e Leste, seguidas pela zona Norte. De acordo com as estatísticas fornecidas pela instituição policial sobre mortos em supostos confrontos, aqui consideradas como mais uma das possíveis aproximações das mortes de fato praticadas pela polícia, os dados foram os seguintes:

QUADRO 7- Mortos em confrontos

Ano	PM	Civis
1982	26	286
1983	45	328
1984	47	481
1985	33	584
1986	7	89

Fonte: FERNANDES, H. R. Rondas à cidade: uma coreografia do poder.
Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): p.133, 1989.

Quanto à motivação alegada, foram recorrentes as referências do noticiário a confrontos, que em geral teriam se seguido a reações violentas a uma abordagem por parte de uma viatura policial, cujo desfecho seria, invariavelmente, a morte a caminho do Hospital.

Desse modo, de acordo com a versão policial, publicada pela imprensa e confirmada pelas estatísticas policiais, cada um desses supostos confrontos seria caracterizado por uma nova demonstração da superioridade da polícia em relação ao "mundo do crime", a despeito das armas

de fogo estarem presentes, ainda segundo a versão policial, dos dois lados.
Numa outra perspectiva, estas estatísticas também confirmam o que Tavares dos Santos definiu como limite diferenciador da atividade policial - o direito à vida:

"A vida situa-se no limite seja pelo risco de vida a que se sentem submetidos os policiais... seja pela ameaça à vida enquanto efeito de muitas ações violentas de membros das polícias no contexto social brasileiro."[21]

Além disso, embora fracassem constantemente nessa tarefa, os policiais cumpririam sua obrigação, de caráter humanitário, procurando socorrer as vítimas, levando-as a um Hospital. A despeito das evidentes dúvidas despertadas por essas notícias, julgamos que a limitação imposta pela fonte priorizada nesta pesquisa impede um maior aprofundamento dessa questão.
Retomando nossa estratégia de análise que procura valorizar o papel do discurso gráfico dos jornais na discussão acerca da violência policial na grande imprensa paulista, procuramos observar o papel desempenhado pelos títulos de cada matéria, seja ela uma notícia, uma matéria analítica ou um editorial.
Com esse objetivo, destacamos inicialmente as informações apresentadas aos leitores nesses títulos, a partir das quais elaboramos o Quadro 8:

QUADRO 8 - Informações sobre as mortes causadas pela polícia, contidas nos títulos das notícias publicadas em 1983

Informações	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Mortos pela ROTA	7	6
Menores mortos	3	2
Jovens mortos	5	1
Mortos na periferia	10	3
Assassinato	4	3
Fuzilamento	2	0
Execução	3	0
Chacina	1	0
Afogamento	1	0
Tiros (ou tiroteio)	5	1
Tortura	2	0
Mortes acidentais (erro de alvo e tiro perdido)	3	1
Mortos (genérico)	28	13
Total de títulos analisados	49	19

Observação: os números da tabela não indicam valores absolutos, de mortos por exemplo, mas apenas o número de vezes que cada jornal se referiu às mortes de cada maneira.

De acordo com a concepção de discurso gráfico[22], entendido nesse texto como ordenador da percepção do leitor através da diagramação empregada pelo jornal, consideramos que os títulos são o primeiro objeto específico dessa percepção, e mesmo o único, no caso de muitos leitores "apressados." Com base nesta concepção, podemos afirmar, a partir da tabela acima, que algumas informações gerais sobre a violência policial e sobre suas vítimas preferenciais estão ao alcance mesmo desses leitores, mesmo apresentadas sempre de forma atomizada, como é típico da imprensa. O papel da ROTA, por exemplo, foi fartamente documentado nesses títulos.

Os 31 títulos do Estadão e os 40 da Folha, que empregaram a expressão genérica "mortes", revelaram, em geral, um sutil descomprometimento frente às duvidosas versões apresentadas pela polícia, limitando-se, nestes casos majoritários, a constatar as mortes, sem atribuir responsabilidades. Em contrapartida, expressões contundentes como "fuzilamento", "homicídio", "tortura", "execução", "chacina" e "assassinato", utilizadas para caracterizar ações policiais que decorreram em mortes, ainda que esporadicamente empregadas, ajudaram a atribuir à questão a sua devida gravidade.

A presença do tópico "mortes acidentais", por sua vez, atesta o uso descontrolado e excessivo de armas de fogo pelos policiais, embora formas consideradas "mais primitivas" e "selvagens", por envolverem um contato mais imediato com o corpo da vítima, também não tenham sido abandonados, comparecendo nos tópicos "tortura" e mesmo "afogamento."

A este respeito, em sua História da Tortura, Peters nos lembra que o traço comum presente nas diferentes definições apresentadas por advogados e historiadores sobre a tortura é justamente "o de tormento infligido por uma autoridade pública com fins ostensivamente públicos"[23], e acrescenta que o próprio ressurgimento da tortura, no século XIX, estava diretamente relacionado ao crescimento de uma polícia do estado.[24]

Ainda sobre o discurso dos jornais e suas estratégias, no contato com o conjunto desses títulos, notamos diferenças demarcáveis entre aqueles que se caracterizaram por adiantar informações aos leitores, e os outros, mais genéricos:

"Motorista acusado de assassinato é morto por policiais."[25]

"Policiais Militares matam 3 homens que assaltaram um bar."[26]

"ROTA vinga a morte de dois policiais."[27]

Nesses três exemplos, o leitor já teve um contato prévio com alguns do elementos que

compuseram a notícia, tais como informações sobre vítimas, motivação presumida para a ação policial e mesmo características da atuação policial, como o corporativismo defensivo exacerbado. Além disso, sugeriram certa lógica que podia refletir tanto a própria "lógica policial", como o ponto de vista do jornal sobre a questão, e mesmo coincidências entre ambos. Nos três exemplos mencionados, tal lógica apareceu como justificativa para as mortes: acusações de assassinato, agravadas por referirências à morte de policiais, e assalto. Comparando os dois jornais, percebemos que esses títulos, mais informativos, foram mais freqüentes na Folha de S. Paulo, enquanto títulos genéricos foram abundantes no O Estado de S. Paulo, como os exemplos seguintes:

"ROTA mata desconhecido."[28]

"Ladrão morto."[29]

"Policiais matam dois em tiroteio."[30]

Num primeiro momento, essa diferenciação sugere que o Estadão assumiu perante os seus leitores uma postura mais neutra e mais diferenciada em relação à chamada "imprensa marrom", enquanto a Folha procurou despertar com mais freqüência reações de solidariedade, indignação ou mesmo de conivência, em seus leitores, como nos próximos exemplos:

"Mãe chama a polícia, ROTA mata seu filho."[31]

"Policial assaltado mata um e fere outro."[32]
"Policiais da ROTA matam um favelado."[33]

"Jovem morto em assalto sonhava ser engenheiro."[34]

"A ROTA volta a disparar e mata cinco."[35]

"Delegado depõe sobre a morte de três rapazes."[36]

"Morre escriturário baleado por PMs."[37]

Mas o acompanhamento desses títulos ao longo do período estudado aponta que a aparente diferenciação era circunstancial, não podendo ser generalizada, ou interpretada como indicador de determinada concepção defendida pelos jornais. A neutralidade inicial do Estadão foi abandonada no final de 1983 mesmo, para dar lugar a manchetes que desnudavam posições aparentemente

indefensáveis, porém, circunstancialmente defendidas:

“Polícia mata ladrão, traficante, assassino.”[38]

“Polícia ataca - Dois morrem e três fogem.”

“Polícia venceu - Tiroteio deixa três mortos.”[39]

“Polícia chega a tempo de matar um.”[40]

“Soldado mata outro menino.”[41]

O caráter letal da instituição policial, colocado em prática por seus policiais, à revelia dos direitos básicos previstos na legislação, atingindo inclusive crianças, foi assumido nestes títulos com uma crueza próxima das páginas policiais da chamada “imprensa marrom” e com alguns dos seus recursos típicos. Foi o caso da matéria ocupando dois terços da página 24, em 6 de novembro de 1983. A publicação trazia em sua parte superior, escrita em letras garrafais apenas a palavra “VIOLÊNCIA”[42] e cinco fotos de tamanhos diferentes.

A maior foto destacava a figura de um rapaz com as mãos feridas, vítima do “perigoso marginal”, morto pela polícia e retratado em foto pequena, de tipo protocolar. Foi inserida em um cartaz encabeçado pela palavra “PROCURA - SE”, e sucedida pela descrição de seus crimes, a moda dos filmes sobre o velho oeste americano. Mas, em lugar da menção à recompensa, constante nos filmes, uma crítica explícita à Justiça: “... condenado pela Justiça. Esteve preso em 81 e foi libertado dois dias depois”, ainda reiterada no título da matéria (Foto 9).

O referido título (em letras garrafais) foi seguido pela cronologia dos fatos, iniciados com o seqüestro de um casal de namorados pelo “assaltante” e encerrados com a chegada do mesmo “assaltante”, já morto, ao hospital. Ligando tal parte (superior) ao restante da página aparecia outro título, menos destacado, que expressava inequivocamente as concepções do Estadão sobre a função da polícia e sobre o estado de guerra urbana declarada:

“Desta vez a polícia venceu. Só o ladrão morreu.”[43]

Durante o ano de 1984 e os três primeiros meses de 1985, muitas matérias continuaram a ser publicadas sobre crimes cometidos por policiais, embora entre os meses junho e setembro a instituição de controle central mais focalizada tenha sido a prisão.[44]

As representações da polícia que resultaram do acompanhamento do noticiário desses jornais nesse período apresentaram algumas diferenças importantes. Enquanto a Folha continuou a mesclar crimes violentos cometidos “em serviço” ou não, na rua e dentro dos distritos policiais, até

crimes que não envolveram necessariamente práticas violentas (extorsão, roubo de veículos, receptação de objetos roubados, envolvimento com quadrilhas, etc.), o Estadão passou a priorizar os crimes que não envolveram violência, acompanhando a apuração de vários desses casos durante um longo período. Quanto aos crimes violentos cometidos por policiais, só foram noticiadas ocorrências de rua, envolvendo a Polícia Militar, como se a tortura tivesse desaparecido dos distritos policiais.

Foto 9

Estado de S. Paulo, 6 de novembro de 1983, p. 24

O dois gráficos seguintes (7 e 8), comparando crimes com mortes e crimes sem mortes, praticados por policiais, em 1984, tornam-se mais significativos se comparados com os gráficos feitos para o ano de 1983. Evidencia-se, desse modo, a tendência de O Estado de S. Paulo de divulgar mais os crimes sem mortes, enquanto a Folha de S. Paulo enfatiza-se o inverso, resultando assim em leituras diversas de uma mesma realidade e, simultaneamente, em representações diferentes de uma mesma instituição policial.

GRÁFICO 7

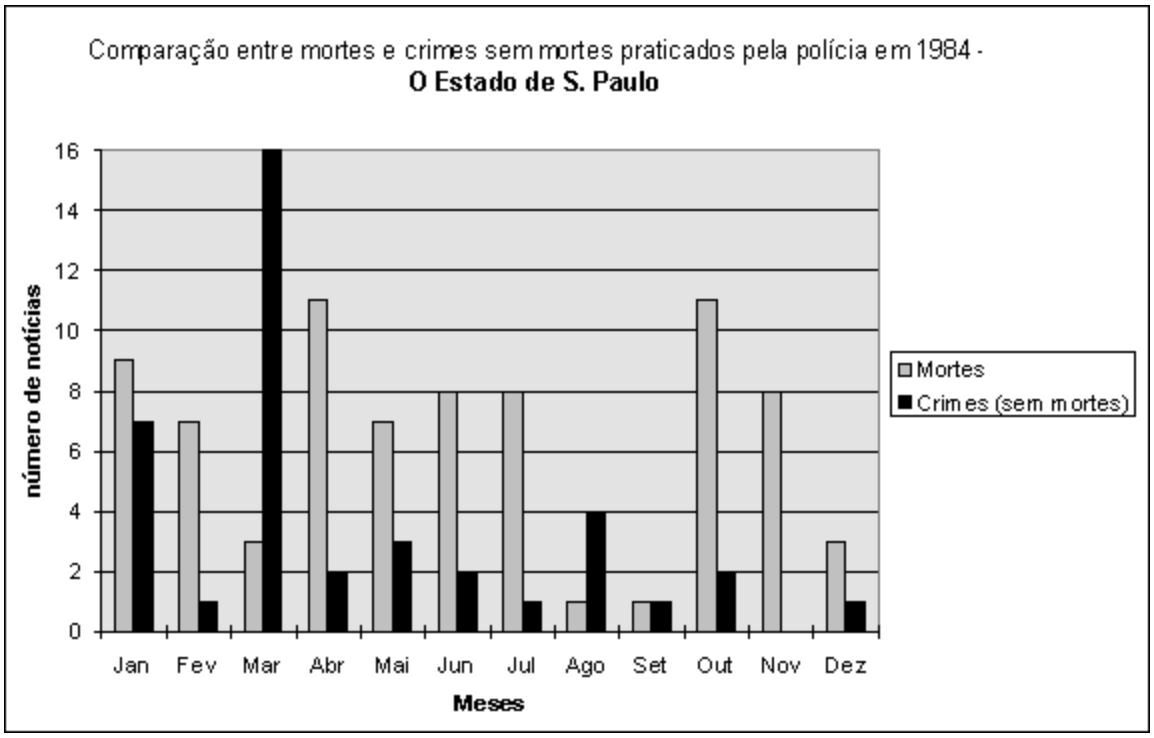
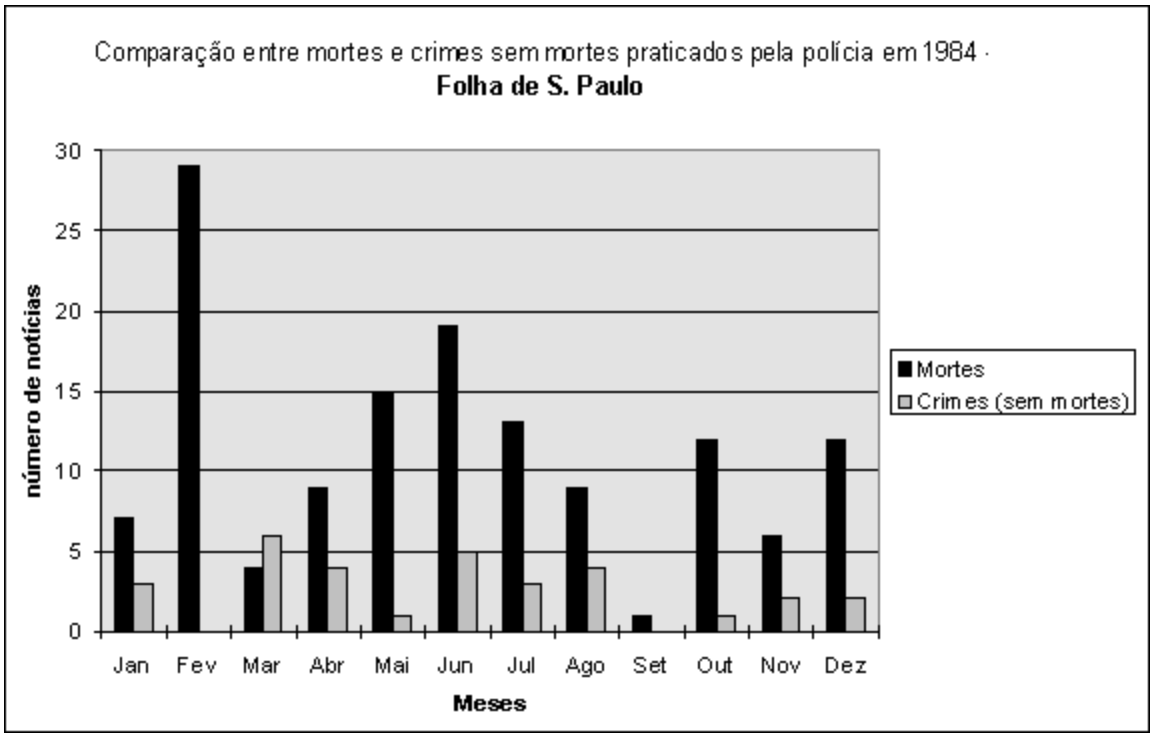


GRÁFICO 8



3. Tortura: tema de campanha da Folha de S. Paulo

Seguindo essa linha de divulgação dos crimes violentos praticados por policiais, a Folha de S. Paulo desencadeou uma campanha contra a tortura praticada pela polícia, principalmente dentro dos distritos policiais, algo que ocorria longe de testemunhas e utiliza-se de técnicas especializadas para produzir sofrimento sem deixar marcas físicas visíveis. Desencadeada às vésperas do Natal, período em geral dedicado a questões mais amenas, essa campanha ocupou páginas inteiras do jornal.

Em pleno dia de Natal, uma página foi dedicada a essa campanha[45], na qual uma grande ilustração central destacava-se tanto por suas dimensões excepcionais, como pelo próprio recurso à técnica da ilustração, pouco usual no trato com as temáticas ora estudadas, em geral acompanhadas por fotografias[46] (Ilustração).

De forma estilizada, retratou-se um homem torturado num "pau - de - arara", instrumento comumente empregado nos distritos policiais para se obter confissões de pessoas pobres detidas, muitas vezes ilegalmente. Embora a ilustração não revele detalhes, esse "instrumento" de tortura utiliza toalhas e é complementado com choques elétricos para infligir sofrimento sem deixar marcas físicas visíveis. Através da estilização, amenizou-se o impacto da cena de sofrimento retratada, cujo destaque foi garantido pelos elementos plásticos já mencionados. Configurava-se, mais uma vez, a busca do equilíbrio, através de recurso a elementos compensatórios: revelar e amenizar, com grandes dimensões mas de forma estilizada, etc.

Além disso, quando o autor da ilustração (assinatura ilegível) representou seu personagem de cabeça para baixo, em relação ao próprio eixo da ilustração (barra de ferro), parecia remeter o leitor a um mundo de cabeça para baixo, onde essas práticas ainda são possíveis e freqüentes.
Tomando o conjunto todo da página, destacava-se o contraste entre o título, "Sociedade ignora a tortura de presos comuns", e a ilustração. Nesta última, o jornal mostrou em grandes dimensões, mesmo que de forma estilizada, que a tortura existia. O conjunto contrapunha assim as atitudes: ver e não ver, mostrar e encobrir, ignorar e enfrentar.
Ao contrário de outros momentos em que campanhas envolvendo temas de "utilidade pública" foram seguidas de notícias que comprovassem a eficácia e o poder do jornal envolvido, no presente caso, quando a campanha terminou, ainda no final de dezembro de 1984, voltaram imediatamente a ser publicadas notícias freqüentes sobre torturas praticadas por policiais. Parecia que o jornal e os jornalistas encarregados da campanha se rendiam frente às dificuldades da "missão" a que tinham se proposto, derrotados frente àquela realidade inexorável.

Ilustração
Folha de S. Paulo, 25 de dezembro de 1984, p. 13

Desse modo, em 27 de dezembro de 1984 e em 27 de fevereiro de 1985, foram publicadas matérias denunciando a tortura, acompanhadas de fotografias em que apareceram os "instrumentos" empregados: o já conhecido "pau - de - arara"[47] e um instrumento de aplicar choques elétricos (Foto 10 e Foto 11).
Como costuma acontecer, quando esses "instrumentos" são retratados nos jornais, dado o caráter relativamente clandestino da sua utilização, as imagens só ganharam significação com a legenda, ou seja, a intertextualidade tornava-se, nesses casos, imprescindível.
Quanto à Foto 10, sua pequena profundidade (signo plástico), reforçada pelo fundo branco, tem o efeito de destacar os seus signos icônicos, além de não possibilitar a identificação do local retratado. Associada à ausência de sujeito e de vítima na foto que retrata um instrumento de tortura, tal impossibilidade de identificação poderia criar a impressão de conivência entre o jornal e os policiais torturadores, mas também sugerir que qualquer um poderia ser a "vítima." Sem definir interpretações únicas e excludentes, recorremos mais uma vez a Vilches quando aborda o conteúdos nunca explícitos, portanto sempre latentes das fotos:

"Seu conteúdo não é tão pouco visual nem evidente mas conceitual e problemático... A foto de imprensa se apresenta como uma enciclopédia onde leitores diversos buscam diversos significados de acordo com seus interesses."[48]

Outro elemento a ser considerado na leitura dessa foto é a sua semelhança com o cartaz do filme "Pra frente Brasil", lançado em 1983, no qual o ator Reginaldo Faria aparece "pendurado em um

pau de arara."[49] Essa analogia, além de apontar para mais uma possibilidade de identificação do objeto retratado, indica ainda a importância do universo referencial de imagens de uma época na produção e leitura das fotos produzidas posteriormente.

Foto 10

Folha de S. Paulo, 27 de dezembro de 1984, p. 23

Foto 11

Folha de S. Paulo, 27 de fevereiro de 1985, p. 22

Quanto à atuação da polícia na repressão de manifestações coletivas, enquanto no ano de 1983 o enfrentamento dos saques e quebra - quebras representou um elemento importante na compreensão da atuação policial, em 1984 e 1985, além da repressão a um motim penitenciário ocorrido em 20 de março de 1985[50], encontramos seis outras referências à atuação violenta da polícia contra manifestações coletivas organizadas: contra favelados[51], contra professores[52], contra estudantes[53], contra vendedores ambulantes portadores de deficiências físicas[54], contra desempregados[55] e contra operários[56], desenhando-se um quadro bastante diferente da imagem heróica de "caçadores de bandidos" que a imprensa costuma ajudar a divulgar.

Essa utilização repressiva da polícia contra manifestações organizadas, muito semelhantes àquelas características do governo anterior, de Paulo Maluf, ficaram ironicamente conhecidas como "repressão democrática" e como "cacetete democrático." Seu significado dentro de um governo eleito com um discurso democrático, num momento de grande agitação política, são atestadores das limitações que caracterizaram tanto esse processo quanto o sistema político dele resultante.

Durante o ano de 1984, também apareceram referências recorrentes às sindicâncias e a outros processos punitivos desencadeados contra policiais suspeitos de praticar crimes. Perversamente, no entanto, nos discursos dos jornais pesquisados, o que se revelava ao leitor eram inúmeras pistas sobre as falhas inerentes a esses processos, fortalecendo a impressão generalizada de impunidade dos crimes policiais. Foram fugas freqüentes do presídio militar, onde os acusados deviam ficar presos; apurações ("sindicâncias") realizadas pelo mesmo órgão (delegacia ou departamento) responsável pela violência investigada; etc. Mas, ao longo do ano de 1984, o foco de atenção da grande imprensa paulista foi paulatinamente desviado para outra instituição de controle social - a prisão.

HOME | SUMÁRIO | INÍCIO DA PÁGINA
CAPÍTULO ANTERIOR | PRÓXIMO CAPÍTULO

---

[1] *FSP*, 20.08.1997, p. 3 e *FSP*, 15.09.1997, p. 3.
[2] *FSP*, 20.08.1997, p. 3.
[3] *FSP*, 15.9.1997, p. 3.

[4] Referímo-nos particularmente aos seguintes trabalhos: BRETAS, M., op. cit.; CANCELLI, E., op. cit.; PINHEIRO, P. S.; op. cit.; e MUNHOZ, S., op. cit.

[5] Segundo Lage, uma notícia consiste no relato de uma série de fatos a partir da fato mais importante, e de cada fato a partir de seu aspecto mais importante ou interessante. COIMBRA, O. *O texto da reportagem impressa.* SP: Ática, 1993, p. 9/10.

[6] Não foram computadas, neste momento, notícias referentes a crimes cometidos por policiais em duas situações específicas - repressão a saques e quebra - quebras e repressão a motins penitenciários - que serão objeto de discussões específicas nos capítulos 4 e 5.

[7] A história dos 37 dias de seqüestro. *OESP*, 5.6.83, p. 24 e 25. Vítima aponta mais dois seqüestradores. *OESP*, 7.6.83, p.16. Retrato do seqüestrador. Foto de bandido ainda proibida. *OESP*, 8.6.83, p.13. Policiais negam a participação no seqüestro. *OESP*, 21.6/.3, p.13. Seqüestro: policiais dizem que não usam tortura contra colega. *OESP*, 6.7.83, p.11.

[8] *OESP*, 8.6.83, p.13.

[9] 38 dias de cativeiro: Delegado é preso, termina o mais longo seqüestro. *FSP*, 5.6.83, p. 26 e 27. Seqüestradores serão interrogados na segunda. *FSP*, 18.6.83, p.10. Testemunhas de seqüestro serão ouvidas. *FSP*, 30.6.83, p. 21.

[10] VILCHES, L., op. cit., p. 244.

[11] *FSP*, 5.7.83, primeira página.

[12] Embora apenas circunstancialmente registrados pela grande imprensa, conflitos entre diferentes corpos policiais aparecem ao longo de toda sua história, como demonstram os trabalhos recentes que têm se dedicado ao tema, caracterizando-se como mais uma das sua "permanências".

[13] *FSP*, 27.3.83, primeira página.

[14] Idem, p. 24.

[15] *OESP*, 27.3.83, p. 25.

[16]Há polêmica quanto à origem deste termo, empregado a partir do século XIX. Munhoz recupera as diferentes possibilidades apontadas por historiadores brasileiros e ingleses. MUNHOZ, S., op. cit., p. 63. Para o acompanhamento da gênese desse debate no Brasil, no final do período imperial, ver CHALHOUB, S. *Cidade Febril*, SP: Companhia das Letras, 1996, p.20/9.

[17] Algumas das características dessa cidade, como a forte de presença de indústrias, a localização na região economicamente mais desenvolvida do Brasil nos levam a imaginar que essas barreiras seriam ainda mais tênues em outras áreas do país.

[18] PINHEIRO, P.S., IZUMINO, E A, FERNANDES, M. C. J. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Rev. USP*, SP, p.109/10, março/ abril/ maio 1991.

[19] TAVARES DOS SANTOS, J. V. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*; Rev. Sociologia. SP: USP: v. 9, n. 1, p.163, maio de 1997.

[20] Consideramos que o termo "menor", tal como é empregado pela imprensa, reforça a estigmatização do jovem pobre, que o aproxima do "menino de rua", ou mesmo do "trombadinha", já marginalizado, mas que ainda não pode ser responsabilizado judicialmente por seus atos.

[21] TAVARES DOS SANTOS, J. V.. , op. cit., p.162.

[22] De acordo com os teóricos da comunicação, o discurso gráfico define-se como um conjunto de elementos visuais de um livro, revista, cartaz, ou tudo o que seja impresso. SILVA, R. S. Diagramação: recurso funcional e estético no jornal moderno. USP/ECA, 1983, p. 7. (Dissertação de Mestrado)

[23] PETERS, E. *História da tortura*. Lisboa: Teorema Editorial, 1985, p.14.

[24] PETERS, E, op. cit., p.131.

[25] *FSP*, 1.1.83, p. 8.

[26] *FSP*, 1.2.83, p. 10.

[27] *OESP*, 12.2.83, p.11.

[28] *OESP*, 2.1.83, p.16.

[29] *OESP*, 20.7.83, p.14.

[30] *FSP*, 13.4.83, p.14.

[31] *FSP*, 2.3.83, primeira página.

[32] *FSP*, 10.3.83, p.14.

[33] *FSP*, 25.3.83, p.12.

[34] *FSP*, 18.7.83, p.14.

[35] *FSP*, 18.2.84, primeira página.

[36] *FSP*, 26.7.84, p. 18.

[37] *FSP*, 21.1.85, p. 11.

[38] *OESP*, 8.11.81, p.14.

[39] *OESP*, 11.11.83, p.14.

[40] *OESP*, 12.11.83, p.14.

[41] *OESP*, 15.12.83, p. 18.

[42] *OESP*, 6.11.83, p. 24.
[43] *OESP*, 6.11.83, p. 24.
[44] Para visualizar essa comparação entre as matérias sobre a polícia e sobre a prisão no ano de 1984, ver gráficos 1 e 2.
[45] VIANA, M., NERI, E. Sociedade ignora a tortura de presos comuns. *FSP*, 25.12.83, p. 13.
[46] Como são difíceis de se obter fotos documentando a prática da tortura, outro recurso freqüentemente empregado é a reutilização de fotos antigas, de arquivo, mostrando apenas o instrumento, sem torturadores e sem vítimas. Esse recurso foi empregado pela *Folha de S. Paulo*, em 27.12.84, p. 23 e em 13.3.83, p. 22.
[47] Essa foto, de arquivo, já havia sido publicada em 13 de março de 1983.
[48] VILCHES, L., op. cit., p. 84.
[49] Esse filme, dirigido por Roberto Faria, foi premiado no Festival de Gramado daquele ano.
[50] A atuação policial na repressão a esse motim será abordada no capítulo 4: Debatendo as relações entre o Estado e seus presos.
[51] *OESP*, 23.2.84, p. 54.
[52] *OESP*, 11.4.84, primeira página.
[53] Nesse caso tratava-se de uma ameaça de intervenção policial que não chegou a se efetivar. *OESP*, 29.5.84, primeira página.
[54] *OESP*, 25.8.84, p. 20.
[55] *OESP*, 25.8.84, p. 42.
[56] *OESP*, 2.11.84, primeira página.

HOME SUMÁRIO CAPÍTULO ANTERIOR
PRÓXIMO CAPÍTULO

CAPÍTULO 4

DEBATENDO AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E SEUS PRESOS

Como observam Ferreira e Abreu, o período da Ditadura repercutiu diretamente nas políticas penitenciárias estaduais, em primeiro lugar, pela acentuada centralização dos processos decisórios:

"a guerra contra o inimigo interno deflagrada pelo governo militar significou uma intensificação das atividades policiais, que correspondeu a uma canalização de recursos para o reaparelhamento e modernização da Polícia Militar, visando não apenas a repressão às organizações políticas de oposição, mas também ao combate à criminalidade. Data dessa época uma articulação, cada vez mais transparente e sempre crescente, entre o funcionamento do aparelho policial e do aparelho penitenciário."[1]

Transparece na crescente articulação detectada, uma intensificação das características repressivas das instituições prisionais, ainda presente no período ora estudado. Frente a tal quadro, a proposta da humanização carcerária apontava perspectivas de mudança, abrindo um intenso debate acerca dos direitos humanos numa sociedade marcada pela Ditadura Militar, ainda em vias de superação. Contrapondo-se às práticas dominantes nas duas últimas décadas, tanto a violência policial quanto a prisional foram colocadas em cheque pelo governo Montoro.

Como já discutimos anteriormente as suas propostas materializadas nos planos e na atuação (nos primeiros anos de governo) das secretarias da Justiça e da Segurança Pública[2], vamos retomar a discussão sobre a prisão apenas em dois casos: quando ela esteve presente no debate sobre a chamada "segurança pública" e quando envolveu diretamente a atuação violenta da polícia sobre os presos.

No primeiro caso, tivemos as polêmicas acerca da proposta de construção de uma nova Casa de Detenção e sobre o novo diretor da Penitenciária do Estado, veiculadas em 1983. O segundo caso ocorreu sobretudo durante a repressão a motins prisionais que, por sua vez, se constituíram sempre em objetos de grande atenção por parte da grande imprensa. Confirma-se assim a hipótese, formulada durante nossa pesquisa de mestrado[3], de que só a quebra da normalidade cotidiana das prisões se materializa em notícia, num primeiro momento, chegando a suscitar, posteriormente, discussões acerca dessa instituição. Rebeliões, fugas e assassinatos despertam atenção pela ameaça potencial que representam.

Ao longo do período demarcado entre janeiro de 1983 e março de 1985, percebemos que, embora três motins tenham sido mencionados durante o ano de 1983, foi só ao longo do ano seguinte que

a questão penitenciária tornou-se alvo da atenção desses jornais.[4] Ganhava corpo então, entre junho e setembro de 1984, uma intensa campanha desencadeada sobretudo pelo *Estadão*[5] contra a política penitenciária do governo Montoro[6], responsabilizada diretamente por todos os episódios de quebra da rotina carcerária, que tanto temor despertavam.[7]

Nos tópicos seguintes abordaremos cada um desses momentos pontuais em que as instituições prisionais receberam atenção excepcional da grande imprensa paulista. Ordenados cronologicamente, os temas abordados foram: **(1.)** proposta de construção de uma nova Casa de Detenção; **(2.)** polêmica sobre o novo diretor da Penitenciária; **(3.)** motins ocorridos em 1983: Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, Cadeia Pública de Mauá e Penitenciária do Estado; **(4.)** campanha contra a Humanização dos Presídios: nascem as "Serpentes Negras"; e **(5.)** motim de 20 de março de 1985, na Casa de Detenção de São Paulo.

1. Proposta de construção de uma nova Casa de Detenção

Nos primeiros dias de 1983, simultaneamente à discussão sobre a desativação do Dops, tanto a *Folha de S. Paulo*[8], como *O Estado de S. Paulo*[9] dedicaram espaço ao anúncio feito pelo Secretário de Justiça, Manoel Ferreira Filho, sobre a construção de um novo "depósito de presos", com 2.500 vagas, na região de Franco da Rocha, destinado a aliviar a Casa de Detenção de São Paulo. Segundo informações do Secretário, este projeto vinha sendo desenvolvido há mais de um ano, em conjunto com o Ministério da Justiça, restando acertar apenas a liberação do financiamento de 10 milhões de dólares pela Caixa Econômica Federal .

Como a administração Maluf - Marin encontrava-se nos seus últimos dias, esse anúncio parecia dirigido diretamente a nova equipe que assumiria o governo estadual em 15 de março, a quem caberia a decisão sobre a execução ou não do projeto. Desse modo, junto ao próprio anúncio (caso do *Estadão*), e nos dias subsequentes (caso da *Folha*), foram publicados comentários de membros dessa equipe sobre o projeto.

Ainda que os comentários publicados tenham tido caráter fragmentário, não merecendo por parte de nenhum dos dois jornais uma discussão mais aprofundada, eles já pontuavam algumas das diferenças entre as concepções que pautaram a atuação da Secretaria de Justiça no Governo Maluf - Marin, e aquelas presentes no projeto proposto para essa secretaria pelo governo Montoro.

Além do caráter conjunto entre Secretaria (âmbito estadual) e Ministério (âmbito federal) da Justiça indicarem a sintonia existente entre essas duas esferas do poder público, ao menos no que concerne ao tratamento dos presos, ele indicava ainda uma disposição comum para reproduzir as velhas práticas vigentes de relegar ao abandono o sistema penitenciário, até que a sua situação atingisse um nível considerado insuportável[10], para então adotar medidas paliativas, ignorando as experiências já existentes e as exigências da chamada "moderna criminologia."

Embora dedique pouco espaço ao tema, o *Estadão* pareceu assentir, sem maiores questionamentos, com o discurso do secretário Ferreira Filho, ao menos no sentido de que a não

execução do projeto, naquela altura, seria um "desperdício." Sugeria-se então, que à nova equipe não restaria outra opção senão executá-lo.

Mas os comentários provenientes da equipe montorista, publicados sobretudo pela *Folha*, apontavam em sentido contrário, ao mencionar a priorização de outras "soluções" para a superlotação, como um mutirão judiciário para agilizar a assistência judiciária aos presos, viabilizando possíveis concessões de liberdade ou de benefícios, como a prisão albergue, e a construção de "mini presídios", espalhados pelo interior paulista.[11] Embora não propusessem grandes mudanças, tais medidas apontavam a intenção de alterar o tratamento costumeiramente dado à questão carcerária. Depois da posse do novo governador, esse projeto não voltou a ser lembrado pelos jornais pesquisados.

2. O novo diretor da Penitenciária do Estado

Como já dissemos, essa "polêmica" mereceu sete matérias no *Estadão* e apenas uma única na *Folha*, configurando-se como mais uma das estratégias usadas pelo primeiro em sua campanha de oposição contra o governo Montoro, em particular contra a sua atuação na área da chamada "segurança pública."

A série de reportagens iniciou-se em 23 de março, sob o título "Secretário decide afastar novo diretor da Penitenciária"[12], na qual, a despeito do título, nada se esclareceu sobre a questão, ficando apenas sugerida a existência de problemas com o nome do diretor Luiz Gonzaga Barbosa, recentemente nomeado pelo secretário José Carlos Dias. A reportagem informava ainda que Gonzaga era delegado de polícia e que já dirigira a Penitenciária entre 1971 e 1979.

Embora a reportagem não tecesse comentários, um leitor atento poderia identificar nessas informações sumárias sobre o novo diretor da Penitenciária um indício das denúncias, em seguida noticiadas, envolvendo seu nome - sua atuação a frente de instrumentos repressivos durante o Regime Militar.

Essas denúncias foram formuladas pelo deputado José Genoino, do PT, e depois confirmadas por outros ex - presos políticos, que responsabilizavam Gonzaga Barbosa por torturas e maus tratos a presos políticos, e até pela morte de um deles, em 1970, quando era responsável pela carceragem do Dops e ligado à equipe do Delegado Fleury. [13]

Quatro matérias foram dedicadas pelo jornal apenas a essas denúncias[14], as quais sugeriam ao menos um questionamento evidente: o que teria levado o *Estadão* a conceder tanto espaço a um deputado do PT, ex - preso político, e às suas denúncias? O que nos indicou o acompanhamento geral de seu noticiário sobre questões ligadas à violência urbana e ao seu controle é que se tratava da instrumentalização de sua campanha contra o tratamento dado pelo governo Montoro à questão penitenciária, através do seu secretário de Justiça.

Em 1º. de junho, anunciou-se o nome de um novo diretor para a Penitenciária, cujo perfil, segundo as informações publicadas, diferenciava-se radicalmente do anterior, a começar por sua formação,

na área da assistência social.[15] Quanto a Gonzaga Barbosa, demitiu-se, pressionado pelas denúncias, mas ainda dispôs de espaço, no mesmo *Estadão*, para culpar a Igreja Católica por sua saída.[16]

Mas foi sem dúvida durante a repressão aos motins penitenciários, amplamente noticiadas pela grande imprensa, que diversos aspectos das relações entre polícia e prisão se evidenciaram.

3. Motins ocorridos em 1983: Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, Cadeia Pública de Mauá e Penitenciária do Estado

O primeiro motim penitenciário ocorreu em Franco da Rocha, em janeiro de 1983, ainda durante a administração Maluf - Marin, fornecendo portanto um contraponto àqueles enfrentados posteriormente, pela administração Montoro.

No caso de Franco da Rocha, como costuma acontecer, depois da repressão violenta a qualquer tipo de ação coletiva dos reclusos em prisões, manicômios e Febem's, a grande imprensa paulista dedicou-se de forma unânime ao relato do episódio. Naquele caso, tratava-se do massacre de seis pacientes - presos que participavam de uma tentativa de fuga, e de um guarda da instituição, tomado como refém. Mais esporadicamente, também abriu-se espaço ao debate sobre os problemas então evidenciados.[17]

Por tratar-se de uma instituição híbrida, misto de hospital e prisão, além de questões recorrentes como a questão da violência policial e do papel tutelar do estado sobre os condenados a penas privativas de liberdade, também foram criticados o descaso com os doentes mentais e as atribuições das secretarias da Saúde e da Segurança Pública sobre os pacientes - presos.

Mas um momento específico deste debate, brevemente mencionado em duas ocasiões, despertou nossa atenção. Denunciando o problema cada vez mais grave da superlotação do Manicômio Judiciário, a *Folha de S. Paulo*[18] afirmou que aquele quadro tinha sua origem em 1981, quando presos da Casa de Detenção começaram a ser transferidos para o Manicômio em grupos de 100. Tal decisão teria sido tomada depois de um motim ocorrido na Detenção, em maio de 1981, quando a superlotação da instituição foi apontada como uma das suas principais causas.

Frente à proibição de entrada de novos presos na Detenção e à determinação de que sua população fosse reduzida, adotada pelo juiz corregedor dos presídios, e ainda à ausência de vagas em outras instituições penitenciárias do estado decorrente de inúmeras políticas penitenciárias irresponsáveis, a solução encontrada foi a transferência para o Manicômio Judiciário.

Adequando a necessidade de aliviar a superlotação da Casa de Detenção com a prática interna das instituições de aplicar violentas punições depois de motins e tentativas de fuga de presos, corroborada pelo governo de Paulo Maluf, optou-se pela "seleção" inicial de 100 presos, recentemente diagnosticados (por quem?) como doentes mentais ou, como passaram a ser qualificados por funcionários do Manicômio, como loucos.[19]

A tentativa de fuga de 10 de janeiro de 1983 foi apenas uma das conseqüências trágicas dessa

manobra, reveladora do tratamento dado pela administração Maluf - Marin à questão penitenciária. Há indícios de que desde o início dessas transferências em massa, os funcionários do Manicômio tornaram-se mais inseguros e procuraram intimidar os novos internos recorrendo a freqüentes espancamentos.[20] Quanto aos presos, a declaração de "Mário", transferido para o Manicômio no primeiro grupo de 100 oriundo da Detenção é suficientemente eloqüente:

"Prefiro passar mil anos na Detenção, mas nem mesmo um ano no Manicômio."
Mário[21]

Esse aparente descaso em relação à questão penitenciária encobria políticas públicas direcionadas à manutenção de privilégios de poucos e o desconhecimento de qualquer direito aos condenados pela Justiça. Reproduzia-se assim modelos violentos de controle desses excluídos. Tais modelos eram perversamente reforçados graças à pressão exercida pela superlotação carcerária a que o próprio estado os condenara os já condenados, aplicando-lhes uma flagrante sobre – pena.

Frente ao postura reprodutora de políticas penitenciárias tradicionais responsáveis pelo constante agravamento da situação dos presos, adotada pela administração Maluf – Marin, a passagem para a administração Montoro caracterizou-se pela perspectiva da mudança, e da ruptura do quadro de omissão deliberada, ao menos no que se refere à atuação da sua Secretaria de Justiça, ao longo dos primeiros anos de governo. Reunidas na chamada Política de Humanização dos Presídios, essas propostas anteriormente discutidas nesse texto[22], influenciaram também o enfrentamento de situações críticas, como motins carcerários, ocorridos durante a sua vigência.

O primeiro motim enfrentado pelo governo Montoro teve a particularidade de ocorrer numa cadeia pública, e não numa instituição penitenciária. Tal característica desvendava um dos problemas crônicos do sistema penitenciário paulista - o número insuficiente de vagas. Como decorrência disso, a maioria dos condenados do Estado de São Paulo cumpria pena, de forma irregular, em distritos policiais e em cadeias públicas, originalmente destinadas apenas a presos que aguardavam julgamento.

Como essas cadeias e distritos estavam sob a responsabilidade da polícia que, por sua vez, respondia, dentro da máquina administrativa estatal, à Secretaria da Segurança Pública, coube ao delegado – geral, Maurício Guimarães Pereira, e ao diretor do Degran, Sidney de Mori, auxiliados por membros do judiciário local e da Igreja Católica, o estabelecimento de negociações que permitiram um desfecho pacífico para essa crise.[23]

Três práticas comuns ao tratamento dado pela grande imprensa a esses episódios puderam ser percebidos também neste caso. Em primeiro lugar, identificamos no discurso empregado pela *Folha*, a expectativa, manifesta de forma subliminar, de que o motim terminasse com a invasão violenta da cadeia pela polícia.

Com base nos preceitos liberais, as elites brasileiras têm conseguido legitimar a utilização da violência policial sempre que a propriedade e a ordem pública são ameaçadas, através da

desqualificação dos sujeitos envolvidos, então transformados em marginais. Essas práticas foram recorrentes em relação aos movimentos sociais, violentos ou não, durante o período estudado, não exigindo qualquer justificativa no enfrentamento de presos amotinados.

Isso se deve, ainda de acordo com a concepção liberal, à percepção de que tais casos representavam uma dupla ameaça. Primeiro por seu caráter coletivo, que negava a costumeira atomização que costumava caracterizar a população pobre da qual os presos provêm. Em segundo lugar, por envolver "bandidos perigosos", sempre ameaçadores potenciais da propriedade e da autoridade constituída, nas quais se baseia a ordem pública.

Frente ao clamor redobrado pela repressão violenta decorrente desse binômio, enfatizou-se o caráter excepcional de qualquer desfecho diferente, sobretudo do estabelecimento de negociações que pressupunham o reconhecimento de direitos mínimos dos amotinados:[24]

"A presença do delegado - geral Maurício Guimarães Pereira foi muito importante para que a polícia não invadisse com violência o *presídio*."[25]

A desvinculação sugerida pelo jornal entre as atitudes do delegado - geral da polícia e de outros policiais, aparentemente contraditória, explica-se pelo papel político desempenhado por esse delegado, membro da equipe que preparou a proposta - Montoro para a Segurança Pública, agora encarregado de promover a moralização dessa instituição através do controle interno da corrupção e da violência.[26] O desempenho dessa função política desencadeou fortes oposições por parte de diversos setores policiais.

A segunda prática comum detectada dizia respeito à estratégia discursiva empregada, por certos segmentos da imprensa e por representantes das instituições de controle social. Essa estratégia procurava desqualificar os movimentos coletivos dos presos como formas de resistência à prisão. Em lugar de "motim" ou de "rebelião", que encerram um significado mais amplo, comportando mesmo possíveis elementos contestatórios ao menos em relação ao papel tutelar do estado, os jornais falavam em mera "tentativa de fuga."[27]

A terceira prática não se referia ao discurso escrito da grande imprensa, mas às imagens por ela publicadas. Embora aparentemente se referissem ao "motim dos presos", costumavam retratar apenas guardas e autoridades. Desviavam-se, portanto, do 'motim' para a sua repressão, verdadeiro objeto da atenção tanto dos jornais quanto do seu público leitor.[28]

As contradições detectadas, por um lado, entre o discurso da grande imprensa, caracterizado pela expectativa repressiva, e a estratégia adotada pelo governo estadual através de suas agências de controle, pautadas na negociação e, por outro lado, entre as lideranças policiais, encarregadas da implementação da referida estratégia, e segmentos da polícia defensores dos métodos violentos "tradicionais", refletiam os inúmeros embates travados ao longo dos primeiros anos daquele governo no campo da cidadania.

O terceiro motim ocorreu em 28 de dezembro de 1983, na Penitenciária do Estado. Diversos

indícios encontrados quando analisamos a oposição à nova política penitenciária que se procurava implantar em São Paulo indicaram que não foi uma mera coincidência a ocorrência desse episódio, qualificado como "motim" pela *Folha de S. Paulo*[29] e variando, segundo as qualificações variadas empregadas pelo *O Estado de S. Paulo*[30] de "tentativa de fuga" a "tumulto" e, finalmente, a "motim." Ele ocorreu justamente na instituição onde as primeiras mudanças impostas pela chamada Humanização Carcerária foram implantadas.[31]

Recheadas de lances sensacionalistas, as coberturas desses jornais descreveram uma grande agitação provocada por presos que não chegaram a deixar suas celas (individuais) - descreveu-se o grande "barulho", provocado pela quebra de utensílios, disponíveis nas celas. Essa descrição, pouco característica de um motim penitenciário, foi pontuada por referências a ocorrências anteriores, como uma tentativa frustrada de fuga, conflitos entre os presos daí decorrentes, decepção daqueles que tiveram suas solicitações de indulto de Natal recusadas, etc.

Os dois jornais acabaram por contribuir com mais esse artifício utilizado pelos setores empenhados na oposição à Política de Humanização dos Presídios - a divulgação de um suposto motim carcerário forjado pelos guardas daquele presídio. Acabaram despertando o velho temor popular havido nas quebras da rotina carcerária, além de chamar a atenção pública para a campanha de oposição à Humanização.

Ao iniciar, a partir desse episódio, a série de denúncias sobre a existência de um suposta organização criminosa prestes a assumir o controle dos presídios paulistas[32], alcançou, através da conjugação dos dois elementos anteriormente citados, a ampliação do seu espaço nos jornais e a implementação de uma campanha sensacionalista por parte de alguns deles.

A principal estratégia utilizada pelos guardas, em 29 de setembro, já era bastante conhecida nos meios carcerários - a sua recusa de revistar as celas, em situações supostamente tensas. Através da alegação de falta de condições de segurança, esses guardas provocavam a ocupação do presídio pela Polícia Militar. Tais revistas policiais eram muito temidas e repudiadas pelos presos porque implicavam em espancamentos, destruição de objetos pessoais, além da apreensão de maconha e de "armas brancas."

Os jornais informaram que, pela primeira vez, durante o governo Montoro, a Polícia Militar foi autorizada a entrar no presídio - foram três Batalhões de Choque, compostos por 100 policiais. Tal autorização, atribuída diretamente ao secretário da Justiça, José Carlos Dias, continha, porém, uma ressalva - apenas três ou quatro oficiais ou sub-oficiais de cada grupo de trinta puderam entrar armados nos pavilhões.[33] Dessa forma, ao menos as mortes foram evitadas.

Na cobertura jornalística desse motim, realizada sobretudo pela *Folha*, retomou-se a prática de retratar apenas os batalhões da PM, cujo desarmamento foi destacado nas legendas, além das autoridades envolvidas. Reiterava-se assim, o interesse prioritário pela sua repressão.

Em foto de primeira página, publicada em 3 de setembro de 1983, por exemplo, os únicos modelos retratados foram seis PMs, em posição de ataque, protegidos por seus escudos (signos icônicos). Publicada na parte inferior da página, essa foto veio acompanhada de um título e de um texto que

compunham um conjunto harmônico, destacado pela moldura que o contornava, formando um quadro.

Tanto a pequena profundidade, quanto o fundo ligeiramente fora de foco (signos plásticos), tiveram o duplo efeito de destacar os signos icônicos e de inviabilizar a identificação do local retratado, sugerindo que aquela cena pudesse ter ocorrido em qualquer lugar, ou em todo lugar. Como não havia legenda e o título do texto subsequente não esclarecia sobre o local retratado, criava-se um clima de suspense, só desfeito a partir da leitura do texto escrito. (**Foto 1**)

Detectamos, a partir dessa cobertura, uma contradição entre o tratamento dado pela *Folha* aos presos, nos raros momentos em que seu cotidiano mereceu espaço nas páginas do jornal, e o tratamento a eles dispensado durante os motins carcerários, que representam a quebra dessa normalidade cotidiana.

Nas poucas matérias publicadas sobre a vida dos presos, durante o ano de 1983, esse jornal representou os presos como homens comuns, que levavam uma vida de opressão atrás das grades. A análise das fotos publicadas junto às matérias sugeriram uma "leitura centrípeta."[34] Através delas o leitor era convidado a penetrar nas celas, ultrapassando grades e muros. Algumas delas retratavam os presos de frente, olhando diretamente para o leitor, buscando a sua solidariedade ou, ao menos, o fim da sua indiferença[35] **(Fotos 12 / 13).**

Duplo movimento, portanto, também em relação ao público leitor: distanciamento e tentativa deliberada de influência, quando se refere ao cotidiano de exclusão vivenciado pela população carcerária e conivência, no anseio repressivo, quando se refere à ameaça representada pela quebra da normalidade. Reforça-se assim, dialeticamente, tanto o potencial de transformação da grande imprensa, quanto as limitações decorrentes do seu comprometimento com o ideário neoliberal.

Foto 12

***Folha de S. Paulo*, 20 de março de 1983, p. 19**

Foto 13

***Folha de S. Paulo*, 20 de março de 1983, primeira página**

4. Campanha Contra A Humanização dos Presídios paulistas: nascem as "Serpentes Negras"

Um juiz corregedor destacou-se por sua atuação na disputa de poder sobre os presídios, polarizada sobretudo entre os poderes Executivo e Judiciário. Tratava-se de Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, conhecido por suas denúncias sobre a existência da "Organização Criminosa Serpentes Negras" no interior dos presídios paulistas.

Em 23 de junho de 1984, *O Estado de S. Paulo*[36] publicou uma cópia do documento entregue pelo juiz corregedor ao Tribunal de Justiça, na qual ele afirmava textualmente ter colhido

informações sobre uma organização de sentenciados denominada "Organização Criminosa Serpentes Negras", junto aos diretores de presídio.

Na sindicância instaurada pela Secretaria de Justiça[37] para apurar essas denúncias foram anexadas cartas de diretores de todos os estabelecimentos carcerários do estado desmentindo tais denúncias. Na grande imprensa, alguns guardas apareceram como denunciantes. O seu movimento de protesto chegou a ser mencionado no documento elaborado pelo juiz corregedor.

A "Comissão Solidariedade da Penitenciária" foi um dos principais alvos dos protestos dos guardas e, coincidentemente, foi identificada pelo juiz corregedor como "foco irradiador" das supostas "Serpentes." Tanto os guardas como o juiz apontavam essa comissão como principal veículo para a conquista do objetivo último dessa organização - "o poder interno e paralelo nos presídios."

A convivência entre o juiz Haroldo Pinto da Luz Sobrinho e certos funcionários carcerários era tal que na véspera da divulgação do documento de denúncia sobre as "Serpentes Negras", funcionários deram depoimentos à imprensa que constituíam evidente prenúncio dessas acusações:

"... o diretor penal demitido, José Carlos Gomes, acabou com a atuação da Falange Vermelha na Penitenciária mas *os guardas avisam que novos grupos poderão surgir rapidamente* se o novo diretor não abrir os olhos."[38] (grifo nosso)

Outro objetivo atribuído pelo documento à referida organização atingiu supostamente o forte sentido corporativo defensivo dos juízes, à medida que propunha a desestabilização da Vara de Execuções Criminais e do Sistema Penitenciário. Cinco mecanismos seriam usados na sua viabilização: "greve de trabalho e de fome; recusas em apresentações processuais; recusa a revistas pessoais; diminuição da autoridade e ofensas aos guardas de presídio; entre outras."[39]

Quanto ao primeiro mecanismo, tivemos notícia da sua utilização na Penitenciária, apenas no início do ano seguinte.[40] Tratava-se de uma greve de trabalho de curta duração na qual os presos reivindicavam o cumprimento do Novo Código de Execuções Criminais e protestavam contra a morosidade da Justiça.[41] As atitudes de protesto foram moderadas, sem qualquer indício de ligação com uma grande organização criminosa e essa moderação tornou-se mais evidente quando lembramos que um grande motim ocorreu na Casa de Detenção, supostamente devido a essas mesmas "causas."[42]

Quanto aos dois outros mecanismos, recusa de apresentações processuais e recusa a revistas pessoais, o acompanhamento das matérias da grande imprensa nas semanas seguintes indicou que ambos diziam respeito a um foco de tensão centrado em ocorrências relativas a visitas dos sentenciados ao Fórum. Uma intensificação dos mecanismos de revista aos presos que se dirigiam ao Fórum foi considerada humilhante pelos mesmos. Sete denúncias de espancamentos de detentos que se recusavam a submeter-se a essa revista foram registradas e chegou a haver até recusa em comparecer ao Fórum, mas uma única vez. O procedimento utilizado nessa revista era o

seguinte: “presos nus, agachados sobre um espelho e pulando.”[43]

Os jornais não forneceram informações sobre o quarto mecanismo - “libertação por meios corruptos e armados de outros presos.” Quanto aos dois últimos - “diminuição da autoridade”, “ofensas a guardas penitenciários e outras ações tumultuárias” - pareceram relacionar-se aos protestos dos guardas penitenciários contra o poder, principalmente de denúncia, atribuído à comissão de presos.

O documento criticava ainda as “visitas conjugais”, explicitando, como já comentamos, a disputa de poder sobre os presídios, iniciada quando o Secretário da Justiça começou a interferir no seu cotidiano.

A intenção do documento era clara: provocar a derrota da nova política adotada no tratamento da questão penitenciária e, consequentemente, o retorno a posições mais duras no tratamento desta questão. A solução única apontada não deixa nenhuma dúvida quanto a essas intenções ao propor o fim de uma das principais medidas adotadas: as “Comissões Solidariedade” dos presos. A referência a “elementos de extração marxista” devia-se, provavelmente, a uma suposta e jamais fundamentada influência da “Criminologia Crítica ou Radical” na Política de Humanização dos Presídios.[44]

O caráter amplo atribuído por esse documento a tal “organização” estimulou o sensacionalismo da campanha levada a cabo pelos jornais, pontilhada por referências a fatos e ameaças fantasiosos: o diretor penal da Penitenciária teria a cabeça cortada e exibida aos detentos, Dom Paulo Evaristo Arns seria “o chefe dessa organização”, etc.

Mas os pontos mais duvidosos referiam-se às denúncias dos detentos, uma vez que nos dois casos principais, de “Sergipinho” e de “Derney”, ambos receberam em seguida o benefício da prisão albergue. No primeiro caso a promotoria recorreu, obtendo a suspensão do benefício e, no segundo caso, o próprio preso denunciou, já em liberdade, que o benefício fora oferecido em troca de denúncias.

Como já foi mencionado, o outro segmento que se destacou na campanha contra a Humanização dos Presídios, foi o dos carcereiros, guardas penitenciários e diretores de disciplina. Acostumados a monopolizar a maior parte da rede de micropoderes que perpassa o dia – a - dia dessas instituições e de seus habitantes[45], eles foram os primeiros a sentirem-se ameaçados com as novas medidas propostas e recorreram a estratégias diversas para boicotá-las: **1.** divulgação de informações fantasiosas sobre o cotidiano dos presos, além de manifestações diretas da sua insatisfação foram as principais maneiras utilizadas pelos guardas para ocupar o espaço disponibilizado pela grande imprensa; **2.** busca de alianças e de apoio em outros segmentos sociais, como parlamentares, radialistas responsáveis por programas policiais e juízes; e, **3.** ações diretas de sabotagem dentro dos presídios.

A restituição de canais reivindicatórios aos presos destituiu esses funcionários de sua função de mediação entre os presos e as autoridades, advogados, familiares, outros profissionais atuantes no presídio, repórteres, enfim, entre os presos e o resto do mundo.[46] Este ato teve ainda o

agravante de conferir certa visibilidade ao cotidiano carcerário, até então bastante inacessível, inclusive, às autoridades "teoricamente" responsáveis pelo sistema penitenciário.

Ao visitar freqüentemente os presídios (sobretudo a Penitenciária do Estado) e participar de sua administração, o secretário Dias e seus assessores inauguraram uma nova relação de poder no interior dessas instituições prisionais contra a qual manifestavam-se seus funcionários, que alegavam a quebra da disciplina e da segurança, até então sempre priorizadas. Foram inúmeros os registros de reclamações de guardas, veiculados pela imprensa, por exemplo contra a atuação da assessora para asssuntos penitenciários, Maria Inês Sampaio, no interior da Penitenciária. Sua interferência na aplicação de punições pelos guardas aos presos foi considerada como intromissão insustentável.

Esses funcionários tinham se acostumado também a contar com a omissão cooperativa dos burocratas que exerceram até então cargos relacionados aos seu gerenciamento sem sair de seus gabinetes, bem distantes de tais instituições.

Mas o objeto central da campanha de oposição desencadeada foi a "Comissão Solidariedade" dos presos da Penitenciária, com a qual os funcionários passaram a travar uma acirrada e desigual disputa de poder ou, mais apropriadamente, de micropoderes.

Inúmeras concessões, como a permissão para a utilização de outro tipo de roupa diferente da cor padrão estipulada pela Penitenciária ou de cabelos mais compridos, foram percebidas pelos funcionários penitenciários como ameaças às tênues barreiras que os diferenciavam dos detentos. Ocorre que "uma das contradições mais evidentes nas relações entre detentos e guardas é a percepção de que as diferenças entre ambos são mínimas", como observou Fischer.[47]

Até mesmo a proposta da Secretaria da Justiça de que se constituíssem concomitantemente comissões representativas de presos e de guardas foi tomada por esses últimos como inaceitável, à medida que parecia eliminar aquelas tênues diferenças, as quais tanto se apegavam. Desse modo, a comissão dos guardas foi relegada ao abandono desde o início do processo.[48]

Ainda a respeito da fluidez e da importância de tais barreiras para os guardas, Fischer acrescenta que o discurso veiculado por políticas humanitárias também afigurou-se como ameaça, ao projetar a imagem do preso como vítima ao invés de agressor, realizando uma inversão dos valores morais que alguns guardas tanto receavam e que, por temor e no limite, os impede de sucumbir à criminalidade.[49]

Com relação ao papel desempenhado pela grande imprensa paulista, já comentamos que pouca atenção havia sido dada à proposta de governo de Franco Montoro para a área da Secretaria da Justiça, à qual estavam vinculados os presídios do estado. Esse quadro começou a mudar lentamente ao longo dos primeiros meses de 1984, culminando com o grande espaço dedicado pelo *Estadão* e pela *Folha* às denúncias de que uma organização criminosa estaria ameaçando a estabilidade dos presídios paulistas, graças às medidas implementadas pelo governo, em particular entre os meses de junho e setembro de 1984.

Não foi coincidência o fato de os mesmos jornais que se destacaram na campanha desencadeada

ao longo de 1983 contra o projeto de uma "nova polícia" empenharem-se também em derrotar as propostas do governo estadual para os presídios. A clara oposição feita pelo *O Estado de S. Paulo* e pelo *Jornal da Tarde*[50] a Montoro, por a sua "inexperiência" e conseqüente despreparo para ocupar o governo paulista, não deixavam dúvidas quanto às disputas político - ideológicas que estavam permeando a atuação desses grandes jornais, além do seu compromisso com o ideário conservador, no qual fundavam seus posicionamentos frente a todo e qualquer tema.

A inexistência de um contra - ponto efetivo a esse discurso conservador pode ser interpretada como uma das explicações para sua eficácia. Os limites impostos à atuação da *Folha de S. Paulo* por seu compromisso com a priorização de um projeto empresarial, amplamente consolidado na década de 1990, mas que começava a se manifestar na década anterior[51], puderam ser detectados quando acompanhamos sua atuação frente às questões policial[52] e prisional. Seu envolvimento moderado na defesa da Humanização Penitenciária não evitou que a imagem do preso e da vida no presídio se revelasse de modo geral unilateral, embora suas análises tenham se revelado menos comprometidas ideologicamente, como demonstram os exemplos que se seguem.

Sobre uma fuga envolvendo membros da "Comissão Solidariedade" da Penitenciária, a *Folha* comentou:

"Evasões ocorrem em qualquer tipo de governo: a história não recomenda que se atribua tentativas de fuga a políticas carcerárias humanitárias."[53]

A respeito da "Organização Criminosa Serpentes Negras", numa matéria intitulada "Malabarismos de uma jornal para sustentar sua denúncia vazia", o jornalista Luís Nassif observa com bom humor:

"Tratava-se de uma organização que, a exemplo do agente secreto português, fazia questão de exaltar sua condição criminosa no próprio nome... Até o final da semana o jornal ("Jornal da Tarde") ainda não havia conseguido escapar das generalidades indignadas, como a de usar o tom de denúncia para acusar assessores do Secretário de terem rido quando um guarda informou que considerava um problema grave de indisciplina o fato de os presos andarem de pijamas, chinelos e camisas abertas."[54]

Clóvis Rossi procurou analisar as relações entre as "Serpentes" e a Humanização:

"Por aí se vê que o episódio das 'Serpentes' teve pelo menos um mérito: tirou das sombras uma política que, na prática, interessa à toda sociedade, submetendo-a a exigências de aperfeiçoamento. Mas o ruído em torno da 'Serpentes', amorteceu um debate mais sério e produtivo em torno da própria política da Humanização e seus resultados até agora."[55]

Um outro fator agravante nessa disputa desigual foi a atitude tomada pela Secretaria da Justiça, de coibir o contato entre a imprensa e os detentos, por temor que esta viesse a interferir mais diretamente ainda na situação interna dos presídios. Procurou coibir também os contatos dos funcionários penitenciários com a imprensa, mas esses revelaram-se muito mais difíceis de controlar.

A "Comissão Solidariedade" da Penitenciária tentou romper essa barreira enviando uma carta de esclarecimento à *Folha*[56], justamente em junho de 1984, ápice da campanha de oposição a Humanização. Mas a íntegra da carta não chegou a ser publicada. Sob o título "Carta aponta menos incidentes", foram mencionados alguns dos seus tópicos, tais como o clima de tranqüilidade descrito, as reivindicações e a disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento.

A despeito das tentativas da Secretaria da Justiça para impedi-la, a atuação da grande imprensa resultou em interferências diretas e indiretas sobre a vida dos detentos. Empresas particulares desistiram de fornecer emprego ao trabalhador preso. A população, sobretudo a vizinha dos presídios, tornou-se mais apreensiva e mais hostil em relação aos detentos.[57] Comissões eleitas pelos presos deixaram de ser empossadas em função das denúncias sobre as "Serpentes Negras."

No discurso do *Estadão*, inúmeras notícias sobre essas "interferências" no tratamento da questão penitenciária foram representadas como demonstrações do poder do jornal, inscrevendo-se entre suas vitórias. Contraditoriamente, porém, depois de registrar seguidas vitórias contra as políticas das secretarias da Segurança Pública e da Justiça, em 1983 e 1984, respectivamente, o quadro da polícia e das prisões traçado pelo mesmo jornal ao final de 1984 configurava-se sombrio e alarmante. E o governo estadual continuava a ser apontado como o único responsável.

Mas a quebra da rotina carcerária, representada pelos motins, continuou a exercer papel central no estímulo ao debate, seja em função das contradições reveladas, seja pela ameaça potencial representada.

5. Motim de 20 de março de 1985, na Casa de Detenção de São Paulo

Esse motim iniciou-se às 14h30 do dia 20 de março, encerrando-se apenas na manhã seguinte, quando uma das reivindicações imediatas dos presos foi atendida - a tropa de choque da Polícia Militar deixou o presídio.

Destacando-se tanto pela rapidez com que o movimento propagou-se - foram mais de três mil presos rebelados - quanto pelo seu vulto, o motim foi reconhecido pelas "autoridades" envolvidas como "o primeiro movimento coletivo da Casa de Detenção."[58] Protesto violento contra as péssimas condições da vida no presídio e contra a morosidade no julgamento da concessão de benefícios aos presos, os presos protestavam contra novas punições acrescidas às penas privativas de liberdade e não previstas por qualquer código.

A imprensa informou que cerca de 40 telex haviam sido enviados pela Casa de Detenção à Vara de Execuções Criminais comunicando o vencimento de penas, os quais foram devolvidos sob a

alegação burocrática de falta de "vias adequadas."

Além disso, os detentos haviam solicitado a presença de autoridades para reivindicar uma avaliação da situação processual geral dos detentos - supondo que muitos poderiam deixar a prisão enquadrados no Novo Código de Execuções Criminais - e, receberam então, instruções para aguardar o retorno do diretor Luiz Camargo Wolfman, que gozava férias. O clima, já tenso, transformou-se em agitação quando um preso paraplégico conhecido como "nego Ximpras" ("Dunga", na versão de outro jornal) revoltou-se por ter tido seu benefício de prisão albergue negado e instigou seus companheiros do Pavilhão 8.

Nos meios jurídicos circulou a hipótese, bastante plausível, de que a promulgação desse novo Código de Execuções Criminais teria criado uma grande expectativa nos presos e em seus familiares, estimulados por seus advogados. Acreditaram que ele traria mudanças substanciais e a possibilidade de liberdade para muitos.[59]

Muitos dos benefícios garantidos nessa nova legislação, porém, vinham sendo ignorados pelos juízes devido à falta de condições do Poder Executivo (Secretaria de Justiça) de garantir as condições necessárias a sua aplicação. Daí decorreu uma série de acusações que chegaram a criar perigosos conflitos entre os diferentes poderes, sobre a questão penitenciária.

Por um lado, a Vara de Execuções Penais (Poder Judiciário) foi acusada de morosidade no exame dos processos dos presos, uma das causas mais freqüentes de rebelião. Os juízes se defenderam, afirmando que esses trabalhos caminhavam normalmente, recusando-se a perceber qualquer relação entre o andamento dos processos e "a morte de presos com armas brancas" (a que a sua percepção parecia reduzir as rebeliões). Acusaram ainda a Secretaria da Justiça (Poder Executivo) de inviabilizar a aplicação do Novo Código, omitindo-se assim em sua função. Certos diretores de presídio, sobretudo da Detenção, foram acusados de oferecer benefícios aos presos "ao arrepio da lei", ou seja, sem consultar a Vara de Execuções.

Por outro lado, procuradores e diretores de presídio (Poder Executivo) reiteraram as acusações de morosidade e suas conseqüências perversas, localizando, inclusive, suas causas: excesso de burocracia, mentalidade antiquada e distanciamento da realidade do Novo Código, o qual não teria levado em consideração as condições materiais e de recursos humanos do Executivo.

Como resultado dessa disputa e da pressão exercida pelos presos no motim de março de 1985, temos informações de que os presos da Casa de Detenção passaram a receber tratamento prioritário, ainda que em detrimento de outros presídios, sendo solucionados a princípio todos os casos de penas vencidas e processando-se rapidamente os pedidos de benefícios.[60] A rebelião alcançou seu objetivo, confirmando a ausência de uma ação coordenada na Vara de Execuções Penais, que parecia ir definindo sua atuação ao sabor dos acontecimentos.

Além de utilizar faixas e cartazes improvisados para tranqüilizar seus familiares, elas também continham reivindicações: "Queremos nossos direitos" ou "Queremos que as execuções cumpra (sic) as novas leis." Essas faixas e umas poucas fotos em que detentos apareciam de longe, nas muralhas e no telhado, foram as únicas imagens veiculadas dos amotinados e de suas

manifestações.

A imprensa mencionou também o possível envolvimento dos guardas da Penitenciária na insuflação do motim de março de 1985, como forma de boicotar a Política de Humanização. Uma demonstração do seu descontentamento foi registrada pela imprensa durante o motim, quando o secretário Dias chegou a ser ofendido por alguns guardas.[61]

A presença do secretário era coerente com o seu empenho para resolver as situações de crise através de negociações, evitando a tradicional repressão policial violenta. Como esses desfechos costumavam merecer atenção da imprensa, encontramos muitas informações sobre as dificuldades enfrentadas nas tentativas de negociação, provavelmente decorrentes do elevado número de presos envolvidos. Assim, um componente importante na sua solução parece ter sido o cansaço, tanto dos presos quanto das autoridades.

Embora a agitação tenha começado por volta das 14h30, só à noite é que batalhões da Tropa de Choque e equipes da ROTA invadiram o local para impedir a invasão de outros pavilhões, sem entrar, no entanto, em confronto direto com os amotinados.

A *Folha* relatou o desespero causado nos familiares dos presos que se aglomeravam em frente à Detenção por essa invasão, seguida de uma "bateria de disparos" que durou cerca de 20 minutos:

"Em seguida, começam a sair as primeiras ambulâncias e camburões removendo feridos. Dos portões podiam ser ouvidos os estrondos dos corpos sendo atirados violentamente dentro dos carros."[62]

As relações entre cerca de 400 parentes e amigos dos detentos (que se aglomeravam, ansiosos por notícias, em frente ao presídio) e os 1.200 policiais militares que cercavam o local foram descritas como conflitivas pelos dois jornais, embora diferenças sutis tenham sido evidenciadas.

O choro e o desespero dos familiares apareceram nos dois jornais, sendo retratados através de imagens fotográficas. O mesmo ocorreu com relação à reação violenta dos policiais, que incluiu o uso de bombas de gás lacrimogêneo, investidas com cavalos do Regimento Montado e espancamentos. Também foram registrados indícios da agressividade dos guardas do presídio contra essas pessoas, que respondiam aos pedidos de notícias com observações que caracterizavam sua posição em relação aos presos:

"Era melhor fuzilar todos os detentos para acabar com essa boa vida."[63]

A expressão "boa vida", empregada pelo guarda, refere-se às condições mínimas de sobrevivência fornecidas pelos presídios aos detentos, geralmente limitadas à alimentação, material de limpeza, cama, cobertor, remédios e, naturalmente, habitação. Frente à situação de carência crônica em geral compartilhada pelos guardas e pelos segmentos populares dos quais os presos se originam, seja nos bairros da periferia, seja nas favelas, tais condições são percebidas como injusta regalia.

De acordo com esse ponto de vista, tributário da noção de que os trabalhadores brasileiros estão sob responsabilidade do estado, a tutela dos presos adquire caráter concorrencial em relação à tutela dos trabalhadores.

Radicalizado pelo antagonismo cotidianamente alimentado entre presos e guardas penitenciários, esse ponto de vista resultou no quadro geral de agressividade e descaso, pela desinformação, com que familiares e amigos dos presos, em geral representados por esposas, mães e irmãs, foram tratados. Uma exceção foi a atuação do diretor da Detenção, Luís Camargo Wolfman, cujos esforços foram registrados reiteradas vezes pelos jornais.

A única diferença entre a *Folha* e o *Estadão*, nesse aspecto, das relações entre policiais e familiares do presos, se referiu à origem das agressões: para a primeira, a violência partiu sempre dos policiais, enquanto para o segundo, os policiais apenas reagiram às agressões dos primeiros, usando então do seu potencial.

Mais tarde, quando a situação parecia mais calma, a PM fez menção de entrar na Detenção e recolher os detentos às suas celas, mas foi dissuadida pelo diretor Luís Camargo Wolfman. Avaliações posteriores, dessas mesmas autoridades, indicaram que se a invasão tivesse ocorrido, a situação teria sido controlada, mas cerca de dois mil presos teriam morrido.[64]

A imprensa sugeriu ainda que ocorreram desentendimentos entre as secretarias da Segurança e da Justiça no enfrentamento do motim. A Polícia Militar (Secretaria da Segurança) optava pelo "método tradicional", ou seja, invasão do presídio, enquanto representantes da outra secretaria insistiam numa solução negociada.[65] Destacava-se nesse grupo, novamente, a posição firme do diretor da Detenção.

Às 8h, quando apenas um pequeno grupo ainda resistia, iniciou-se o processo de negociação, ao qual os guardas penitenciários continuavam se opondo. O jornal *O Estado de S. Paulo* forneceu uma descrição minuciosa da cena das negociações:

"Na pequena sala localizada na 'Divinéia' entre os pavilhões 2 e 4, os homens que lá estão se mostram tensos e nervosos. De um lado, vinte e dois detentos, com suas roupas sujas de terra e intoxicados pela fumaça, falam alto, gesticulam, exigem a ameaçam prosseguir com a rebelião se não houver providências urgentes das autoridades. Do outro lado da sala, um grupo de homens vestindo terno e gravata, ouve com atenção, gesticula com a cabeça e concorda com tudo que os presos dizem."[66]

Apontando para o poder de que dispõe a população carcerária quando consegue ultrapassar a barreira do individualismo, a descrição minuciosa chegava a permitir que o leitor visualizasse a inversão de poderes, na qual as "autoridades constituídas", identificadas pelo uso do terno e da gravata, é que obedeceram aos detentos, cuja marginalidade era confirmada pela sujeira e pelo mau estado do seus trajes. Forte realismo ou manejo do discurso jornalístico para atemorizar a população e a condenar as autoridades responsáveis?

A revisão urgente dos processos dos presos pendentes na Vara de Execuções Criminais e a saída imediata da Tropa de Choque e dos cães da Detenção foram as reivindicações mencionadas. Em troca, os presos se comprometeram a iniciar de imediato a faxina. A Eletropaulo ligaria a energia e a alimentação foi garantida, apesar da destruição da cozinha. Não haveria transferências.

Diversamente do que sugeriu o *Estadão,* tal solução negociada viabilizou-se graças ao respeito mútuo de direitos e deveres entre as partes envolvidas, que incluiu até mesmo o reconhecimento da legitimidade da principal reivindicação dos presos – a agilização da concessão de benefícios àqueles que estivessem em condições legais de recebê-las. Ou seja, ainda que subliminarmente, se reconhecia a falha do Poder Judiciário em relação aos "seus" condenados. Além dessa auto-crítica, também a resistência em autorizar a entrada da PM no presídio e o envolvimento direto do secretário José Carlos Dias foram indicadores de que a Política de Humanização ainda implicava em alterações no enfrentamento dos motins penitenciários, a despeito da forte oposição enfrentada, desde junho de 1984.[67]

Concluindo sobre a comparação entre as coberturas da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo*, além dos pontos já mencionados, observamos uma maior dramaticidade nas matérias publicadas pelo segundo. Isso é evidente, por exemplo, no título fixo por ele empregado como "preâmbulo" nas páginas dedicadas à cobertura desse episódio: "**A casa do terror** ", em letras garrafais ou cheias. Enquanto isso, a *Folha* empregou, com a mesma função, o título: "**O maior motim da Detenção** ."

Em outros momentos, as diferenças foram mais sutis. Esse foi o caso das duas fotos semelhantes, embora não idênticas, publicadas simultaneamente pelos dois jornais em 22 de março de 1985, em primeira página **(Fotos 14 e 15).**

Na análise das fotos publicadas pela *Folha*, percebe-se que na foto maior, alguns significantes icônicos como a altura em que os personagens foram retratados, a presença do fogo e o fundo cinza infinito denotam o poder dos personagens - os presos amotinados. As grandes dimensões da foto (significante plástico), principalmente se comparadas com as da segunda foto, reforçam esse significado.

Na segunda foto (menor), destaca-se o contraste entre os significados obtidos pelos elementos empregados: humilhação e sofrimento, denotados pela personagem feminina, contrastando com força, solidez e superioridade dos policiais e da Detenção.

Efeito semelhante foi obtido com a comparação das duas fotos publicadas lado a lado, dentro do conjunto composto também pela legenda comum, pelo título e pelo texto, que desempenharam papel complementar em relação às fotos. Nesse caso, a superioridade e a ameaça, características dos amotinados na foto maior, contrapunham-se à humilhação da mulher da foto menor, ambos posicionados em relação à Casa de Detenção.

Na foto do *Estadão*, além da diagramação diferente da primeira página, na qual o motim da Detenção ocupou um espaço privilegiado em relação à primeira página da *Folha*[68], as diferenças tanto no ângulo, quanto na composição dos elementos da foto acabaram produzindo resultados

diferentes.

Foto 14

***Folha de S. Paulo*, 22 de março de 1985, primeira página**

Foto 15

***O Estado de S. Paulo*, 22 de março de 1985, primeira página** [69]

Retratando a mulher no canto direito da foto e com os braços abaixados, o *Estadão* obteve uma amenização do impacto causado por sua humilhação e sofrimento, diminuindo assim o contraste em relação aos outros elementos da foto. Tal diminuição favoreceu a valorização dos atributos associados aos personagens centrais da foto - os policiais - disciplinados, fortes e superiores.
A visão parcial do prédio do presídio, em alguma medida reduzida, porém destacando todo o nome - **Casa de Detenção** - podiam significar tanto um maior destaque à prisão, no conjunto retratado, como um trabalho mais cuidadoso do fotógrafo responsável.
Quando consideramos o conjunto composto pela foto, sua legenda, a manchete e o texto escrito, novamente caracterizava-se uma compensação entre a amenização do impacto da foto e o elemento dramático contido na manchete: **"O horror continua."** [70]
A mesma utilização política, no sentido da crítica ao governador Franco Montoro e a sua equipe também voltaram a caracterizar o discurso do *Estadão*, enquanto o outro jornal procurou contextualizar o problema carcerário, cuja radicalização era então presenciada. Um exemplo significativo desse seu posicionamento pôde ser percebido no "*Dossiê Folha*", publicado em 31 de março de 1985, que procurou fazer um balanço da situação carcerária de São Paulo, quando dados importantes foram apresentados:

- havia 14 estabelecimentos penais, com 8.500 vagas ocupadas por mais de 12 mil condenados;
- as cadeias públicas e distritos policiais abrigavam outros 12 mil condenados (que deviam estar em estabelecimentos penais);
- a Casa de Detenção, "o maior presídio do mundo, em população carcerária", abrigava 6.300 homens, dos 8 mil que vivem no Complexo do Carandiru;
- a média de reincidência no sistema penitenciário paulista era de 70% (segundo o então coordenador da COESP).[71]

O "*Dossiê*" apresentava ainda uma série de opiniões da população paulista sobre o problema penitenciário, obtidas através de pesquisa. Nessas respostas, chamava a atenção o caráter contraditório das respostas: 37,3% defendiam a construção de mais presídios como solução para o problema, enquanto 59,2% achavam que a prisão era uma "escola do crime" e 68,1% achavam que ela "deveria recuperar."[72]

Confirmando nossa hipótese de que são os momentos de crise que chamam a atenção da sociedade para a atuação das instituições fechadas de controle social, procuramos mostrar o papel desempenhado pelos motins penitenciários no estímulo ao debate sobre as prisões paulistas. Como outros movimentos sociais violentos, eles também revelam com radicalidade conflitos latentes, cotidianamente ignorados, particularmente quando altos muros garantem o seu isolamento.

Naquela conjuntura política caracterizada pela perspectiva da mudança, os presos também reivindicavam mudanças nas políticas públicas e o reconhecimento de direitos mínimos, com os quais o governo Montoro chegou a acenar. A ampliação da cidadania da população pobre, presa ou em liberdade, foi posta em pauta e envolveu diretamente a alteração das práticas institucionais baseadas na violência.

Depois de discutir as contradições enfrentadas pelo sistema penitenciário, episodicamente reveladas pelos motins carcerários, partiremos, no próximo capítulo, para a discussão do papel desempenhado pelos saques e quebra - quebras no estímulo aos debates sobre a atuação da polícia paulista numa conjuntura de distensão política, bem como das diversas concepções de segurança pública então debatidas.

HOME SUMÁRIO INÍCIO DA PÁGINA
CAPÍTULO ANTERIOR PRÓXIMO CAPÍTULO

---

[1] FERREIRA, R. M. F., ABREU, S. F. A. A análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social. Relatório de Pesquisa, CEDEC, fev./87, p. 70. (mimeo)

[2] Ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[3] Em nossa dissertação de mestrado procuramos mostrar que são os motins penitenciários e sua decorrente repressão que em geral estimulam o debate em torno da questão carcerária. GÓES, E.M., op. cit.

[4] Durante o ano de 1983, a instituição policial foi o alvo prioritário das suas atenções. Dentro do governo Montoro, tratava-se de discutir a atuação da Secretaria da Segurança Pública, embora reportagens esporádicas tenham sido publicadas, principalmente pela *Folha de S. Paulo*, sobre a questão carcerária.

[5] O *Jornal da Tarde* também desempenhou importante papel nessa campanha, como procuramos mostrar em nossa dissertação de mestrado sobre motins carcerários ocorridos durante o governo Montoro. GÓES, E.M., op. cit.

[6] Conhecida como Política de Humanização dos Presídios, essa política penitenciária foi abordada no capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[7] A postura adotada pela *Folha de S. Paulo* frente a essa questão caracterizou-se pela sua defesa moderada. Sobre esse tema ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[8] *FSP*, 1.1.83, p. 7; 2.1.83, p.10; 5.1.83, p. 9; 6.1.83, p.11 e 8.1.83, p. 8.

[9] *OESP*, 4.1.83 e 8.1.83, p.10.

[10] Como atestavam tanto as medidas do então Juiz Corregedor dos Presídios, José Gaspar Francesquini, quanto o motim ocorrido em 12 de março de 1982, que terminou com 16 mortos (13 presos).

[11] Adiantando opiniões manifestas depois, durante a transferência do cargo ao novo secretário, José Carlos Dias, Ferreira Filho procurou desqualificar essas propostas. *FSP*, 8.1.83, p. 8.

[12] *OESP*, 23.3.83, p.14.

[13] O Delegado Fleury ficou conhecido pelo seu papel na repressão política desencadeada pela Ditadura Militar, como um de seus mais impiedosos e truculentos representantes.

[14] Na penitenciária, "um torturador". *OESP,* 31.03.83, p.13. Deputado diz que prova tortura. *OESP,* 1.4.83, p.11. Penitenciária. *OESP,* 6.4./83, p.10.

[15] *OESP*, 1.6.83, p.14.

[16] *OESP*, 7.6.83, primeira página e p. 9.

[17] Esse comportamento geral da grande imprensa em relação à questão penitenciária foi constatado em nossa pesquisa de mestrado e na pesquisa desenvolvida no CEDEC por Ferreira e Abreu. GÓES, E.M., op. cit. FERREIRA, R. M. F., ABREU, S.F. op. cit.

[18] *FSP,* 10.1.83, p. 11.

[19] Levantamento feito nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, no mês de maio de 1981, não apontou nenhuma notícia sobre essas transferências.

[20] GABEIRA, F. "Febre nas cadeias". *Isto é*, 21.1.83, p. 24/5.

[21] Mario foi morto durante a tentativa de fuga acima mencionada. *FSP,* 6.1.83, p.18.

[22] Sobre essa política, ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[23] *FSP,* 3.9.83, p.17.

[24] Durante motim ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, durante o governo Maluf, por exemplo, negociações foram utilizadas como recurso para ganhar tempo e preparar a invasão policial, além de ter envolvido um código secreto, empregado pelo então diretor, feito refém pelos presos, para comunicar-se com a polícia.

[25] A palavra *presídio* parece ser empregada, neste caso, como sinônimo de cadeia, sem levar em consideração as distinções acima discutidas. *FSP,* 3.9.83, p.17.

[26] Conhecido por sua oposição ao emprego de métodos violentos pela polícia, esse delegado havia sido mantido afastado dos postos de comando e das delegacias mais importantes durante a administração Maluf - Marin, e acabaria deixando também seu cargo de delegado - geral nessa administração. *FSP*, 1.11.83, primeira página.

[27] A cobertura desse episódio foi feita pelo *Estadão,* que, sugerindo certa ambigüidade, empregou as duas expressões - tentativa de fuga e motim - logo no título da notícia. *OESP,* 3.9.83, p.13.

[28] Neste caso, a *Folha de S. Paulo* publicou uma foto de um dos líderes do presos.

[29] *FSP*, 31.12.83, primeira página e p.16.

[30] *OESP*, 31.12.83, p.10

[31] Referimo-nos às estratégias que objetivavam o fim do isolamento total dos presos, como a: constituição de comissões de presos que funcionassem como canal de contato com a direção do presídio, contato direto dos presos com o juiz corregedor e com representantes da Secretaria de Justiça, etc. Essas práticas enfrentaram grande oposição, principalmente por parte de um juiz - corregedor (Haroldo Pinto da Luz Sobrinho) e dos guardas penitenciários. Para uma discussão mais ampla dessa questão ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[32] Em 31 de dezembro, o *Estadão* menciona pela primeira vez a existência da tal "organização criminosa", nesse caso denominada "Falange Vermelha". *OESP*, 31.12.83, p.10.

[33] *FSP*, 31.12.83, p.16 e *OESP*, 31.12.83, p.10.

[34] Joly, M., op. cit., cap. 3: Imagem protótipo, p. 69/114.

[35] Observamos que esse recurso não foi utilizado com freqüência durante o período pesquisado.

[36] *OESP*, 23.6.84, p. 12.

[37] Sindicância dos fatos ocorridos em 17 e 18.6.84, na Penitenciária do Estado e das denúncias feitas pelo Juiz Corregedor dos Presídios, Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, com referência à organização "Serpentes Negras". GÓES, E.M., op. cit., p. 56 e p. 168.

[38] LOMBARDI, R. Guardas esperam mais disciplina. *OESP*. 20.6.84. p. 14.

[39] *OESP*, 21.6.84, p. 12.

[40] *OESP* noticiou a ocorrência de uma greve de fome na Penitenciária Feminina da capital entre os dias 10 e 11 de setembro de 1984.

[41] *OESP*, 26.2.85, p.14.

[42] O motim de 20 de março de 1985 será analisado no próximo tópico desse capítulo.

[43] *OESP*, 28.6.84, p. 58.

[44] GÓES, E.M., op. cit., p. 59.

[45] Os depoimentos de guardas das penitenciárias cariocas reproduzidos no Relatório da Fundação João Pinheiro forneceram interessantes pistas para a compreensão do comportamento dos guardas penitenciários. Informam que a ausência da condições materiais básicas que deveriam ser fornecidas pela instituição penitenciária ao detento não deve ser desconsiderada. Num presídio como a Casa de Detenção de São Paulo, além da alimentação e de um colchão, quase nada é fornecido ao detento. Sabe-se que a manutenção de uma relação de autoridade, mesmo de natureza tutelar, está ligada a um certo número de serviços prestados pela fonte da autoridade - no caso, a instituição penitenciária - àqueles que devem submeter-se a essa relação - no caso, os presidiários. Na ausências dessas condições, em que a autoridade se fundamentaria numa positividade, o recurso ao temor infligido como forma de imposição autoritária, com base na negatividade, torna-se mais premente. Caracterização da população prisional: Minas Gerais e Rio de janeiro. Fundação João Pinheiro, MG: 1984, s.n.p.(Relatório de Pesquisa).

[46] Em pesquisa promovida pelo CEDEC (Centro de Estudos Contemporâneos) Fisher e Abreu analisaram o sistema penitenciário do Estado de São Paulo, entre 1950 e 1985, na qual concluíram que "a expansão física do sistema funciona como imperativo político que mascara a indefinição do estado sobre como operacionalizar o controle social que sustenta a ambigüidade ideológica

em que se baseia o sistema penitenciário. Diante do vácuo deixado por tal omissão, instituiu-se no sistema penitenciário a prática de "gerenciamento" do cotidiano das prisões, a partir da qual o poder sobre esse cotidiano concentrou-se, na prática, nas mãos dos funcionários penitenciários. FISHER, R.M., ABREU, S. F. A. A análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social. CEDEC, SP: fev. 87, p. 31. (Relatório de Pesquisa)

[47] FISHER, R. M. Poder e cultura em organizações penitenciárias. USP, SP: 1989, p. 185. (Tese de Livre - Docência)

[48] GÓES, E.M., op. cit., p. 51.

[49] FISCHER, R.M., op. cit., p. 72.

[50] Embora nesta pesquisa não tenhamos analisado esse jornal, ele foi uma das fontes utilizadas durante nossa pesquisa de mestrado sobre rebeliões penitenciárias ocorridas durante o governo Montoro. GÓES, E.M., op. cit.

[51] Sobre essa questão, ver TASCHINER, G. *Folhas ao Vento*. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. RJ: Paz e Terra, 1992.

[52] A atuação dos dois jornais frente à questão policial foi abordada nos capítulos anteriores (2 e 3).

[53] *FSP*, 3.6.84, p. 32.

[54] NASSIF, L. Malabarismos de um jornal para sustentas sua denúncia vazia. *FSP*, 1.7.84, p. 23.

[55] ROSSI, C. Após 3 semanas, 'Serpentes' sem comprovação. *FSP*, 15.7.84, p. 26.

[56] *FSP*, 28.6.84, p. 27.

[57] *OESP*, 27.6.84, p. 36.

[58] Em geral, os motins carcerários são desqualificados pelas autoridades envolvidas como "meras tentativas de fuga", com o intuito de negar a eles qualquer conteúdo político.

[59] GÓES, E.M., op. cit., p.119/20.

[60] Essas informações constavam de uma carta enviada pelo juiz da Vara de Execuções Penais à Comissão de Sindicância da Secretaria da Justiça. GÓES, E.M., op. cit., p.121.

[61] *OESP*, 23.3.85, p. 52.

[62] *FSP*, 22.3.85, p. 23.

[63] *OESP*, 21.3.85, p. 20.

[64] A imprensa informou que nove presos morreram e 17 estavam internados, sendo quatro em estado grave. *OESP*, 22.3.85, p. 14.

[65] Como procuramos mostrar nos capítulos anteriores, ao longo do ano de 1983 foram abandonadas a propostas do governo Montoro de criação de uma "nova polícia", tendo sido reconduzidos aos postos de comando aqueles que se identificavam com a "velha e tradicional polícia". Enquanto isso, a despeito do isolamento crescente, ainda se mantinha na Secretaria da Justiça a equipe inicial, encarregada da proposta Montoro para essa pasta.

[66] *OESP*, 22.3.85, p. 14.

[67] Essa diferença no tratamento dos motins penitenciários ganha evidência quando comparamos o desfecho ora estudado com o desfecho do motim ocorrido em 15 de setembro de 1986, portanto durante o governo Montoro, na Penitenciária Regional de Presidente Venceslau, quando 14 detentos foram massacrados durante a invasão policial. A comparação também aponta para os problemas que envolvem o emprego da periodização calcada numa história política tradicional, que passa ao largo, por exemplo, das rupturas ocorridas durante um dado governo.

[68] *A Folha de S. Paulo* recorreu, neste caso, ao recurso freqüente da compensação entre a localização inferior, menos valorizada do ponto de vista da diagramação, e as dimensões maiores das fotos publicadas.

[69] Essa foto não vem acompanhada de quadro analítico por que os elementos plásticos e icônicos nela contidos são os mesmos da foto anterior, publicada pela *Folha*. As diferenças detectadas serão discutidas em seguida.

[70] *OESP*, 22.3.85, primeira página.

[71] *FSP*, 31.3.85, p. 22.

[72] Idem.

HOME | SUMÁRIO | CAPÍTULO ANTERIOR | CONCLUSÃO

CAPÍTULO 5

OS POBRES CONTINUAM PERIGOSOS

Estudamos conjuntamente os três movimentos populares violentos ocorridos em São Paulo durante a administração Montoro: o primeiro em 16 de março de 1983, o seguinte, iniciado em 4 de abril de 1983, mas cujas conseqüências apareceram na imprensa, com poucas interrupções, até o mês de julho de 1983, e o terceiro ocorrendo, de forma intermitente, entre os meses de setembro e novembro do mesmo ano.

Percebemos que, embora muito mais delimitado, tanto no tempo quanto no espaço, o primeiro "quebra - quebra" e, sobretudo, o tratamento a ele dado pelo governo do estado, já apontavam características e contradições que seriam reafirmadas no enfrentamento dos episódios seguintes. Esses elementos ajudaram a compreender o embate político que se travava naquele momento histórico em torno das instituições de controle social, particularmente no Estado de São Paulo.

1. Quebra - quebras de março

Grande destaque foi dado ao quebra - quebra de ônibus ocorrido em São Paulo, por todos os órgãos da grande imprensa no dia seguinte à posse de Franco Montoro, em 16 de março de 1983. Reagindo ao boicote realizado por empresas particulares de transporte coletivo como forma de pressão pelo aumento das tarifas, em plena transição da administração estadual, a população mostrou toda a violência de sua indignação frente ao descaso com que vinha sendo tratada. Esses transportes coletivos representam, por um lado, um elemento indispensável à viabilização da atuação cotidiana da força de trabalho nas grandes cidades e, por outro lado, um espaço público de transição entre seu domínio particular, representado pela casa, e o domínio impessoal da rua, quando, segundo Da Matta, "a pessoa desaparece dando lugar ao indivíduo:"[1]

"Sendo assim, é enquanto "passageiro" ou "transeunte", isto é, enquanto um personagem desgarrado e individualizado do grupo primário, que parecemos estar mais sujeitos ao uso da violência contra o sistema... A violência, parece-me, nesses casos, como um modo de reintegração no sistema, não mais como um número ou um elemento indiferenciado (um indivíduo), mas como uma pessoa - com nome, honra e consideração."[2]

Quebra - quebras do mesmo tipo ocorridos na década de 70 causaram estarrecimento principalmente devido a uma impressão generalizada de que "as massas urbanas estavam

completamente alijadas da vida política nacional."[3] No primeiro caso agora estudado, ocorrido na cidade de São Paulo, em março de 1983, parte do desconserto de deveu a sua proximidade com a posse do novo governador Franco Montoro[4], ocorrida na véspera do primeiro quebra - quebra de ônibus.

Considerando os múltiplos significados adquiridos pelo voto no cenário político brasileiro, Sader oferece uma explicação para esse aparente contra - senso:

"Muitos, diante das urnas escolhem o que lhes pareça melhor, sem significar por isso que depositem sua confiança de que seus problemas sejam resolvidos por aí. Outros, trocam o voto por promessas feitas e então não podem aceitar depois as argumentações sobre as dificuldades para cumprir o prometido."[5]

Ainda que as razões da população tenham sido reconhecidas nessa ocasião pela grande imprensa e pelos segmentos sociais que se utilizam das suas páginas para se expressar, a reação do novo governo estadual foi alvo de críticas variadas em seus diferentes aspectos.

O Estadão utilizou-se desses quebra - quebras de ônibus, e dos saques que viriam no mês seguinte, para intensificar sua campanha de oposição ao governo de Franco Montoro. Sua cobertura, em alguma medida mais reduzida que a da Folha, acabou por caracterizar-se como um manifesto veemente das opiniões do jornal frente a questões como segurança pública, cidadania, contrato social e democracia. Como fonte para o estudo da dinâmica dos quebra - quebras e do seu enfrentamento, no entanto, a cobertura da Folha revelou-se muito mais rica.

Mesmo assim, a atuação da polícia, nosso principal foco de interesse, foi caracterizada como "inerte" pelos dois jornais:

"E não se soube nem porque: a polícia apenas assistiu aos incêndios e aos quebra - quebras."[6]

"A polícia impassível diante das chamas."[7]

Inúmeros depoimentos de policiais corroboraram essa atitude, em geral tida como inexplicável, ao menos num primeiro momento, para a Folha de S. Paulo, e atribuída à inexperiência, e aos equívocos políticos do governador, em O Estado de S. Paulo:

"Estamos assistindo de camarote."
Sargento da PM

"Estamos mantendo a ordem na medida do possível... Não há condições para efetuar detenções no meio dessa multidão e não é o caso de uma operação de choque."
Comandante da 5 0. Cia do 10. Batalhão da PM[8]

"Segundo um soldado da PM, a ordem era 'apenas observar e acompanhar', limitando-se a dar proteção ao trabalho dos bombeiros."

"..., comandante do Tático Móvel na área, perguntado porque não impedia as depredações, disse que tinha muito pouca gente para conter aquela multidão e não podia contar com reforço."

"Outro policial lembrou que o Tático Móvel da região dispõe de apenas 6 viaturas para uma área de 700 Km2 , que inclui 5 DP's."[9]

Despreparo, carências materiais, nova filosofia de trabalho traduzida em "ordens superiores", o que essas atitudes mal se preocupavam em encobrir era o boicote de setores da polícia à nova cúpula policial e às mudanças que ela vinha procurando introduzir. Fortes divergências internas à corporação policial emergiram nesses momentos de crise, e ganhariam evidência nas diversas reações da polícia aos saques e quebra - quebras iniciados em abril.

Estudando as mudanças introduzidas pelo governo Montoro no tratamento da questão policial, de um ponto de vista interno à Polícia Civil, Mingardi[10] encontrou evidências que apontam para a omissão deliberada da Polícia Militar na repressão aos primeiros saques e quebra - quebras. Duas ordens de explicações para essa atitude foram fornecidas por diferentes membros do governo Montoro, da área da Segurança.[11]

Dois membros da cúpula policial, ligados à Polícia Civil, atribuíram a omissão da PM ao interesse do seu comando no aumento das desordens, fornecendo assim o pretexto para que o governo federal interviesse no Estado de São Paulo, acabando assim com as experiências democratizantes.[12] Tal postura, atribuída ao comando da PM, explicava-se pela escolha do Coronel Nilton Viana para esse cargo, ocorrida logo depois da posse de Pimentel na Secretaria da Segurança.

Inaugurando uma fase de difícil convivência entre um governo estadual eleito com um discurso democrático e um governo federal herdeiro da Ditadura e presidido por um militar, quando muitas regras tributárias do período anterior ainda estavam em vigor, a escolha do Coronel Viana buscou evitar mais um confronto na sensível área da Segurança Pública.[13] Uma vez que o Ministério do Exército ainda tinha o poder de vetar o nome do comandante escolhido, optou-se pelo nome considerado mais óbvio pelas forças militares, aquele que ocupava o segundo cargo mais importante na hierarquia da PM durante o governo anterior.

Embora essa estratégia política tivesse evitado um conflito inicial, ela implicou uma grande impermeabilidade da PM à nova filosofia de trabalho que o governo estadual procurava implementar na área policial, que se manifestou com radicalidade frente à situação de crise desencadeada pelos saques e quebra - quebras.

Uma outra possibilidade explicativa foi fornecida pelo Secretário Pimentel, que não identificava qualquer premeditação na atitude da PM, atribuindo a sua inércia ao temor que tanto oficiais como

soldados tinham de agir com rigor e não encontrar respaldo dentro do governo e da Secretaria de Segurança. Atribuindo as suspeitas levantadas sobre a PM a velhas rixas entre a Polícia Civil e a Militar, Pimentel atribuiu à "esquerda", representada pelo Partido do Trabalhadores e pelo Partido Comunista, a responsabilidade pela premeditação dos saques e quebra - quebras.

Contrariava, desse modo, as opiniões de seus próprios subordinados[14] que não viam qualquer premeditação naquelas manifestações violentas, isentando de responsabilidade a PM. Além disso, transferiu parte da culpa aos novos métodos, menos violentos, que o governo procurava implantar, em função da desadaptação dos policiais. Pimentel reforçava, portanto, os inúmeros indícios já apontados quanto ao seu descompasso político com a equipe de governo.

No dia seguinte a esses quebra - quebras, os dois jornais pesquisados deram destaque às declarações de Pimentel ameaçando usar a força contra novas depredações. Não justificava, no entanto, as atitudes anteriores da polícia. Reforçava-se assim a tese de que a condição de recém - empossada da nova equipe era mais um elemento determinante da passividade da polícia, como sugeriu a própria imprensa.

As declarações de Pimentel foram alvo da crítica veiculada pela grande imprensa, justamente dos representantes dos partidos e segmentos que não haviam interpretado como omissa a atitude do governo estadual frente a essa crise, ou mesmo daqueles que vinham sendo acusados de conivência com aqueles acontecimentos, como foi o caso de deputados do PT. Caracteriza-se então um quadro de diferenciação crítica em relação ao conjunto das atitudes do governo estadual frente aos quebra - quebras, confirmando a diversificação interna da equipe de Franco Montoro, já detectada nesta pesquisa.

Mas se o governo Montoro parecia ter sido pego de surpresa pela fúria popular, o acompanhamento do noticiário da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo revelou que determinados segmentos sociais vinham manifestando fortes preocupações frente à iminente eclosão de conflitos sociais, considerados previsíveis em função do quadro de recessão econômica cada vez mais grave.

Em matéria publicada pela Folha em 23 de janeiro de 1983, os empresários paulistas manifestaram apreensão frente a tais manifestações populares previstas para o mês de março, agravada pelo temor de que o novo governo estadual do PMDB, declaradamente democrático, adotasse um postura tolerante e não garantisse o seu patrimônio nesses casos de ameaça:

"Embora a ascensão de parte das esquerdas ao poder possibilite o surgimento de novos pólos moderadores e o contato dessas novas autoridades com as lideranças sindicais favoreça a solução dos conflitos através do diálogo, evitando-se o choque violento, mesmo assim, a concentração da polícia política em órgãos federais é bem vinda e encarada como garantia."[15]

A despeito do perigo das generalizações contidas em expressões como "o empresariado paulista", os temores a eles atribuídos na reportagem de Jomar Moraes refletiam as velhas concepções

políticas e sociais que ainda caracterizavam ao menos alguns dos seus segmentos, tais como a indiferenciação entre classes trabalhadoras e "classes perigosas"[16], e a defesa de seu "patrimônio" acima de qualquer coisa, inclusive em detrimento das liberdades políticas, que acabam sugerindo uma perigosa preferência pela ditadura. Nesse sentido, são esclarecedoras as observações de Cardoso acerca da ideologia neoliberal compartilhada por esses empresários:

"A concepção liberal da sociedade está ligada ao chamado 'novo liberalismo', que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais 'democráticos' do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um 'Estado forte', nas situações de perigo de sobrevivência da democracia."[17]

Além disso, esse discurso em torno dos temores dos empresários parecia ser tributário da noção de que a responsabilidade pública era atributo único do estado. Como bem demonstrou Paoli, esta noção está filiada à trajetória histórica das classes trabalhadoras brasileiras rumo à cidadania:

"Assim, a matriz da cidadania popular do Brasil moderno se fez através da imposição da dimensão de uma 'democracia social' por um poder centralizado que incorporou as reivindicações operárias, mas tirou-lhes a condição de atores coletivos em espaço próprio de luta. ... o Estado assume por esta via a função pública da defesa da moderna comunidade do trabalho contra as atrasadas minorias privilegiadas. Ungidos pelo poder, os trabalhadores são responsabilidade do Estado e por essa via se tornam cidadãos."[18]

De acordo com essa perspectiva, os quebra - quebras e os saques poderiam ser interpretados como um questionamento, por parte das classes populares, do desempenho do estado na sua função tutelar, com todas as obrigações sociais a ela inerentes. Suspensas durante o período de exceção representado pela Ditadura Militar, essa tutela estaria sendo agora reivindicada como um direito legítimo.

Ainda que nossa ênfase nesta pesquisa resida na atuação policial frente à essas situações de crise, não deixamos de notar alguns indícios fornecidos pela grande imprensa sobre a composição da multidão envolvida e sobre a dinâmica dos quebra - quebras.

Nesse sentido, consideramos que as descrições da imprensa que informavam sobre seu início nas primeiras horas da manhã, sua localização em certos bairros da periferia (Grajaú e Parque São Paulo, na zona sul de São Paulo), e suas causas imediatas na superlotação e no atraso dos ônibus de uma empresa particular, estavam caracterizando claramente os atores da história como trabalhadores. O que não significa que esses foram os únicos atores, uma vez que, como nos propõem Moisés e Alier[19], os quebra - quebras devem ser compreendidos de forma dinâmica, comportando portanto inúmeras redefinições no seu decorrer. Assim, as descrições de fatos ocorridos já no período da tarde, na estrada do Bororé, ainda que trouxessem implícitas intenções

desses jornais de desqualificar tais movimentos sociais, puderam ser compreendidas sob essa ótica dinâmica:

"Duas horas da tarde, estrada do Bororé - mais de 500 pessoas apreciam um espetáculo insólito: 20 ou 30 rapazes, entre 10 e 18 anos, e um velho, de 61, acabam de depredar um ônibus e começam a incendiá-lo, enquanto policiais militares de duas viaturas do Tático Móvel observam a agitação impassíveis.

Havia temor de uma explosão, mas o velho G. tranqüilizava a atenta platéia, avisando que "diesel não explode".
O ônibus já estava todo envolvido pelas chamas, quando A. G. começou a dar uma entrevista para emissora de TV: `Nesse ônibus quem botou fogo fui eu. Assumo toda a responsabilidade`, dizia, orgulhoso, incentivado por algumas doses de cachaça e pela impassibilidade da polícia."[20]

Mas outras respostas também foram dadas pelo governo do estado às manifestações. No dia seguinte, quando a calma se restabelecera de forma aparentemente tão espontânea quanto explodira a violência popular do dia anterior, o secretário dos Transportes, Getúlio Hanashiro, iniciou negociações com as empresas que participaram do boicote dos ônibus[21] e elas logo prometeram "suspender o boicote."[22] No dia 19 de março, a Folha anunciou o reajuste das passagens de ônibus.[23]

2. Saques e quebra - quebras de abril

Como procuramos mostrar, frente ao primeiro quebra - quebra de ônibus ocorrido durante o governo Montoro, no dia seguinte a sua posse, as vozes registradas pela imprensa, que incluíram as opiniões dos dois jornais pesquisados, reconheceram unanimemente a justeza deste protesto, embora não reconhecessem os mesmos atributos na sua forma. Se considerarmos que os movimentos sociais expressam necessidades comuns não reconhecidas socialmente e conflitos até agora ignorados pelo conjunto da sociedade e pelo estado[24], esse reconhecimento inicial sugere que algo novo estava acontecendo no interior dessa sociedade, ainda que a posterior revisão de tal posição apontasse para os seus estreitos limites.
Frente às novas manifestações violentas traduzidas em saques a estabelecimentos comerciais, destruição de carros, de orelhões e de outros equipamentos públicos, ganharam espaço as críticas indignadas e desqualificações, como se a amplitude temporal e espacial desses novos acontecimentos alertassem para o real perigo desses atos de indisciplina da população.
Indo além, tanto a atitude inicial, compreensiva, quanto a sua revisão, caracterizada pelo clamor por repressão, remeteram ao novo contexto político dos primeiros anos da década de 80. Percorria-se, então, o longo percurso político, da Ditadura a uma fase mais democrática da História

do Brasil, cujos limites extremamente estreitos, revelavam-se a cada momento. Neste frágil cenário político, qualquer mudança na relação de forças existente, por menor que fosse, soava como ameaça. Daí o esforço empreendido no sentido de reconduzir as massas populares a uma situação de controle e de representação externa.

Quando lembramos que o reconhecimento dos trabalhadores pobres como cidadãos foi recorrente no discurso oficial desde a década de 30, deduzimos que isso resultaria em que as suas manifestações de descontentamento fossem respondidas e não meramente reprimidas. Mas isso exigiria mudanças nas políticas públicas que norteiam a administração dos investimentos do estado, bem como a defesa de interesses mais amplos e diversificados do que os tradicionalmente defendidos.

Frente a esse impasse histórico, o governo Montoro manteve-se fiel ao ideário liberal partilhado pelas elites brasileiras, que atribui ao poder público a tarefa de manter as "massas" sob controle, como tarefa primordial.[25] Procurou, no entanto, matizar tal posicionamento pelo recurso à desqualificação dos manifestantes, reduzidos às categorias de marginais e baderneiros (em contraposição à idéia de trabalhadores ordeiros), legitimando assim a repressão policial desencadeada contra eles. Nessa estratégia, encontrou amplo apoio nos discursos da grande imprensa, de resto associada aos mesmos interesses de classe.

Estudando quebra - quebras de trens ocorridos nas décadas de 40 e 70, em São Paulo e no Rio de Janeiro, Moisés[26] já detectava o crescimento qualitativo dessas manifestações violentas da população pobre, imprimindo assim novos parâmetros a sua abordagem no meio acadêmico brasileiro.

De acordo com essa abordagem que procura rediscutir questões já clássicas como a que se refere a sua possível espontaneidade, impalpável lógica e alcance dificilmente mensurável, Moisés propõe uma compreensão dinâmica que reconhece uma espontaneidade inicial porém não definitiva, redefinida ao longo dos próprios acontecimentos, talvez até mesmo frente a uma rara experiência de intervenção propiciada pelas inúmeras respostas políticas dadas a essa "massa", tradicionalmente percebida como "massa de manobra", seja no sentido de acenar com o atendimento de suas reivindicações, seja no de desencadear reações repressivas ou até mesmo pela inauguração de um espaço nos meios de comunicação de massa. "Afirmam (assim) diante delas mesmas, a sua própria potencialidade como força social primeira capaz de intervir de alguma forma, na sociedade."[27]

Neste ponto, a análise nos remete à concepção thompsoniana do "fazer-se da classe operária", que associa a experiência da luta à consciência de classe e, portanto, à própria constituição da classe operária. Sem querer fixar "graus" de consciência, ou "medidas" nesse percurso percorrido em direção a sua autonomia, o que aliás seria incompatível com a contribuição de E. P. Thompson para a escrita da História, pretendemos apenas detectar parâmetros mais amplos, norteadores desse debate.

Sem desmerecer a importância dessas manifestações populares violentas, que, de resto, vem

recebendo cada vez mais atenção dos pesquisadores, neste trabalho procuramos nos deter particularmente na atuação da polícia na sua repressão, cuja compreensão constitui um dos objetivos desse trabalho. Como já dissemos, tanto a presença dessas forças repressivas, quanto as características da sua atuação, são consideradas como indicadores do significado político desses episódios frente ao estado e à sociedade.

A rua torna-se o elemento unificador - não por acaso, cenário de todas as fotos publicadas pela grande imprensa sobre esses movimentos sociais - enquanto palco da disputa travada pelo seu espaço concreto e por espaços políticos, entre os diversos atores sociais envolvidos: trabalhadores, desempregados, marginais, políticos, policiais e seus comandantes, etc.

Desse modo, consideramos que os saques e quebra - quebras ocorridos em São Paulo, em 1983 remetem a uma velha tradição popular, de ocupação da cidade pela multidão, pelo povo, principalmente em situações de crise e descontentamento.

Como agravante do quadro que levou à retomada da referida tradição, somavam-se as privações cotidianas por que vinha passando a população concentrada em São Paulo, resultando nos saques a estabelecimentos comerciais. Foram reveladores ainda da continuidade incômoda, ainda que intermitente, dos próprios elementos populares em espaços que uma nova estética urbana não conseguiu excluir, mesmo que para isso se esmerasse.

Como observa Santos, São Paulo é uma "cidade dividida", embora não segregada. Tal divisão refere-se à diferença entre exclusão e acesso vivenciada respectivamente pelos habitantes da periferia e dos bairros centrais, em relação aos equipamentos urbanos.[28] Não é casual que além de designar os limites, as franjas da cidade, e sua distância, periferia sugira também aquilo que é precário, carente, desprivilegiado.[29]

2.1. Saques e quebra - quebras de abril no jornal O Estado de S. Paulo

Como já dissemos, a cobertura desses episódios pelo Estadão pautou-se pela sua exploração como pretexto para intensificar a sua crítica ao governo Montoro. A tônica dessa crítica residia na ênfase a uma suposta omissão policial na repressão dos saques e quebra - quebras cuja responsabilidade foi atribuída sobretudo a esta administração estadual, o que atestaria o seu despreparo, decorrente de sua inexperiência, de resto apontados por este jornal e agora "definitivamente comprovados."

Inúmeros artifícios foram usados pelo Estadão para explorar ao máximo o pretexto representado por essas manifestações violentas. O deslocamento do seu foco de atenção da atuação das multidões envolvidas nos saques e/ou quebra - quebras para a atuação da polícia foi um deles e pode ser percebido em muitos títulos desse jornal:

"Saque e depredação, a democracia de Montoro."
"Orientação à polícia: acompanhar."
"O comércio pede ação enérgica."

“Um dia de tumulto e omissão policial.”[30]

Outra estratégia detectada foi a de estabelecer relações diretas de causalidade entre a “omissão policial”, pela qual o governo estadual era totalmente responsabilizado, e os próprios saques e quebra - quebras. Desse modo, eximia-se de responsabilidade tanto a crise econômica e social engendrada pela Ditadura, como o governo federal - legítimo herdeiro dos governos militares -, restando um único responsável - o governador Montoro:

“Uma manifestação contra o desemprego... acabou transformando-se ontem em um tumulto com graves conseqüências para a cidade, pois a polícia praticamente se omitiu no começo dos distúrbios e isso estimulou os atos de vandalismo...”[31] (grifos nossos)

Além de apontar para uma concepção elitista de cidade, que desconhecia os sofrimentos enfrentados cotidianamente por grande parte de seus habitantes em função da crise econômica, essa passagem estabelece uma relação direta de causalidade entre a omissão policial e os tumultos, com a utilização da partícula pois, reiterada ainda com a expressão final e isso estimulou os atos de vandalismo.
Ao descrever um comportamento diverso da PM na tarde do mesmo dia 4 de abril, o Estadão não emitiu qualquer crítica, como se a normalidade, representada pela tradicional violência policial tivesse sido restabelecida:

(A tarde, depois de concentrar grande número de PMs: 80 policiais da Tropa de Choque, dezenas de PMs do Tático Móvel armados com grandes cassetetes de madeira, militares da Radiopatrulha, um contingente de cavalarianos e diversos soldados do policiamento de trânsito)
“..., o centro de Santo Amaro transformou-se em verdadeira praça de guerra. ... Os manifestantes foram violentamente reprimidos pelo Tático Móvel, Radiopatrulha e Tropa de Choque. Houve vários presos e feridos. A pancadaria só terminou com a interferência do assessor do deputado Sérgio Santos... que pediu uma trégua aos policiais.”[32]

Nessa estratégia discursiva incluíam-se ainda esforços no sentido de eximir de responsabilidade os policiais, cujas falas foram diversas vezes utilizadas para corroborar as orientações pretensamente equivocadas vindas do governo estadual:
“Orientação à polícia: acompanhar

O Secretário Manoel Pedro Pimentel, pediu ao governador Franco Montoro orientações sobre a atuação da polícia durante o quebra - quebra. A resposta: nenhum tipo de ação, pois o deputado Aurélio Perez tentaria conter a multidão....
O comandante da Polícia Militar da Capital, coronel PM João Pessoa do Nascimento, confirmou a

orientação do Palácio dos Bandeirantes, para controlar a situação com moderação: 'Temos orientação para deixar que os protestos transcorram normalmente, interferindo apenas quando o patrimônio particular estiver em risco.'"[33]

Identificamos uma coincidência entre o discurso policial e o discurso jornalístico, na medida em que para ambos "controlar com moderação" significava "apenas acompanhar", o que por sua vez caracterizava uma polícia inativa, "amarrada" pelas ordens superiores, não de seus comandantes, ou sequer do Secretário da Segurança, todos isentos de responsabilidade, mas do próprio governador.

Quando o Estadão noticiou a tentativa de invasão contra um distrito policial, tal identidade entre o seu discurso e os valores presentes nos discursos dos policiais tornou-se novamente perceptível:

"Tarde tensa no 11º. DP".

Nem mesmo o 11º. DP escapou da violência dos manifestantes, que tentavam libertar os detidos... Dentro do prédio, policiais, investigadores e delegados viviam num clima de guerra, com armamentos pesados, pistolas, cacetetes e bastões de madeira, prontos para serem usados mas preferindo afastar a multidão aos gritos e tiros para o alto.

... Dentro, outros agentes preferiam provocar os detidos fazendo insinuações sobre a atuação dos políticos,...

Apenas os que tinham sido presos em flagrante, saqueando, é que seriam indiciados, todos os demais foram sendo liberados."[34] (grifos nossos)

Além da total ausência de crítica em relação à características policiais claramente apontadas pela reportagem, como o despreparo policial ("dentro do prédio, ... viviam num clima de guerra"), total ausência de comando decorrendo em claro abuso de poder (apesar da armas disponíveis "preferiram" afastar a multidão aos gritos e tiros para o alto; enquanto isso, "outros agentes preferiam provocar os detidos"), identificação dos manifestantes como inimigos perigosos (denotado pelo "clima de guerra" já mencionado, ainda que só um lado possuísse armas), e descrédito na Justiça ("apenas os presos em flagrante seriam indiciados"), esse jornal só demonstrou indignação frente ao misto de desrespeito e destemor manifestado pela multidão frente ao distrito policial, desconsiderando o fato desencadeador de tal atitude - a prisão de seus companheiros.

Se essa atitude frente a um pequeno centro de poder, o distrito policial, já acarretou a indignação do Estadão, quando a multidão se aproximou do Palácio dos Bandeirantes, o "quartel general" do comando do Estado, chegando a derrubar suas grades, esse jornal assumiu um discurso próximo ao da chamada imprensa sensacionalista, bastante distante do seu tom habitualmente sóbrio:

"Manifestantes invadem o Palácio."[35]

Além da manchete sensacionalista, o principal instrumento utilizado para manifestar sua indignação foi a publicação do editorial "São Paulo sem governo"[36], cuja radicalidade correspondia ao impacto pretendido com o seu título, em seu confronto com as posições implícitas nas atitudes do governo Montoro frente aos saques e quebra - quebras.

Em seu conteúdo estavam explicitadas as posições antes apenas sugeridas, quanto à atribuição de responsabilidades e à importância dos últimos fatos acontecidos nas ruas de São Paulo. Segundo sua lógica, democracia e estado de direito identificam-se com respeito à propriedade e à ordem pública, daí o grande perigo contido nessas manifestações violentas - a perda da autoridade por parte do governo e de suas agências.

Nesse sentido, as preocupações do governo quanto a possíveis "excessos da polícia" não se justificavam, por tratar-se de "questões menores", meramente relacionadas à famigerada defesa dos direitos humanos. Nessa concepção neoliberal, as únicas questões relevantes seriam as referentes à defesa da propriedade.

O editorial ressaltava ainda a presença de "grupos de marginais e trombadinhas" entre os manifestantes para, em seguida, e não casualmente, informar sobre o rigor extremo empregado pela polícia, "quando atacou os manifestantes até com pedaços de pau." Ainda que não assumisse a relação de causalidade aí sugerida, o Estadão fez coro mais uma vez com o discurso policial.

Ocupando toda a página três do jornal, esse editorial tornou-se um fato novo, incluindo-se dentre as inúmeras reações desencadeadas pelos saques e quebra - quebras ocorridos em 1983. À constatação de que o que não passa na mídia não acontece socialmente, podemos acrescentar essa capacidade então demonstrada de produzir novos fatos e, através deles, interferir na história cotidiana da sociedade na qual está inserida.

Encarregando-se de comprovar seu próprio poder de intervenção nesse debate, associado a uma estratégica jogada de marketing, o Estadão garantiu amplos espaços às reações favoráveis e desfavoráveis, de pessoas conhecidas e desconhecidas, desencadeadas pelo editorial, inclusive depois de encerrados os dias de saque.

Outra preocupação presente nos questionamentos desse jornal frente aos saques e quebra - quebras dizia respeito à suas lideranças e sua "duvidosa espontaneidade", tal qual apareciam também, não apenas nos discursos policiais, como naqueles proferidos por autoridades ligadas tanto ao governo estadual quanto ao federal.

Havia certa concordância tácita quanto à presença de "elementos estranhos aos trabalhadores", "infiltrados", ou nem tanto, como era o caso de presença fartamente identificada do deputado Aurélio Perez (PMDB), como um dos organizadores da passeata de desempregados que acabou dando origem aos saques e quebra - quebras, além de deputados e vereadores do PT.

Referindo-se sempre aos "radicais", como sinônimo de "estranho" ou "externo" aos trabalhadores, os diferentes discursos veiculados mencionavam radicais da esquerda (uns poucos membros do PCdoB e da Convergência Socialista chegaram a ser presos) ou da direita, conforme as simpatias e

a filiação do próprio emissor do discurso.

Quanto à espontaneidade, observamos que essa tem sido um preocupação recorrente, não apenas da imprensa, mas também de muitos pesquisadores de movimentos sociais. Groh chama a atenção para o perigo contido em tal "rótulo", que acaba por aproximar processos que nada têm em comum, tornando-se gerador de confusão, ao invés de contribuir para a sua compreensão.[37]

Sobre as lideranças desses movimentos, muitos indícios do papel limitado desempenhado pelo deputado Aurélio Perez, pelos outros políticos presentes e mesmo pelo Comitê de Luta contra o Desemprego, caracterizados pela expressão "perda de controle", foram apontados. Diante desses e de outros elementos, o Estadão revelou tanto sua dificuldade de compreensão, quanto o seu estranhamento frente a fatos que distanciavam-se tanto da lógica a que ele se apegava:

"... quando os manifestantes chegaram gritando ao hipermercado (Carrefour)... encontraram a entrada barrada por 40 dirigentes do Comitê de Luta contra o Desemprego, que de mãos dadas formavam verdadeira barreira, cuja retaguarda, estranhamente, era formada por um grupo de PMs, cassetetes na mão, que integravam as guarnições de algumas viaturas do Tático Móvel.

Os próprios líderes do movimento procuravam os policiais..."[38] (grifo nosso)

A abordagem dinâmica proposta por Moisés e Alier[39] permitiu-nos o reconhecimento de um momento inicial organizado, na forma de passeata, com lideranças reconhecidas e que, num segundo momento, transformou-se numa manifestação violenta, ainda que as lideranças originais tenham conseguido retomar seu papel em alguns momentos. Tais redefinições ocorreram inúmeras vezes ao longo dos dias de saques e quebra - quebras, provavelmente influenciados pela rara experiência de intervenção vivenciada pela multidão envolvida.

Nessa dinâmica, configurava-se o caráter transitório da autoridade das lideranças do movimento que, como mostra Rudé[40], pode sofrer uma inversão de papéis, passando de controlador a controlado pela multidão.

De acordo com tal perspectiva, o que a cena aparentemente "estranha", descrita pelo jornal revelava era o esforço das lideranças originais do movimento dos desempregados no sentido de não perderem o controle da situação, recusando assim essa inversão de papéis, a partir da qual seriam reduzidos a meros coadjuvantes. Nesse esforço, foram capazes de fazer alianças tácitas com a própria polícia, buscando também servir como neutralizadores do seus métodos tradicionalmente violentos.

A partir de 7 de abril, ganharam espaço os atos "desnecessários ou excessivos" caracterizados pela violência policial, para os quais os policiais ofereceram as seguintes justificativas, veiculadas pelo Estadão: cansaço, tensão, horas insuficientes de sono e alimentação inadequada. Assim essa violência desnecessária adquiriu caráter excepcional, como se decorresse da própria excepcionalidade dos acontecimentos daqueles dias.

Também a partir desta data o Estadão empenhou-se, através de notícias, depoimentos e editoriais,

em retomar a tese defendida desde os dias que antecederam a posse do governador Montoro em relação à importância de um serviço de informações como o executado pelo Dops.

Naquela ocasião, tratava-se de evitar sua desativação e sua transferência para o controle federal, o que de fato acabou acontecendo; agora, tratava-se tanto de recriminar o atual governo por ter ocasionado tal "prejuízo" ao Estado de São Paulo, quanto de convencê-lo a criar um outro serviço de informações, rendendo-se assim às razões do jornal e aos seus próprios equívocos. O principal instrumento de apoio do jornal nessa campanha foram as declarações do secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, figura sempre poupada de críticas e merecedora de grande destaque nas suas páginas.

Entre os dias 9 e 15 de abril, ainda que nenhum fato novo tenha acontecido com relação à temática movimentos sociais violentos, O Estado de S. Paulo ainda manteve o assunto em pauta através da publicação de novas discussões sobre os acontecimentos anteriores e de cartas apoiando ou criticando o editorial "São Paulo sem governo."[41]

A partir de 20 de abril, depois de um curto período sem referências à questão, o tema foi retomado, sempre num tom alarmante, de ameaça eminente, mas com uma periodicidade irregular:

"Boato de saques fecha comércio."[42]

"Medo e violência voltam às ruas de Santo Amaro."[43]

"Novo protesto para região de Santo Amaro."[44]

"Outra vez o medo."[45]

"PM reprime passeata em Santo Amaro."[46]

"Correria, lojas fechadas; medo de novo no centro."[47]

Em 16 de julho, como a confirmar a ameaça sugerida desde os acontecimentos de abril, aconteceram novos quebra - quebras. Desta vez, no entanto, o alvo da revolta foram os trens de subúrbio, o que garantiu a manutenção do seu caráter imprevisível.

2.2. Saques e quebra - quebras de abril no jornal Folha de S. Paulo

Como já mencionamos, as coberturas realizadas pelos dois jornais pesquisados sobre os saques e quebra - quebras ocorridos em São Paulo, no mês de abril de 1983, diferenciaram-se em diversos aspectos, entre os quais começamos por destacar aquele que se referia aos títulos empregados,

que, além de serem alvos das atenções iniciais dos leitores são, juntamente com as fotografias, alvos exclusivos[48] de muitos deles.

Enquanto os títulos publicados pelo Estadão refletiam o empenho em explorar aqueles acontecimentos com o intuito de criticar o governo Montoro, priorizando suas virtualidades emocionais[49], aqueles publicados pela Folha refletiam o caráter mais informativo que caracterizou todo o seu noticiário sobre o mesmo assunto:

"Manifestação de desempregados em Santo Amaro degenera em violência contra o comércio; muitos feridos; 70 presos."[50]

"A violência se alastra e Montoro promete ordem."[51]

"Manifestantes tentam invadir Palácio e derrubam gradis."[52]

"Para Figueiredo e Tancredo, alvo era a abertura."[53]

Farto de descrições detalhadas sobre a dinâmica dos saques e quebra - quebras, bem como do seu enfrentamento pela polícia, o discurso da Folha permitiu acompanhar melhor os diversos comportamentos policiais, alvos de nosso interesse prioritário, e ainda detectar as opiniões do próprio jornal a partir de tais descrições, ainda que muitas vezes de forma bastante sutil ou contraditória.

Diferentemente do Estadão, a Folha permitiu identificar diversas estratégias utilizadas pela polícia no enfrentamento das manifestações populares violentas:

"Em grupos, os policiais se movimentavam de um lado para o outro, esvaziando a praça, numa operação interminável, um motocontínuo de depredação - repressão."[54]

"O policiamento não interferiu, apenas postou-se em meio à Praça Floriano Peixoto, impedindo que os pedestres cruzassem a avenida."

"..., por uma questão de estratégia, passaram a circular em grupos, percorrendo as ruas em alta velocidade a fim de dispersar a multidão. Os manifestantes não se intimidaram e passaram a apedrejar as viaturas."[55] (grifos nossos)

O emprego das expressões "operação interminável", "apenas postou-se" e "os manifestantes não se intimidaram" sugeriam uma crítica em relação à atuação da polícia que, ao recorrer a estratégias diferentes do tradicional emprego da violência, não teria conseguido cumprir sua obrigação. Essas descrições foram complementadas com depoimentos de policiais que atestavam sua desorientação, diferenciando-se assim, mais uma vez do Estadão que, aparentemente, entrevistou outros policiais cujas declarações atribuíam toda a responsabilidade sobre suas ações

(ou inércia) a ordens superiores.
Mas, quando a polícia voltou a empregar a violência indiscriminada, também foi criticada pela Folha:

".. quando a polícia começava novamente a dar tiros para o ar e a espancar quem encontrasse pela frente..."
"num deles (pequeno mercado já saqueado) encontraram apenas um menino de 13 anos, suplicando para não apanhar. O PM só não bateu porque a imprensa impediu aos gritos, intercedendo em favor da criança."[56]

Os editoriais e artigos assinados também foram empregados pela Folha para a defesa dos pontos de vista de seus jornalistas e de seus colaboradores, o que permitiu uma diversidade maior de opiniões, principalmente na página três - Tendências / Debates.
A despeito do conteúdo alarmista do noticiário do dia 6 de abril, que além da continuidade dos distúrbios de rua, informava sobre a ameaça ao Palácio dos Bandeirantes, se comparado ao Estadão, a Folha adotou um tom mais moderado, refletido, por exemplo, na opção de não fazer dessa notícia sua manchete principal de primeira página.
Também os editoriais do dia 6 de abril demonstravam o esforço do jornal para assumir uma posição pautada mais na razão que na emoção frente àqueles acontecimentos:
"Irreconhecível São Paulo."
"Temos governador."[57]

Não fosse pela simultaneidade das duas publicações, seríamos compelidos a supor que esses editoriais eram respostas da Folha ao editorial "São Paulo sem governo", publicado pelo Estadão.[58] Ambos centralizavam-se na figura do governador, procurando demonstrar como ele assumiu o controle da situação e, demonstrando firmeza e serenidade, conseguiu transmitir tranqüilidade à população, sobretudo através dos pronunciamentos pela televisão.
Ambos recorreram ao mesmo artifício para justificar uma mudança no discurso da Folha em relação às primeiras atitudes de Franco Montoro frente aos saques e quebra - quebras. Enfatizando as idéias de "mudança" e "transformação", acabaram por descrever um novo governador, diferente daquele que em certo momento declarou-se desinformado frente a acontecimentos tão graves.
A partir dessa ênfase na dicotomia entre atitudes diferentes da mesma equipe de governo, o jornal justificou sutilmente sua própria mudança de atitude. Talvez a imprevista permanência e mesmo a ampliação dos distúrbios de rua tenham influenciado as mudanças de atitude de ambos.
Mas, também nesse caso, as respostas do governo estadual não se resumiram à repressão policial. Medidas emergenciais para gerar empregos; reuniões com comissões dos desempregados; pedidos de calma transmitidos pela televisão e a distribuição de roupas e alimentos também ocuparam um espaço mais amplo nas páginas desse jornal.

A partir de 8 de abril, a volta da tranqüilidade às ruas da cidade começou a ser descrita pela Folha, como uma decorrência direta da presença intensa da polícia. Editoriais sobre os acontecimentos dos últimos dias continuaram, no entanto, a ser publicados, buscando proporcionar ao leitor uma visão mais ampla e menos superficial, conferindo-lhes mesmo uma primeira inserção histórica e explorando as possibilidades democratizantes desse meio de comunicação de massa.[59]

Dentre aqueles que contribuíram com esses debates destacou-se o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, colaborador regular deste jornal, cujas críticas radicais à instituição policial já mereceram nossa atenção.[60] Também na análise dos saques e quebra - quebras, o foco central de sua atenção foi a repressão policial, bem como as reações de alguns segmentos sociais em relação a tais práticas.

Pinheiro procurou explicar os clamores por uma repressão violenta a partir da dificuldade em se conceber "a democracia como regime que convive com o conflito, com o antagonismo, a desordem, a desarmonia", e pela irresponsabilidade das classes "possuidoras" frente à "degenerescência social", em processo de agravamento no Brasil. Recorreu às mudanças históricas que marcaram o fim da República Velha para atribuir a ineficácia da polícia a sua inexperiência atual em lidar com multidões.

Até 1930, quando a questão social era caso de polícia no Brasil, sendo então a pobreza um sinônimo de perigo[61], a violência generalizada no seu tratamento não buscava disfarces. A partir de 1930, a violência foi direcionada aos bandidos e "inimigos internos", sendo então desencadeada individualmente[62], daí resultando, segundo sua tese, a situação atual.

Mas a contribuição mais importante de Pinheiro neste artigo residiu na denúncia da vinculação entre a defesa dos interesses econômicos e o "sonho", ou a pretensão de uma sociedade policial, onde "as classes populares devem estar submetidas a um permanente terror." A vinculação daí decorrente foi retomada e desenvolvida pelo autor no texto "Estado e Terror"[63], mas ainda que apareça de forma rápida e preliminar na publicação referido, pelo alcance deste meio de comunicação e em função do contexto em que foi publicado, tem um forte sentido de alerta.

O texto de Pinheiro comprovou nosso ponto de vista de que, embora em muitos momentos o discurso da Folha pouco se diferenciasse do Estadão, o fato de ela abrigar discursos radicais e independentes demarcou uma diferença significativa.

A partir da discussão de Habermas[64] acerca do percurso histórico da imprensa, percebemos que essa diversidade presente nas páginas da Folha, graças às contribuições de intelectuais e de jornalistas renomados, principalmente, devia-se sobretudo às características de empresa capitalista por ela adquiridas a partir da década de 70. Objetivando a venda do jornal, como uma mercadoria qualquer, os editores passaram a desempenhar papel central, tanto na escolha das notícias, quanto na contratação de jornalistas e colaboradores famosos, que se dispusessem a atuar numa empresa lucrativa. O respeito à "linha" do jornal, seja do ponto de vista literário, seja do ideológico, tornou-se, em geral, secundário.

Frente a situações de crise, como aquela desencadeada pelos saques e quebra - quebras, parece

ter havido, no entanto, uma pressão mais efetiva dos interesses privados aos quais os jornais se vinculam, direta e indiretamente. Nesse sentido, podemos afirmar que houve uma defesa mais explícita dos interesses do capital, por parte do Estadão, embora a crítica àquelas manifestações populares e ao modo de enfrentamento tenha sido um ponto comum e central nos dois jornais. A transformação da defesa dos interesses privados em interesse público foi outro elemento comum.

Em matéria publicada em 10 de abril sob o título "A dúvida do homem, sem dúvida"[65], o jornalista Janio de Freitas partiu de um balanço das críticas recebidas pelo governador Franco Montoro, para questionar-se sobre os inúmeros comentários, editoriais e declarações que pareciam "nostálgicos da arbitrariedade, da prepotência e do vandalismo generalizado" da época da Ditadura, entre os quais se alinharam muitas das matérias publicadas pela própria Folha de S. Paulo.

Observando que muitos dos emissores dessas mensagens nunca se identificaram com o ideário daqueles governos militares, ou sequer foram conhecidos pela sua "má fé", o jornalista concluiu que "a sociedade introjetou o arbítrio e ainda não regurgitou plenamente." Ainda que pese o caráter superficial dessa conclusão que se refere à complexa relação entre estado e sociedade, constatamos, a partir dessa matéria, uma outra característica peculiar deste jornal - a prática da autocrítica.[66]

Nossa hipótese é que houve uma transferência da rua para as páginas dos jornais da disputa sobre as diferentes concepções de sociedade civil, uma vez que o modelo formalmente democrático, porém liberal, vinha sendo de modo geral aceito como o mais adequado à sociedade brasileira, ao menos no plano dos discursos.

Recusando-se a conceber a sociedade civil como uma trama dinâmica e conflitiva de todos os atores coletivos[67], defendiam a manutenção do povo na condição de "massa", pela sua atomização. Não perceberam que ao enfraquecer assim a sociedade civil, os conflitos não desaparecem mas tornam-se latentes, sempre prestes a eclodir, decorrendo numa constante iminência de crise.

Nessa disputa, os setores empresariais revelaram, por diferentes estratégias, sua capacidade de pressão: sobre o estado e suas agências, sobre os meios de comunicação tanto através da veiculação de seu discurso (e, portanto, da defesa dos seus interesses), como do discurso do jornal, por exemplo, e de matérias e propagandas pagas. Caracterizava-se assim, indiretamente, tanto o caráter classista do estado no Brasil, quanto o potencial transformador ("ameaçador"), no conjunto das relações sociais e no sistema político, contido nesses movimentos sociais, do qual decorre parte da forte expectativa repressiva por ele despertada.

Retornando à Folha, e ao mesmo dia 10 de abril, deparamos com o grande espaço reservado aos resultados da pesquisa por ela promovida, acerca do desempenho do governo estadual frente aos saques e quebra - quebras, na qual 32% da população pesquisada qualificou como "ótima" a sua atuação, enquanto outros 32% qualificaram como "boa."

A partir daí, também foram publicadas informações que apontavam para avaliações internas da

equipe do governador, decorrentes da recente crise, e a partir das quais seriam realizadas algumas "correções de rota." Dentre as novidades na área da segurança, mencionava-se a criação de um sistema de informações político-sociais (em substituição ao Dops) e uma mudança no enfoque das decisões que teriam "menos ótica política e mais enfoque de segurança."[68]

Embora a mesma matéria trouxesse uma declaração do chefe de gabinete civil do governador insistindo em que "não haverá nenhuma mudança de rumo que leve o governo a uma linha mais conservadora", o acompanhamento do noticiário referente à polícia, antes e depois dos saques e quebra - quebras apontou no sentido que o porta-voz procurava negar. Seja pela articulação de setores da própria instituição policial que boicotaram, ao menos inicialmente, as tentativas de controle da situação por parte da polícia, seja pela pressão exercida por comerciantes, industriais e pelo próprio governo federal, o enfrentamento desta crise impulsionou o retorno a posições tradicionais na área da Segurança Pública. A despolitização da questão policial, explicitada na matéria citada, confirma a tendência.

Já em 27 de julho, em matéria assinada por Tão Gomes Pinto, logo após o registro pela Folha de sucessivas manifestações pacíficas e organizadas da população que foram violentamente reprimidas pela polícia[69], sob o significativo título "Montoro revê a 'repressão democrática'", informou-se sobre a discussão interna à equipe de governo, acerca da necessidade de "se estabelecer critérios ou limites para a ação da polícia em episódios como a greve da última quinta."[70]

A despeito dos indícios apontados pela imprensa, principalmente pela Folha, em relação aos diversos dilemas enfrentados pelo governo estadual frente a essas manifestações populares, o que se percebeu foi um retorno ao tratamento "tradicional" que, como observam Benevides e Fischer [71], reforçou a percepção das camadas populares de que essas são "instâncias superiores e externas impermeáveis à intervenção individual ou coletiva." E sentenciam:

"Essa é provavelmente a situação de maior distanciamento - seja ao nível da ação, seja ao nível da concepção - entre o cidadão e o Estado."[72]

Retornando ao jornal, percebemos que a matéria de Tão Gomes Pinto[73] abordou ainda outros aspectos ligados à mesma reavaliação, que implicariam uma reunificação da Casa Civil, desmembrada no início da administração Montoro. Pressupondo o fortalecimento desse cargo político, informou-se que entre os nomes cogitados para ocupá-lo estariam o do secretário Manoel Pedro Pimentel, ou um nome por ele indicado.

Embora tais especulações não tenham se confirmado e a matéria mencione também oposições internas ao PMDB em relação às mesmas, reforça-se nossa hipótese sobre a heterogeneidade que caracterizava a equipe daquele governo, bem como as inúmeras dificuldades por ela acarretadas, notadamente em áreas polêmicas como a Segurança Pública.

O posicionamento da Folha de S. Paulo frente à questão policial também caracterizou-se pela

ambigüidade ao longo de todo o debate sobre os saques e quebra - quebras, mantendo essas características nos meses posteriores. Informações preocupadas com a precariedade dos recursos materiais da polícia[74] foram sucedidas por manifestações de preocupação frente a uma eventual demissão do secretário Pimentel, da Segurança Pública[75] e intercaladas a matérias sobre a violência policial empregada contra manifestações pacíficas dos trabalhadores, que não esconderam seu tom indignado.[76]

Além da dificuldade em se identificar aí qualquer coerência ou posicionamento claro do jornal frente à questão, percebemos um descolamento estratégico da imagem do secretário Pimentel das atitudes da polícia, pelas quais ele era o responsável direto, abaixo apenas do governador. Curiosamente, um esforço semelhante e até mais intenso, no sentido de poupar a imagem desse secretário também foi detectado nas páginas do Estadão.

3. Novos saques e quebra - quebras entre agosto e novembro

Cerca de 67 saques e 11 tentativas, segundo o Estadão[77], e 73 saques e 17 tentativas, segundo a Folha[78], além de cinco quebra - quebras de ônibus, trens e estações, ocorreram na grande São Paulo entre 30 de agosto e primeiro de novembro de 1983[79], principalmente nas zonas Leste e Sul, e algumas vezes nas zonas Oeste e Norte.[80] Seu caráter intermitente dificultou a ação da polícia que, embora tenha criado a "operação anti - saque", aumentando os contingentes de policiamento nos bairros mais atingidos, teve muita dificuldade para reprimi-los.

Algumas vezes a imprensa registrou que a presença casual de policiais, "passando pelo local naquele momento", foi capaz de inibir a ocorrência de um saque[81], o que se explica, provavelmente, pelo pequeno número de pessoas envolvidas em cada um desses atos.[82] Mesmo nos casos em que a ação policial flagrou o saque, prendendo "em flagrante" muitos dos seus participantes, as declarações de que foi "pego de surpresa pela confusão", ou "apenas passava pelo local", ocasionavam a liberação imediata da maioria, e a autuação de uns poucos, em geral mulheres.[83] Muitos menores detidos foram encaminhados para a Febem.

No caso dos quebra - quebras, sobretudo de trens e respectivas estações, o número de participantes foi avaliado sempre entre cinco e seis mil.[84] Atribuindo-se a essa multidão um caráter violento sempre direcionado contra bens materiais da companhia envolvida (RFF), fartamente comprovado pela imprensa, vislumbrava-se um quadro de difícil controle por pequenos grupos de policiais, por vezes apenas uma dupla, que atendiam primeiro aos chamados dos funcionários das estações ameaçadas. Até que amplos contingentes se deslocassem ao local, a violência coletiva já se dissipara.

Esse suposto atraso na ação repressiva da polícia foi alvo da crítica de O Estado de S. Paulo, que atribuiu mais uma vez à polícia a responsabilidade pelo vulto adquirido por aqueles acontecimentos.[85] Ainda segundo a imprensa, a sua chegada sempre desencadeava um confronto violento e desigual com a multidão que, via de regra, os enfrentava.

Enquanto os manifestantes, em maior número, utilizavam-se de pedras e outros objetos arremessados, além de causar incêndios, chegando a destruir desse modo viaturas, os policiais, melhor equipados, recorriam à bombas de gás lacrimogêneo, tiros para o ar e cassetetes, além dos capacetes e escudos usados como defesas.

Contraditoriamente, o mesmo Estadão reconheceu inúmeras vezes a situação de penúria por que passava a população da periferia, sobretudo os favelados, apontados como principais envolvidos nos saques a pequenos estabelecimentos comerciais da própria periferia; além das péssimas condições dos transportes coletivos, dos trens, em particulare.

O relato da prisão de 10 mulheres, durante um saque na região de Osasco, descritas como "desempregadas, com fome e mães de muitos filhos", e do constrangimento dos policiais frente àquela cena, quando "compraram pão e leite para elas na delegacia"[86], foi um exemplo contundente dessa situação e do seu reconhecimento por este jornal.

Mesmo assim, foram freqüentes as menções à presença de homens armados junto aos grupos compostos muitas vezes majoritariamente por mulheres e crianças, além das referências a supostos, e nunca identificados, insufladores, exceto por suspeitas junto a membros da Igreja Católica atuantes na periferia.

Tanto essas referências, quanto ao clamor pelo "restabelecimento da ordem", traduzido no fim da violência coletiva e no respeito à propriedade privada encontraram espaço nos dois jornais pesquisados, embora expressos através de estratégias editoriais diferentes.

O Estado de S. Paulo dedicou farto espaço a essas coberturas e recorreu com freqüência a títulos de impacto, além de ter retomado seu esforço no sentido de antagonizar e isolar os envolvidos em saques e quebra - quebras do restante da população, ajudando assim a justificar a sua repressão violenta:

"População condena os saques."[87]

Enquanto isso a Folha, embora dedicasse menor espaço ao tema, assumiu sua reivindicação por uma "maior eficiência do poder público no restabelecimento da ordem" em um editorial publicado em 29 de outubro[88], no qual procurou fazer uma avaliação mais ampla daquele quadro preocupante. Encerrando suas referências ao tema "saques e quebra - quebras", a Folha publicou em sua primeira página do dia 3 de dezembro a seguinte advertência atribuída a Luiz Inácio Lula da Silva:

"Saques serão rotina em 84, adverte Lula."[89]

Como se comprovaria no ano seguinte, quando apenas três novos saques e quebra - quebras foram registrados pela imprensa[90], tanto os comerciantes, quanto os policiais, jornalistas e políticos, ainda que ligados aos movimentos populares, foram pegos igualmente desprevenidos por

essas manifestações coletivas de violência, que conservaram sempre seu caráter imprevisível.

4. Imagens do caos

A primeira particularidade dessa cobertura foto - jornalística decorreu da presença dos fotógrafos de cada jornal à cena dos acontecimentos, ou da maioria deles. Tal característica, ausente na maioria das questões anteriormente estudadas, implicou, em primeiro lugar, que apenas tais fotos desempenhassem papel atestador da ocorrência da realidade a que se referiam, para o qual nos alerta Dubois. [91]

Já mencionamos a operacionalidade da noção de espaço, enquanto elemento fundamental das mensagens visuais, sugerida pela maioria dos trabalhos sobre fotografia, que desempenhou papel chave na leitura das fotos sobre saques e quebra - quebras. A rua - enquanto cenário quase constante e enquanto elemento unificador - confirmou, visualmente, nossa hipótese de que aquelas manifestações populares representavam, em sua dimensão mais ampla, uma disputa por esse espaço dito "público", além do seu inconformismo frente a essa ordem urbana que procurava limitá-lo, inaugurada no Brasil no começo deste século.

Outro elemento comum nessas fotos foi a utilização de recursos que atestavam o seu dinamismo, com os seus personagens fotografados em geral de lado e em posições que sugeriam movimento, sem, no entanto, qualquer sinal que indicasse a busca de interação entre esses personagens e os receptores das imagens. Tratava-se, portanto, de uma relação de leitura distante, na qual mantinha-se a exterioridade do leitor em relação à cena retratada.[92]

Tal postura, materializada nas imagens publicadas, harmonizava-se com a postura fortemente crítica, adotada pelos dois jornais pesquisados a partir dos saques e quebra - quebras de abril. Se os textos escritos procuravam incentivar a oposição entre os leitores - ordeiros e os saqueadores - marginais, as fotos, embora não conseguissem evitar a identificação desses saqueadores com pessoas comuns, com o próprio povo, procuraram ao menos evitar o estabelecimento de relações de identificação ou de solidariedade.

Um dos recursos extremos para a caracterização do dinamismo foi empregado pela Folha, em 7 de abril[93], quando três fotos foram publicadas em seqüência, sugerindo uma sucessão de "cenas", expressão utilizada no texto da legenda que acompanhava as fotos. Com o uso de uma técnica de cinema, obteve-se como resultado uma forte impressão de movimento, com grande destaque para seus personagens (Foto 16).

Comprovando o caráter delinqüente da prática retratada, a seqüência parece ter o intuito de auxiliar e estimular uma repressão policial mais eficiente, ao fornecer não só a "prova do crime", como uma clara identificação do "delinqüente." Essa "intenção" combinava-se com a crítica subliminar presente no grande conjunto, no qual as três fotos estavam inseridas, composto por manchete, subtítulo, texto escrito, texto inferior e título inferior. A idéia de "ordem garantida por Pimentel", expressa no título, se contrapôs à da "desordem", a despeito da ação da polícia

retratada nas fotos. Podia-se concluir que a polícia era ineficiente para conter os quebra – quebras, levando-se em conta as imagens.

A análise comparativa dos espaços dedicados pelos jornais a tais acontecimentos, mostra que o Estadão foi em geral mais amplo, com um maior número de páginas exclusivas. Esse dado caracterizava a excepcionalidade do destaque dado pelo jornal aos saques e quebra - quebras, uma vez que a sua cobertura de temas relacionados à questão policial costumava empregar um número bastante limitado de fotos, como atestaram as comparações mensais possibilitadas pelo Quadro 4.

Foto 16

Folha de S. Paulo, 7 de abril de 1983, p. 13

Com relação à menor elasticidade revelada pela cobertura da Folha de S. Paulo, frente aos mesmos acontecimentos, foram esclarecedoras as observações de Taschner[94] e de Ortiz[95] sobre as decorrências do seu caráter empresarial. Segundo esses autores, desde meados deste século, quando a Folha passou a ser concebida como uma empresa capitalista, esforçando-se por eliminar totalmente qualquer vestígio da tradicional "missão da imprensa"[96], que mudanças foram sendo introduzidas também na distribuição do espaço de suas páginas, entre a publicidade e as diversas editorias:

"É o espaço que sobra do utilizado pela publicidade que é distribuído entre as diversas editorias; em proporções variáveis (para cada uma), em função da importância relativa de cada matéria no conjunto das existentes para aquele dia. Se houver vários acontecimentos considerados importantes pela direção da redação, ela não pode deslocar os anúncios. Pode tentar aumentar o número de páginas daquela edição. Para isso tem uma quota de papel. Se o aumento for pouco, não há maiores problemas... Se o editor - chefe exceder sua quota, há um complicado mecanismo através do qual terá de se justificar para eventualmente conseguir mais papel." (entrevista concedida por Bóris Casoy)[97]

Seguindo nessa abordagem que valoriza também o papel desempenhado pelo "discurso gráfico", considerado como ordenador da percepção do leitor através da diagramação[98] das páginas do jornal, notamos que, na cobertura dos saques e quebra - quebras, ao mesmo tempo em que as fotos costumavam ocupar a metade superior das páginas (espaço mais valorizado visualmente), havia um esforço também no sentido de que elas estivessem presentes em todas as páginas, funcionando simultaneamente como "chamariz" para o texto escrito e "atestação" à ocorrência de fatos excepcionais.

Nesse sentido, apenas duas diferenças foram notadas entre os dois jornais: a primeira refere-se à estratégia utilizada quase exclusivamente pelo Estadão, de publicar fotos grandes ou médias antes da própria manchete principal da página, atribuindo-lhes, nesses casos, um papel mais explícito de

"chamariz"; a segunda refere-se à inexistência, nas páginas da Folha, de fotos de pequenas dimensões publicadas de maneira isolada; elas foram sempre publicadas dentro de um conjunto de fotos, por vezes de tamanhos não homogêneos, e com legenda única para todo o conjunto.

Quando transferimos o eixo comparativo dos dois jornais para os dois movimentos populares estudados, em 16 de março e em abril de 1983, percebemos que as diferenças já detectadas nos textos escritos (manchetes, títulos e matérias) refletiram-se nas fotos publicadas e nas suas respectivas legendas.[99] Desse modo, a espontaneidade do primeiro protesto e mesmo sua legitimidade, apareceram representados pela presença de signos icônicos denotadores de pureza e espontaneidade: eram crianças participando da depredação dos ônibus nas fotos publicadas pelo Estadão[100], e crianças e jovens nas fotos publicadas pela Folha[101], ambas destacadas nas respectivas legendas.[102]

Mas as fotos também estavam repletas de elementos denotadores de violência, física e contra a propriedade, sempre enfatizados nas legendas. Nas imagens, os agentes dessa violência contra pessoas eram sempre policiais, retratados inclusive agredindo mulheres e crianças[103], enquanto o "povo" apareceu exclusivamente em atitudes de agressão contra propriedades, fossem elas públicas ou particulares.

A presença de policiais foi explorada de formas diferentes em cada jornal, corroborando os objetivos mais amplos, de caráter político, já detectados. As fotos em que o Estadão mostrou policiais vieram seguidas de legendas que enfatizavam sua "inércia" diante dos distúrbios, ou sua ineficiência. Mesmo quando retratados em atitudes reconhecidas como positivas, como no auxílio a uma mulher que parecia passar mal, a legenda acrescenta-lhe um "porém": "só ajudou alguns."[104] Mas a responsabilização direta do governador Franco Montoro, através da "sua" polícia, pelas "desordens", ficou restrita aos textos escritos.

Enquanto isso, as fotos publicadas pela Folha refletiram a ambigüidade de seu posicionamento frente à atuação da polícia. Entre os dias 5 e 6 de abril, foram retratados policiais agredindo pessoas, ajudando a uma mulher e "apenas observando" as desordens.

A despeito das diferenças, a imagem da instituição policial veiculada nesses dois jornais resultou ambígua e mesmo contraditória, composta por imagens que ora vinculam policiais a práticas de auxílio humanitário, ora a práticas violentas indiscriminadas; ora mostram a população solicitando a sua proteção, ora atacando seus carros e homens. Reforçava-se assim uma caracterização da instituição policial e de suas relações com a população que, embora coincidisse com as conclusões da maioria dos pesquisadores sobre o assunto[105], ainda carece de explicações satisfatórias.

Quando são comparadas as fotos referentes à derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes pelos manifestantes, publicadas em primeira página pelos dois jornais, sempre merecedoras de alguma atenção e, por vezes, da atenção exclusiva de muitos leitores, as semelhanças evidenciaram-se, apontando para a fragilidade de suas diferenças políticas e ideológicas, ao menos no tocante a ameaças à autoridade.

Os elementos icônicos identificados foram rigorosamente os mesmos: rapazes derrubando grades

de jardim, multidão próxima, faixas brancas escritas (ilegíveis), cartaz escuro (ilegível), árvores e postes. Já as ligeiras diferenças entre os elementos plásticos neutralizaram-se mutuamente. Na Folha, essa foto foi publicada na parte superior da página (local mais valorizado, do ponto de vista da diagramação), em grandes dimensões. Já no Estadão a foto foi colocada no espaço central (intermediário, entre a metade superior e a inferior), possuindo, porém, dimensões excepcionalmente grandes. O resultado foi, portanto, equivalente, quanto ao destaque e à significação.

As diferenças reapareceram quando analisamos o conjunto das manchetes, fotos, legendas e matérias escritas publicadas nessa mesma primeira página. Embora ambos demonstrassem uma forte preocupação estética, a ênfase na violência da polícia e da população, caracterizada como clima de "terror" pela legenda e pelo texto, além das críticas ao governador foram marcantes no Estadão. Também os signos icônicos que sugeriam dinamismo estavam mais presentes na primeira página do Estadão, revelando a associação entre os significados - dinamismo e tumulto. Embora destacasse a ameaça de intervenção do 2o. Exército, a Folha também divulgou as saídas negociadas buscadas pelo governador. Os textos das manchetes foram reveladores do descrédito de um e da esperança do outro:

"Depois de tudo, Montoro garante manter a ordem."[106] (manchete secundária)

"A violência se alastra e Montoro promete ordem."[107] (manchete principal)

No mesmo dia 6 de abril, o Estadão recorreu mais uma vez ao simbolismo ao publicar uma grande foto retratando as grades caídas, tendo ao fundo a imagem do Palácio dos Bandeirantes. Explorando o contraste entre esses dois signos icônicos plenos de significado, a legenda procurou reforçar as relações sugeridas pelas imagens, ao insistir na "invasão do Palácio." (Foto 17)

Foto 17
O Estado de S. Paulo, 6 de abril de 1983, p. 38

Além do aumento do número de páginas dedicadas ao tema, no dia 6 de abril (chegando a cinco páginas inteiras, além da ocupação parcial da primeira página), e do aumento no número de fotos publicadas (chegando a 32) neste dia, outro indício claro da intensificação da campanha contra o governo estadual, utilizando como pretexto as manifestações populares, foi a criação de um "logotipo." Ele identificou a partir de então as páginas dedicadas ao tema pelo Estadão:

Foto 18 - Logotipo do OESP
O Estado de S. Paulo, 6 de abril de 1983, p.15

A radicalização das críticas que, além do governador, não poupavam também as pessoas envolvidas nos saques e quebra - quebras, parecia decorrer também do temor despertado pela constatação de que essas manifestações populares violentas não seriam limitadas como haviam sido os quebra - quebras ocorridos em 16 de março de 1983. Tais ocorrências continuavam a ser atestadas pelas fotos publicadas, sempre seguidas de legendas censurando essas práticas,

A partir de 7 de abril, nem o Estadão, nem a Folha, publicaram mais fotos atestando a ocorrência de saques, embora confrontos entre policiais e jovens, além de cenas de depredação ainda fossem retratados.

Na cobertura do Estadão, chamou atenção uma foto de grandes dimensões publicada em primeira página, retratando um policial, a cavalo, que levava, puxado pelo pescoço, um homem negro que seguia a pé e sem camisa. (Foto 19)

Não fosse pelos trajes dos dois personagens principais retratados e de um terceiro, que aparecia como observador e, provavelmente, pelos sapatos calçados pelo homem negro, poderíamos confundi-la como uma imagem do século passado, retratando a detenção de um "escravo fugitivo." Mas o que mais surpreendeu é que frente a uma foto com um grau tão evidente de racismo, associado à prática policial, o Estadão não fez nenhum comentário crítico, provavelmente menos por sua conivência com tais práticas que pelo seu excessivo empenho em criticar o governador e os manifestantes.

Enfatizava-se assim, mais uma vez, sua propensão à exploração emocional, pelo nítido impacto da foto, em detrimento das possibilidades democratizantes, ao omitir-se da crítica de seu conteúdo caracterizado pela presença de elementos negativos.

Foto 19

O Estado de S. Paulo, 7 de abril de 1983, primeira página

HOME | SUMÁRIO | INÍCIO DA PÁGINA
CAPÍTULO ANTERIOR | CONCLUSÃO

---

[1] DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis*: Para uma sociologia do dilema brasileiro. RJ: Zahar, 1983, p.189.
[2] Idem.
[3] MOISÉS, J. A., ALIER, V. A revolta dos suburbanos. Patrão o trem atrasou... *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. RJ: CEDEC/ Paz e Terra, 1977, p.19.
[4] Franco Montoro foi eleito com cerca de cinco milhões de votos.
[5] SADER, E. O protesto sem juízo. *Desvios*, SP: agosto/83, p.15.
[6] *FSP*, 17.3.83, primeira página.
[7] *FSP*, 17.3.83, p.15.
[8] Idem.
[9] *OESP*, 17.3.83, p.60.
[10] Ao mesmo tempo em que ingressou no programa de mestrado da UNICAMP, esse pesquisador ingressou na Academia de Polícia, prestando concurso para investigador em 1985. MINGARDI, G. op. cit., p. 3/4.
[11] MINGARDI, G., op. cit., p. 101 e seguintes.
[12] Tal postura do comando da PM também foi identificada por Munhoz, a partir de entrevista concedida pelo então delegado -

geral Maurício Guimarães Pereira. MUNHOZ, S. Riots and looting in São Paulo city - 1983. University of Glasglow: *Occasional Paper* n. 63 - 1996.

[13] O primeiro confronto envolveu a extinção da Dops e iniciou-se antes mesmo da posse do governo Montoro, embora acabasse resolvido "diplomaticamente" pela sua equipe. Sobre essa questão, ver capítulo 1, tópico 2.1: A desativação do Dops paulista.

[14] MINGARDI, G., op.. cit., p. 103.

[15] *FSP*, 23.1.83, p. 4.

[16] Há polêmica quanto à origem deste termo, amplamente empregado a partir do século XIX. Munhoz recupera as diferentes possibilidades apontadas por historiadores brasileiros e ingleses. MUNHOZ, S., op. cit., p. 63.

[17] CARDOSO, I. de A. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. SP: Autores Associados/Cortez, 1982, p. 51.

[18] PAOLI, M. C. Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do séc. XX. *Rev. da OAB*, SP: Brasiliense, 1989, p. 89.

[19] MOISÉS, J. A., ALIER, V., op. cit., p. 22.

[20] *FSP*, 17.3.83, p.15.

[21] Idem.

[22] *FSP*, 17.3.83, p.18.

[23] *FSP*, 19.3.83, p.12.

[24] RESTREPO, L. A. A relação entre sociedade civil e o Estado. Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. SP, *Tempo Social*; R. Sociol. SP: USP, v. 2, n. 2, p. 88, 2. semestre 1990.

[25] CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista: 1920 - 1945. SP: Brasiliense, 1989, p. 246.

[26] MOISÉS, J. A., ALIER, V., op. cit. MOISÉS, J. A. e outros *Cidade, povo e poder*. RJ: Paz e Terra, 1985.

[27] MOISÉS, J. A., ALIER, V., op. cit., p. 22.

[28] SANTOS, V. A. dos Entre o subúrbio e a periferia: práticas e representações na cidade de São Paulo (1945 - 1956). PUC/SP, 1997, p. 71 (Dissertação de Mestrado)

[29] CALDEIRA, T. P. do R., op. cit., p. 7.

[30] *OESP*, 5.4.83, primeira página.

[31] *OESP*, 5.4.83, p. 42.

[32] Idem.

[33] *OESP*, 5.4.83, primeira página.

[34] *OESP*, 6.4.83, p.12.

[35] *OESP*, 6.4.83, primeira página.

[36] *OESP*, 6.4.83, p. 3.

[37] GROH, D. Base - processes and the problem of organization: outline of a social history research project. Cambridge: *Social History*. v. 4, n. 2, p. 265/83, may 1979.

[38] *OESP*, 6.4.83, p. 11.

[39] MOISÉS, J. A., ALIER, V., op. cit.

[40] RUDÉ, G. *A multidão na história*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra: 1730-1848. RJ: Campus, 1991, p. 267.

[41] *OESP*, 6.4.83, p. 3.

[42] *OESP*, 20.4.83, p. 48.

[43] *OESP*, 10.5.83, primeira página.

[44] *OESP*, 17.5.83, p. 46.

[45] *OESP*, 14.6.83, primeira página.

[46] *OESP*, 23.6.83, p. 40.

[47] *OESP*, 8.7.83, p. 36.

[48] Sobre o papel desempenhado atualmente pelo discurso gráfico, ver SILVA, R. S. Diagramação: recurso funcional e estético no jornal moderno. SP, USP/ECA, 1983. (Dissertação de Mestrado)

[49] "Manifestantes invadem o Palácio". *O Estado de S. Paulo*, 6.4.83, primeira página.

[50] *FSP*, 5.4.83, primeira página.

[51] *FSP*, 6.4.83, primeira página.

[52] *FSP*, 6.4.83, p.10.

[53] *FSP*, 7.4.83, primeira página.

[54] *FSP*, 5.4.83, p.14.

[55] *FSP*, 5.4.83, p.13.

[56] *FSP*, 5.4.83, p.14.

[57] *FSP*, 4.4.83, p. 2.

[58] O editorial "São Paulo sem governo" já foi discutido anteriormente, nesse capítulo.

[59] NORA, P., op. cit., p.193.

[60] Ver capítulo 1: Democracia e Violência em São Paulo.

[61] Chalhoub situa a gênese dessa discussão na tardia abolição da escravidão no Brasil. Na sociedade escravista, a manutenção da ordem cabia principalmente aos proprietários de escravos. Tratava-se então de uma questão privada. Com a abolição, transferiu-se ao estado a responsabilidade de manter a nova ordem, mantendo-se, no entanto, o segmento da população que deveria ser controlado, os ex - escravos e seus descendentes, aos quais acrescentaram-se os imigrantes. Ou seja, tratava-se ainda de manter sob controle os trabalhadores para garantir a segurança dos grandes proprietários, mas essa era agora uma obrigação do poder público. Não será essa a matriz do conceito, hoje hegemônico, de segurança pública no Brasil? (Chalhoub, S., op. cit., p. 24).

[62] Como procuramos mostrar no capítulo 3: Crimes Policiais, a grande imprensa só costuma criticar essas práticas policiais violentas quando elas recaem "por engano", contra trabalhadores de comprovada honestidade.

[63] PINHEIRO, P.S. Estado e Terror. In: NOVAES, A.(org.) *Ética*. SP: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.191/204.

[64] HABERMAS, J., op. cit., p. 218.

[65] FREITAS, J. A dúvida do homem, sem dúvida. *FSP*, 10.4.83, p. 8.

[66] Ainda que *O Estado de S. Paulo* também tenha publicado manifestações críticas em relação ao seu editorial "São Paulo sem governo" (6.4.83, p. 2), a autocrítica não foi constatada em nenhum momento durante o período pesquisado.

[67] RESTREPO, L. A., op. cit., p. 91.

[68] *FSP*, 10.4.83, p. 8.

[69] Tensão volta ao largo 13. *FSP*, 14.6.83, primeira página. Comissão de Justiça e Paz e a Comissão da Direitos Humanos e Marginais da Arquidiocese de São Paulo protestam contra a violência na repressão de manifestações pacíficas de trabalhadores. *FSP*, 17.6.83, p.12. Passeata dispersada com violência. *FSP*, 23.6.83, primeira página. A volta das greves: Tropa de Choque usa a violência em Santo Amaro. *FS P*, 9.7.83, p.16.

[70] PINTO, T. G. Montoro revê a 'repressão democrática'. *FSP*, 27.7.83, primeira página e p. 4.

[71] BENEVIDES, M. V. e FISCHER, R.M. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, P.S., op. cit., p. 242.

[72] Idem.

[73] PINTO, T. G. Montoro revê a 'repressão democrática'. *FSP*, 27.7.83, primeira página e p.4.

[74] *FSP*, 13.4.83, primeira página.

[75] *FSP*, 24.6.83, primeira página e 15.6.83, primeira página.

[76] *FSP*, 14.6.83, primeira página; 23.6.83, primeira página e 9.7.83, p.16.

[77] *OESP*, 4.10.83, primeira página.

[78] *FSP*, 5.10.83, p.13.

[79] Lembramos que nessa pesquisa estamos utilizando a grande imprensa paulista como fonte. Desse modo, os números mencionados se referem não aos saques e quebra - quebras efetivamente ocorridos, mas àqueles noticiados, ou seja, que chegaram ao conhecimento do público leitor. Consultando os Boletins de Ocorrência da polícia, Munhoz encontrou registros de 101 saques e quebra - quebras, entre 19 de setembro e 11 de dezembro de 1983. Levando em conta os problemas que costumam envolver as estatísticas policiais, consideramos que se trata de mais uma forma de aproximação do número realmente ocorrido. MUNHOZ, S., op. cit., p. 81.

[80] Embora não tenha noticiado essas ocorrências, em editorial de 29 de setembro, o *Estadão* comenta que 28 mercearias e supermercados foram saqueados da grande São Paulo nos "últimos onze dias". *OESP*, 29.9.83, p. 3.

[81] *OESP*, 29.9.83, p. 56.

[82] Segundo a *Folha,* o número de saqueadores podia variar de 30 (*FSP*, 19.10.83, p.19) a 300 (*FSP*, 2.10.83, primeira página), sendo mais freqüentes os grupos menores. Sobre esses dados, provavelmente retirados de testemunhos dos comerciantes atingidos, deve-se considerar sempre seu caráter impreciso e exagerado pelo ponto de vista de quem se sente ameaçado.

[83] Muitas dessas autuações davam-se por "furto", já que a definição de "saque", utilizada pela polícia era de difícil caracterização: "quando a subtração recai sobre gêneros alimentícios; quando há multiplicidade de agentes e quando as mercadorias levadas são destinadas a consumo próprio" (*FS P*, 19.10.83, p.19).

[84] Segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, quebra - quebras de trens e ônibus ocorreram em 30 de agosto, 24 e 28 de outubro, 1 e 14 de novembro, sendo sempre noticiados no dia seguinte pelos dois jornais.

[85] Não se repete, nesses casos, a prática adotada anteriormente pelo *Estadão* de desviar seu foco de atenção dos quebra-quebras para a atuação policial. O tom crítico em relação à atuação policial e à responsabilidade inerentes ao governo estadual assumem um caráter mais moderado.

[86] *OESP*, 21.10.83, p.46.

[87] *OESP*, 16.10.83, p. 20.

[88] *FSP*, 29.10.83, p. 2.

[89] *FSP*, 3.12.83, primeira página.

[90] *FSP*, 31.1.84, primeira página; *FSP*, 18.4.84, p. 22; *FSP*, 27.4.84, primeira página e p. 12.

[91] Sobre o papel atestador, mas não explicativo das fotos, ver Dubois, P., op. cit., p. 51/2 .

[92] JOLY, M., op. cit., p. 94

[93] *FSP*, 7.3.83, p.13.

[94] TASCHNER, G., op. cit..

[95] ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. SP: Brasiliense. 1995.

[96] "Temos combatido a idéia de que o jornalismo tem uma missão a cumprir, no sentido mais político - partidário, ou romântico, meio místico, que existe em torno disso: a missão da imprensa. E a gente procura ver a imprensa como um serviço público prestado por particulares, daí a gente estar sempre procurando saber onde está o interesse do leitor, e vamos satisfazer esse interesse - porque a gente quer fazer um jornalismo mais exato, mais agudo, mais agressivo, a gente quer vender mais jornal, subir sua circulação, etc"; a partir dessa entrevista concedida por Otávio Frias Filho (executivo da *Folha*), Ortiz observa que se trata de uma processo de "secularização, de desencantamento do mundo", quando a "missão" é substituída pelo cálculo, o lado "exatidão" buscando eliminar os elementos "político" e "romântico" que insistem em desafiar as normas da produção industrializada. ORTIZ, R., op. cit, p.140/41.

[97] TASCHNER, G., op. cit., p. 174/5.

[98] SILVA, R. S., op. cit., p. 7.

[99] De acordo com nossa proposta metodológica, trabalhamos sempre as fotos jornalísticas junto com suas legendas (sempre que elas estiverem presentes), analisando assim essas duas linguagens jornalísticas na sua intertextualidade. Lembramos ainda que a grande maioria das fotos publicadas vem acompanhada de legendas, que sempre ocupam uma única linha ao longo de toda a extensão da foto, na sua parte inferior, sendo escritas em letras pequenas.

[100] *OESP*, 17.3.83, p.18.

[101] *FSP*, 17.3.83, p.15.

[102] Esse papel de fornecer informações escritas, complementares à cena retratada, imprimindo-lhe, através dessa intertextualidade, um significado, constitui uma das características principais das legendas publicadas, ao lado de seu papel de enfatizar determinado(s) elemento(s) presente(s) na foto, de acordo com o direcionamento que se pretende dar a sua leitura.

[103] Essas imagens foram mais freqüentes na *Folha de S. Paulo*, particularmente nos dias 23.6.83, p.15; 22.7.83, primeira página; 11.9.83, p. 22.

[104] *OESP*, 5.4.83, p.15.

[105] Sobre essa questão ver principalmente os trabalhos de PINHEIRO, P. S.; ZALUAR, A.; ADORNO, S. F.; TAVARES DOS SANTOS, J. V.; CARDIA, N.; PAIXÃO, A. L..

[106] *OESP*, 6.4.83, primeira página.

[107] *FSP*, 6.4.83, primeira página.

IMAGENS DA POLÍCIA
EDA GÓES

CONCLUSÃO

Procuramos neste trabalho estudar as formas como a grande imprensa se apropria de um objeto específico - a violência policial - e o representa, reorganizando-o de acordo com suas vinculações político-econômicas e com seus interesses mercadológicos.

Estudando um período curto e recente da história da cidade de São Paulo (janeiro de 1983 a março de 1985), inscrevemos nossa pesquisa no rol da chamada "história imediata", que tem, entre suas características fundamentais, a identificação dos meios de comunicação de massa como seus "veículos" e seus "lugares privilegiados."[1] Delineia-se, assim, a importância da relação entre saber e poder nas sociedades atuais, particularmente determinante quando se trata de estudar suas representações. Isso se deve à velocidade e à penetração dos meios de comunicação de massa, que conferem às representações sociais um dinamismo inusitado, embora, como observa Madeira, o caráter processual seja inerente ao próprio conceito de representação.[2]

Nesse sentido, ao atuar como sujeitos históricos, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo refletem em suas páginas, através de textos escritos e fotografias, a ambigüidade que caracteriza a instituição policial, à medida que reproduzem os interesses das elites empenhadas na utilização da polícia na defesa de seus interesses, mas também produzem uma mercadoria - o jornal - que precisa ser vendida a anunciantes e leitores. Contrariando impressões iniciais que sugerem uma representação única, elaborada pela Folha, e outra, elaborada pelo Estadão, encontramos representações múltiplas nas suas páginas, ainda que não totalmente diferentes, resultantes da constatada ambigüidade.

Na disputa por diferentes segmentos do mercado, essas empresas jornalísticas empregam recursos variados, como a contratação de jornalistas e outros colaboradores renomados, cuja liberdade de expressão é garantida, o significativo espaço reservado aos grupos econômicos que as sustentam através de anúncios, mas também dedicando espaço a determinados segmentos organizados da sociedade. Indícios das suas representações sobre a polícia foram encontrados nas páginas dos dois jornais:

- dos próprios policiais: auto - representados como heróis, constantemente expostos ao perigo;
- dos taxistas: defensores das práticas violentas da polícia;
- das entidades de defesa dos direitos humanos: denunciando casos de violência policial,

reivindicando a punição dos policiais violentos e a eliminação dessas práticas[3];

- representantes do "movimento negro:" denunciando a discriminação racial presente nas práticas cotidianas da polícia;
- políticos eleitos: alguns, em geral ligados a segmentos da instituição policial, defensores tanto das práticas violentas da polícia, vistas como necessárias, como do seu caráter heróico, e outros, contrários, radical ou moderadamente, à sua violência;
- empresários: manifestando interesse direto na atuação violenta da polícia no enfrentamento de situações radicais, como saques e quebra - quebras. Frente a essas crises, a violência policial passa a ser representada não apenas como um instrumento legítimo do estado na manutenção da "ordem", mas como uma obrigação, da qual o estado não pode se furtar.[4]

Assim, a despeito do compromisso com o ideário liberal, mais evidente em O Estado de S. Paulo e mais sutil na Folha de S. Paulo, não são desprezíveis as nuances discursivas detectadas nos textos escritos e nas imagens veiculadas, destacando-se a violência como o elemento comum às diferentes representações encontradas sobre a polícia, seja para defendê-la, recorrendo a diferentes justificativas, seja para protestar contra ela e reivindicar sua eliminação.

Ao mesmo tempo, a grande imprensa também influencia o objeto representado, tanto direta quanto indiretamente, como procuramos mostrar ao abordar esse momento específico da história da metrópole paulista - janeiro de 1983 a março de 1985 - no qual o debate sobre a polícia foi particularmente intenso e tentativas de mudança foram planejadas, experimentadas, estimuladas, rejeitadas e, por fim, abandonadas.

O acompanhamento das reações à onda de saques e quebra - quebras ao longo do primeiro ano do governo Montoro (1983) revelou com radicalidade as disputas internas e o boicote de setores policiais à nova filosofia de trabalho que o governo estadual procurava implementar nas polícias. Embora tenham sido muito explorados pelo Estadão em sua campanha contra o governo estadual paulista, essas manifestações violentas também evidenciaram elementos comuns ao comportamento editorial desses jornais, notadamente sua vinculação com o ideário liberal, que atribui ao poder político a tarefa primordial de proteger a propriedade, em particular contra a fúria popular.[5]

Diferenciando-se da Ditadura Militar, quando tais justificativas não pareciam necessárias, as autoridades responsáveis, além de outros segmentos das elites, procuraram justificar o emprego da repressão violenta. Retomaram então, a estratégia discursiva que procurava desqualificar os sujeitos envolvidos nos saques e quebra – quebras através da destituição dos seus atributos positivos, relativos ao mundo do trabalho, caracterizando-os como marginais.

A reapropriação do binômio marginalidade - violência, numa conjuntura política caracterizada pela perspectiva da mudança, aponta para os seus estreitos limites e mesmo para certas impossibilidades, quando as mudanças propostas se referiam à população carcerária, por exemplo.

Quando analisamos essas duas manifestações coletivas violentas, os saques e quebra – quebras originados na periferia paulistana e os motins carcerários, ambos ocorridos durante os primeiros

anos do governo Montoro, nos deparamos com afinidade que ultrapassam seu caráter coletivo e violento.

Identificamos na condição segregada dos presidiários a radicalização da situação vivida pelos habitantes da periferia paulistana que, embora não chegue ao limite da segregação, também caracteriza-se pela exclusão em relação aos equipamentos urbanos e por uma situação de carência crônica. Resultante da concretização do urbanismo moderno, implementada pelos governos republicanos no Brasil, as "cidades divididas", como São Paulo, relegaram à periferia e às favelas sua população pobre. Carência, exclusão e estigmatização, ainda que em diferentes níveis, constituem-se assim em características comuns aos moradores das prisões e das periferias urbanas, espaços complementares do limitado universo de destinos reservados aos pobres urbanos.

O reforço dessas divisões é o que se revelou, simultaneamente, no clamor repressivo frente aos saques e quebra – quebras de 1983 e na oposição desencadeada pela Política de Humanização dos Presídios, proposta pelo governo estadual, que não propunha nada além da restituição de parte da cidadania retirada dos presos, como contra-partida da violência tradicionalmente empregada no seu controle.

Nesse sentido, pode ser compreendido o posicionamento adotado pela Folha frente aos motins carcerários, significativamente diferenciado do seu posicionamento frente aos presidiários no seu cotidiano de exclusão, que empregava textos e fotos para chamar a atenção do leitor para os sofrimentos desses homens e despertar-lhe a solidariedade. Durante a quebra dessa rotina, nos motins, só a ação repressiva da polícia é enfocada e retratada.

Numa outra perspectiva, a influência do debate sobre a política do governo estadual no tratamento das questões ligadas à segurança pública pode ser acompanhado pela leitura das "prestações de contas" produzidas anualmente pela Coordenadoria de Imprensa do governo Montoro, na forma de "boletins." Desde o primeiro, referente ao período março/83 a março/84, as realizações elencadas limitaram-se aos investimentos crescentes materializados em ampliações de equipamentos, pessoal, instalações etc. Nenhuma referência a qualquer tentativa de mudança no tratamento das questões policial e prisional foi mencionada, como se as propostas para essas áreas tivessem sido abandonadas logo no primeiro ano de governo. Ou, numa outra hipótese, ainda que apenas ligeiramente diferente, como se a equipe de governo tivesse optado por mantê-las longe da opinião pública.

Mas a grande imprensa manteve-se atenta à atuação policial, sobretudo nos meses que antecederam a posse de Franco Montoro e durante o seu primeiro ano de governo, desviando parte da sua atenção para as prisões, ao longo do segundo ano.[6] Analisando comparativamente todas as matérias (analíticas ou não) e as fotos publicadas pela Folha e pelo Estadão, concluímos que as diferenças detectadas eram circunstanciais, embora ganhassem destaque em muitas ocasiões.

Buscando contextualizar historicamente essas diferenças, partimos dos conhecidos percalços enfrentados pelo Estadão frente à censura imposta pelos governos militares. Numa atitude

aparentemente contraditória, esse jornal direcionou seu discurso à uma férrea oposição ao governo do PMDB, eleito em São Paulo, como principal representante da oposição naquele momento histórico. Na base da sua crítica estava o argumento da inexperiência da equipe eleita, num contexto político em que experiência política significava majoritariamente compromisso com a Ditadura Militar que dominou a cena política brasileira nos 20 anos anteriores.

Frente às tentativas das secretarias da Segurança Pública e da Justiça de alterar velhas práticas historicamente reproduzidas, o discurso do jornal O Estado de S. Paulo empenhou-se na legitimação da atuação violenta e corrupta da polícia paulista. A própria instituição policial, enquanto ator social, representado por seus membros, utilizou-se desse jornal para divulgar seu discurso auto - legitimador, ancorado na potencialização do perigo do inimigo comum - o marginal, e, por conseqüência, na valorização da sua missão heróica.

Através de tal discurso policial incorporado pelo jornal, viabilizou-se a publicação simultânea de notícias sobre crimes cometidos por policiais e matérias valorizando o papel desempenhado pela instituição policial na mesma edição do jornal, visto que tudo se justificava diante do perigo enfrentado. Tal representação policial cotidianamente veiculada, ainda que episodicamente acompanhada por reações indignadas e por clamores punitivos, deve ter contribuído perversamente para a reprodução desse modelo policial, violento, arbitrário e corrupto, ao atrair para os seus quadros homens (novos policiais) propensos as mesmas práticas.

Com relação à trajetória da Folha de S. Paulo, consideramos que, a partir da década de 1950, duas características adquirem significação particular para as reflexões sobre o seu papel no contexto estudado: 1. o progressivo avanço da concepção empresarial capitalista na forma de conceber o jornal. Esse processo resultou na consolidação de um complexo da indústria cultural, no qual a Folha é apenas uma das empresas; 2. a sua atuação durante o Regime Militar. A despeito de algumas variações iniciais, a Folha adaptou-se passivamente, beneficiando-se com o chamado "milagre econômico."

Tal postura só se alterou em meados da década de 1970, quando o regime começou a articular um longo período de distensão política, no qual segmentos sociais diversos tornaram-se uma força propulsora. Frente a esse quadro de transformações, a Folha procurou adaptar-se, premida por suas preocupações com o mercado, este não mais admitindo a omissão frente à sucessão de fatos relevantes que caracterizaram aquele período.

A partir de reformulações na sua linha editorial, a Folha de S. Paulo assumiu paulatinamente um perfil de jornal progressista, defensor do capitalismo moderno e não selvagem, e da democracia. É nesse contexto que se deve compreender o seu desempenho frente aos debates relacionados à segurança pública e, indiretamente, às relações entre sociedade e estado, durante o período pesquisado.

Frente ao discurso democrático com o qual Franco Montoro se elegeu para o governo de São Paulo e à intensa campanha de oposição desencadeada sobretudo por setores conservadores, defensores de concepções autoritárias, que tiveram amplo respaldo de jornais como o Estado de S. Paulo, a

Folha viu-se premida a manter-se coerente com o perfil recém consolidado. Além disso, a preocupação em atrair colaboradores de renome, jornalistas ou não, implicou uma necessária liberdade em relação à linha editorial do jornal, resultando na heterogeneidade constatada em suas páginas ao longo da pesquisa.

Fiel à concepção de que o jornal é uma mercadoria que é vendida duas vezes, uma vez para os leitores e outra para os anunciantes, esse jornal evitou a adoção de posicionamentos políticos radicais frente a questões consideradas polêmicas por seus leitores e anunciantes, o que não inviabilizou porém o seu engajamento numa campanha pela extinção da ROTA, veiculada no início do governo Montoro.

Além disso, o Grupo Folhas manteve a estratégia de oferecer produtos diferenciados aos consumidores, atingindo assim segmentos diversos. As diferenças entre os noticiários da Folha de S. Paulo e da Folha da Tarde sobre os saques e quebra - quebras de 1983, ainda que menos radicais que na década de 70, foram exemplos claros dessa heterogeneidade e não deixaram de apontar para o seu descompromisso político.

Em entrevistas fornecidas a pesquisadores da área das comunicações, Otávio Frias Filho, um dos arquitetos do projeto empresarial da Folha, não escondeu seu desconforto quanto à velha concepção que atribuía "uma missão" à imprensa, a qual ele contrapõe a concepção moderna, de que a imprensa é "um serviço público prestado por particulares", a serviço, portanto, dos seus leitores, cujos anseios está sempre procurando detectar.

Balizando as declarações de Frias Filho, assim como o comportamento da Folha e do Estadão durante o período estudado, parece estar o redimensionamento entre as esferas pública e privada que caracterizaram a história da grande imprensa a partir da segunda metade do século XIX, discutido por Habermas no livro "Mudança estrutural da esfera pública."[7]

Evidencia-se, a partir desse referencial, a ilusão de acesso à esfera pública, sugerida aos leitores, intensificada quando tais jornais transfiguram-se em "instrumentos de utilidade pública." Isso ocorreu, por exemplo, quando eles encabeçaram campanhas de "interesse público:" reivindicações de aumento de policiamento em determinados bairros, ou pressão pela solução de "casos" merecedores de pouca atenção das autoridades responsáveis, o extermínio de jovens da periferia paulistana, ou ainda, pressão pelo cumprimento de leis em situações particulares, como no caso do impedimento, por parte da polícia, de que policiais envolvidos com seqüestro fossem fotografados pela imprensa.

Objetivando a comprovação da sua eficiência como "instrumentos de utilidade pública", os jornais dedicaram espaço em suas páginas para a divulgação dos resultados alcançados graças a sua intervenção. Simultaneamente, forjaram um aparente deslocamento em relação aos grandes interesses econômicos aos quais estavam atrelados, cuja presença demarcou-se pelo enorme espaço ocupado, em suas páginas, pelos anunciantes.[8]

Através desse recurso, lograram encobrir o conteúdo classista do conceito de segurança pública, ajudando a torná-lo hegemônico. Além disso, difundiu-se, ao longo deste processo, uma crescente

acomodação política do público - leitor. Como as informações veiculadas pelos jornais são fragmentárias, atomizadas, e o espaço dedicado às análises sempre minoritário, além de parcial, caberia ao leitor a produção de "representações globais e unificadoras"[9] sobre a polícia.

Desse modo, o alto número de crimes (com e sem mortes) registrados pelos dois jornais, que incluíam desde participação em grupos de extermínio, acusações de roubo, extorsão, abuso de autoridade, tortura, violências em ambiente doméstico e até seqüestro, não se restringindo a ações praticadas em supostos confrontos, apontavam para as conseqüências da garantia de impunidade dada por decretos baixados durante o Regime Militar. Mostravam que, pela mesma "brecha" por onde passaram execuções sumárias, sempre acobertadas pela própria instituição policial, quando não premiadas com promoções, também procuravam passagem esses "crimes menores."

Mas a veiculação fragmentária e cotidiana dessas informações tanto podia permitir o estabelecimento dessas relações com a conseqüente percepção do papel pernicioso e duradouro da Ditadura Militar, quanto apenas familiarizar o leitor com essas práticas, tornando-as, se não aceitáveis, ao menos inevitáveis.

Além disso, a ilusão de participação, simultaneamente criada, desestimulava a atuação transformadora, gerando leitores cuja atuação devia limitar-se ao consumo de informações, imagens e representações, tanto quanto de outras mercadorias.

Restava ao leitor a ilusão da participação política garantida pelo acesso, mediado pelos meios de comunicação, às instâncias decisórias, ou seja, aos distantes e efetivos lócus do poder na sociedade brasileira. Outros mecanismos, como o voto, reforçaram a ilusão de participação, favorecendo a manutenção de uma forjada tranqüilidade social, apenas episodicamente rompida, ainda que de modo violento.

Considerando que a manutenção desse quadro de tranqüilidade social favorece diretamente os grandes interesses econômicos aos quais esses jornais se vinculam, observamos que o conceito de "integração", através do qual Habermas explicita a cultura criada a partir da história recente dos meios de comunicação de massa, pode ser interpretado também do ponto de vista do papel "integrativo" desempenhado nas sociedades onde eles atuam, a despeito da artificialidade dessa integração.

Estudando uma conjuntura política cuja riqueza residia no seu potencial de transformação, acabamos por nos limitar a explicar permanências perversas. Tarefa árdua à historiadores sempre ávidos por mudanças...

HOME SUMÁRIO INÍCIO DA PÁGINA

[1] LACOUTURE, J., op. cit., p. 223.

[2] MADEIRA, M. C. Representações Sociais: Pressupostos e implicações. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: v. 72, n. 171, p. 138, maio a agosto/1991.

[3] Lembramos que a atuação dessas entidades se iniciou durante a Ditadura Militar, a partir da mobilização contra a tortura e morte de prisioneiros políticos, em geral oriundos das classes médias urbanas.Com o fim da Ditadura, voltaram sua atenção para as vítimas cotidianas da violência policial, em geral, pobres.

[4] Como mostra Capelato, os liberais brasileiros sempre encararam a proteção à propriedade como principal tarefa do poder político. CAPELATO, M. H., op. cit., p. 246.

[5] CAPELATO, M. H., op. cit., p. 246.

[6] Foram encontradas e analisadas 1246 matérias publicadas pela FSP e 1874 pelo OESP relacionadas à segurança pública, durante o período estudado: janeiro/1983 - março/1985.

[7] HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

[8] Já comentamos que a Folha é uma das empresas de um grande conglomerado da indústria cultural.

[9] BACZCO,B., op. cit., p. 313/4.

HOME SUMÁRIO

IMAGENS DA POLÍCIA
EDA GÓES

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. e BORDINI, E. Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais. **Temas IMESC** , São Paulo: Sociedade Direito Saúde, v.2, n.1, p. 11/29, 1985.

_____ Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** , São Paulo: ANPOCS, v.9, n.3, p.70/94, 1989.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social** ; Rev. Sociol. São Paulo: USP, v.3, n.1-2, 1991, p.7/40.

_____ Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. **Revista Travessia** , São Paulo. ano V, v. 13, maio/agosto/92, p. 18/26.

_____ A criminalidade urbana violenta no Brasil: Um recorte temático. **BIB** , Rio de Janeiro, n.35, p. 3/24, 1.º semestre 1993.

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social** ; Rev. Sociol. São Paulo: USP, v. 7, n. 1-2, p. 105/10, outubro de 1995.

ALVAREZ - URIA, F. (org.) **Marginacion e insercion** . Los nuevos retos de las políticas sociales. Espanha: Ediciones Edymion, 1992.

ALVES, P., MASSEI, R. Fotografia e História. **História,** São Paulo, n. 8, p. 81/6, 1989.

AMÉRICAS WATCH. Relatório Américas Watch. Violência Policial no Brasil. São Paulo: RMR Artes Gráficas e Editora, 1987.

ANDRADE, A. M. M. S. Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, na primeira metade do século XX. Niterói, UFF, nov/1990. (Tese de Doutorado)

ANAIS DO ENCONTRO DE MONITORES DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS PRESOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. SãoPaulo, FUNAP, 1994.

ARENDT, H. **Da violência** . Brasília: Ed. UNB, 1985.

BACZCO, B. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaldi** , v. 5, Anthropos - Homem. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda , 1985.

BANN, S. **As invenções da História** . Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

BARCELLOS, C. **Rota 66** . A história da polícia que mata. São Paulo: Globo, 1992.

BARTHES, R. **A análise estrutural da narrativa** : pesquisas em semiologia. Petropólis: Vozes, 1992.

_____ **Mitologias.** Lisboa: Ed. 70, s/d.

_____ **A camara clara** . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, J. **A sombra das maiorias silenciosas** . São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, J. e outros **Modos de Ver** . São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BENEVIDES, M. V. **Violencia, Povo e Polícia** . São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ e FISCHER, R.M. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, P.S.(org.) **Crime, Violência e Poder** . São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 227/43.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução** . Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 3/28.

BENTHAM, J. Panóptico. Memorial sobre um novo princípio para construir Casas de Correção e principalmente, Prisões. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, n. 14, p. 199/229, março, agosto 1987.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil** . Rio de Janeiro: Graal, 1994.

BOSCHI, R. R. **Violência e Cidade** . Debates Urbanos, n. 2, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas** . São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRESCIANI, M. S. M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Rev. Bras. de Hist** ., São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7/44, set. 1985/fev. 1986.

_____ (org.) **Imagens da Cidade** . Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH São Paulo/FAPESP, 1994.

BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: Uma revisão na pesquisa recente. **BIB** , Rio de Janeiro, n. 32, p. 46/61, 2.º semestre de 1991.

_____ **A guerra das ruas** . Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____ Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p. 79/94, maio 1997.

_____ **Ordem na cidade** : o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 - 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BICUDO, H. **O direito e a Justiça no Brasil** . São Paulo: Símbolo, 1978.

BUCCI, E. **O peixe morre pela boca** . São Paulo: Página Aberta, 1993.

CALLIGARIS, C. A praga escravagista brasileira. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais, p. 5.

CALDEIRA, T. P. do R. **A política dos outros** . O cotidiano dos moradores da periferia e o que

pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ A cidade fortificada. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais, p. 6.

CAMPOS, P. F. de S. Os enfermos da razão: Insanos e dementes na cidade planejada para ser bela e sem problemas. Maringá: 1960 - 1970. Assis, UNESP/FCL, 1997. (Dissertação de Mestrado)

CANCELLI, E. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas** . Brasília: Ed. UnB, 1993.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história no Brasil** . São Paulo: Edusp/Contexto, 1988.

_____ **Os arautos do liberalismo.** Imprensa paulista: 1920 - 1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista. **Revista Brasileira de História** , São Paulo, v.12, n.23/4, p. 55/75, set. 91/ago. 92.

_____ e PRADO, M. L. **O bravo matutino** . São Paulo: Alfa – Ômega, 1980.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PRISIONAL: MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO. Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 1984. (Relatório de Pesquisa).

CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p. 249/65, maio 1997.

CARDOSO, I. A. R. **Universidade da comunhão paulista** . São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

_____ Foucault e a noção de acontecimento. **Tempo Social** ; R. Sociol. São Paulo: USP, v. 7, n.- 1-2, p. 53/66, outubro de 1995.

CERTAU, M. de **A invenção do cotidiano: artes de fazer** . Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim** . São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ **Cidade febril** . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, R. **A História Cultural** . Entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.

_____ "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos** , Rio de Janeiro, l. 8, n. 16, p. 179/92, 1995.

CHARTIER, R. "O mundo como representação." **Revista Estudos Avançados** , v. 11. n. 5, p. 173/91, 1991.

CHAUI, M. **O que é ideologia** . 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ **Conformismo e Resistência** . Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHERESKY, I., CHONCHOL, J. (org.) **Crisis y transformacion de los regimenes autoritarios** . Argentina: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1985.

CHEVIGNY, P. **Police Deadly Force as Social Control** , Jamaica, Brasil and Argentina. 1990.

COELHO, E. C. **A oficina do diabo** : crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

COIMBRA, O. **O texto da reportagem impressa** . São Paulo: Ática, 1993.

CONTIER, A. D. **Imprensa e ideologia em São Paulo** (1822 - 1842): matizes do vocabulário político social. Petrópolis: Vozes, 1979.

CORREA, M. **Morte em família** : Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, J. F. A devoração da esperança do próximo. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais, p. 8.

CUNHA, M. C. P. **O Espelho do Mundo** . Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis** : Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____ e outros **Violência Brasileira** . São Paulo: Brasiliense, 1982.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette** . Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DE DECCA, E. **O nascimento da fábrica** . São Paulo: Brasiliense, 1982.

DIMEINSTEIN, G. A epidemia da violência. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais, p. 4.

DIREITOS HUMANOS, um debate necessário. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DORNELLES, J. R. W. **O que é crime** . São Paulo: Brasiliense, 1988.

DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics** . Brighton: The Harvester Press, 1982.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico** . São Paulo: Papirus, 1994.

DUPRAT, C. Punir e Curar - Em 1819, a prisão dos filântropos. **Revista Brasileira de História** . São Paulo, v. 7, n.14, p. 7/58, março/agosto/87.

ECO, U. **Tratado Geral de Semiótica** . São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____ **As formas do conteúdo** . São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____ **Conceito de texto** . São Paulo: Edusp, 1984.

EMPLASA, Plano Metropolitano da Grande S. Paulo 1993/ 2010. São Paulo, 1994.

EMSLEY, C. **The English Police** : A Political and Social History. New York: Longman, 1996.

_____ **Crime and Society in England** : 1750 - 1900. New York: Longman, 1996.

ERIBON, D. **Michel Foucault** . São Paulo: Brasiliense, 1990.

ESCRITOS. Michel Foucault. Departamento de Sociologia. São Paulo: USP. n. 1. 2º semestre/94.

ESSUS, A. M. A., GRINBERG, L. O século faz cinquenta anos: fotografia e cultura política. **Revista Brasileira de História** . São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v. 14, n. 27, p. 129/48.

EVANGELISTA, M. D. R. **Prisão Aberta** : A volta à sociedade. São Paulo: Cortez Ed., 1983.

FABRIS, A. **Fotografia** . Usos e funções no século XIX. São PAULO: Edusp, 1991.

FARIA, J. E. **Direito e Justiça** . A função do judiciário. São Paulo: Ática, 1989.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil - Tendências e Perspectivas. **Novos Estudos Cebrap** . n. 29, março/91.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano** . Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, D. R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectivas** . Uberlândia, p. 42/56, jan./jun. 1992.

FERNANDES, H. R. **Política e Segurança** . São Paulo: Alfa Omega, 1973.

_____ Rondas à cidade: uma coreografia do poder. **Tempo Social** ; Rev. Sociol., São Paulo: USP, v. 1, n. 2, p. 121/34, 2.º sem, 1989.

FERRARA, L. D. As máscaras da cidade. **Revista USP** , , p. 3/10, março/ abril e maio/1990.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos de rua** : Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz - CEDEC, s.d.

FERREIRA, R. M. F. **O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana** . Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1985.

_____ Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias. São Paulo, USP, 1989. (Tese de livre-docência)

_____, ABREU, S. F. Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social. Relatório de Pesquisa, São Paulo, CEDEC, fev. 1987.

FONTES, J.A.T. **Marcou dançou** : Manual de sobrevivência na cela. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FORGET, D. **Conquistas e resistências do poder** : A emergência do discurso democrático no Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder** . 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____ **Vigiar e Punir** : Nascimento das Prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____ A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, **Cadernos da PUC** - Série Letras e Artes, junho de 1974.

_____ **A vontade de saber** . 2. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ Subject and Power In: DREYFUSS, H., RABINOW, P. **Beyond structuralism and hermeneutcs** . Brighton: The Harvester Press, 1982.

FRATESCHI. P., SILVEIRA, S. A. da **Questão de segurança** : O PT, a polícia. as prisões. São

Paulo: Brasil Urgente, 1990.

FREUND, G. **La fotografía como documento social** . Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1993.

GANDAL, K. Trabalho intelectual e política. **Revista de História** . São Paulo, n. 1, p. 104/26, 1989.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais** . São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ **O queijo e os vermes** . O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, E. M. A recusa das grades. Rebeliões nos presídios paulistas: 1982/6. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos** . São Paulo: Perspectiva, 1974.

GROH, D. Base - processes and the problem of organization: outline of a social history research project. Cambridge, **Social History** , v. 4, n. 2, , p. 265/83, may 1979.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas** : Banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública** . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERZER, A. **A queda para o alto** . Petrópolis: Vozes, 1982.

HOBSBAWN, E. **Rebeldes primitivos** : estudos sobre formas arcaicas e movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____ **Bandidos** . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

_____ **Era dos Extremos** . O breve século XX : 1914 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro** . Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUNT, L. **A nova História Cultural** . São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGNATIEFF, M. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História** . São Paulo, v.7, n. 14, p. 185/98, março/agosto/ 1987.

IMAGENS. VIOLÊNCIA. Campinas: Ed. UNiCAMP, n. 2, agosto 1994.

JOLY, M. I**ntrodução à análise da imagem** . Campinas: Papirus, 1996.

KOSSOY, B. **Fotografia e História** . São Paulo: Ática, 1989.

KOWARICK, L.(org.) **As lutas sociais e a cidade** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LACOUTURE, J. A História Imediata. In: LE GOFF, J. **A História Nova** . São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216/41.

LEBRUN, G. **O que é poder** . São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE GOFF, J., NORA, P. **História: Novos Problemas** . São Paulo: Francisco Alves, 1988.

_____ **A História Nova** . São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, M. M. **Retratos de Família** . São Paulo: Edusp, 1993.

LEMOS, C. A. A. A cidade dos paulistanos. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 25/janeiro/85, p. 3.

LIMA, R.K. de Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p.169/84, maio 1997.

LINEBAUGH, P. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no Século XVIII. In: PINHEIRO, P.S.(org.) **Crime, Violência e Poder** , São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 101/37.

MACHADO, R. e outros **Danação da norma** . Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo** . De Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADEIRA, M. C. Representações Sociais: Pressupostos e Implicações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** . Brasília, v. 72, n. 171, p. 129/44, maio a agosto/91.

MARQUES, J. B. de A. **Democracia, violência e direitos humanos** . São Paulo: Cortez, 1982.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade)** . São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____ **Metrópole na periferia do capitalismo** . São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, S. H. Z. **Artífices do Ócio** : Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942). Londrina: Ed. UEL, 1997.

MAUAD, A. M. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, L. F. (org.) **História da vida privada no Brasil** : Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181/232.

MINGARDI, G. **Tiras, Gansos e Trutas** . Cotidiano e reforma da polícia civil. São Paulo: Scrita Editorial, 1992.

MOISÉS, J. A. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Lua Nova** , n. 16, p. 47/86, março/1989.

_____ e outros **Cidade, povo e poder** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ , ALIER, V. A revolta dos suburbanos. Patrão o trem atrasou... **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais** . Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1977.

MOTA, C. G., CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo** : 1921-1981. São Paulo: Impres, 1981.

MULLER, G. e outros **A cidadania que não temos** . São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNHOZ, S. A ordem do “caos” versus o ocaso da ordem. Saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983. Campinas, UNICAMP, 1990. (Dissertação de Mestrado)

_____ Riots and looting in São Paulo city - 1983. University of Glasgow. **Latin American Studies. Occasional Paper** , n. 63, 1996.

_____ Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX. São Paulo, USP, 1997. (Tese de Doutorado)

MURILLO, S. **El discurso de Foucault** : Estado, loucura y anormalidad en la construccion del individuo moderno. Argentina: Universidad de Buenos Aires, 1996.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: novos problemas** . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179/93.

O'BRIEN, P. A história cultural de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn **A nova história cultural** . São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ **The promise of punishment** : Prisons in Nineteenth Century France, Princeton University Press, 1982.

O`DONNEL, G. e outros **A Democracia no Brasil** : Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, G. V. V. Flashes do passado: o fotojornalismo como fonte histórica. **Revista Eletrônica da História do Brasil** . Juiz de Fora; UFJF, v. 1, n. 2, p. 5/20, dezembro, 1997.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira** . Cultura brasileira e indústria cultural. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O TRABALHADOR PRESO NO ESTADO DE SÃO PAULO (Passado, presente e expectativas). Relatório de Pesquisa encaminhado à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. CEBRAP, São Paulo, 1986.

PAIXAO, A. L. Uma saga carcerária. **Temas IMESC.** Sociedade, Direito, Saúde. São Paulo, v. 2, n.2, dez/1985.

_____ Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: O'DONNEL, G. e outros **A Democracia no Brasil** . Dilemas e Perspectivas: São Paulo, Vértice, 1988, p. 168/99.

_____ Recuperar ou Punir. **Encontro da ANPOCS** (8º). Águas de São Pedro, 1984.

_____ Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P.S.(org.) **Crime, Violência e Poder** . SP: Brasiliense, p. 13/44.

_____, BEATO F., C.C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p. 233/48, maio 1997.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais** . São Paulo: Perspectiva, 1976.

PAOLI, M. C. **Desenvolvimento e Marginalidade** . São Paulo: Pioneira, 1974.

_____ Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do século XX. **Rev. da OAB** , São Paulo: Brasiliense, n. 53, p. 80/92, 1989.

PERROT, M. **Os excuídos da História** : Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos** , Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279/90, 1995.

PETERS, E. **História da tortura** . Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

PINHEIRO, M. L. U. A cidade sobre os ombros. São Paulo, PUC, 1996. (Dissertação de Mestrado)

PINHEIRO, P. S. Violência do Estado e classes populares. **Dados** , n. 22, 1979.

_____, BRAUN, E. (org.) **Democracia x Violência** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____ , SADER, E. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC** . São Paulo: Instituto de Medicina Social e Criminalística, v. 2, n. 2, p. 77/96, 1986.

_____ (org) **Crime, Violência e Poder** . São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____ Polícia e crise política: O caso das Polícias Militares. In: DA MATTA, R. e outros **Violência brasileira** . São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57/91.

_____ **Escritos Indignados** . São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, IZUMINO, E.A., FERNANDES, M.C.J. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP** , São Paulo, n. 9, p. 95/112, março/ abril/maio/1991.

_____ Pena de morte e violência. **Rev. Travessia** , São Paulo, ano V, n. 13, p. 13/17, maio/agosto/1992.

_____ Estado e terror. In: NOVAES, A. (org.) **Ética** . São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.191/204.

_____ As relações criminosas. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais. p. 7.

_____ Violência, crime e sistemas policias em países de novas democracias. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n.1, p.43/52, maio 1997.
PIMENTEL, M. P. **Prisões Fechadas, Prisões Abertas** . São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
PIRES, C. **A violência no Brasil** . São Paulo: Moderna, 1985.

POSTER, M. Carceles y vigilancia. In: **Foucault, Marxismo e História** . Modo de produción versus modo de información. Buenos Aires: Paidós, 1987.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo** . São Paulo: Brasiliense, 1963.

RAGO, M. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social** ; R. Sociol. São Paulo: USP, v. 7, n. 1-2, , p. 67/82, outubro de 1995.

RAMALHO, J. R. **O mundo do crime** : a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAMOS, E. P. Imagem traumática e sensacionalismo. **Imagens -** Violência. Campinas: Ed. UNICAMP, n. 2, p. 18/27, agosto/1994.

REIS, C. E. dos O urbano nos contos de Rubem Fonseca. São Paulo, PUC, 1996. (Dissertação de Mestrado)

RESTREPO, L. A. A relação entre a sociedade civil e o Estado. Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, **Tempo Social** ; R. Sociol. São Paulo: USP, v. 2, n. 2, p. 61/100, 2. semestre 1990.

ROCHA, L.C. Vidas Presas: Uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto à suas personalidades oprimidas. São Paulo, USP/Faculdade de Pisicologia, 1984. (Dissertação de Mestrado)

ROLIM, R.C. O policiamento e a ordem: Repressão e violência. Londrina: 1948 - 1962. Assis, UNESP, 1996. (Dissertação de Mestrado)

ROLNIK, R., KOWARICK, L., SOMELKH, N. (org.) **São Paulo: Crise e mudança** . São Paulo, Brasiliense: Prefeitura de São Paulo, 1990.

RUDÉ, G. **A multidão na história** . Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra: 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, Eder O protesto sem juízo. **Desvios** . São Paulo, agosto/83, p. 8/17.

SADER, Emir (org.) **Movimentos sociais na transição democrática** . São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, V. A. dos Entre subúrbio e periferia: práticas e representações na cidade de São Paulo (1945 - 1956). São Paulo, PUC, 1997. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS Jr., B. e outros **Direitos Humanos** . Um debate necessário. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, J. C. dos **A criminologia da repressão** . Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SILVA, A. C.T. da "Teen", um personagem contemporâneo - Representação juvenil da imprensa. Assis, UNESP/FCL, 1995. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, R. S. Diagramação: recurso funcional e estético no jornal moderno. São Paulo, USP/ECA, 1983. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Z. L. da A História Social em debate. **Pós-História** , Assis/São Paulo, n. 19, p. 27/52, 1994.

SONTAG, S**. Ensaios sobre fotografia** . Rio de Janeiro: Arbor, 1980.

SOUZA, P. de **O prisioneiro da grade de ferro** . São Paulo: Traço, 1983.

STORCH, R. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Rev. Bras. Hist** ., São Paulo, v.5, n. 8/9:, p. 7/33, set. 1984/abr. 1985.

SYKES, G. **The society of captives** . Princepton: University Press, 1958.

TASCHNER, G. **Folhas ao Vento** . Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p.155/68, maio 1997.

TAYLOR, I. e outros **Criminologia Crítica** . Rio de Janeiro: Graal, 1980.

TEMAS IMESC**.** Sociedade, Direito, Saúde. Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. Volumes 1, n. 2, v. 2, n. 1, v. 2, n.2, v. 3, n. 1, 1984/1986.

TEMPO SOCIAL. Revista de Sociologia. São Paulo, USP, v. 7, n. 1-2, outubro/1995.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase** . Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 1. ed., Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

_____ **A Miséria da Teoria** ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ **Senhores e Caçadores** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **A formação da classe trabalhadora inglesa** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, R. T. Violência. São Paulo: **Folha de S. Paulo** , 22/setembro/96, Caderno Mais p. 4.

TRONCA, I. **Foucault Vivo** . Campinas: Pontes, 1986.

VELHO, G., ALVITO, M. (org.) **Cidadania e Violência** . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Ed. FGV, 1996.

VEYNE, P. **Como se escreve a história** . Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. UnB, 1982.

VERON, E. **Ideologia, Estrutura e Comunicação** . São Paulo: Cultrix/Edusp, 1980.

VILCHES, L. **Teoría de la imagem periodística** . Barcelona: Paidós, 1993.

VIOLANTE, M. L. **O dilema do descente malandro** . São Paulo: Cortez, 1981.

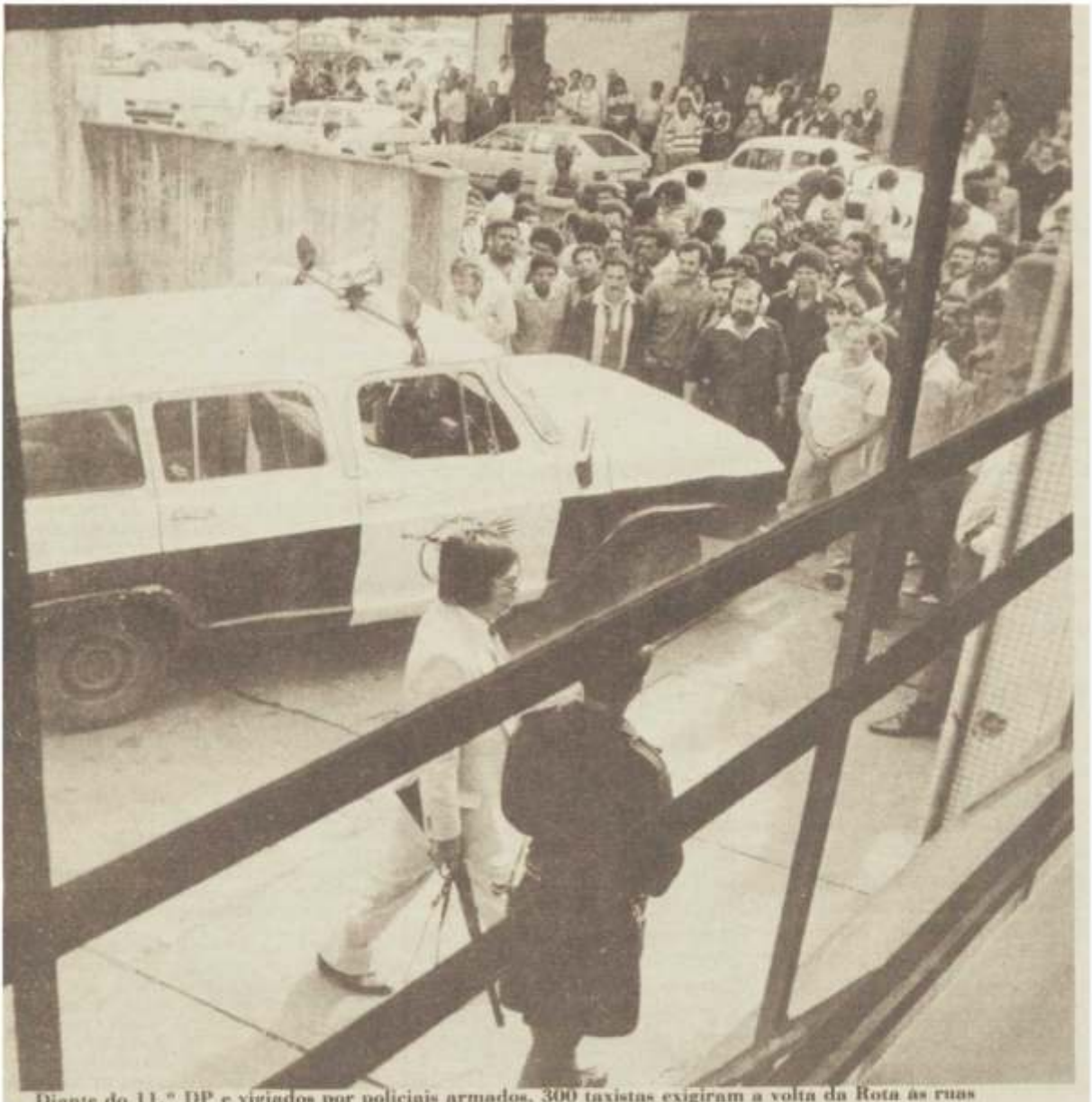
ZALUAR, A. **A máquina da revolta** . Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: PINHEIRO, P.S.(org.) **Crime, Violência e Poder** . São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 251/77.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social** ; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 9, n. 1, p. 5/42, maio 1997.

HOME SUMÁRIO INÍCIO DA PÁGINA

ANEXOS



Diante do 11.º DP e vigiados por policiais armados, 300 taxistas exigiram a volta da Rota às ruas

QUARTA-FEIRA

O ESTADO DE S. PAULO

3 DE AGOSTO DE 1

A Rota de novo na periferia da cidade

RENATO LOMBARDI

Uma reunião que durou pouco mais de uma hora entre os integrantes do Conselho Superior de Polícia, do qual participam o secretário da Segurança, o comandante da Polícia Militar e o delegado geral de polícia, decidiu pela volta da Rota — Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar — à periferia da Capital.

A sugestão de aproveitamento dos 480 homens da Rota, atualmente policiando o centro da cidade, foi de um dos participantes da reunião e logo aceita pelo professor Manoel Pedro Pimentel. A Rota será utilizada nas áreas mais críticas da Capital e o Estado-Maior da PM foi incumbido de preparar um estudo para apontar com urgência os locais que as viaturas deverão percorrer. O secretário da Segurança explicou que a volta dos policiais da Rota em rondas pela periferia será novo teste dentro da linha estabelecida pelo comando-geral da Polícia Militar, a ser avaliado junto com o comportamento da tropa.

Há algum tempo, Pimentel vinha recebendo pedidos para o aproveitamento da Rota, principalmente dos motoristas de táxi. No entanto, o retorno da Rota à periferia também foi uma vitória de muitos dos seus próprios integrantes, que não se conformaram com a mudança de filosofia de trabalho. A cada morte de motorista, caravanas de táxis seguiam pela cidade em direção ao





Fotos Arquivo e Oswaldo Luiz

A decisão de promover o retorno da Rota foi tomada pela cúpula da polícia enquanto motoristas exigiam essa medida

Mais policiamento, pedem os motorista

Cerca de 400 motoristas de táxi | No 11º DP, Valdir confirmou ter co- | ELe contou ainda que, para conse- | mantida com a aposentadoria do pai | seus colegas "estão intranq

Davi de Barros



Três corpos crivados de balas foram encontrados num trecho da estrada da Baronesa; os outros dois também foram jogados em locais ermos

Cinco corpos no extermínio da zona Sul

Municipais têm aumento de 15 a 62%

IR promete a restituição para dia 27

Delfim esteve com Montoro, secretamente

observadores, o líder sindical estaria provocando sua demissão para precipitar manifestações pró-Solidariedade. PÁG. 8

Delio Jardim de Matos, após lembrar que o problema de saúde de Figueiredo é semelhante ao seu, considerou aconselhável o Presi-

Marinha, Maximia

Leia o opinião do "Folha" no de Estado", no pág. 2

Davi de Barros



Após a morte de Alexandre (ao alto), PMs ameaçaram sua mãe, da. Cláudia

Tiros pelas costas

O menino Alexandre Alves Camilo, de 10 anos, foi morto a tiros pelas costas, domingo de manhã, pelos PMs Flávio Pereira e Benedito Carvalho, num terreno do Jardim Trianon, em Taboão da Serra. Eles dizem que Alexandre, conhecido como "Nande", era "um marginal que morreu trocando tiros com a polícia" ao ser surpreendido "depenando" um carro abandonado. Mas dois amigos do garoto, que o acompanhavam, asseguram que os PMs dispararam sem nenhum pretexto. Em seguida, outros policiais tentaram intimidar os pais de "Nande" — Alexandrino e Cláudia. Nada conseguindo, algemaram e espancaram os amigos do menino para que confirmassem a versão de que teriam reagido a uma "batida" policial e de que "Nande" teria sido morto durante a suposta troca de tiros.

PÁG. 10

Coronel a Funa Andre

Por não saber pressão" e par obstáculo do cami Andreazza", o cor reira Leal pediu d go de presidente dias depois da ocu do órgão por índic

Para substituí-l Interior nomeou Otávio Ferreira L posse no cargo superintendente anos, ele vinha dir tamento de Adr Ministério.

A revelação do bre os verdadeiros saída surgiu dura coletiva que ele após pedir exone firma informação do ministro do Int qual sua presenç "incômoda" para Andreazza à suc dente Figueiredo mo se estivesse a pesadelo", disse

D. Ave ação ex contra

A existência de ternacionais" de çadamente pelas que, cada vez em vêm atuando na A especialmente no ciada pelo arcebi e primaz do Bra Brandão Vilela ferência externa, deal, ocorre "atr mento de assess apoio financeiro, básico de separar ja Católica".

"Essas seitas ex vos e a vivência Avelar —, provoc zes atitudes fanát

Como exemplo seitas representa citou o Irã, "onde tivos religiosos, governo".

de es des azer im- s rebel- ve, abrir ra que o rganiza- ermitin- adora do iniciais- os dissi- o maior grupo que che- ldes nas e otimis- e Arafat principal de um ara diri- alize um ização. ticas da , o se- norte- tz retor- ra tentar libanês- PÁG. 7

de gam ito enha-São Figueire- de grave alhistas, erto pela ntanto, o ente da Paulo, de- ssegurou umaz em o e agora ". Miguel é obradoras de forçar a aceita- o direto" 16 horas) horas de utras 4 à 6). PÁG. 13

Laranjas provocam um sério incidente entre os policiais

Policiais militares e investigadores de polícia envolveram-se em uma briga, ontem, pouco antes do meio-dia, na praça Américo Jacobino, esquina das avenidas Pompéia e Heitor Penteado, no Sumarezinho. Motivo: um caminhão de laranjas da campanha "Alimento mais barato." O incidente, que poderia ter consequências imprevisíveis — oito viaturas da Polícia Civil e mais de vinte da Polícia Militar acorreram ao local —, terminou no 23.º Distrito Policial (Perdizes), com trocas de acusações e versões diferentes.

Segundo o investigador Idílio Miguel Carvalho, da Seccional Oeste, ele e o investigador Takesi desciam a rua Heitor Penteado em uma Caravan da delegacia quando foram alertados de que havia uma briga ali perto. No local indicado (esquina da avenida Pompéia), os policiais encontraram outro investigador, Ildevar Coelho Startari, carregando sacos de laranja de um caminhão de fiscalização da Prefeitura para outro caminhão, que pertenceria a seu irmão, Eduardo Startari. Ildevar está afastado de suas funções policiais: foi condenado à prisão por ter participado da tortura e morte do motorista Homero Lopes da Silva, há dois anos, em Perus, mas aguarda em liberdade o julgamento do recurso.

Idílio afirma que Ildevar estava armado e que se identificou como policial, explicando que levava as laranjas para outro caminhão porque cinco fiscais da Prefeitura estavam apreendendo a mercadoria para extorquir dinheiro. Quatro fiscais alertaram a guarnição 1692 do Tático Móvel, que chegava ao local, e a confusão começou.

PANCADARIA

Os PMs, comandados pelo aspirante a oficial José Roberto Frade Santiago, subiram na carroçaria do caminhão e tentaram prender Ildevar, ignorando,



Espancado pelos PMs, Ildevar sai amparado do 23.º DP.



Fotos Davi de Barros

No quartel da PM, atrás da delegacia, a agitação dos policiais.

VIOLÊNCIA

20h30

O casal de namorados Marco Antônio Fernandes Sala, 20 anos, e Cristine Keller Ranos, 18, sai de uma padaria no Jardim da Saúde com leite e pão. Dirigem-se para o carro, estacionado junto à calçada, e são surpreendidos pelo assaltante José Marques da Silva, 21 anos, que, armado com uma faca, seqüestra ambos. Começa nesse momento mais uma história de medo, violência e morte — hoje, uma rotina na cidade de São Paulo —, que só terminará mais de uma hora depois.

20h50

O assaltante quer uma arma e ameaça matar Marco Antônio e Cristine se não a conseguirem para ele. Desesperado, o jovem pensa em procurar a residência de um amigo de faculdade, Deodato Parisoto Júnior, enquanto circula pela cidade sem saber o que fazer. No caminho para lá, José Marques avista uma viatura policial na Marginal de Pinheiros e, espetando Marco Antônio com a faca, ordena nervoso: "Diminiu a velocidade, diminui". As ameaças prosseguem.

21h20

"É o Sala", identifica-se Marco Antônio pelo interfone ao tocar a campainha da casa do médico Deodato Parisoto, na rua Laurindo de Brito, 93, City Lapa. Deodato Júnior, tranqüilo, prende o cão de guarda da família antes de destrancar o portão para receber o amigo. Marco Antônio e Cristina são empurrados para dentro pelo marginal, que mantém a faca junto ao pescoço do jovem. A mãe de Deodato foge pelos fundos e telefona para a polícia, da casa de uma vizinha.

21h25

Deodato Parisoto Júnior tenta conversar com o ladrão. Oferece dinheiro, o carro, mas é inútil. Ele quer uma arma e o rapaz, diante da violência de José Marques, decide entregá-la. O revólver calibre 38, carregado, está guardado no quarto de seus pais. No estreito corredor, Deodato aproveita-se de um momento de descuido do assaltante e tenta desarmá-lo, segurando a faca. Na luta que se segue, tem as duas mãos profundamente cortadas. Sangrando muito, entrega o revólver.

21h30

No instante em que pai, filho e assaltante deixam o quarto, a polícia chega. José Marques não vacila: começa a atirar imediatamente, enquanto pai e filho procuram abrigo em um dos quartos. O tiroteio deixa marcas nas paredes e portas. Encurralado no corredor estreiro, o ladrão é ferido e cai agonizante, não sem antes ameaçar Deodato Parisoto: "Se escapar dessa, volto". Lá fora, Ana Bueno Parisoto ouve os tiros, desesperada, sem saber se o marido e o filho estão vivos.

21h45

Os policiais Idário Roberto Alves de Siqueira e Gilmar Chagas, do tático móvel M-0483, chegam ao Pronto-Socorro do Hospital Sorocabanos transportando o assaltante José Marques, mas ele já está morto. Outra viatura chega em seguida, com Deodato Parisoto Júnior, que é medicado, recebendo muitos pontos nas mãos cortadas. Enfaixado, ele sai dali em direção ao 7º Distrito Policial, onde vai contar como uma noite que prometia ser tranqüila transformou-se num pesadelo.

Desta vez a polícia venceu. Só o ladrão morreu

"Se escapar dessa, volto". Essa foi a última ameaça que o médico Deodato Parisoto ouviu do assaltante José Marques da Silva, morto depois de violento tiroteiro com a PM no interior da residência da família, na rua Laurindo de Brito, 93, City Lapa, sexta-feira à noite. Ontem, ainda muito abalados com os momentos de terror que viveram, o médico e seu filho, Deodato Parisoto Júnior, contaram como uma noite que prometia ser tranqüila, os dois assistindo pela televisão ao jogo da seleção brasileira de futebol, se transformou num pesadelo.

A ação do marginal começou junto a uma padaria no Jardim da Saúde, onde o casal de namorados Marco Antônio Fernandes Sala, 20 anos, e Cristine Keller Ramos, 18, acabava de comprar pão e leite. Eram 20h30 e os dois se preparavam para entrar no carro do pai de Cristine, um Corcel Placas NC-5325, quando foram surpreendidos pela chegada de José Marques da Silva que, armado com uma faca, ameaçou: "Toca o carro, sai daqui correndo". Sem reagir, Marco Antônio obedeceu.

O assaltante, segundo Marco Antônio, queria duas coisas: dinheiro e uma arma. "Dinheiro eu tenho um pouco, mas acho que dá" — explicou o jovem, dizendo, no entanto, que não sabia onde conseguir um revólver. "Sua vida depende disso — reagiu o marginal. Se você encontrar um revólver para mim, vive. Caso contrário, morre". Desesperado, Marco Antônio confessa que começou a rodar pela cidade sem saber o que fazer. E lembra que chegou a fazer um sinal para um rapaz que passava pela calçada próximo à padaria. Sinal que não passou despercebido pelo assaltante, que atemorizou mais o casal: "Se você pensa que eu não vi aquele sinal que você fez, está enganado. Caso a polícia venha atrás da gente, mato você no ato, agora mesmo".

"Aí, eu fiquei muito preocupado, pensando em parar logo o carro", continua Marco Antônio, que sugeriu ao marginal seguirem até a casa de Deodato Parisoto Júnior, 20 anos, amigo seu e de Cristine, com quem estuda Odontologia na Faculdade Camilo Castelo Branco. "O ladrão estava com uma faca e eu não sabia se Deodato tinha ou não uma arma, mas imaginava: é mais um para tentar ajudar", conta. No trajeto, entretanto, José Marques da Silva avistou uma viatura policial, trafegando na marginal de Pinheiros, a pouca distância do Corcel.

Espetando Marco Antônio com a faca e muito nervoso, ele ordenou: "Diminui a velocidade, diminui", enquanto mandava que o jovem entrasse por uma variante para pegar a outra pista. "Quando chegamos à casa de Deodato, às 21h20, ele me disse para ficar calmo, pois não mataria minha namorada" — relata Marco Antônio, que ouviu do assaltante a seguinte recomendação: "Eu fico atrás do portão e no momento em que ele atender, você entra rápido que eu vou atrás", seguida de nova ameaça: "Se você não fizer isso, mato sua namorada".

Foi o que aconteceu. Deodato Parisoto Júnior estava na sala com a mãe, Ana Bueno Parisoto, quando o interfone tocou. "É o Sala", identificou-se o amigo. "Já vou abrir", respondeu Deodato, que, antes de destrancar o alto portão que protege a casa, prendeu o enorme cão de guarda da família, um Doberman preto. Seu pesadelo estava para começar: Marco Antônio foi empurrado para dentro pelo marginal, que mantinha a faca junto a seu pescoço.

Deodato percebeu que seria inútil reagir e todos entraram na casa, pela cozinha. Lá dentro, o marginal prendeu Cristine e Marco Antônio em uma das salas, passando a ameaçar o outro jovem, exigindo uma arma. Deodato não viu mais sua mãe, que teve sangue-frio suficiente para sair pelos fundos e procurar a residência de um vizinho, de onde telefonou para a polícia, que chegou por volta de 21h30. Entre a chegada do assaltante e a da polícia, no entanto, Deodato e seu pai viveram dez minutos de terror.

Mantendo a faca junto ao corpo do jovem, o marginal se recusava a dialogar. Deodato ofereceu dinheiro, o carro, insistiu para que ele levasse o que quisesse. Tudo inútil: José Marques da Silva queria uma arma. E a família tinha uma arma, guardada no quarto dos pais, que o jovem tinha medo de entregar, imaginando as violências que o assaltante poderia cometer de posse dela. Finalmente, percebendo que não havia outra saída, ele conduziu José Marques até o quarto onde o revólver calibre 38, carregado, fora providenciado pelo pai para segurança de todos.

No estreito corredor até lá, Deodato aproveitou-se de um momento de descuido do ladrão e, segurando a faca pela lâmina, tentou arrancá-la dele. Resultado: na luta que se seguiu, teve as duas mãos profundamente cortadas e conseguiu enervar mais ainda o marginal. Sangrando muito, entrou no quarto e entregou o revólver a José Marques. No instante em que pai, filho e assaltante saíam do quarto, a polícia chegou.

José Marques não titubeou: começou a atirar imediatamente, enquanto o médico Parisoto e seu filho procuraram abrigo no quarto de Cristine, irmã de Deodato, que não estava em casa. Os tiros foram muitos e quando eles cessaram o marginal agonizava no corredor. Nas paredes, portas e até no piano de Ana Bueno Parisoto ficaram as marcas das balas. Apavorada, ela ficou todo o tempo do lado de fora da casa, sem saber se os tiros que ouvia teriam acertado alguém da família.

Ontem, mãos enfaixadas, Deodato Parisoto Júnior tentava brincar, lembrando que não só perdeu o jogo de futebol da Seleção Brasileira como teve de ficar até as quatro horas da madrugada prestando depoimento no 7º Distrito Policial. A Marco Antônio, ele deu um recado: "Bicho, vê se da próxima vez você me traz um loura".

IRENE VUCOVIX



Deodato Júnior: as mãos feridas na luta com o ladrão



Nas portas e janelas da casa da família Parisoto, oto, na Lapa, os sinais do tiroteio entre policiais e assaltante

PROCURA-SE



JOSÉ MARQUES DA SILVA — **21 anos, assaltante, assassino, condenado pela Justiça. Esteve preso em 81 e foi libertado dois dias depois**

A Justiça mandou soltar este perigoso marginal

Não sei por que a lei ainda insiste em conceder esses privilégios a bandidos irrecuperáveis. Enfim, acredito que a lei esteja mais preocupada em proteger os direitos humanos que o direito dos humanos.

Este desabafo é do delegado do 7º Distrito Policial, da Lapa, José Nabuco Bastos Andrade, ao examinar a ficha do bandido José Marques da Silva, que morreu depois de tentar seqüestrar o casal de namorados na City Lapa.

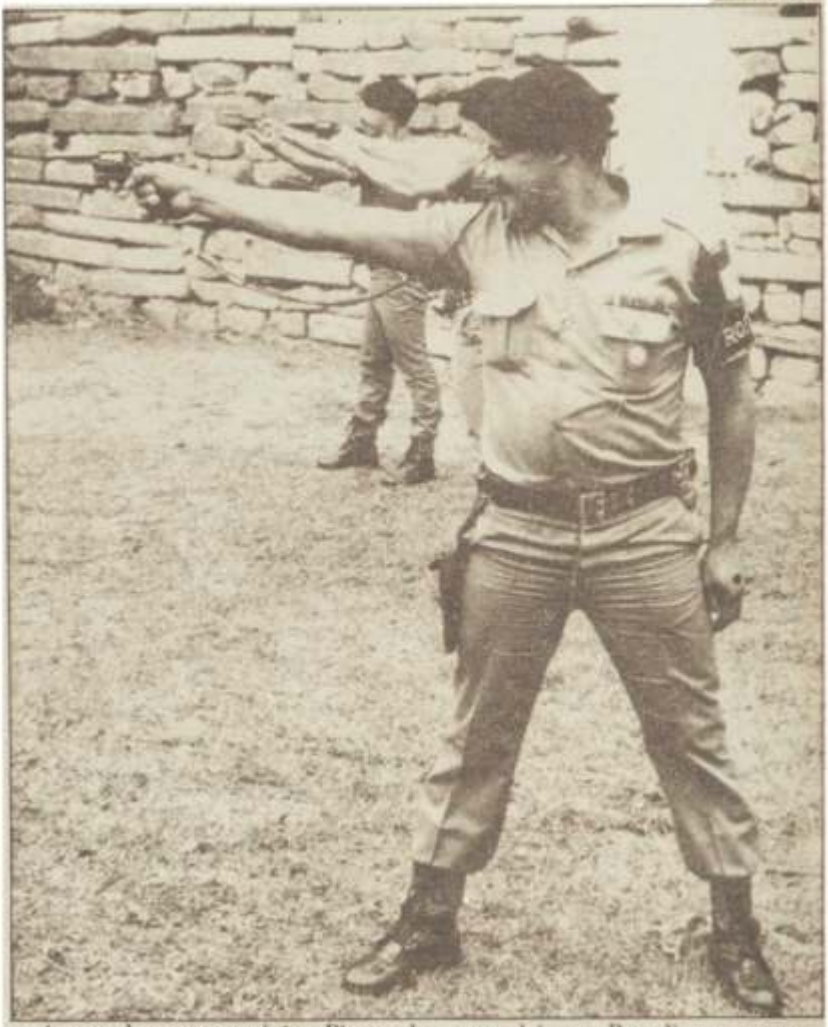
O bandido, 21 anos, era solteiro e condenado pela Justiça por assalto a mão armada e homicídio. Cumpria pena em Itirapina, mas foi beneficiado pela prisão albergue domiciliar no último dia 16, e supõe-se que tenha chegado a São Paulo anteontem mesmo. Sem emprego e sem ter a quem recorrer, José Marques parece ter visto no seqüestro a única maneira de conseguir uma arma para praticar novos assaltos.

Ele foi preso pela primeira vez em outubro de 81, mas dois dias depois já estava livre para assassinar José das Dores Ferreira, sendo preso em flagrante. Condenado pela 1ª Vara Criminal a dez anos e 11 meses de prisão, teve sua pena reduzida para seis anos, quatro meses e dez dias, devendo sair da prisão apenas em 26 de julho de 1987. Mas como já havia cumprido dois terços da pena, obteve a concessão da prisão domiciliar.

José Marques da Silva morreu no pronto-socorro do Hospital Sorocabano, às 21h45 de anteontem por causa dos ferimentos que recebeu durante o tiroteio na casa de Deodato Pedroso Parisotto, com os policiais Idário Roberto Alves de Siqueira e Gilmar Chagas, do Tático Móvel M-0483, após a frustrada tentativa de assalto.

Enquanto levantavam a ficha criminal de José Marques no distrito, os delegados e investigadores de plantão comentavam que não se pode prever uma redução dos índices de criminalidade enquanto não se alterar o Código Penal Brasileiro. O delegado José Nabuco lembrou-se de uma frase de um velho político: "A lei, ora a lei".

Banco de Dados



Apesar das suas restrições, Pimentel ameaça deixar a Rota livre outra vez

Foto 10

Porteiro atira no gerente do Clube Adam's

O gerente do Clube Adam's, Adam Brzeski, 32 anos, foi ferido com quatro tiros e encontra-se em estado grave na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital das Clínicas. Ele foi baleado por volta das 19 horas de anteontem pelo porteiro Agenor e até o momento não se sabe o motivo do crime. O Clube Adam's, uma casa de massagem localizada na rua Goelândia, 513, Jardim Paulista, vem sendo denunciado por vizinhos que afirmam ser realizadas orgias no local.

O autor dos disparos encontra-se foragido. Uma pessoa ligada aos proprietários da casa informou que havia ocorrido um assalto ali há alguns meses e o porteiro assustou-se com o gerente, que estava no jardim. Pensando ser um ladrão fez os disparos. Mas há também a versão de que Agenor teria sido repreendido por Adam Brzeski devido a atrasos e por isso o baleou.

Assassinados com disparos na cabeça

Dois homens, com idades entre 30 e 30 anos, foram mortos a tiros ontem de madrugada, na confluência das ruas Adriático e Alberto Pasquale, região do Jardim Colégio, Capão Redondo. Cada um recebeu cerca de dez tiros, quase todos na cabeça.

Os homicídios, segundo o delegado José Carlos Sanches Bueno, do 47.º Distrito Policial (Capão Redondo), foram praticados por desconhecidos. Duas pessoas, Ademir Carlos da Silva e Hélio Moreira, disseram ter ouvido os disparos.

Polícia encontra ladrão esfaqueado

Um homem aparentando cerca de 30 anos morreu, na noite de anteontem no Hospital das Clínicas.

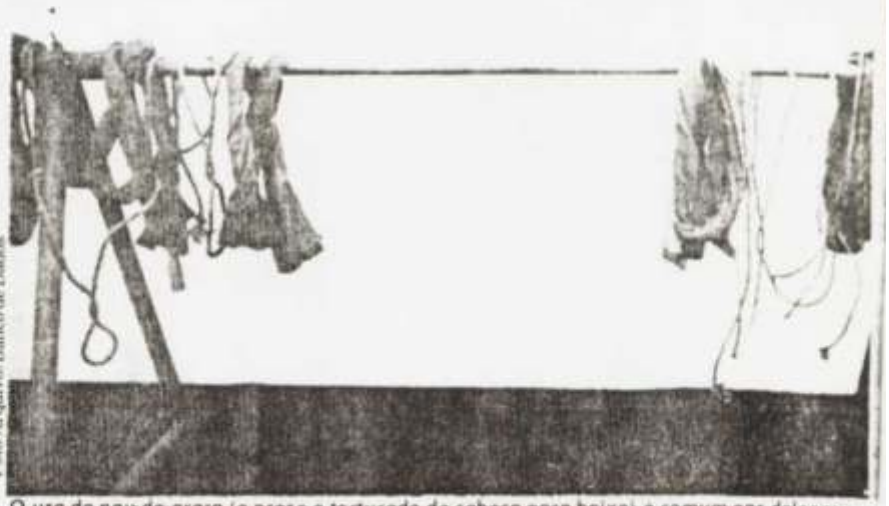


Foto Arquivo/Banco de Dados

O uso do pau-de-arara (o preso é torturado de cabeça para baixo) é comum nas delegacias

Novo diretor do Deic quer evitar arbitrariedades

ANSELMO DE SOUZA

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) terá nova direção, na próxima semana. Dante Mautoni, escolhido para chefiar o órgão na chamada "nova polícia", defende o fim da violência nas investigações, argumentando que "a nossa obrigação é servir ao povo". Muitos delegados e investigadores, porem, acreditam ser impossível esclarecer crimes sem cometer arbitrariedades. Cumprir a lei, que permite apenas prisão em flagrante ou com mandado judicial, significa "simplesmente não fazer nada", disse um deles.

Dante Mautoni acha que essa mentalidade poderá ser mudada, "com maior valorização dos recursos humanos". Para ele, a transformação da Academia de Polícia em Departamento de Ensino permitirá a criação de novos cursos para melhor formação do setores policiais como a Delegacia Geral e a administração da polícia do Interior.

O Deic funciona com quatro divisões (Investigações Gerais, Homicídios, Patrimônio e Entorpecentes) e sua atuação é caracterizada por casos de violência e corrupção, que motivaram sindicâncias instauradas na corregedoria do próprio Departamento e na Corregedoria Geral. Além disso, são inúmeras as queixas junto à Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária.

Prisão sem flagrante ou mandado é rotina entre os delegados

Folha de S. Paulo, 27 de dezembro de 1984, p. 23

(Ver reprodução integral da referida página no Anexo 17 e quadro analítico da foto no Anexo 18)

Juiz apreende máq

João Bittar



Diante do delegado Guaraci Moreira Filho, o aparelho de eletrochoques

Prática de arbitrariedades é frequente em todo o País

na "cidade" à espera da humanização

Promiscuidade marca a Casa de Detenção, feita para três mil presos, mas abrigando o dobro

ICARDO KOTSCHO e
ÔNIO GONÇALVES FILHO

pulação de mais de seis mil
resos numa "cidade" onde só
poderiam viver em condições
r falta de espaço, boa parte dos
homens que ali trabalham ti-
e dividir suas celas em duas
a de baixo, improvisaram suas
em que fazem bolas de futebol,
s de roupa, conta-gotas de uis-
aça; na de cima, sobre um tabi-
em lado a lado de 10 a 20 presos.
idar desta "cidade", há 600 fun-
, 300 deles guardas de seguran-
dicos, um psiquiatra e nenhum
o. Após a tentativa de fuga de
rço do ano passado, os únicos
dvogados do Estado que cui-
a assistência judiciária foram
sob a alegação de que estavam
risco de vida. Por falta de recur-
nos e materiais, Luis Camargo
, o "Luisão" — um ex-lutador de
ogado que há quase 30 anos é
", como ele mesmo se define, e
te governa o maior presídio do
faz as vezes de engenheiro, ar-
dvogado, psicólogo, assistente
que mais for preciso, correndo o
ntre amigos para tocar as obras
a.

a "cidade" conhecida por Casa
ção, que o novo secretário da
e São Paulo, José Carlos Dias,
pela primeira vez esta semana.
a sua política de humanização
dios, o ex-presidente da Comis-
ça e Paz já anunciou uma série
las: a imediata contratação de 50
s para a prestação de assistên-
iária aos presos; a colocação de
tradas nos presídios para corres-
a ao juiz-corregedor, eliminando
a existente; a entrada em fun-
nto do Instituto de Classificação
m, para impedir que réus pri-
onvivam com reincidentes; e a
e uma Escola de Administração
dios, para a formação de pessoal
zado.

s novas ainda não atravessaram
tescos muros da Casa de Deten-
do diretor ao mais antigo deten-
ita esperança de que a vida vai
r na "cidade". Nas últimas se-
já começaram a trabalhar ali 10
os indicados pela OAB — assis-
diciária é a maior reivindicação
sos. Algumas inovações intro-
por Wolfman, como a eleição de
tantes em cada pavilhão que,
e em reuniões semanais, levam
roblemas e reivindicações à
do presídio, amainaram o clima
o. Mas todos sabem que a Casa de
o só se tornará humana se for
sua população, com a cons-
e novos presídios. Para isso, José
las espera obter recursos de Cr$ 2
o governo federal, prometidos à
tração anterior.

um dos presos me
ça, apanha mesmo",
erte o seu diretor

trinta anos de convivência com
rios, parece natural que o boxeur
amargo Wolfman submeta-se,
nente, a um exame cardiológico.
sentado ao lado de uma bomba
explodir", confessa o diretor da
al do inferno", também conhe-
no Casa de Detenção. Uma casa
eilmente receberia o "habite-se"
ciedade civilizada.

es dois anos e meio à frente da
da Casa, acredito ter feito o pes-
ura tornar a situação menos
mas não é nada fácil. Com
300 homens trabalhando na se-
do presídio — e considerando
os funcionários são desonestos e
—, tive de criar mecanismos
mbater a corrupção, com a ajuda
estos. Parece, contudo, que estou
onia com as idéias do novo se-
de Justiça e, espero, possamos
os projetos ainda não concreti-
revela o diretor.

PONTOS DE HONRA

ncipal, acredita Wolfman, já foi
o em duas iniciativas que con-
ontos de honra de sua gestão: a
ção dos presos considerados
os dos reincidentes, em 224 celas
ais do pavilhão 4, e a criação de
missão de presos — "escolhidos
seleção livre e democrática, entre
", para apontar as falhas da ad-
ação. Uma iniciativa, segundo o
que gerou críticas "de fora e de
". Mas, não conseguiu ainda tornar
outro projeto — o de agilizar a as-
a judiciária ao presidiário, feita,
ente, por dez advogados, número
verá quintuplicar, segundo pro-
o novo secretário da Justiça.

que está bom. No ano passado, só
com quatro advogados, até

com presos deve saber o que está fazendo, ou então, é melhor trabalhar de recepcionista na Feira da Bondade. Eu diria que sou um recluso sem direito a recurso, sem poder me afastar daqui nem por um minuto", diz "Luizão".

DOIS PLANOS

Como sugestões ao novo secretário, Wolfman apresenta dois planos: colocar em funcionamento o órgão de classificação e triagem (o prédio já existe na Detenção, mas não está equipado), destinado à separação do preso ocasional do reincidente, e criar escolas de administração de presídios, para preparar profissionais. Planos, aliás, que já estão na pauta do novo governo.

O diretor, porém, não concorda com algumas das novas propostas. "Mas não me coloco contra" esclarece. Entre elas, estaria a correspondência direta entre os presos e os juízes corregedores. "A melhor forma ainda é fazer visitas periódicas e inesperadas. O fato de o preso ser privado do convívio social torna-o deprimido e, é natural, nessas circunstâncias ele só pode reclamar de tudo. Não sei se o juiz corregedor teria tempo e condições emocionais para ler tudo que é carta. E, depois, como fazer com os 'piolhos de cadeia' (os presos reincidentes, que saem e voltam quase imediatamente à Detenção), que ficariam eternamente escrevendo?"

Wolfman concorda que os direitos humanos têm de ser respeitados, "mas não admito covardia". Um dos guardas da Detenção, por exemplo, tentou, recentemente, "passar fumo" (maconha) na cadeia e se deu mal, recebendo o mesmo tratamento aplicado aos presos insurgentes. "Não pode acontecer uma inversão de valores. Se um preso me ameaça, apanha mesmo, assim como qualquer funcionário que se rebele contra mim. Sou justo com os que merecem, trato bem a família do preso, ajudo — às vezes com dinheiro — mas não vou tratar bem quem não presta."

> Para os internos, só resta a rotina, o seu trabalho e a solidão

Meio-dia. O vapor que sai dos gigantescos caldeirões de arroz e feijão faz os cozinheiros parecerem fantasmas perdidos em meio à neblina, um calor insuportável. Dois advogados atendem presos no parlatório que fica no pavilhão 6, o prédio da administração do presídio. Ali estão as maiores esperanças de liberdade dos presos. Por dia, cerca de 150 deles são atendidos pelos advogados.

As pessoas andam devagar pelos pátios, quase não conversam, perfilam-se à passagem do diretor. "Luisão" anda ali dentro como se estivesse em sua casa. Os guardas da segurança não portam armas, procuram manter a disciplina "na moral", como dizem. O único alarido vem do campo de futebol de terra batida em que os assistentes se divertem mais com os trejeitos de um travesti do que com o jogo. Mas ninguém ousa chegar perto: pela lei do cão que vigora nesta cidade, os travestis, assim como os detentos mais jovens e bonitos, têm dono.

Orgulhoso, Rubens Siqueira, diretor de vigilância, mostra as dependências limpas do pavilhão 4, uma obra da administração de Luis Camargo Wolffman, que reúne enfermarias, sanatório para tuberculosos e celas individuais para presos primários. Apenas 17 detentos estão internados no sanatório, a tuberculose foi praticamente erradicada na Casa de Detenção, garante Siqueira. W.A., 23 anos, está no sanatório há três meses, sente-se curado, mas pede para não sair dali: tem medo de voltar para sua cela, reencontrar "os inimigos". No desespero,





Fabio Gil Passarelli

Nas celas, detentos trabalham em oficinas improvisadas na parte inferior e dormem em cima.

há presos que até procura contrair tuberculose só para ficar no sanatório.

Na ficha de cada preso há a lista dos seus inimigos e Siqueira procura evitar conflitos, mas às vezes diz que não dá: "Assim não é possível, você parece que tem inimigos em todos os pavilhões", responde a W.A. "Se o médico te der alta, você vai ter que sair daí."

MOEDA FORTE

Faz se de tudo no pavilhão 7: guarda-chuvas, antenas para automóveis, bolas, transistores para radios. Por três bolas, eles ganham dois maços de cigarros, a moeda forte da Casa de Detenção. Em cruzeiros, da em média 8 a 9 mil por mês seja qual for o serviço trabalhando de 10 a 12 horas por dia. Na "judiciária", onde são preparados recursos para unificação de pena, pedidos de liberdade condicional ou prisão albergue, há presos que trabalham das 6 da manhã às 9 da noite. Em troca, recebem Cr$ 1.200 por mês, o peculio pago pelo Estado.

Numa das oficinas mais movimentadas, o japonês S.N., 58 anos, químico industrial, comanda um batalhão de outros 68 presos que montam em média 60 mil transistores por dia. S.N. tinha uma oficina de galvanização, mas perdeu tudo em jogo de carteado e corrida de cavalos. Começou a fabricar chegues. "A pior hora na cadeia é de noite. Quando toca uma música bonita no rádio, a gente começa a lembrar das coisas passadas, fica com saudade dos filhos", divaga S.N.

Chefe da carpintaria, o funcionário Fernando Costa, 61 anos, já tem tempo de serviço para se aposentar, mas refuta em deixar o trabalho na Casa de Detenção. "Tenho medo de sentar, falta da cadeia... Até com os presos de penas elevadas acontece isso: eles acabam se acostumando aqui", diz Costa, cuja única queixa é a falta de espaço para colocar mais presos trabalhando na carpintaria. Atualmente, só sete trabalham ali.

Por falta do que fazer, alguns jogam dominó — o único jogo permitido na cadeia — para empurrar o tempo para a frente. Nas celas para três presos do pavilhão 7, lençóis presos no teto separam uma cama da outra, permitindo um mínimo de privacidade, impossível em outros pavilhões. Cada cela tem um rádio, cada rádio sintonizado numa estação diferente, todos ligados no último volume de olhos fechados, pode parecer uma feira ou uma festa maluca.

LADO A LADO

Para quem não gosta de barulho, basta ir até o pátio do Pavilhão 9: lá se ouve música sacra, vinda dos templos de todas as religiões imagináveis, ecumenicamente abrigadas lado a lado. Um grupo de uns 20 presos que chegou na véspera à Casa de Detenção assiste a primeira aula de catecismo na capela católica, enquanto começam os trabalhos do "Velho Graúa" na Tenda de Umbanda Pai Juzeiro Verde, logo ao lado.

Só no terceiro andar deste pavilhão encontram-se agora 532 homens e parece um milagre que apenas dois guardas desarmados cuidem de manter uma ordem quase militar. Aqui são fabricadas mensalmente 1,5 milhão de duzias de pregadores de roupas.

Fim de tarde. Em fila indiana, imensos formigueiros humanos, os presos vão voltando para suas celas. Na entrada do pavilhão 2, é grande o movimento de caminhões, que levam a produção do dia dos presos. As "gaiolas" humanas, verdadeiros veículos-presídio trazem de volta os que foram levados para audiências no Fórum. Junto às grades, os presos ouvem a Ave-Maria nos seus radinhos, olhando só por olhar para a mesma paisagem de muros. Aos poucos,

braço erguido, a cabeça baixa: "Vai com Deus".

> Afinal, como diz um vigilante, é apenas "uma questão de moral"

Pavilhão 9. No andar térreo, funcionam um templo batista, a tenda de umbanda Juazeiro Verde, a igreja com o Cristo de Dali (cópia perfeita feita por um detento) e até um "supermercado" (objetos espalhados pelo chão) onde se pode trocar uma camisa por quatro maços de cigarro.

Rostos tensos, corpos com cicatrizes e tatuagens desfilam a miséria humana ao lado de latões de lixo colocados no corredor, enquanto um cantor funk grita no radinho de pilha e um travesti de grandes seios hormonais apressa o passo para sua cela, fugindo não se sabe de quem ou de quê. Supõe-se que o "marido" vá provocar uma briga na noite de hoje.

Os "casais" não constituem qualquer extravagância na prisão. No pavilhão 9 há celas onde homens amontoados, quase 30 homens. "É duro ser bicho num país como o nosso", desabafa um preso.

CONFIANÇA

No pavilhão 7, outro experimento, como a maioria, incluso no artigo 147 (assalto). "Confio no novo Governo. Ele vai me ajudar, porque a comunidade negra também ajudou ele a ganhar as eleições." Com os "residentes" da Detenção a dialética é assim. Carteadas até a madrugada.

Doutor Siqueira, o chefe da vigilância, vai abrindo todos os portões e, a cada nova visão, mais assustador se torna o ambiente, para quem, agora, passa por mais de cem detentos soltos no corredor, alguns com mais de 200 anos de condenação. O raciocínio é mais ou menos este: o que eles têm a perder se enterrarem uma faca nas tuas costas? Mas, até que ponto não somos cúmplices dessa barbárie? "É só uma questão de moral", alerta o vigilante, enquanto os presos, automaticamente, vão-se encostando às paredes do corredor. Assustados como bichos. Dá um nó na garganta e o melhor é seguir em frente, para encontrar a cela disciplinar no pavilhão 7, hermeticamente fechada. "Às vezes é preciso, porque volta e meia um é esfaqueado", justifica um dos acompanhantes.

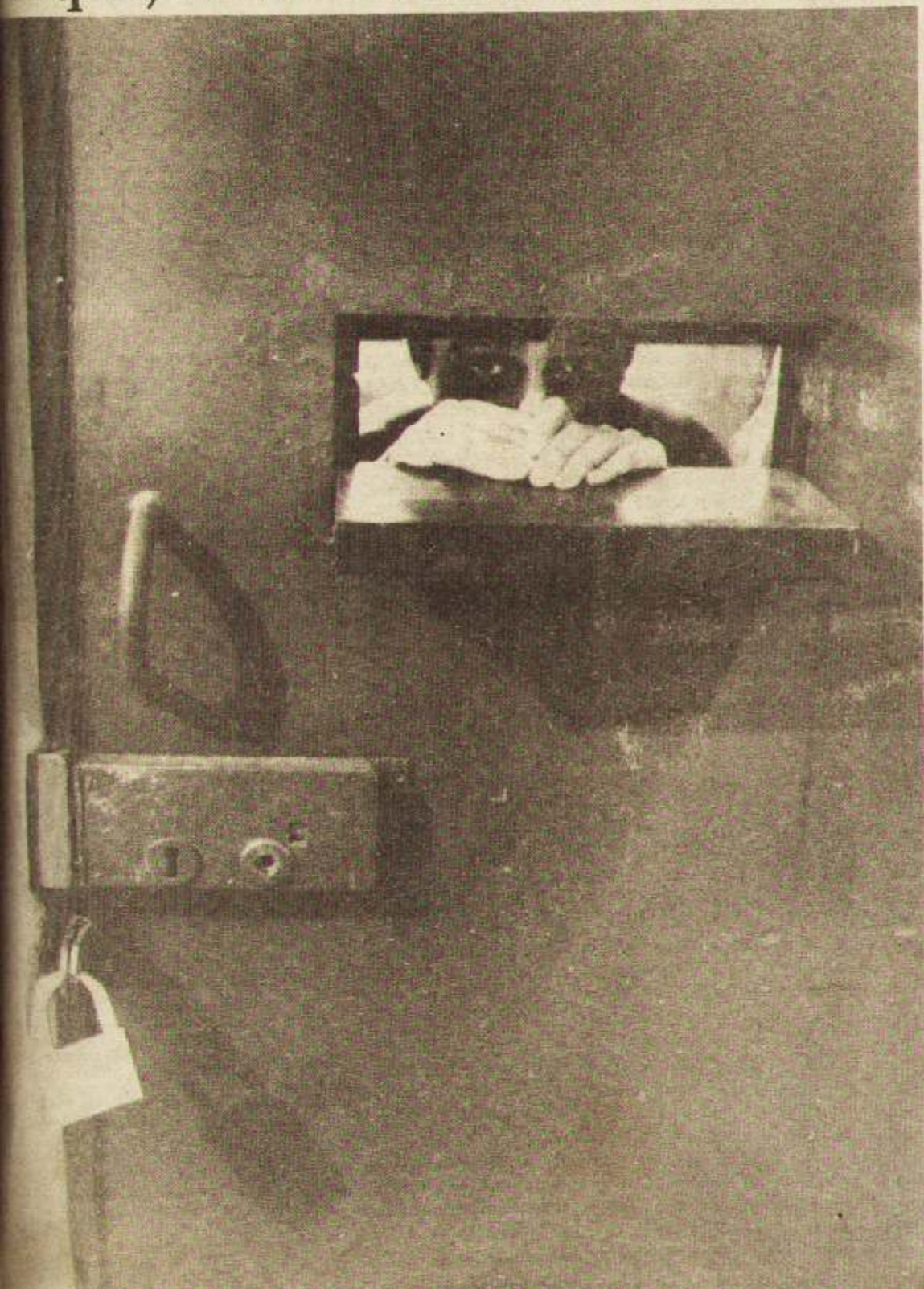
IMAGEM DURA

Antes de retornar ao pavilhão, uma imagem difícil de não se fixar na retina: na janelinha da cela, sobre um prato de comida intocada passeiam duas moscas, enquanto pingos de água suja caem de um cano amarrado com trapos rotos. A descida fica a alguns metros, num elevador escuro cheirando a urina. O pesadelo terminara e, lá fora, o sol continuava brilhando.

Presídios em debate

Com mediação do presidente da seção paulista da OAB, Márcio Tomás Bastos, a "Folha" promove em seu auditório (alameda Barão de Limeira, 425, 9.º andar) terça-feira, às 20 horas, o debate "O Sistema Penitenciário em Questão". Serão debatedores José Carlos Dias, novo secretário da Justiça; José Gaspar Franceschini, juiz-corregedor de presídios; João Benedito Azevedo Marques, coordenador dos estabelecimentos penitenciários; Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo e Antônio Carlos Malimpensa, ex-presidiário. O coordenador será o jornalista Odom Pereira. Antes, será exibido o filme "Depósito de

Aqui, democracia não basta



volvidos na promiscuidade e na corrupção, cinco mil homens vêem cada vez mais distante a sua esperança de recuperação.

Gil Passarelli

José Monteiro Neto

Luiz Carlos Murauskas





No telhado da Detenção, presos incendiaram faixas que continham suas próprias reivindicações; do lado de fora (dir.), Mirtes Moreno, 54, implorava aos PMs que dessem informações sobre os filhos presos

Termina rebelião dos presos; 10 mortos

Após vinte horas de terror e violências, um acordo pôs fim ontem à tarde à rebelião de 3.200 presos da Casa de Detenção, que deixou um saldo de dez mortos —todos presidiários—, 22 feridos e vários pavilhões destruídos. À noite, no entanto, a situação no presídio ainda era tensa.

O acordo foi negociado por um grupo de presos com uma comissão de representantes do Poder Judiciário, liderada pelo desembargador Divaldo de Azevedo Sampaio, do Tribunal de Justiça. Os presidiários comprometeram-se a encerrar a rebelião, colocar o presídio em ordem e manter a disciplina, recebendo em troca a promessa de Azevedo Sampaio de que a Vara de Execuções Criminais agilizará os processos e a expedição de alvarás de soltura (a morosidade na expedição dos alvarás foi que motivou a revolta). Os presos poderão também receber a visita de familiares aos domingos.

A rebelião começou às 16h30 de quarta-feira, no pavilhão 8 do presídio, e alastrou-se rapidamente por outros quatro pavilhões. Dois guardas da Detenção foram feitos reféns. A PM mobilizou cerca de 1.200 homens para cercar o presídio. O secretário da Justiça, José Carlos Dias, determinou por duas vezes a invasão da Detenção, mas recuou da decisão, preferindo controlar os amotinados pelo cansaço. Ontem, o secretário afirmou que a política de humanização dos presídios continua. O governador Franco Montoro divulgou nota oficial lamentando os fatos ocorridos na Detenção.

PAGs. 22 e 23



Foto João Pires

A polícia, entre a revolta dos presos e o medo de quem os defendia

A rebelião acaba. O horror continua

Foram 24 horas de pânico, horror e destruição. No final, às 18 horas de ontem, o grande mo-

Lei de Execuções Penais, o que tiraria da cadeia dezenas de condenados. Os presidiários —

tomaram uma aguardente que eles mesmos fazem, a **Maria Louca**:

Desemprego e violência em São Paulo

Pimentel assegura a manutenção da ordem

O secretário da Segurança prevê novos distúrbios para hoje, mas garante que a polícia os reprimirá

O secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, revelou ontem que o 2.º Exército colocou-se à disposição do governo do Estado, terça-feira à noite, para intervir quando solicitado, tendo a sugestão sido rejeitada. Pimentel admitiu também que as manifestações e depredações poderão repetir-se hoje, ressaltando que a polícia estará prevenida, e disse haver indícios de que pessoas notoriamente ligadas à administração estadual anterior, os mesmos envolvidos nos distúrbios da Freguesia do Ó, estariam participando dos distúrbios.

"Tranquilizei o sr. comandante do 2.º Exército, dizendo que nós estamos convencidos de que a polícia do Estado implantará a ordem na cidade" — afirmou o secretário, aò referir-se à sugestão dos militares. Mais adiante, Pimentel disse acreditar em novos problemas, ao ser informado pelo vereador Brasil Vita de que um panfleto da Comissão Pró-CUT convocava uma assembléia de desempregados para o saguão da Câmara Municipal, às 17 horas. "Essa reunião será ilegal e, portanto, não será admitida" — declarou, lembrando recente portaria que proíbe reuniões sem autorização antecipada da polícia. Além disso, ele afirmou que "se existem grupos organizando o movimento, as manifestações deverão continuar. Eu não me iludo com o clima que estamos vivendo, porque se a coisa é organizada, o pessoal usa essa tática. Espera um pouco, e depois continua com a agitação".

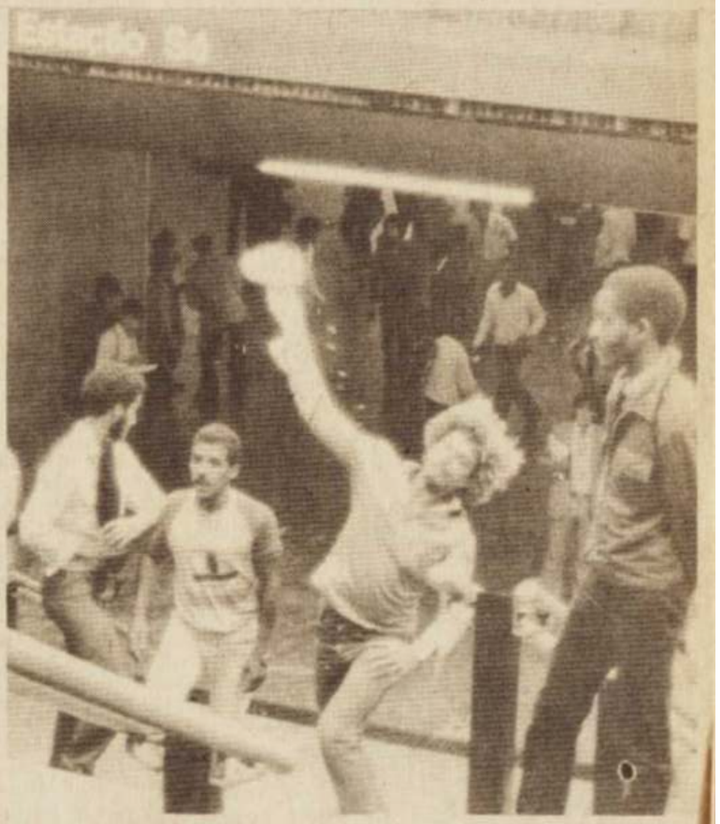
foram identificadas em fotos pessoas ligadas ao governo anterior, algumas delas envolvidas nos incidentes da Freguesia do Ó. "O movimento de desempregados tem a participação da Comissão Pró-Cut e da Convergência Socialista, além de parlamentares conhecidos" — observou. Segundo o secretário, há duas centrais, em São Paulo: uma de boatos, que anuncia a colocação de bombas em órgãos do governo, e outra de nível terrorista que, através de telefonemas, ameaça executar autoridades. Ele não quis identificar esses grupos, mas admitiu que a extinção do Deops prejudicou as investigações, pois ficou difícil agir sem se conhecer os antecedentes político-criminais de muitos dos envolvidos. "Eu sempre fui contra a transferência do Deops para a Polícia Federal, e agora ficou evidente a importância de um órgão de seu nível" — comentou. Por causa da falta de informações, "eu nem imaginava que pudesse acontecer todo o quebra-quebra de terça-feira, até altas horas da noite. Foi uma coisa imprevisível".

MUDANÇA DO COMANDO

Manoel Pedro Pimentel revelou que o comando do 11.º Distrito Policial, em Santo Amaro, foi por ele afastado "porque fomos informados de que abrigava pessoas favoráveis à intervenção federal, para retornarmos à situação anterior à posse do governador Franco Montoro. As respostas do 11.º Distrito diante das manifes-







Fotos: Gilberto R. dos Santos

TRÊS CENAS NA CIDADE

O rapaz de cabelos encaracolados e oxigenados foi visto ontem, pela primeira vez, às 14 horas, na esquina da rua Barão de Itapetininga com a rua Marconi, no centro da cidade, atirando pedras contra lojas comerciais (na primeira foto ele aparece segurando uma pedra na mão esquerda). Logo depois, às 14h30, ele foi preso na rua Barão de Itapetininga (foto do centro). Nosso fotógrafo verificou ainda que ele foi colocado numa viatura da Rota que estava estacionada perto da Biblioteca Municipal. O mesmo jovem foi identificado mais tarde, às 17 horas, na praça da Sé, em plena escadaria do Metrô (foto à direita), liderando um pequeno grupo de rapazes e atirando uma marmita nos soldados da cavalaria, aos gritos: "Toma, comida pra vocês."

QUARTA-FEIRA

O ESTADO DE S. PAULO

6 DE ABRIL DE 1



Do bairro de Santo Amaro, a marcha dos desempregados prosseguiu até o Palácio dos Bandeirantes, mas os saques e a violência atingiram o centro e outros bairros de São Paulo

Violência e medo tomam conta da cidad



OS SAQUES

Assim como na véspera, o segundo dia de violência começou em Santo Amaro, ontem. Mas, desta vez, o protesto dos desempregados foi além do largo 13 de Maio, com quebra-quebra e saques: atingiu vários locais diferentes, trazendo medo a toda a cidade de São Paulo. Nem o Palácio dos Bandeirantes — onde o governador Franco Montoro recebeu uma comissão dos desempregados — escapou à violência, tendo parte de sua cerca derrubada. A polícia reagiu e promete combater com mais rigor, *hoje, o eventual* prosseguimento dos protestos. Montoro colocou a culpa em "agitadores" que estariam procurando comprometer a democracia e a imagem do seu governo, mas anunciou providências para criar novos empregos, depois de um encontro com empresários. À noite, mesmo depois de o governador ter falado por uma cadeia estadual de *rádio e* TV, pedindo calma à população, a violência prosseguia no centro da cidade e em alguns bairros, como o Brás, Penha, Pinheiros. Com medo, os comerciantes fecharam as portas de suas lojas, os shoppings centers foram protegidos por policiais. Apesar disso, houve novos saques e depredações. Quando o helicóptero da reportagem de **O Estado** começou a sobrevoar a região de Santo Amaro, às 15h45 de ontem, centenas de pessoas se espalhavam pelas ruas e praças entre o largo 13 de Maio e a marginal do rio Pinheiros, caminhando em direção ao supermercado Carre-four, cercado àque[la] tura por tropas da [Polí]cia Militar. Um te[ar]ral serviu para at[e]os protestos, p[ois] sem terminar c[om] violência. Até as[sim] do bairro de Ca[m]Limpo foram saq[ue]das. A Secretari[a] Educação informa[u] não tomou a decis[ão] suspender as au[las] mas que os dire[tores] podem agir livrem[ente] hoje.







"Não quebre nada", apelo outra vez desobedecido



Desta vez, ação da polícia: afinal, o palácio estava sendo invadido. Para hoje, promessas de maior repressão





Nos saques, nem sempre era procurado o alimento; nos protestos, os alvos se confundiam

O dia agitado de ontem, os protestos, as negociações, o medo e as promessas estão nas páginas 11 a 16



OS SAQUES

JULIO MESQUITA (1891 - 1927) JULIO DE MESQUITA FILHO (1927 - 1969) FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

Capital e Interior de S Paulo — Cr$ 130,00 ANO 104 QUINTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1983 Nº 33.153 Domingo Cr$ 150,00 Assinatura anual Cr$ 28.900,00



Foto Arnaldo Pianchi



Foto Sidney Carvalho

Prisões, correria, bombas de gás lacrimogêneo, apesar da polícia, mais lojas foram saqueadas

Outro dia de medo e violência em SP

A violência e os saques de lojas voltaram ontem ao centro da cidade, onde o comércio continuou fechado e durante toda a tarde soldados da Polícia Militar, Tropa de Choque e Cavalaria correram atrás de manifestantes comandados por um grupo de garotos e uma mulher que passava por fotógrafa. A polícia prendeu 65 pessoas (muitas com produtos roubados de lojas), usou bastante os cassetetes e as bombas de gás lacrimogêneo e a calma só voltou à praça da Sé à noite. Mas, nos bairros de São Paulo, outro tipo de terror manteve a cidade preocupada durante todo o dia: os boatos, espalhados por grupos organizados (a pé ou em pequenos carros), que avisavam aos comerciantes e até aos colégios que os "saqueadores" estavam chegando. Logo as lojas fechavam as portas e aulas eram canceladas. Esses grupos chegaram a ligar para a própria polícia, comunicando "quebras". O secretário da Segurança, Manoel Pedro Pimentel, explicou à noite: "Sentimos que há uma direção inteligente no movimento e as pilhagens não são casuais". Páginas 20 a 23 e 38

Governos identificam agitadores

Membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da Convergência Socialista (ligada ao PT) foram identificados nos movimentos em São Paulo, segundo os governos federal e estadual. Em **Brasília**, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, disse que o Serviço Nacional de Informações identificou militantes do PC do B, pessoas "conhecidas nesse tipo de manifestações". Em **São Paulo**, a Polícia Federal autuou em flagrante o presidente e o vice da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, entidade ligada à Convergência. Eles distribuíam panfletos convocando uma greve geral. O secretário Manoel Pedro Pimentel disse que, além da Convergência, havia "pessoas ligadas a administrações anteriores, que participaram da pancadaria na Freguesia do Ó". Página 22

Lamento de Pimentel: 'Dops faz muita falta'

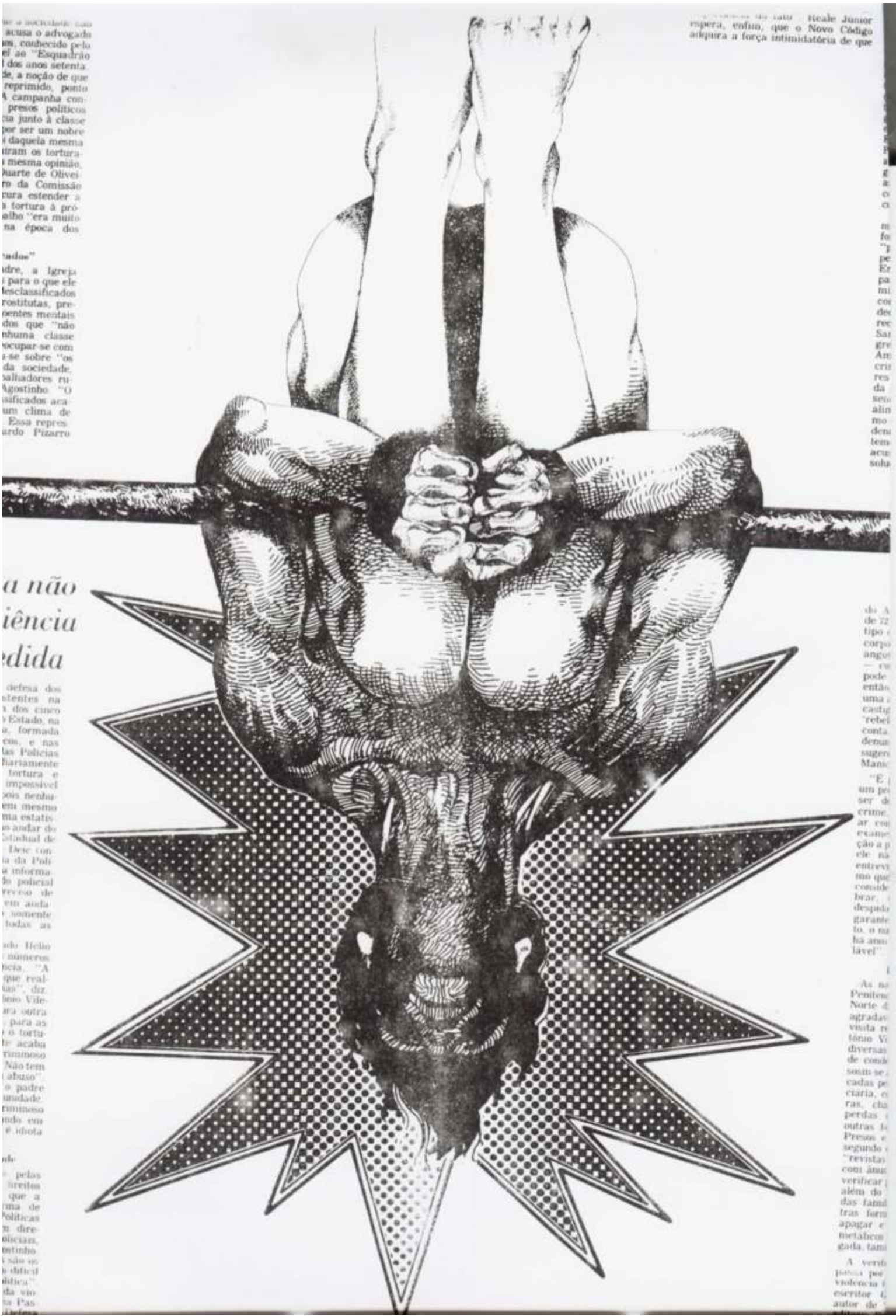
O secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, lamentou ontem não poder contar com o Dops para evitar os distúrbios. Para ele, "um departamento como o Dops é essencial a qualquer polícia. Nós nos estamos ressentindo da falta de um organismo de informações competente". A Polícia Federal colocou seus arquivos à disposição da Polícia Civil e já está procurando identificar os responsáveis pelas manifestações. Páginas 21 e 23

"Montoro, o responsável"

Franco Montoro é responsável pelos distúrbios em São Paulo, porque não soube contê-los a tempo, ções Comerciais, Ruy Barreto. Em **São Paulo**, o governador declarou que "os que querem interromper o

Em fevereiro, o desemprego chegou a 7,48%

Na região metropolitana de São Paulo, em fevereiro, 387.973 trabalhadores estavam desempregados. A taxa de desemprego chegou a 7,48% contra 7,27% em janeiro, segundo dados da Fundação IBGE. Mas o ministro Delfim Netto acha que "o desemprego tem diminuído desde 1981 e o nível, hoje, está em torno de 5%". Disse ainda não acreditar que



ANEXO 14

Folha de S. Paulo , 18/3/83, página 12

SIGNIFICANTES PLÁSTICOS	FOTO GRANDE SUPERIOR		FOTO PEQUENA INFERIOR	
Localização	superior		central	
Enquadramento	médio/parcial: distanciamento equilibrado		amplo/parcial: distante	
Composição	de frente para trás, ascendente: dinamismo/agitação		de frente para trás, ascendente: dinamismo/agitação	
Dimensões	grande		média	
Profundidade de Campo	profundidade mediana: (4 planos)		profundidade mediana (2 planos) naturalidade	
SIGNIFICANTES ICÔNICOS	SIGNIFICADOS DE 1º NÍVEL	SIGNIFICADOS DE 2º NÍVEL	SIGNIFICADOS DE 1º NÍVEL	SIGNIFICADOS DE 2º NÍVEL
Homem com peito enfaixado	ferimento recente	sofrimento/dor/ violência		
2 homens (parciais) amparando	ajuda	solidariedade		
5 pessoas	observação à distância	tumulto/ agitação		
Fachada de prédio	exterioridade	rua		
Luz acesa (interna)	exterioridade/ pouco contraste	rua/dia		

Frente de carro de polícia		polícia/ mobilidade	repressão/ controle/ segurança
Grupo de homens		policiais ?	
Fachada de prédio de 2 andares		exterioridade	rua/cidade
Árvore (parcial)		espaço aberto	rua/cidade

ANEXO 18

Folha de S. Paulo , 13/3/83, página 22 e 27/12/84, página 23

SIGNIFICANTES PLÁSTICOS	FOTO	
Localização	superior	
Enquadramento	distante/parcial	
Composição	de trás para frente	
Dimensões	média	
Profundidade de Campo	pequena profundidade	
SIGNIFICANTES ICÔNICOS	SIGNIFICADOS DE 1º NÍVEL	SIGNIFICADOS DE 2º NÍVEL
Fundo branco	vazio	lugar algum/ qualquer lugar
Cordas	amarrar/atar	prender/oprimir
Panos	cobrir	Proteger
Cano		
Cavalete	apoio	